

Governo Federal
Ministério de Minas e Energia – MME
Centrais Elétricas Brasileiras S. A. – Eletrobras
Eletrosul Centrais Elétricas S. A.



Relatório de Gestão do Exercício de 2014

Aprovado pela RD-1578-01

Florianópolis, 2015

Governo Federal
Ministério de Minas e Energia – MME
Centrais Elétricas Brasileiras S. A. – Eletrobras
Eletrosul Centrais Elétricas S. A.

Relatório de Gestão do exercício de 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013, da DN TCU nº 139/2014, da DN TCU nº 143/2015, da Portaria TCU nº 90/2014 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU Nº 522/2015).

Eletrosul Centrais Elétricas S. A.

Florianópolis, 2015

SUMÁRIO

Parte A do Anexo II da DN TCU n.º 134, DE 04/12/2013 – CONTEÚDO GERAL.....	6
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	6
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	6
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	6
1.3 Organograma Funcional	9
1.4 Macroprocessos Finalísticos.....	19
2 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA.....	23
2.1 Estrutura de Governança	23
2.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna	27
2.3 Sistema de Correição	33
2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	33
2.5 Remuneração Paga a Administradores	35
3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	40
3.1 Canais de Acesso do Cidadão.....	40
3.2 Carta de Serviços ao Cidadão.....	41
3.3 Mecanismos para Medir a Satisfação dos Produtos e Serviços.....	41
3.4 Acesso às Informações da Unidade Jurisdicionada.....	43
3.5 Avaliação do Desempenho da Unidade Jurisdicionada.....	43
3.6 Medidas Relativas à Acessibilidade	43
4 AMBIENTE DE ATUAÇÃO.....	44
4.1 Informações do Ambiente de Atuação da Unidade Jurisdicionada.....	44
5 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	48
5.1 Planejamento da Unidade	48
5.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados.....	54
5.3 Informações Sobre Outros Resultados da Gestão	77
5.4 Informações Sobre Indicadores de Desempenho Operacional	80
5.5 Informações Sobre Custos de Produtos e Serviços	82
5.6 Unidades Jurisdicionadas que Gerenciam Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos (Parte B do Anexo II da DN TCU 134/2013 – Conteúdo Específico).....	83
6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	85
6.1 Programação e Execução das Despesas	85
6.2 Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda	89
6.5 Transferências de Recursos	91
7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	103
7.1 Estrutura de Pessoal da Unidade	103
7.2 Contratação de Mão de Obra de Apoio e de Estagiários.....	123

7.3	Revisão de Contratos Beneficiados pela Lei 12.546/2011 – Desoneração da Folha de Pagamento	126
7.4	Unidades Jurisdicionadas Patrocinadoras de Entidade Fechada de Previdência Complementar (Parte B do Anexo II da DN TCU 134/2013 – Conteúdo Específico)	127
8	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	148
8.2	Gestão do Patrimônio Imobiliário	148
8.3	Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	148
9	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	151
9.1	Gestão da Tecnologia da Informação (TI).....	151
11	ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.....	165
11.1	Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU.....	165
11.2	Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)	174
11.3	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	188
11.4	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	188
11.5	Alimentação SIASG e SICONV	189
12	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	190
12.1	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	190
12.2	Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas.....	190
12.6	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976	192
12.7	Composição Acionária das Empresas Estatais	278
12.8	Relatório de Auditoria Independente.....	280
13	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	283
13.1	Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	283
13.2	Atendimento ao Acórdão 166/2015 – Processo nº 028.277/2010-4.....	285

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	6
Quadro A 1.2.1 – Composição Acionária	7
Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalísticos.....	19
Quadro A.1.4.1 – Receita Operacional Bruta – 31.12.2014.....	20
Quadro A.1.4.2 – Manuais de Operação e de Manutenção	20
Quadro A.1.4.3 – Disponibilidade de Transmissão	21
Quadro A.1.4.4 – Disponibilidade da Geração	21
Quadro A.1.4.5 – Principais Fornecedores e Insumos por Tipo de Fornecimento	22
Quadro A 2.2 – Auditorias Realizadas	28
Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	33
Quadro A.2.5.2 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal.....	38
Quadro A.2.5.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores	39
Quadro A.2.5.4 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores	39
Quadro A 3.1 – Canais de Comunicação	40
Quadro A 3.3.1 – Índice de Satisfação do Cliente	41
Quadro A 4.1 – Agentes de Geração de Energia.....	45
Quadro A 5.1.1 - Ações Relacionadas aos Objetivos Finalísticos	50
Quadro A 5.1.2 - Ações Relacionadas aos Objetivos de Gestão e Competências	50
Quadro A 5.1.3 – Plano Estratégico do Sistema Eletrobras.....	50
Quadro A 5.1.4 – Plano de Metas e Ações.....	54
Quadro A.5.2.3.4.1 – Ações do Orçamento de Investimento.....	55
Quadro A.5.2.3.4.2 – Ações do Orçamento de Investimento.....	57
Quadro A.5.2.3.4.3 – Ações do Orçamento de Investimento.....	58
Quadro A.5.2.3.4.4 – Ações do Orçamento de Investimento.....	60
Quadro A.5.2.3.4.5 – Ações do Orçamento de Investimento.....	61
Quadro A.5.2.3.4.6 – Ações do Orçamento de Investimento.....	65
Quadro A.5.2.3.4.7 – Ações do Orçamento de Investimento.....	67
Quadro A.5.2.3.4.8 – Ações do Orçamento de Investimento.....	69
Quadro A.5.2.3.4.9 – Ações do Orçamento de Investimento.....	70
Quadro A.5.2.3.4.10 – Ações do Orçamento de Investimento.....	71
Quadro A.5.2.3.4.11 – Ações do Orçamento de Investimento.....	72
Quadro A.5.2.3.4.12 – Ações do Orçamento de Investimento.....	73
Quadro A.5.2.3.4.13 – Ações do Orçamento de Investimento.....	74
Quadro A.5.2.3.4.14 – Ações do Orçamento de Investimento.....	76
Quadro A 5.5 – Custos e Despesas Geração e Transmissão	83
Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas	85
Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários.....	86
Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total....	87
Quadro A.6.2.1 – Despesas com Publicidade	89
Quadro A.6.2.2 – Demonstrativo de Publicidade e Propaganda por Beneficiário – 2014.....	90
Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência.....	91
Quadro A.6.5.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios.....	92
Quadro A.6.5.3 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.....	93
Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	93
Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ	103
Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva	103

Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ	103
Quadro A 7.1.1.4 – Indicadores Potencial de Aposentadoria	104
Quadro A 7.1.2.1 – Curso de Socorrismo	106
Quadro A 7.1.2.2 – Curso de Brigada de Incêndio e Emergência	106
Quadro A 7.1.2.3 – Indicadores de Treinamento no Período de 2013-2014.....	107
Quadro A 7.1.2.4 – Média de Horas de Treinamento no Período de 2013-2014.....	107
Quadro A 7.1.2.5 – Indicadores de Treinamento no Período de 2014.....	107
Quadro A 7.1.2.6 – Investimento em Treinamento no Período de 2014.....	107
Quadro A 7.1.2.7 – Tipos de Treinamento Realizados no Período de 2014.....	108
Quadro A.7.1.3 – Custos do Pessoal	109
Quadro A.7.1.4.2 – Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada	111
Quadro A.7.1.6.1 – Evolução do Número de Empregados	114
Quadro A.7.1.6.2 – Número de Empregados Beneficiados com o PID em 2014.....	115
Quadro A.7.1.6.3 – Indicadores de Segurança do Trabalho	119
Quadro A.7.1.6.4 – Principais Indicadores de Previdência Complementar de 2012 a 2014	122
Quadro A.7.2.1 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	123
Quadro A.7.2.2 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	124
Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários	126
Quadro A.7.3.1 – Relação de Contratos para Aplicação da Desoneração – Tecnologia da Informação	127
Quadro A.7.3.2 – Relação de Contratos para Aplicação da Desoneração – Construção Civil	127
Quadro A 7.4.1 – Participantes dos Planos BD e CD	128
Quadro A 7.4.2 – Posição dos Ativos Garantidores.....	128
Quadro A 7.4.3 – Composição da Aplicação	129
Quadro A 7.4.4 – Demonstrativo de Repasses Feitos pela Eletrosul à ELOS em 2014 (R\$ mil): .	129
Quadro A 7.4.5 – Outros Recursos	129
Quadro A 7.4.6 – Recursos Descontados dos Empregados	129
Quadro A.8.3.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	148
Quadro A.8.3.2 – Finalidade e Custos dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	149
Quadro A.9.1.1 – Lista dos Sistemas Computacionais Vigentes e sua Função	151
Quadro A.9.1.2 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014.....	160
Quadro A.11.1.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	165
Quadro A.11.1.2 - Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.....	172
Quadro A.11.2.1 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do Órgão de Controle Interno	174
Quadro A.11.2.2 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício.....	187
Quadro A.11.3 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar s DBR.....	188
Quadro A.11.5 – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV.....	189
Quadro A.12.7.1 – Composição Acionária do Capital Social.....	278
Quadro A.12.7.2 – Investimentos Permanentes em Outras Sociedades.....	279

Introdução:

Item não previsto na Portaria – TCU nº 90/2014, que dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal de Contas da União quanto à elaboração de conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2014, com base na Decisão Normativa TCU nº 134, de 2013.

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU N.º 134, DE 04/12/2013 – CONTEÚDO GERAL

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia			Código SIORG: 2852
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Eletrosul Centrais Elétricas S.A			
Denominação Abreviada: Eletrosul			
Código SIORG: 60382	Código LOA: 32225	Código SIAFI: 910810	
Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista		CNPJ: 00.073.957/0001-68	
Principal Atividade: Geração e transmissão de energia elétrica			Código CNAE: 3511-5 e 3512-3
Telefones/Fax de contato:	(48) 3231-7000	(48) 3234-5678	(48) 3234-4040
Endereço Eletrônico: ouvidoria@eletrosul.gov.br			
Página na Internet: http://www.eletrosul.gov.br			
Endereço Postal: Rua Dep. Antônio Edu Vieira, 999, Bairro Pantanal - Florianópolis, Santa Catarina, CEP: 88040-901			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituída em 23/12/1968 e autorizada a funcionar pelo Decreto nº 64.395 de 23/04/1969.			
Lei n.º 10.848/2004 – Art 31.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Resoluções Aneel, Procedimentos de Rede ONS.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Publicações Aneel e ONS.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada;			
Não se aplica			

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial

Introdução:

O presente Relatório está estruturado de acordo com a Portaria do TCU nº 90, de 16 de Abril de 2014, e segue as orientações do Anexo II da Decisão Normativa-TCU nº 134 de 04 de dezembro de 2013. Estão apresentados os subitens previstos no Quadro A1, anexo da referida Decisão Normativa, de acordo com a Natureza Jurídica em que se enquadra a empresa.

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. é uma sociedade de economia mista de capital fechado, concessionária de serviços públicos de transmissão e produtora independente de geração de energia elétrica, constituída em 1968, e autorizada a funcionar pelo Decreto Nº 64.395 de 23/04/1969. Controlada das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), apresenta a seguinte composição acionária:

Quadro A 1.2.1 – Composição Acionária

Acionistas	Qtde de ações	Capital Social	% de participação
Eletrobras	100.993.125	4.289.954	99,8767
USIMINAS	57.901	2.460	0,0573
CEEE	49.519	2.103	0,0490
Copel	14.195	603	0,0140
Celesc	1.544	65	0,0015
CSN	1.194	51	0,0012
Outros	320	14	0,0003
Total	101.117.798	4.295.250	100,00

Fonte: Departamento de Contabilidade

Com sede em Florianópolis, Santa Catarina, possui atuação nos três estados da Região Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará e Rondônia, por meio de empreendimentos próprios e em parceria. Realiza estudos e projetos, constrói e opera instalações de transmissão e de geração de energia elétrica, investe em pesquisa e desenvolvimento, fomenta o uso de fontes alternativas de energia, presta serviços de telecomunicação e pratica outros atos de comércio decorrentes dessas atividades.

Seu portfólio contempla como segmentos de negócio a geração e a transmissão de energia elétrica, com a prestação de outros serviços associados a esse setor, tais como: operação, manutenção e telecomunicações.

O Sistema de Transmissão Próprio da Eletrosul é constituído por 44 subestações e uma conversora de frequência (localizada na fronteira do Brasil com a Argentina), com uma capacidade total de transformação de 25.817,80 MVA, além de 11.140,36 km de linhas de transmissão.

A atual carteira de empreendimentos de transmissão em implantação pela Eletrosul (próprios e parcerias) compreende sete conjuntos de empreendimentos resultantes de leilões ANEEL, um conjunto de empreendimentos associados à interligação Brasil-Uruguai (em parceria com a Eletrobras), e diversas pequenas ampliações autorizadas pela ANEEL, além de melhorias e reforços nas instalações existentes.

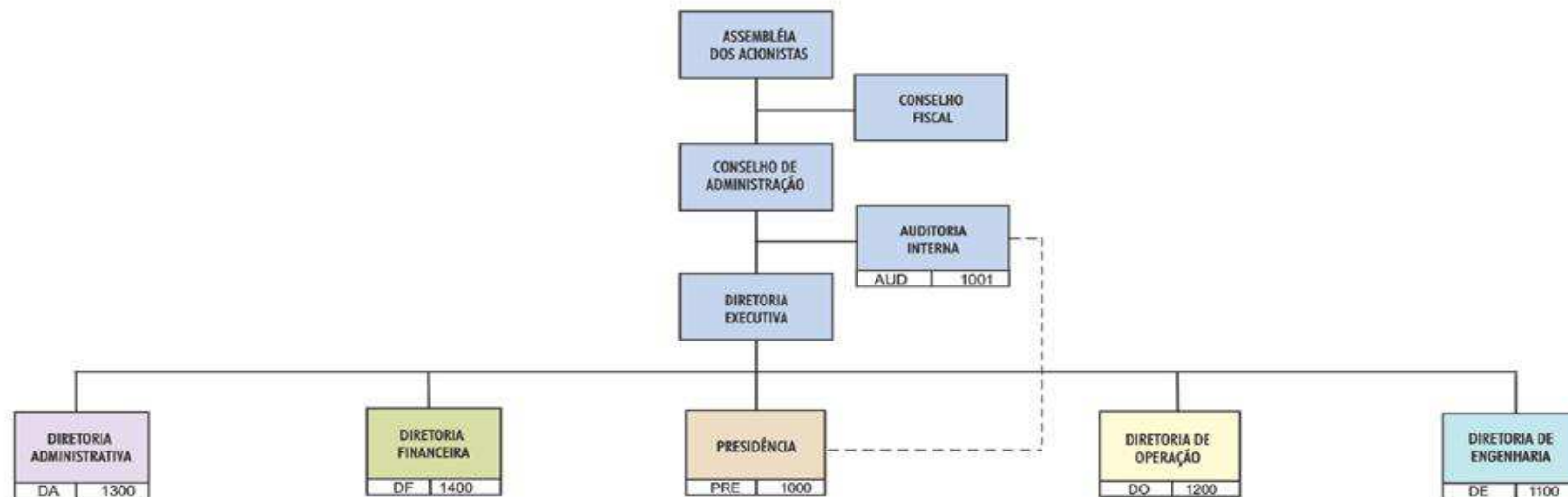
As atividades de operação do sistema elétrico sob sua responsabilidade são coordenadas e controladas pelo Centro de Operação do Sistema, localizado na sede, que atua de acordo com procedimentos definidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

No segmento Geração, tem desenvolvido atividades para implantação de empreendimentos hidrelétricos e de fontes alternativas, consolidando seu retorno a esse mercado. A atual carteira de empreendimentos de geração de energia elétrica da Eletrosul (próprios e parcerias) totaliza 2.132 MW de potência, dos quais 748 MW já se encontram em operação comercial (considerando, em ambos os casos, apenas o percentual que cabe à Eletrosul).

Segundo seu estatuto, a Eletrosul tem por objeto social:

a) realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas produtoras, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, de acordo com legislação vigente;

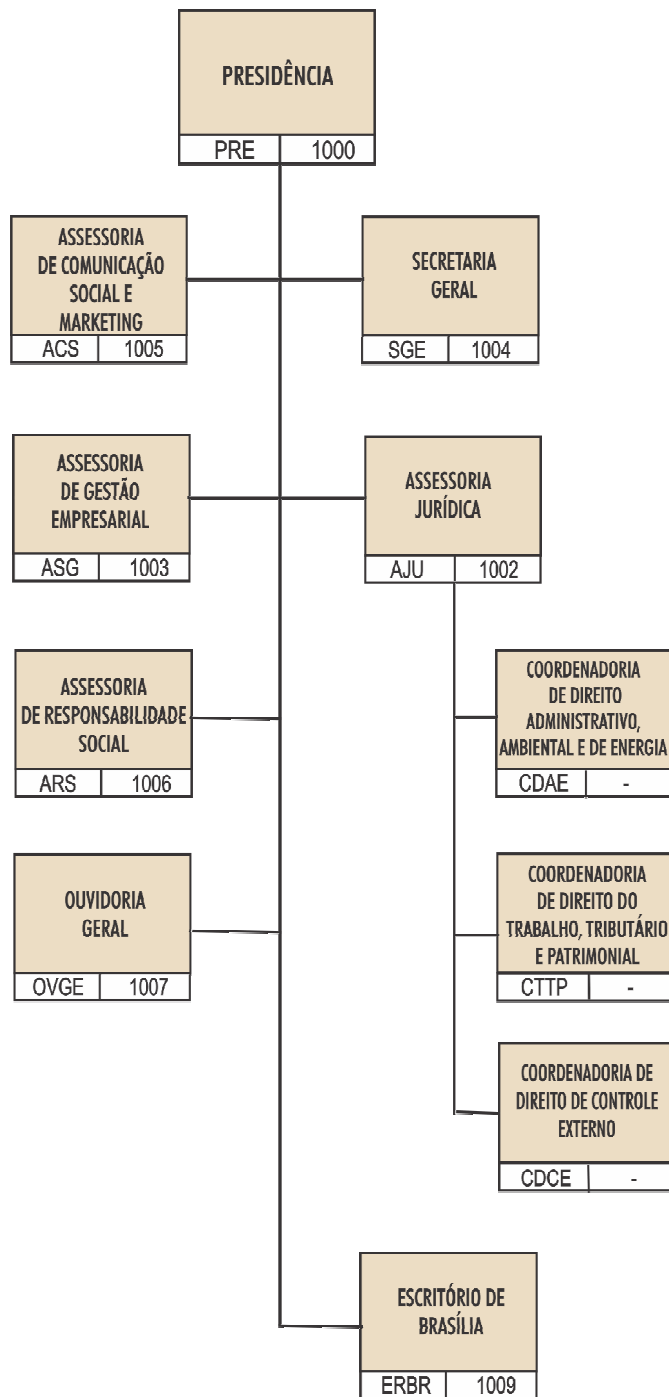
- b) participar de pesquisas de interesse do setor energético, ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos;
- c) contribuir para a formação do pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica;
- d) participar de entidades destinadas à coordenação operacional de sistemas elétricos interligados;
- e) prestar serviços de laboratório, telecomunicação, operação e manutenção do sistema de geração e transmissão de energia elétrica além de apoio técnico, operacional e administrativo às empresas concessionárias, às autorizadas e às permissionárias de serviço público de energia elétrica;
- f) participar de associações ou organizações de caráter técnico, científico ou empresarial de âmbito regional, nacional ou internacional, de interesse para o setor de energia elétrica;
- g) colaborar para a preservação do meio ambiente, no âmbito de suas atividades;
- h) colaborar com a Eletrobras nos programas relacionados com a promoção e incentivo da indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao setor de energia elétrica, bem como para a sua normalização técnica, padronização e controle de qualidade.
- i) comercializar, direitos de uso ou de ocupação de torres, instalações eletroenergéticas e prediais, equipamentos e instrumentos e demais partes que possam constituir recurso de infraestrutura de telecomunicações da empresa;
- j) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica sob regime de concessão, autorização ou permissão.



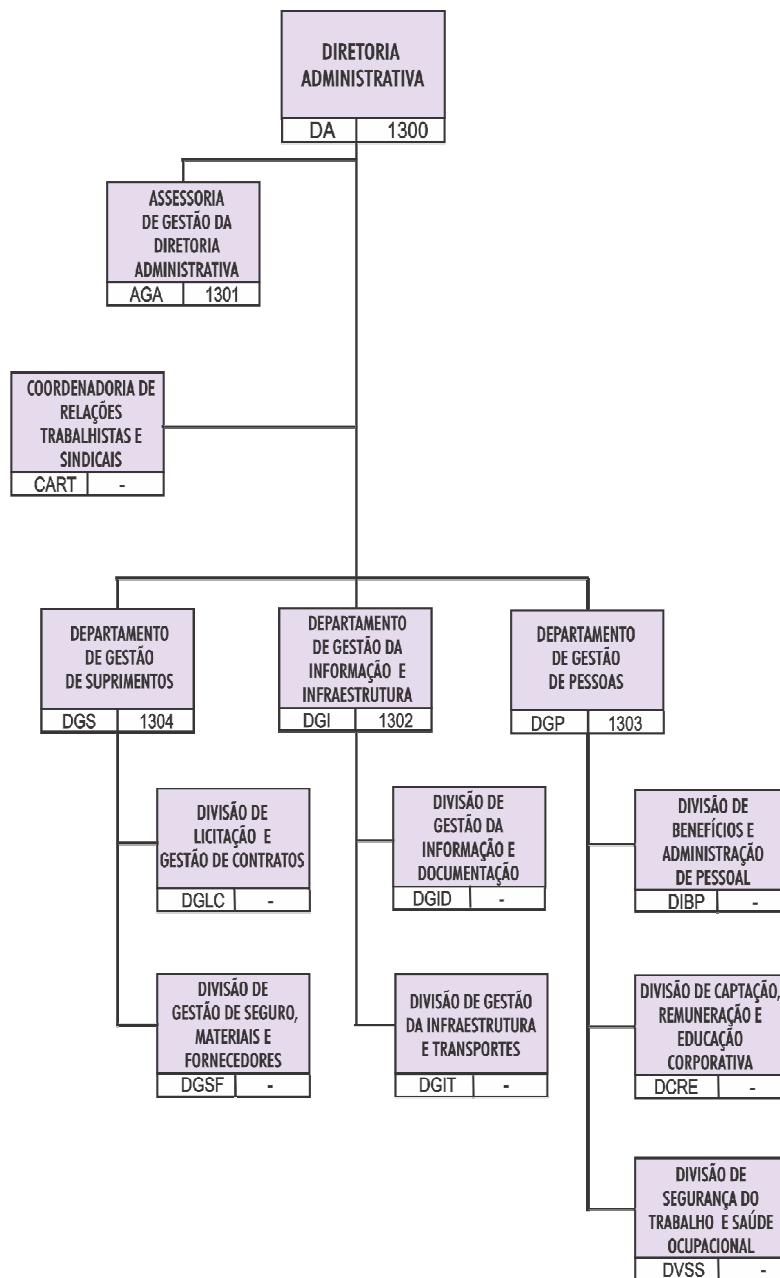
LEGENDA:

NOME DO ÓRGÃO	
Identificação	DESCRIÇÃO DO ÓRGÃO
120-1336-02-01-22-12-2008	ACA-231711 de 26-07-09
120-1334-15-04-30-04-2010	ACA-333113 de 15-08-2010
120-1334-05-04-20-08-2010	ACA-396416 de 19-08-2010
120-1332-05-20-01-2011	ACA-700-02 de 13-05-2011
120-1362-07-04-28-04-2011	RG-1607-026 de 28-11-2011

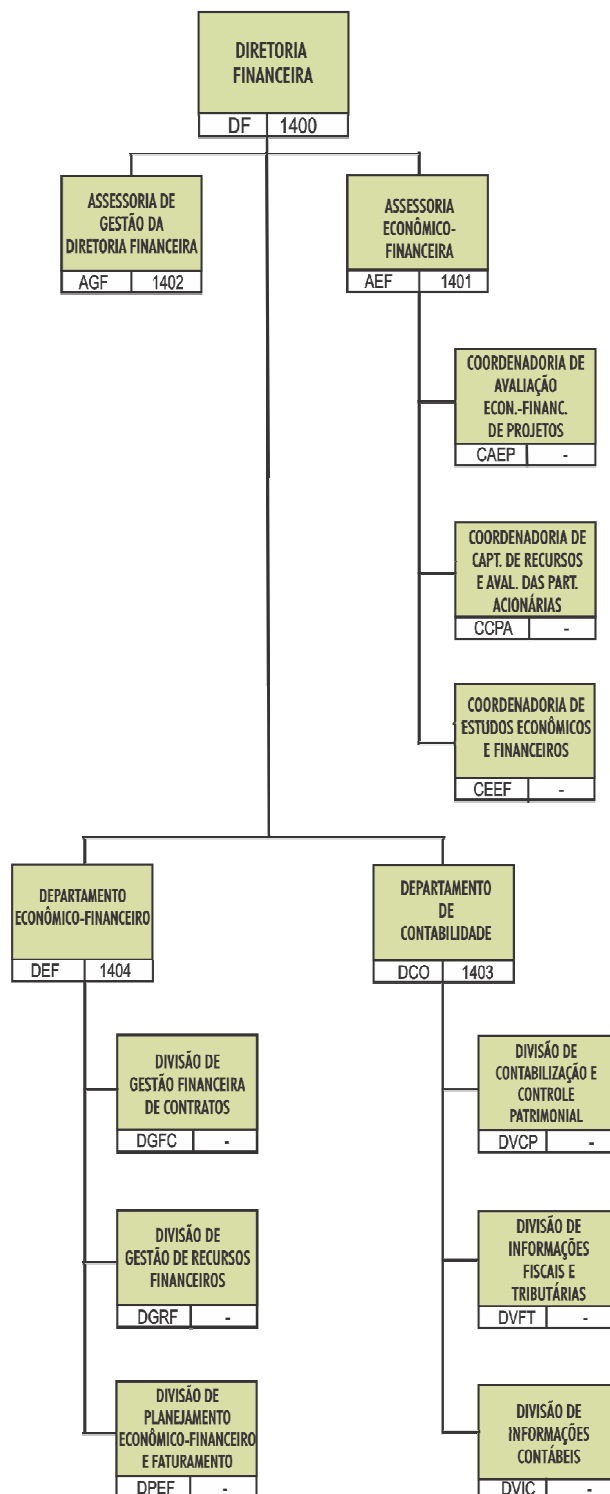
PRESIDÊNCIA



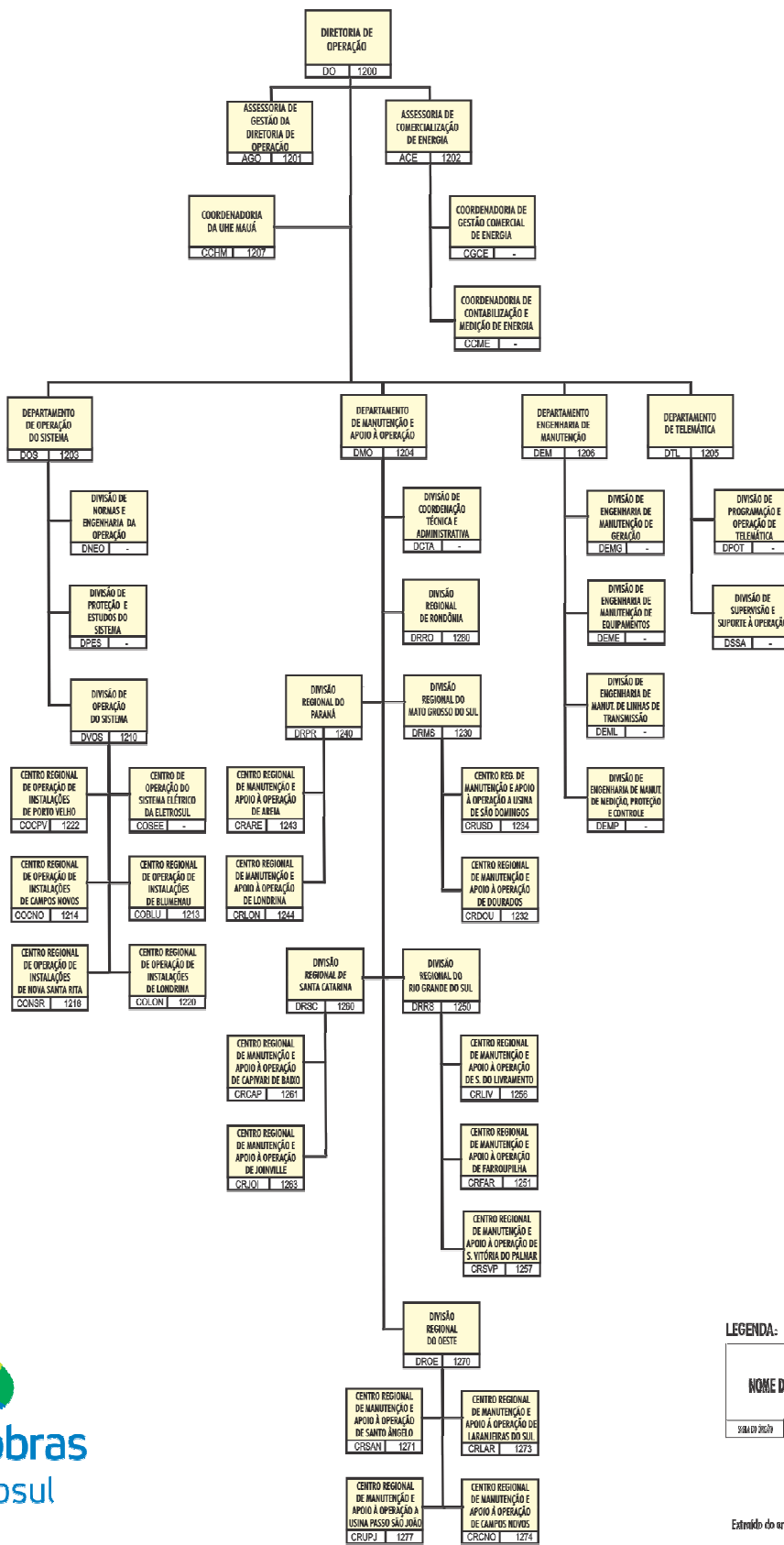
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



DIRETORIA FINANCEIRA



DIRETORIA DE OPERAÇÃO



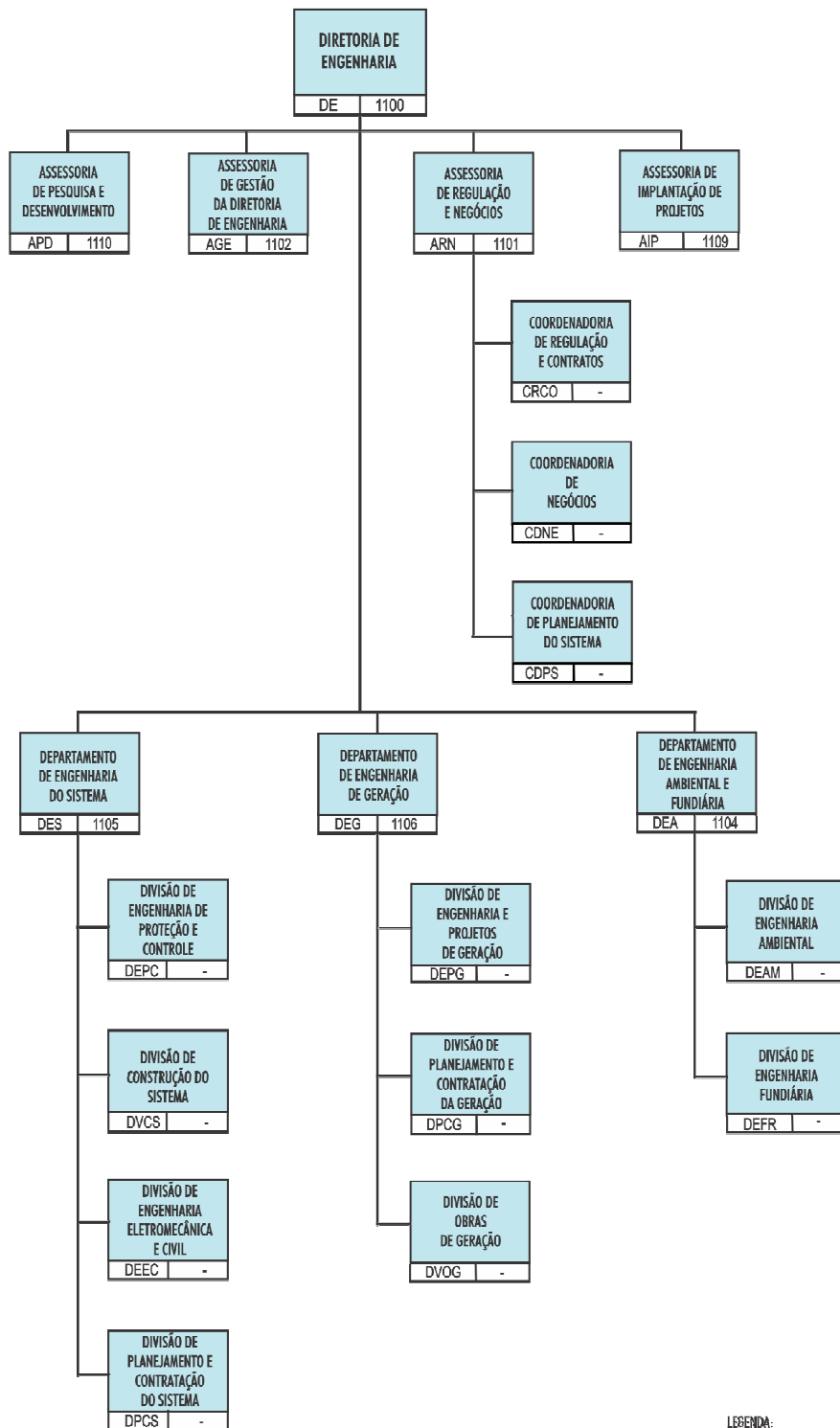
LEGENDA:

NOME DO ÓRGÃO

55647	55648
-------	-------

Extraído do organograma atualizado em 23/11/2013

DIRETORIA DE ENGENHARIA



Descrição das atribuições e processos das áreas constantes do organograma

A Assembleia dos Acionistas, Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria Executiva constam no item 3.1 – Estrutura de Governança.

Áreas/Subunidades Estratégicas: Presidência (PRE)

Missão: Orientar as políticas e estratégias empresariais e a representação da Eletrosul, e coordenar as ações da Diretoria Executiva com vistas a assegurar o funcionamento integrado da Empresa.

Titular: Eurides Luiz Mescolotto

Cargo: Diretor-Presidente

Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Assessoria de Comunicação Social e Marketing (ACS)

Missão: Coordenar o desenvolvimento e a implantação da política de comunicação social e marketing institucional.

Titular: Sandra da Silva Peres

Cargo: Gerente da Assessoria de Comunicação Social e Marketing

Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Assessoria Jurídica (AJU)

Missão: Resguardar os interesses empresariais e preservar o patrimônio jurídico da Eletrosul.

Titular: Fabiano Marcos Zwicker

Cargo: Gerente da Assessoria Jurídica

Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Assessoria de Responsabilidade Social (ARS)

Missão: Gerir as Políticas de Responsabilidade Social visando à transformação das comunidades de convivência da Empresa, novos empreendimentos e prospecção de negócios.

Titular: Denise Cristina Basílio

Cargo: Gerente da Assessoria de Responsabilidade Social

Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)

Missão: Gerenciar o desenvolvimento das ações para a incorporação das melhores práticas de governança corporativa e gestão empresarial, considerando requisitos de sustentabilidade, riscos e controles internos.

Titular: Claudiney Gonzaga França

Cargo: Gerente da Assessoria de Gestão Empresarial

Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Secretaria Geral (SGE)

Missão: Secretariar e assessorar os órgãos de deliberação coletiva da Administração Superior da Empresa e prestar apoio técnico, administrativo e financeiro ao Gabinete do Diretor-Presidente e orçamentário às Áreas vinculadas à Presidência.

Titular: Maria Luísa Longen Cavallazzi

Cargo: Secretária-Geral

Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Diretoria Administrativa (DA)

Missão: Administrar de forma econômica, competitiva e temporal a gestão de pessoas, de informação, de suprimentos corporativos e de infraestrutura, bem como as relações trabalhistas e sindicais, objetivando maximizar os resultados empresariais.

Titular: Paulo Afonso Evangelista Vieira

Cargo: Diretor Administrativo

Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Assessoria de Gestão da Diretoria Administrativa (AGA)

Missão: Assessorar o Diretor Administrativo nos assuntos técnico-administrativos de responsabilidade da Diretoria.

Titular: Marialba dos Santos Coelho

Cargo: Gerente da Assessoria de Gestão da Diretoria Administrativa

Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura (DGI)

Missão: Instrumentalizar os processos de negócios através do provimento e administração de sistemas/aplicativos corporativos, de instrumentos normativos, de transportes, da gestão do acervo documental e da infraestrutura predial da Sede.

Titular: Tarcisio Kemper

Cargo: Gerente do Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura

Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

Missão: Assegurar o planejamento e execução das políticas de gestão de pessoas da Empresa.

Titular: Jorge da Silva Mendes

Cargo: Gerente do Departamento de Gestão de Pessoas

Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Departamento de Gestão de Suprimentos (DGS)

Missão: Promover o suprimento de bens e serviços, administrar os materiais e equipamentos de estoque, coordenar a gestão de transporte internacional e de seguros.

Titular: Edson Augusto Buch

Cargo: Gerente do Departamento de Gestão de Suprimentos

Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Diretoria Financeira (DF)

Missão: Gerenciar os recursos econômico-financeiros visando maximizar, de forma sustentável, os resultados empresariais.

Titular: Antonio Waldir Vittori

Cargo: Diretor Financeiro

Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Assessoria Econômico-Financeira (AEF)

Missão: Assessorar a Diretoria nos assuntos de natureza econômico-financeira.

Titular: Janildo Jovino da Silveira

Cargo: Gerente da Assessoria Econômico-Financeira

Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Assessoria de Gestão da Diretoria Financeira (AGF)

Missão: Assessorar o Diretor Financeiro na gestão dos assuntos econômico-financeiros da Empresa.

Titular: Tomé Aumary Gregório
Cargo: Gerente da Assessoria de Gestão da Diretoria Financeira
Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Departamento de Contabilidade (DCO)
Missão: Administrar o sistema de informações contábeis e de controle patrimonial da Empresa.
Titular: Sandro Rodrigues da Silva
Cargo: Gerente do Departamento de Contabilidade
Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Departamento Econômico-Financeiro (DEF)
Missão: Elaborar o planejamento econômico-financeiro de forma a subsidiar a Administração Superior na tomada de decisão e administrar os recursos financeiros da Empresa.
Titular: Andréa Catão Martins
Cargo: Gerente do Departamento Econômico-Financeiro
Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Diretoria de Operação (DO)
Missão: Assegurar a Operação, Manutenção e a Telemática do Sistema Elétrico de Transmissão e Geração da Empresa, e a Comercialização de Energia das Usinas.
Titular: Ronaldo dos Santos Custódio
Cargo: Diretor de Operação
Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Assessoria de Comercialização de Energia (ACE)
Missão: Assessorar a Diretoria de Operação nos assuntos relacionados à comercialização de energia elétrica, bem como, ao mercado de crédito de carbono e de subprodutos da geração de energia elétrica.
Titular: Alceu Vieira Neto
Cargo: Gerente da Assessoria de Comercialização de Energia
Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Assessoria de Gestão da Diretoria de Operação (AGO)
Missão: Assessorar o Diretor de Operação nos assuntos técnico-administrativos de responsabilidade da Diretoria.
Titular: Ronaldo Bauer Lessa
Cargo: Gerente da Assessoria de Gestão da Diretoria de Operação
Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Departamento de Engenharia de Manutenção (DEM)
Missão: Administrar o desempenho dos ativos dos sistemas de geração e transmissão de energia elétrica, buscando a melhor relação entre disponibilidade e confiabilidade dos ativos, atuando de forma sustentável sob os aspectos econômico, social e ambiental.
Titular: Ayres Melchiades Ulysséa Junior
Cargo: Gerente do Departamento de Engenharia de Manutenção
Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Departamento de Manutenção e Apoio à Operação (DMO)
Missão: Assegurar a disponibilidade dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica com qualidade e confiabilidade, através da manutenção e apoio à operação de usinas, subestações, linhas de transmissão e sistema de telecomunicações.

Titular: Altair Coutinho de Azevedo Junior
Cargo: Gerente do Departamento de Manutenção e Apoio à Operação
Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Departamento de Operação do Sistema (DOS)
Missão: Administrar a operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica, buscando assegurar a confiabilidade e disponibilidade desses sistemas.
Titular: Adriano Pauli
Cargo: Gerente do Departamento de Operação do Sistema
Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Departamento de Telemática (DTL)
Missão: Prover a infraestrutura e serviços de telemática e automação para a Empresa.
Titular: Marcos Romeu Benedetti
Cargo: Gerente do Departamento de Telemática
Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Diretoria de Engenharia (DE)
Missão: Assegurar a otimização e expansão dos negócios da Empresa.
Titular: Ronaldo dos Santos Custódio
Cargo: Diretor de Engenharia
Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Assessoria de Gestão da Diretoria de Engenharia (AGE)
Missão: Assessorar o Diretor de Engenharia nos assuntos relacionados com a gestão da Diretoria.
Titular: Rubem Abrahão Gonçalves Filho
Cargo: Gerente da Assessoria de Gestão da Diretoria de Engenharia
Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Assessoria de Implantação de Projetos (AIP)
Missão: Administrar o monitoramento dos empreendimentos de geração e transmissão da Eletrosul e em parceria, durante a fase de implantação.
Titular: Maurício Xavier
Cargo: Gerente da Assessoria de Implantação de Projetos
Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Assessoria de Pesquisa e Desenvolvimento (APD)
Missão: Gerir os processos de inovação e de eficiência energética na Eletrosul propiciando ganhos de competitividade sustentável e sócio-ambiental responsável.
Titular: Jorge Luis Alves
Cargo: Gerente da Assessoria de Pesquisa e Desenvolvimento
Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Assessoria de Regulação e Negócios (ARN)
Missão: Assessorar a Diretoria de Engenharia nos assuntos relacionados à regulação e aos negócios da Empresa.
Titular: Marcelo Kowalski Teske
Cargo: Gerente da Assessoria de Regulação e Negócios
Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Departamento de Engenharia Ambiental e Fundiária (DEA)

Missão: Assegurar que a implantação dos empreendimentos da Empresa ocorra em consonância com a política de preservação socioambiental e gestão patrimonial, garantindo o atendimento aos requisitos legais e promovendo o princípio da sustentabilidade.

Titular: Giovani Gonçalves Petri

Cargo: Gerente do Departamento de Engenharia Ambiental e Fundiária

Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Departamento de Engenharia de Geração (DEG)

Missão: Administrar o desenvolvimento de estudos e projetos de engenharia, contratação e aquisição de serviços e bens, e a execução de obras, visando assegurar a implantação dos empreendimentos de geração de energia elétrica da Empresa.

Titular: Franklim Fabricio Lago

Cargo: Gerente do Departamento de Engenharia de Geração

Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

Áreas/Subunidades Estratégicas: Departamento de Engenharia do Sistema (DES)

Missão: Administrar o desenvolvimento de estudos e projetos de engenharia e a execução de obras, visando assegurar a implantação dos empreendimentos da expansão, integração de usinas e a otimização da infraestrutura do sistema de transmissão da Empresa.

Titular: Marco Antonio Salgueiro dos Santos

Cargo: Gerente do Departamento de Engenharia do Sistema

Período de atuação: janeiro a dezembro de 2014

1.4 Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos da Eletrosul são: Geração & Comercialização de Energia e a Transmissão de Energia Elétrica.

Em 2007 iniciou-se o mapeamento dos processos, com a elaboração de mapas, normas e procedimentos para padronização, devidamente aprovados pela Diretoria Executiva. Outros procedimentos são documentados, há mais de 30 anos, por meio dos manuais de operação e de manutenção, que determinam o que e como devem ser feitos pelos profissionais para garantir que o padrão de trabalho seja executado por todos os envolvidos.

Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Geração & Comercialização de Energia	Desde a prospecção de oportunidades em negócios de geração até a gestão dos contratos de comercialização de energia	Produção de energia elétrica	Agentes Geradores, os Produtores Independentes e os Autoprodutores de Energia. Agentes Importadores e Exportadores, Comercializadores e Consumidores Livres	ARN AIP DEG DEA ACE DOS DEM DMO DTL
Transmissão de energia Elétrica	Desde a prospecção de oportunidades em negócios de	Disponibilidade de Linhas de Transmissão	Agentes Geradores e Distribuidores, os Produtores	ARN AIP DES

	transmissão até a operação e manutenção da transmissão		Independentes e os Autoprodutores de Energia e Operador Nacional do Sistema	DEA DOS DEM DMO DTL
--	--	--	--	---------------------------------

Fonte: Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura - DGI

Os produtos e serviços gerados pelos macroprocessos relacionados no Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalísticos contribuem para geração de receitas próprias, conforme Quadro A.1.4.1, a seguir, exceto receita de construção:

Quadro A.1.4.1 – Receita Operacional Bruta – 31.12.2014

Descrição	Valor (R\$ Mil)	%
Receita de Geração/Energia de Curto Prazo	371.555	31,59
Receita de Transmissão, exceto construção	774.473	65,84
Total da receita da Empresa, exceto construção	1.176.231	

Fonte: Departamento de Contabilidade - DCO

Quadro A.1.4.2 – Manuais de Operação e de Manutenção

Padrões de trabalho	Manual técnico de operação	Manual técnico de manutenção
Critério	Baseado nas normas da ANEEL e do ONS	Baseado nas normas da ANEEL e do ONS, bem como nos catálogos dos fabricantes de equipamentos
Composição	Normas, Procedimentos e Instruções Técnicas	Normas, Procedimentos e Instruções Técnicas
Divulgação	Via correio eletrônico e disponibilizado no ambiente de escritório “Lotus Notes”	

Fonte: Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura - DGI

Os serviços de geração e transmissão de energia elétrica são garantidos pelo Departamento de Operação do Sistema - DOS, Departamento de Manutenção e Apoio à Operação - DMO e Departamento de Engenharia de Manutenção - DEM, no que se refere à operação e manutenção. Esses dois órgãos constantemente realizam:

- o monitoramento do estado, condições e ocorrências em equipamentos e linhas de transmissão;
- a avaliação do estado dos equipamentos;
- a inspeção para verificação de anormalidades (inspeção diária ou semanal);
- o registro em sistemas corporativos dos defeitos ou anormalidades detectadas/encontradas em equipamentos e LTs – Linhas de Transmissão;
- o gerenciamento da execução dos Pedidos de Serviço (PS) de manutenção.

Para garantia da qualidade dos serviços, a Eletrosul possui também sistemas de monitoramento *on-line* de alarmes e grandezas de equipamentos, tais como, sistema de supervisão e controle e central de monitoramento de equipamentos. O desempenho do processo e melhorias são continuamente verificados.

O processo principal “Operar Sistema Elétrico” é avaliado por meio da análise dos dados cadastrados no RDOS - Relatório Diário de Ocorrências no Sistema, que é avaliado do ponto de vista de desempenho de proteção, por meio da elaboração de AOS - Análise de Ocorrência no Sistema (deste o ano de 1976), que gera PS - Pedido de Serviço à área de manutenção, e dos procedimentos operacionais, por meio da elaboração de RAPO - Relatório de Análise de Procedimentos Operacionais (deste o ano de 2006), e onde são geradas recomendações às áreas de manutenção, operação, telemática e engenharia.

Também são realizadas inspeções periódicas, pelas equipes de operação das instalações, gerando PS à área de manutenção para correção de anormalidades (essa prática existe desde 2007).

O processo de “Manutenção da Geração e Transmissão” é avaliado criticamente por meio da análise dos indicadores de desempenho, pelo Departamento de Manutenção e Apoio à Operação – DMO, a partir de relatórios, estatísticas e dados históricos. Quando são constatadas anormalidades, emitem-se PS de manutenção. A engenharia de manutenção analisa a incidência das anormalidades e o final de vida útil dos equipamentos e emite uma RT – Recomendação Técnica para as Regionais envolvidas efetuarem as correções/adequações necessárias. Essas avaliações resultam em maior disponibilidade e confiabilidade do sistema, bem como na preservação do meio ambiente onde a empresa atua.

A disponibilidade do sistema de transmissão indica o percentual do tempo em que este permaneceu em operação ou disponível para operar durante um período específico considerado. O indicador de disponibilidade de transmissão é calculado com base nos Procedimentos de Rede - Submódulo 25.8 “Indicadores de desempenho de equipamentos e linhas de transmissão e das funções transmissão e geração”.

O índice de disponibilidade de transmissão da Eletrosul obteve, nos quatro últimos anos, os resultados a seguir apresentados:

Quadro A.1.4.3 – Disponibilidade de Transmissão			Valores em %	
Instalação	2011	2012	2013	2014
Linhas de Transmissão	99,90	99,89	99,88	99,63
Banco de Capacitores	99,75	99,74	99,97	99,93
Reatores	99,94	99,77	99,84	99,68
Transformadores	99,88	99,87	99,86	99,84

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial - ASG

No que concerne às concessionárias de transmissão de energia elétrica, a Aneel, por meio da Resolução Normativa nº 270/2007, define indicadores que permitem aferir o desempenho das concessionárias de transmissão:

- **Parcela Variável - PV:** é a parcela a ser deduzida da receita da transmissora em função da não prestação adequada do serviço público de transmissão;
- **Adicional à RAP:** é o valor a ser adicionado à receita anual da transmissora que apresenta elevado desempenho.

Neste contexto, a Eletrosul objetiva executar com excelência todos os seus processos e em especial os vinculados à transmissão de energia, visando manter a maior disponibilidade dos seus ativos e, consequentemente, adicionar valores à sua receita.

No que tange à Geração, há um indicador de disponibilidade também, que tem como base as taxas de indisponibilidade programadas e forçadas. A seguir são apresentados os índices de disponibilidade na geração hídrica, e na geração eólica dos últimos dois anos:

Quadro A.1.4.4 – Disponibilidade da Geração		
Disponibilidade	2013	2014
Disponibilidade Hidrelétricas	90,42%	89,78%
Disponibilidade Eólicas	99,03%	98,33%

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial - ASG

Para se dar curso aos processos são necessários insumos de materiais e serviços por meio de fornecedores. Abaixo estão relacionados os principais:

Quadro A.1.4.5 – Principais Fornecedores e Insumos por Tipo de Fornecimento

Tipo	Fornecedores	Insumos
Material	Fabricante de equipamentos eletromecânicos e materiais elétricos, telecomunicações e informática	Equipamentos de sistema de supervisão e controle
		Equipamentos/materiais elétricos, eletrônicos e mecânicos
		Equipamentos de infraestrutura do sistema de telecomunicação e do sistema de transmissão
Serviço	Empreiteiros	Construção e infraestrutura de instalações do sistema de transmissão e geração
	Consultorias	Projetos de engenharia
	Vigilância, limpeza e conservação	Serviços de vigilância, limpeza e conservação

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial - ASG

Principais Parceiros:

MACROPROCESSO: Geração de Energia Elétrica

- Consórcio Energético Cruzeiro do Sul
- Companhia Hidroelétrica Teles Pires S.A.
- ESBR Participações S.A.
- Livramento Holding S.A.
- Chuí Holding S.A.
- Santa Vitória do Palmar Holding S.A.
- Eólica Hermenegildo I S.A.
- Eólica Hermenegildo II S.A.
- Eólica Hermenegildo III S.A.
- Eólica Chuí IX S.A.

MACROPROCESSO: Transmissão De Energia Elétrica

- Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A.
- Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.
- Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
- Marumbi Transmissora de Energia S.A.
- Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.
- Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.
- Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.
- Uirapuru Transmissora de Energia S.A.

2 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1 Estrutura de Governança

A Eletrosul cumpre suas atribuições, definidas pela Lei Nº 6.404, das Sociedades por Ações, em que apresenta sua Administração Superior, constituída pela Assembleia Geral dos acionistas, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, além de Conselho Fiscal com atribuição de fiscalizar os atos da alta administração.

A Auditoria Interna, por sua vez, vinculada ao Conselho de Administração, tem a função de assessorar a Administração da empresa na verificação dos atos, procedimentos e processos empresariais, sob a ótica da legalidade, moralidade, economicidade, ética e transparência.

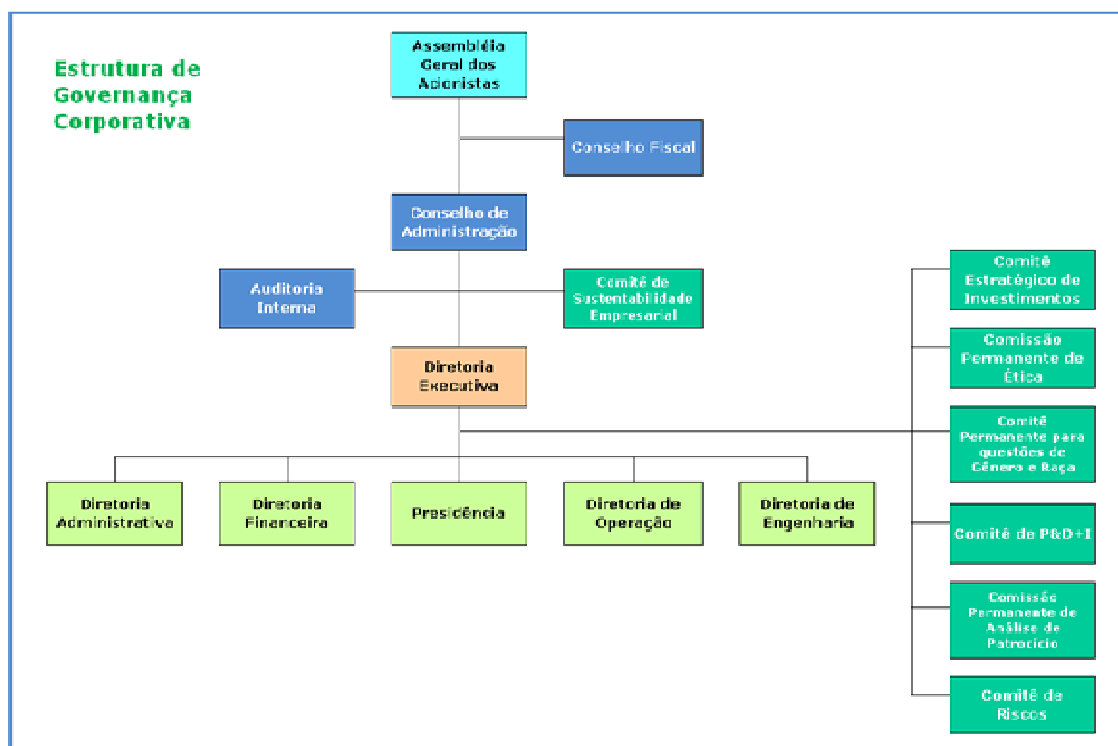
A Eletrosul, além de integrar o Comitê de Sustentabilidade do Sistema Eletrobras, tem em sua estrutura de gestão o Comitê de Sustentabilidade Empresarial Eletrosul (CSEE), vinculado ao Conselho de Administração e coordenado pelo Diretor-Presidente. Observadas as restrições decorrentes de sua condição de empresa de capital fechado, alinha-se às melhores práticas de Governança Corporativa, de acordo com os princípios estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

A Eletrosul conta, também, com a Assessoria de Gestão Empresarial (ASG), órgão vinculado à Presidência, que tem como um de seus objetivos identificar, analisar, avaliar e monitorar, de forma integrada com as áreas de negócios, os riscos críticos entre os pilares estratégico, financeiro, operacional e de *compliance*, além de revisar, implantar, acompanhar e avaliar os controles internos dos processos da empresa.

É importante salientar que a auditoria independente é realizada em conformidade com a Instrução CVM Nº 381, de 14/01/2003, referendada pelo Ofício Circular/CVM/SNC/ SEP Nº 01/2007, de 14/02/2007. Em 2014, foi contratada a empresa *KPMG* Auditores Independentes para a prestação de serviços técnicos especializados de auditoria das Demonstrações Financeiras. Em 2014 a Companhia também contratou a *KPMG* para revisão do Relatório de Controle Patrimonial, bem como das demonstrações financeiras regulatórias.

Apesar de se tratar de uma empresa de capital fechado, a gestão da Eletrosul impacta na valorização da Eletrobras, que tem ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), de Madri (Latibex) e de Nova Iorque (NYSE), fonte importante para captação de recursos para novos investimentos.

A estrutura da governança corporativa da Eletrosul é constituída pela Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva, e conta com o apoio de órgãos de assessoramento e comitês estratégicos, conforme apresentado na figura a seguir:



ASSEMBLEIA GERAL DOS ACIONISTAS – Convocada e instalada de acordo com a lei pertinente e o Estatuto Social da Eletrosul, tem poderes para decidir sobre todos os negócios da empresa, e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e seu desenvolvimento.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – Órgão colegiado de funções deliberativas, previstas em Lei e no Estatuto Social da empresa. O Conselho de Administração é integrado por até seis membros, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, os quais designam, dentre eles, o Presidente, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição. Destes, três são considerados Conselheiros Independentes por não possuírem vínculo com o segmento de energia elétrica. Um dos membros do Conselho de Administração é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. O conselho conta, também, com um membro eleito pelos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos, em eleição de uma chapa composta por titular e suplente, organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representam, nos termos da legislação vigente.

PRESIDÊNCIA E DIRETORIAS – Órgãos responsáveis pelo planejamento, pela coordenação e pelo controle de atividades específicas à sua área de atuação, definidas na Lei das Sociedades Anônimas, no Estatuto Social e no Manual de Organização da empresa.

Fiscalizador

CONSELHO FISCAL – Órgão colegiado responsável pela fiscalização dos atos dos administradores da Eletrosul, e verificação do cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

Assessoramento

Órgãos que prestam assessoramento ao Conselho de Administração, à Presidência e às Diretorias na formulação de estratégias e planos de ação: Auditoria, Assessorias, Secretaria Geral e Ouvidoria.

Administração Intermediária

Órgãos que constituem as unidades administrativas, organizados por meio de departamentos e coordenações, responsáveis pela operacionalização dos programas de trabalho, que têm subordinados a si órgãos de gerências operacionais.

Administração Operacional

Órgãos que executam os planos de trabalho previamente estabelecidos referentes às suas atividades específicas e organizados por meio de divisões, coordenadorias e/ou centros regionais de manutenção/operação.

Auditoria Interna

Vinculada ao Conselho de Administração da Eletrosul, a Auditoria Interna assessora a Administração da Empresa na verificação dos atos, procedimentos e processos empresariais, sob a ótica da legalidade, moralidade, economicidade, ética e transparência, estando as suas competências e organização previstas em Regulamento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. A atuação da unidade de Auditoria Interna está baseada em seu "Plano Anual de Atividades - PAINT", aprovado pelo Conselho de Administração, após prévia análise da CGU e do Conselho Fiscal.

Ouvidoria

A Ouvidoria Geral da Eletrosul tem como finalidade ser um canal permanente de comunicação com os empregados e com os demais públicos, contribuindo para o desenvolvimento da empresa, para a cultura da cidadania, e para a preservação dos direitos individuais e coletivos, sempre objetivando a plena transparência e publicidade dos atos da administração e contribuindo para o efetivo controle social da gestão pública.

Órgãos Especiais

COMITÊS – Órgãos colegiados permanentes, designados formalmente por resolução da Diretoria Executiva, que tem como função analisar, estudar, propor e avaliar as políticas da empresa.

COMISSÕES, GRUPOS DE TRABALHO e FORÇAS-TAREFA – Órgãos colegiados temporários, designados formalmente por resolução da Diretoria Executiva, que têm como função analisar, estudar, propor e avaliar alternativas para a solução de problemas específicos da empresa.

Para assuntos de natureza estratégica, são constituídos grupos específicos, conforme descritos a seguir:

COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL DA ELETROSUL (CSEE) - Criado em 10/07/2007, o Comitê sofreu alterações no Regimento Interno e estrutura a partir de 2012. Órgão de assessoramento ao Conselho de Administração e coordenado pelo Diretor-Presidente, que tem por objetivo promover e garantir todos os aspectos relacionados à sustentabilidade (dimensão econômica, social e ambiental), mediante identificação, abordagem e tratamento de assuntos críticos que representem riscos ou possam ter impacto relevante nos negócios, nos resultados de longo prazo, no relacionamento com os públicos de interesse e na imagem da empresa. Além disso, a Eletrosul integra o Comitê de Sustentabilidade do Sistema Eletrobras.

COMITÊ ESTRATÉGICO DE INVESTIMENTO (CEI) - Foi criado com a responsabilidade de assessorar a Diretoria Executiva na constituição de macro-orientações e em tomadas de decisão relativas a investimentos em ativos do sistema elétrico, sejam eles próprios, sejam em regime de consórcio ou sociedade de propósito específico.

COMISSÃO PERMANENTE DE ÉTICA - A Comissão Permanente de Ética da Eletrosul foi criada em 2001 com o propósito de disseminar conhecimento e esclarecer dúvidas quanto à conduta ética entre seus empregados, administradores e prepostos. Assim, é possível minimizar a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos, bem como fortalecer a imagem da empresa e de seus empregados perante a sociedade.

Além disso, a comissão é responsável por apurar, de ofício ou mediante denúncia, fato ou conduta em desacordo com as normas éticas e recomendar, acompanhar e avaliar, no âmbito do órgão ou entidade a que estiver vinculada, o desenvolvimento de ações, objetivando a disseminação, a capacitação e o treinamento sobre o tema. A Comissão é formada por três membros efetivos, com mesmo número de suplentes, contando, também, com uma pessoa responsável pela Secretaria Executiva.

COMITÊ PERMANENTE PARA QUESTÕES DE GÊNERO E RAÇA - A consciência e o compromisso com a responsabilidade social numa empresa passam cada vez mais pela incorporação de valores como igualdade, dignidade e justiça. Nesse sentido, a Eletrosul vem buscando promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, respeitando as suas diferenças biológicas e erradicando as desigualdades socioculturais. Para tanto, foi instituído o Comitê Permanente para Questões de Gênero e Raça da Eletrosul, formalizado em 2006 e composto, atualmente, por 14 empregados de diversas áreas da empresa. O comitê tem por atribuição conscientizar, sensibilizar e estimular os gestores e empregados nas questões de gênero e raça, fomentar debates, implantar e monitorar projetos e ações voltadas para a mulher e contribuir para o desenvolvimento sustentável na região em que atua, por meio da proposição da política de equidade de gênero e raça. Com essa perspectiva, a empresa aderiu à quinta edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), com o objetivo de dar continuidade às ações que vem desenvolvendo.

Dessa forma, foi observada a evolução efetiva na promoção da equidade de gênero e raça, podendo ser constatada pela crescente participação feminina na ocupação de cargos e funções tradicionalmente masculinas, bem como a ampliação do número de mulheres em cargos de chefia e decisão, com uma valorização da diversidade social dentro da empresa. Os resultados alcançados derivam também de um processo preventivo às questões de discriminação no ambiente de trabalho, promovendo maior sensibilização, socialização de conhecimento e garantia de direitos sociais.

COMITÊ DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - Criado em 2002, o Comitê de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica da Eletrosul tem a responsabilidade de avaliar e decidir sobre projetos de pesquisa realizados pela empresa. O comitê é composto por empregados de todas as diretorias, designados pela Diretoria Executiva da Eletrosul e por profissionais e/ou entidades vinculadas direta ou indiretamente a atividades de pesquisa e desenvolvimento, e à inovação tecnológica. Poderão participar de reuniões do Comitê, mediante convite feito pelo Coordenador-Geral, outras personalidades que, notoriamente, possam contribuir nas decisões.

COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE PATROCÍNIO - A Comissão Permanente de Análise de Patrocínio tem o objetivo de aprovar projetos para patrocínio e apoio da Eletrosul, de acordo com a Tabela de Níveis e Limites de Competência (NLCR). Para que os projetos sejam

aceitos, é preciso que tenham caráter estruturante para comunidades de baixa renda, visando a novas oportunidades de trabalho e renda, e que sejam voltados à formação profissional, propiciando maior empregabilidade dessa população. Além disso, são aceitos aqueles que revelem e mantenham novos atletas que já tenham se destacado em sua modalidade esportiva, projetos educacionais ou de formação cultural em comunidades de baixa renda. No que se refere a projetos institucionais e de visibilidade de marca, a Comissão aprova projetos que se enquadrem como culturais, esportivos, ambientais ou eventos industriais/comerciais, seja do setor elétrico ou não.

A comissão é constituída pelo Chefe de Gabinete da Presidência, Gerente da Assessoria de Comunicação e Marketing e os Gerentes das Assessorias de Gestão das Diretorias Administrativa, Financeira, de Engenharia e de Operação.

COMITÊ DE RISCOS (GIR) - Foi criado em 20 de janeiro de 2011 com a responsabilidade de assessorar a Diretoria Executiva no acompanhamento da Gestão Integrada de Riscos - GIR, auxiliando a área responsável a eleger, validar, aprovar e monitorar os riscos relevantes existentes ou que possam vir a comprometer o alcance das estratégias corporativas.

Sistema de Correição

A apuração de falta disciplinar é realizada segundo critérios estabelecidos na Norma de Gestão 020, adequada aos aspectos decorrentes de Acordo Coletivo e em harmonia com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A falta disciplinar grave, consistente com a aplicação da penalidade de demissão por justa causa, é apurada por Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, nomeada pela Diretoria Executiva, e conta com a participação de representante sindical, sempre no intuito de promover o contraditório e a ampla defesa do empregado sindicalizado.

A Eletrosul possui todas as informações referentes aos seus empregados arquivadas, em pasta denominada PAI - Pasta de Assentamento Individual e com as respectivas informações registradas nos Sistemas HR Consist e Tera Term CMP, sendo que a documentação original está arquivada no Departamento de Gestão de Pessoas - DGP, e nas Divisões Regionais da Empresa, conforme lotação do(a) empregado(a).

Em 11/12, a Diretoria Executiva aprovou, por intermédio da RD-1552-06, a Norma de Gestão 118, que estabelece diretrizes para o gerenciamento do processo de apuração disciplinar na Empresa, em estrita observância à legislação pertinente.

Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

A Política de Uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares CGU-PAD, para o gerenciamento das informações relativas aos procedimentos disciplinares instaurados na Eletrosul, está em fase de aprovação.

2.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Informações sobre a atuação da unidade de auditoria interna:

a) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas - A estratégia de atuação da unidade de Auditoria Interna está consolidada no

Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna - PAINT, que contemplou no exercício de 2014, 28 (vinte e oito) projetos de Auditoria, dos quais, 19 (dezenove) projetos foram realizados na Unidade Central e 09 (nove) em Áreas Descentralizadas.

b) Informações das auditorias realizadas no exercício de referência do relatório de gestão:

Quadro A 2.2 – Auditorias Realizadas

Nome do Projeto	Escopo	Área auditada	H/H realizado
Atendimento às Diligências do TCU e CGU	Receber e dar apoio às equipes de trabalho da CGU e do TCU. Receber as demandas do TCU e CGU, repassando-as às Áreas gestoras dos processos pertinentes, verificar a adequação e a qualidade das informações e enviá-las ao requerente.	-	289
SOX - Testes de Administração	Verificar a eficácia dos controles internos financeiros da Eletrosul, em cumprimento à seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley. Os testes serão aplicados dentro dos padrões definidos pela Eletrobrás e pela Lei Sarbanes-Oxley.	ASG, DCO, DGI, DGP	620
Investimentos Sociais	Analisar os processos de seleção, contratação, acompanhamento da execução, prestação de contas, guarda da documentação, pagamento e contabilização.	ACS, ARS	504
Comercialização de Energia	Analisar os procedimentos pertinentes à comercialização de energia elétrica. Verificar os controles internos existentes.	ACE	340
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	Analisar a adequação dos percentuais regulamentados e a aplicação dos valores destinados aos programas e projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D. Verificar os procedimentos e os controles internos existentes, incluindo o cadastramento no Sistema de Gestão de Pesquisa e Desenvolvimento da Aneel, as licitações e o gerenciamento dos contratos, a contabilização e os desembolsos financeiros dos referidos Programas. Verificar os registros das contratações e convênios celebrados nos Sistemas Informatizados da Empresa no SIASG e SICONV, respectivamente.	APD	458
Contas a Receber	Analisar as posições, a veracidade e adequabilidade das informações, o controle e o seu gerenciamento.	DCO, DEF	290
Licitação, Convênio Dispensa e Inexigibilidade	Analisar os processos de licitação, contratação, termos aditivos, gerenciamento de contratos, penalizações, pagamento e contabilização. Avaliar a aderência dos procedimentos adotados aos critérios de sustentabilidade ambiental, quando aplicável. Avaliar a regularidade dos processos relativos à dispensa e/ou da inexigibilidade. Verificar o gerenciamento da execução dos convênios, acordos e ajustes firmados; meta ou objetivo previsto; resultados alcançados; situação da prestação de contas; atos e fatos que prejudicaram o não atingimento das metas; providências adotadas para os casos de atraso ou ausência das prestações de contas parcial ou final. Verificar os registros das contratações e convênios celebrados nos Sistemas Informatizados da Empresa e no SIASG e SICONV, respectivamente.	ACS, DGP, DGS	610
Divisão Regional do Rio Grande do Sul - DRRS	Analisar o gerenciamento das atividades de manutenção das LT's e SE's; movimentação financeira e obediência dos limites de pagamento, avaliar os procedimentos adotados para compras de materiais e contratação de serviços,	DRRS	582

Nome do Projeto	Escopo	Área auditada	H/H realizado
	gerenciamento dos equipamentos gerais, gestão de estoques, transportes, limpeza e conservação e segurança empresarial, atendimento à NR10. Avaliar a aderência dos procedimentos adotados aos critérios de sustentabilidade ambiental, quando aplicável.		
Divisão Regional de Santa Catarina - DRSC	Analisar o gerenciamento das atividades de manutenção das LT's e SE's; movimentação financeira e obediência dos limites de pagamento, avaliar os procedimentos adotados para compras de materiais e contratação de serviços, gerenciamento dos equipamentos gerais, gestão de estoques, transportes, limpeza e conservação e segurança empresarial, atendimento à NR10. Avaliar a aderência dos procedimentos adotados aos critérios de sustentabilidade ambiental, quando aplicável.	DRSC	563
Acompanhamento dos Programas de Governo	Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, destacando para cada programa de governo ou programa de trabalho: Programa/Ação Administrativa; objetivos gerais e específicos; metas previstas; resultados alcançados; avaliação crítica dos resultados alcançados e do desempenho da unidade; justificar o não cumprimento das metas e as providências que foram adotadas. Analisar os indicadores vinculados ao Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE celebrado com a Eletrobrás, verificar a confiabilidade dos índices, o cumprimento das metas propostas, as justificativas pelo não cumprimento e as providências que foram adotadas.	ASG, DEF	167
Divisão Regional de Rondônia - DRRO	Analisar o gerenciamento das atividades de manutenção das LT's e SE's; movimentação financeira e obediência dos limites de pagamento, avaliar os procedimentos adotados para compras de materiais e contratação de serviços, gerenciamento dos equipamentos gerais, gestão de estoques, transportes, limpeza e conservação e segurança empresarial, atendimento à NR10. Avaliar a aderência dos procedimentos adotados aos critérios de sustentabilidade ambiental, quando aplicável.	DRRO	367
Prestação de Contas	Montar a Prestação de Contas da Empresa, conforme instruções do TCU, e efetuar análise preliminar visando a emissão do Parecer previsto no Decreto 3.591, de 06/09/2000.	Todas	466
Imobilizado	Analisar as adições, as baixas, as transferências e as depreciações. Verificar a avaliação dos ativos ao valor recuperável (impairment), conforme Resolução CFC nº 1.292/10 e disposto na Lei nº 11.638/2007. Avaliar os controles existentes. Verificar existências físicas.	DCO, DGI	389
Segurança do Trabalho em Sistemas de Transmissão e Geração de Energia Elétrica	Avaliar o planejamento e a observância das Normas Regulamentadoras NR 7 (Programas e Controles de Medicina e Saúde Ocupacional – PCMSO); NR 9 (Programas de Prevenção de Risco Ambiental - PPRA) e NR 10 (Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade). Verificar o registro de acidentes de trabalho - CAT e sua análise pela Empresa. Verificar o desempenho da Empresa nos índices componentes do Fator Acidentário de Prevenção – FAP. Verificar o atendimento às exigências da ANEEL no que se refere à segurança de pessoas, patrimonial e anti-incêndio das instalações.	DGP, DRSC	384

Nome do Projeto	Escopo	Área auditada	H/H realizado
Gestão de Participações Societárias em Empreendimentos de Transmissão e Geração	Verificar o controle interno exercido sobre os recursos investidos em SPE's, os percentuais de participação e a sua contabilização, bem como o desempenho das Empresas em que a Eletrosul possui participação societária no que se refere aos aspectos econômico-financeiros; práticas de governança corporativa e administração empresarial.	AEF, AIP, ARN, ASG, DES, DGP, SGE	446
O&M em Transmissão	Avaliar os controles existentes, a efetividade dos mesmos e o cumprimento dos cronogramas de manutenção corretiva e preventiva. Verificar o resultado e a implementação de recomendações decorrentes de fiscalizações da ANEEL.	AGO, DMO, DOS, DGP, DES	543
Folha de Pagamento	Verificar a consistência da folha de pagamentos, analisar a regularidade dos processos de recrutamento, admissão e demissão; cessão e requisição de pessoal. Verificar o cadastramento de atos de admissão e demissão no SISAC e o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.	DGP	551
Divisão Regional do Mato Grosso do Sul - DRMS	Analisar o gerenciamento das atividades de manutenção das LT's e SE's; movimentação financeira e obediência dos limites de pagamento, avaliar os procedimentos adotados para compras de materiais e contratação de serviços, gerenciamento dos equipamentos gerais, gestão de estoques, transportes, limpeza e conservação e segurança empresarial, atendimento à NR10. Avaliar a aderência dos procedimentos adotados aos critérios de sustentabilidade ambiental, quando aplicável.	DRMS	491
Divisão Regional do Paraná - DRPR	Analisar o gerenciamento das atividades de manutenção das LT's e SE's; movimentação financeira e obediência dos limites de pagamento, avaliar os procedimentos adotados para compras de materiais e contratação de serviços, gerenciamento dos equipamentos gerais, gestão de estoques, transportes, limpeza e conservação e segurança empresarial, atendimento à NR10. Avaliar a aderência dos procedimentos adotados aos critérios de sustentabilidade ambiental, quando aplicável.	DRPR	496
O&M em Geração	Avaliar os controles existentes, a efetividade dos mesmos e o cumprimento dos cronogramas de manutenção corretiva e preventiva. Verificar o resultado e a implementação de recomendações decorrentes de fiscalizações da ANEEL.	DGP, DMO	508
Divisão Regional da Região Oeste – DROE	Analisar o gerenciamento das atividades de manutenção das LT's e SE's; movimentação financeira e obediência dos limites de pagamento, avaliar os procedimentos adotados para compras de materiais e contratação de serviços, gerenciamento dos equipamentos gerais, gestão de estoques, transportes, limpeza e conservação e segurança empresarial, atendimento à NR10. Avaliar a aderência dos procedimentos adotados aos critérios de sustentabilidade ambiental, quando aplicável.	DROE	392
Contratos de Engenharia, Obras e Serviços de Transmissão	Analisar os processos de licitação, contratação, termos aditivos, gestão dos contratos, penalizações, pagamento e contabilização. Verificar os registros das contratações realizadas nos Sistemas Informatizados da Empresa e no SIASG. Avaliar a aderência dos procedimentos adotados aos critérios de sustentabilidade ambiental, quando aplicável.	DES	621

Nome do Projeto	Escopo	Área auditada	H/H realizado
Contratos de Engenharia, Obras e Serviços de Geração	Analisar os processos de licitação, contratação, termos aditivos, gestão dos contratos, penalizações, pagamento e contabilização. Verificar os registros das contratações realizadas nos Sistemas Informatizados da Empresa e no SIASG. Avaliar a aderência dos procedimentos adotados aos critérios de sustentabilidade ambiental, quando aplicável.	DEG	608
Fundação ELOS	Verificar a observância dos limites fixados em lei para repasse de recursos, o reembolso referente ao pessoal cedido, a regularidade das dívidas da Eletrosul (natureza, valor e data) e dos benefícios concedidos, bem como com o fluxo de caixa dos pagamentos das contribuições.	ELOS	369
Gestão e Governança em Tecnologia da Informação	Analisar a gestão e a governança em tecnologia da informação, verificando o planejamento existente, o perfil dos recursos humanos envolvidos, os procedimentos de salvaguarda da informação, a capacidade de desenvolvimento e produção de sistemas e os procedimentos para contratação e gestão de bens e serviços de TI.	DGI	385
Follow-up – AUD/TCU/CGU	Verificar o cumprimento das recomendações da Auditoria Interna, da CGU e determinações do TCU. Nesse trabalho não estão incluídas as recomendações emitidas para as Áreas Descentralizadas, que serão certificadas quando do próximo trabalho a ser realizado na região, o que ocorrerá durante o exercício.	Sede	329
Follow-up - Conselhos Adm. e Fiscal e Ouvidoria	Verificar o cumprimento das decisões do Conselho de Administração, as recomendações do Conselho Fiscal e analisar os trabalhos realizados pela Ouvidoria.	OVGE, SGE	269
Auditoria da Qualidade no Laboratório de Metrologia Elétrica - LAMEE	Analisar os requisitos gerais do Sistema de Qualidade, com base na norma ISO GUIA 17.025, visando a manutenção da certificação pelo INMETRO.	DEMP	84

Fonte: Auditoria Interna

Legenda:

ACE - Assessoria de Comercialização de Energia; ACS - Assessoria de Comunicação Social e Marketing; AEF - Assessoria Econômico-Financeira; AGO - Assessoria de Gestão da Diretoria de Operação; AIP - Assessoria de Implantação de Projetos; APD - Assessoria de Pesquisa e Desenvolvimento; ARN - Assessoria de Regulação e Negócios; ARS - Assessoria de Responsabilidade Social; ASG - Assessoria de Gestão Empresarial; DCO - Departamento de Contabilidade; DEF - Departamento Econômico-Financeiro; DEG - Departamento de Engenharia de Geração; DEMP - Divisão de Engenharia de Manutenção de Medição, Proteção e Controle; DES - Departamento de Engenharia do Sistema; DGI - Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura; DGP - Departamento de Gestão de Pessoas; DGS - Departamento de Gestão de Suprimentos; DMO - Departamento de Manutenção e Apoio à Operação; DOS - Departamento de Operação do Sistema; DRMS - Divisão Regional do Mato Grosso do Sul; DROE - Divisão Regional do Oeste; DRPR - Divisão Regional do Paraná; DRRO - Divisão Regional de Rondônia; DRRS - Divisão Regional do Rio Grande do Sul; DRSC - Divisão Regional de Santa Catarina; OVGE - Ouvidoria Geral; SGE - Secretaria Geral; ELOS – Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social ELOS

c) Demonstração da execução do plano anual de auditoria - Dos 28 projetos de auditoria previstos no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2014, todos foram plenamente executados.

Destacamos a seguir os principais projetos desenvolvidos, as constatações identificadas e providências adotadas pelas áreas de responsabilidade:

Licitação, Convênio Dispensa e Inexigibilidade

Constatações:

- Divergências cadastrais no Sistema ConsistGEM de contratos licitados pelo Departamento de Gestão de Suprimentos – DGS.
- Inconsistências referentes ao contrato nº 1304130072.
- Inconsistências nas contratações por dispensa de valor enquadradas nos incisos I e II da lei 8.666/93 e
- Inobservância de Normativo Interno quanto à formalização de aditivos contratuais (PG-005.17).

As recomendações foram implementadas pelas áreas responsáveis.

Acompanhamento dos Programas de Governo

Não houve constatações.

Folha de Pagamento

Constatações:

- Procedimento de Gestão Empresarial - PG continua desatualizado e
- Persiste a necessidade de atualização da Norma de Gestão Empresarial - NG-080 quanto ao prazo de cessão de empregados.

As recomendações foram comunicadas às áreas responsáveis e as providências se encontram em andamento.

Fundação Elos

Não houve constatações.

Segurança do Trabalho em Sistemas de Transmissão e Geração de Energia Elétrica

Constatações:

- Inexistência de mapas de riscos nas dependências da SEPAL e
- inobservância de normativo interno quanto à manutenção preventiva de extintores de incêndio na SEPAL (NG-039).

As recomendações foram comunicadas às áreas responsáveis e as providências se encontram em andamento.

d) Eventuais redesenhos feitos recentemente na estrutura organizacional da Unidade de Auditoria - não houve

e) Qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional unidade jurisdicionada - A Eletrosul dispõe de indicadores de gestão voltados a monitorar e avaliar o seu desempenho operacional, formalizados por meio de “Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE”, celebrado entre a Eletrosul e a Eletrobras. Anualmente, a Auditoria Interna, no âmbito do projeto de “Acompanhamento dos Programas de Governo”, avalia o atingimento do desempenho esperado pela Unidade para o exercício, testando, dentre outros aspectos, as fórmulas utilizadas para a apuração dos resultados dos índices e a qualidade dos controles internos atinentes ao tema. No exercício de 2014, a Auditoria Interna, com base nos

testes realizados, entendeu pela adequabilidade dos controles internos relacionados à apuração dos indicadores de desempenho operacional utilizados pela Empresa. Em relação aos indicadores de governança, a Eletrosul, a exemplo das demais Empresas do Sistema Eletrobras, dispõe de matriz de controle interno padronizada, baseada na metodologia COSO, que obedece, dentre outros aspectos, aos rigorosos requisitos estabelecidos pela legislação norte-americana, especialmente, pela conhecida Lei Sabanes-Oxley (SOX). A referida matriz de controles internos contempla aspectos relativos à governança e ao desempenho operacional da Empresa. Para avaliar a qualidade e a eficácia de tais controles, a Eletrosul, anualmente, por meio da sua unidade de Auditoria Interna e mediante empresa certificadora (Auditoria Independente), promove testes de adesão e suficiência dos referidos controles, identificando eventuais desconformidades e riscos não tratados na matriz. No exercício de 2014, a Auditoria Interna, com base nos exames realizados, entendeu pela adequabilidade dos controles internos utilizados pela Eletrosul para monitorar e avaliar o nível de governança corporativa existente na Empresa.

2.3 Sistema de Correição

A Eletrosul passará a alimentar informações no CGU-PAD conforme Norma de Gestão do Processo de Apuração Disciplinar – PAD – NG 118, que se encontra vigente, e mediante designação formal do coordenador responsável pelo registro no referido sistema, considerando que o procedimento atual de apuração é disciplinado pela NG 58 e PG 058 e pela NG 118, Cláusula de Acordo Coletivo e observância dos dispositivos previstos na Consolidação da Leis do Trabalho - CLT, cujo regime todos os empregados desta empresa estão submetidos. No exercício de 2014 não houve nenhuma ocorrência.

2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5

10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X

Análise Crítica:

O processo de controles Controle Interno e de Gestão de Riscos da Eletrosul está estruturado com uma visão de gestão integrada de riscos, envolve todas as áreas de negócio da Empresa e tem por objetivo a implantação de controles que garantam a segurança dos negócios da Empresa e que estejam alinhados com o planejamento estratégico da Companhia.

Em virtude da comercialização de ADR's da Eletrobras no mercado de capitais norte americano a Eletrosul observa as orientações da Lei Sarbanes-Oxley e anualmente testa o seu ambiente de controles internos. Os resultados dos Testes de Administração e dos testes da Auditoria Independente são reportados no relatório 20F consolidado da Eletrobras.

Em relação à avaliação do sistema de controles internos e gestão de riscos da Eletrosul é importante destacar que os resultados apresentados refletem o comprometimento da alta administração e de todas as áreas de negócio da Empresa com o estabelecimento de um ambiente de controles internos e de gestão de riscos eficiente; a implementação de fluxos de comunicação adequados, a adoção de mecanismos de melhoria contínua de processos, e o gerenciamento de risco alinhado com os objetivos estratégicos da Empresa.

Para definir a avaliação do sistema de controle interno utiliza-se como estratégia a identificação de evidências e formalizações existentes na Empresa. Nesse sentido, avalia-se o ambiente de controles internos a partir da identificação de políticas, normas, procedimentos, níveis de competências, deliberações, metodologias, testes de eficácia do ambiente de controle, que confirmam o valor da avaliação.

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial

2.5 Remuneração Paga a Administradores

2.5.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

- 1) **Base normativa da remuneração:** A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. cumpre os procedimentos adotados pela Holding para suas subsidiárias, consubstanciado no voto de acionista majoritário para aprovar, em Assembleia Geral Ordinária, os valores a título de remuneração do seus membros da diretoria estatutária e dos conselhos de administração e fiscal.

A Diretoria-Executiva é composta por um Presidente e atualmente 3 (três) Diretores. Possui também um Conselho de Administração composto de 6 (seis) membros e um Conselho Fiscal, de caráter permanente, composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes. Um dos membros do Conselho de Administração integra a Diretoria-Executiva.

- 2) **Objetivos da política ou prática de remuneração:** A política de remuneração dos Dirigentes com função executiva, praticada pela Eletrosul, incluindo os membros do conselho de Administração e Fiscal, tem por objetivo oferecer justa remuneração, considerando-se a equidade interna e o equilíbrio em relação ao mercado, além de reter, motivar e desenvolver determinados profissionais com o padrão de excelência requerido pelo Grupo Eletrobras.

3) **Composição da remuneração:**

Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles e a metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

Honorários: retribuição mensal;

Abono Especial Natalino: honorário extra a ser concedido 1 (uma) vez ao ano;

Adicional de Férias: parcela correspondente a 1/3 do honorário a ser concedido ao diretor por ocasião de férias;

Abono Pecuniário de Férias: parcela correspondente a 1/3 da soma do honorário e adicional de férias, no caso da opção por férias de 20 dias;

Remuneração Variável Anual – RVA (PLR): Remuneração Variável concedida anualmente e atrelada ao cumprimento das metas e Lucro Empresarial.

Para os Diretores também são concedidos os seguintes benefícios: Auxílio refeição, Seguro de Vida, Plano de Saúde, Previdência Complementar, Seguro Funeral e Auxílio Moradia quando necessário.

Os valores que compõe a remuneração dos conselheiros são: Honorários e Abono Especial Natalino mensalizado na forma de 1/12;

O cálculo dos honorários dos Conselheiros de Administração e Fiscal é fixado em 10% dos Honorários médios mensais e do Abono Especial Natalino, pagos aos membros da Diretoria Executiva, nos termos da Lei nº 9.292, de 12/07/1996, não computados para ambos os colegiados, os demais benefícios.

Proporção de cada elemento na remuneração total:

Honorários: 65,5%

Abono Especial Natalino: 5,5%

Adicional de Férias: 1,8%

Abono Pecuniário de Férias: 2,4%

Remuneração Variável Anual – RVA (PLR): 9,8%

Demais benefícios: 15%

Razões que justificam a composição da remuneração.

A composição da remuneração dos administradores da Eletrosul é definida pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, que encaminha a planilha contendo a discriminação das parcelas que compõem a remuneração dos Administradores (Diretoria e Conselho de Administração) desta empresa, para Aprovação na Assembleia Geral Ordinária.

4) **Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:**

A Remuneração dos Diretores e Conselheiros não é vinculada a indicadores de Desempenho, sendo reajustada anualmente pelo IPCA, sempre com base no mês de Abril de cada ano.

5) **Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:** Não se Aplica.

6) **Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da unidade jurisdicionada:** A política ou prática de remuneração dos administradores da Eletrosul é definida pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, via Eletrobras e aprovada em Assembleia Geral Ordinária.

7) **Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:** Não se Aplica.

8) **Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado**

evento societário, tal como a alienação do controle societário da companhia: Não se Aplica.

9) Plano de remuneração dos membros da diretoria estatutária e do conselho de administração baseado em ações: Não se Aplica;

10) Comentários - Remuneração variável: A Remuneração Variável Anual – RVA é vinculada ao lucro do exercício anterior e limitada a 1,8 Honorário e o pagamento é Autorizado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST via Eletrobras.

2.5.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Quadro A.2.5.2 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal Valores em R\$ 1,00

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro(a)	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Claudia Hofmeister	-	-	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.745,20	5.268,13	3.850,68	3.850,68	3.850,68	3.850,68	3.850,68	3.850,68	45.572,37
Valter Luiz Cardeal de Souza	-	-	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.745,20	5.268,13	3.850,68	3.850,68	3.850,68	3.850,68	3.850,68	3.850,68	45.572,37
Eurides Luiz Mescolotto	-	-	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.745,20	5.268,13	3.850,68	3.850,68	3.850,68	3.850,68	3.850,68	3.850,68	45.572,37
William Rimet Muniz	-	-	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.745,20	5.268,13	3.850,68	3.850,68	3.850,68	3.850,68	3.850,68	3.850,68	45.572,37
Celso Knijnik	-	-	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.745,20	5.268,13	3.850,68	3.850,68	3.850,68	3.850,68	3.850,68	3.850,68	45.572,37
Wanderlei Lenartowicz	-	-	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.745,20	5.268,13	3.850,68	3.850,68	3.850,68	3.850,68	3.850,68	3.850,68	45.572,37
Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro(a)	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
(T/S)															
Sonia Regina Jung (T)	-	-	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.745,20	5.268,13	3.850,68	3.850,68	3.850,68	3.850,68	3.850,68	3.850,68	45.572,37
Antonio G. Farias Neto (T)	-	-	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.745,20	5.268,13	3.850,68	3.850,68	3.850,68	3.850,68	3.850,68	3.850,68	45.572,37
Suzana Teixeira Braga (T)	-	-	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.745,20	5.268,13	3.850,68	3.850,68	3.850,68	3.850,68	3.850,68	3.850,68	45.572,37
Marlete Barbosa Borges (S)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.850,68	-	3.850,68

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

2.5.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

Quadro A.2.5.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão: (Diretoria Estatutária ou Conselho de Administração ou Conselho Fiscal)			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2014	2013	2012
Número de membros: 4 Membros			
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	1.732.034,94	1.852.086,34	1.695.051,18
a) salário ou pró-labore	1.312.717,59	1.613.223,85	1.466.127,88
b) benefícios diretos e indiretos	419.317,35	238.862,49	228.923,30
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)		171.113,53	274.080,00
e) bônus			
f) participação nos resultados		171.113,53	274.080,00
g) remuneração por participação em reuniões			
h) comissões			
i) Outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	1.732.034,94	2.023.199,87	1.969.131,18
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

2.5.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Quadro A.2.5.4 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão: (Diretoria Estatutária ou Conselho de Administração ou Conselho Fiscal)			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	EXERCÍCIO		
	2014	2013	2012
I – Bônus (a+b+c+d)			
a) valor mínimo previsto no plano de remuneração			
b) valor máximo previsto no plano de remuneração			
c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas			
d) valor efetivamente reconhecido no resultado			
II – Participação no Resultado (e+f+g+h)	-	171.113,53	274.080,00
e) valor mínimo previsto no plano de remuneração			
f) valor máximo previsto no plano de remuneração			
g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas			
h) valor efetivamente reconhecido no resultado	-	171.113,53	274.080,00
III – Total (I + II)	-	171.113,53	274.080,00

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Obs.: Conselheiros não recebem PLR – Participação de Lucros e Resultados;

Conselheiros e Diretores não recebem bônus;

Os Diretores não receberam o PLR do ano de 2013 em 2014;

A Eletrosul não pratica previsão de valores mínimos e máximos no plano de remuneração para a PLR - Participação de Lucros e Resultados

3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Os subitens 3.2 e 3.5 não foram abordados neste relatório, pois a Eletrosul não presta serviços diretamente ao cidadão, não havendo publicação da Carta de Serviços ao Cidadão.

3.1 Canais de Acesso do Cidadão

A estrutura organizacional da Eletrosul contempla a Ouvidoria, que tem o compromisso com a verdade dos fatos e a apuração dos acontecimentos, a Comissão Permanente de Ética, criada para avaliar denúncias e indicar medidas aos agentes que agiram em desacordo com os princípios éticos.

São disponibilizados canais de comunicação internos e externos para solicitações, reclamações, denúncias, sugestões entre outros, tanto nas localidades em que atua quanto nas áreas de implantação de novos empreendimentos.

Quadro A 3.1 – Canais de Comunicação

CANAIS DE COMUNICAÇÃO	FORMAS DE CONTATO
Website	www.eletrosul.gov.br
Atendimento por <i>e-mail</i> das partes interessadas	eletrosul@eletrosul.gov.br
Atendimento telefônico das partes interessadas	fone: (48) 3231-7300
Ouvidoria - recebe, analisa, encaminha e responde as solicitações de informações, sugestões, reclamações, críticas e denúncias das partes interessadas (público interno e externo).	Site da Eletrosul (www.eletrosul.gov.br): Ouvidoria / Fale Conosco e Canal Denúncia. E-mail: canaldenuncia@eletrosul.gov.br ouvidoria@eletrosul.gov.br Telefones: (48) 3231-7655 e 3231-7315 08006487822 – Ouvidoria e Frota da empresa 0800488048 – Meio ambiente e queimadas End. Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 999 Pantanal. Florianópolis-SC Atendimento das 8:00 às 17:00 horas
Em atendimento à Lei Nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, está disponível o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). O SIC é responsável pelo recebimento, processamento, gerenciamento e envio da resposta aos pedidos de acesso e pela orientação aos cidadãos.	<i>e-mail</i> : sic@eletrosul.gov.br fone: (48) 3231-7655 / 3231-7315 ou 0800.6487822/ End. Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 999 Pantanal. Florianópolis-SC Atendimento das 8:00 às 17:00 horas
Comissão Permanente de Ética – oportuniza ao seu corpo funcional o esclarecimento de dúvidas quanto à conduta ética dos empregados, administradores e prepostos, minimizando a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos, bem como busca fortalecer a imagem da empresa e de seus empregados junto à sociedade.	<i>e-mail</i> : etica@eletrosul.gov.br fone: (48) 3231-7117

Informamos que no período de 01/01/2014 a 31/12/2014, a Ouvidoria recebeu através do Sistema de Gestão de Ouvidoria, 502 manifestações, sendo 396 Solicitações de informações, 66 reclamações, 27 denúncias e 13 sugestões. Destacamos que todas as manifestações recebidas nesse período foram respondidas.

Destacamos, ainda, no período 01/01/2014 a 31/12/2014, 23 solicitações recebidas pelo sistema e-SIC, Serviço de Informação ao Cidadão (Lei 12.527/2011), sendo todas já respondidas.

Informamos que no período de 01/01/2014 a 31/12/2014, a Comissão de Ética não recebeu consultas ou denúncias através do Sistema de Consultas e Denúncias à Comissão de Ética.

3.2 Carta de Serviços ao Cidadão

A Eletrosul não presta serviços diretamente ao cidadão, não havendo publicação da Carta de Serviços ao Cidadão.

3.3 Mecanismos para Medir a Satisfação dos Produtos e Serviços

Os mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e ou serviços da Eletrosul são as pesquisas, os diagnósticos e os canais de comunicação, disponibilizados para sugestões, reclamações entre outros. As pesquisas e diagnósticos elaborados pela empresa são:

Pesquisa de Satisfação de Clientes Eletrosul

A partir de 2001, a empresa incorporou na sua gestão a busca pela satisfação dos clientes, buscando identificar oportunidades para a melhoria de seus produtos e serviços. Desde então, utiliza uma pesquisa, com entrevista presencial, aplicada por empresa especializada, com objetivo de apurar o grau de satisfação dos clientes, levando em conta os produtos/serviços utilizados. Há mais de 10 anos, os índices obtidos na satisfação geral estão acima dos 91%. A Pesquisa, que, entre 2001 a 2011, era realizada anualmente, passou a ser bienal. A decisão de alterar a periodicidade da aplicação da pesquisa se deu a partir da solidificação dos resultados ao longo dos anos e se mostrou acertada, pois não teve impacto negativo para os resultados, o que demonstra que a cultura para a melhoria da satisfação dos clientes já está incorporada na empresa. Dessa forma, ao longo dos anos, foi possível constatar o amadurecimento da gestão da Eletrosul no que tange a Gestão da Satisfação dos Clientes. No primeiro ciclo, o índice de Satisfação Geral dos Clientes foi de 74%. Os resultados positivos da pesquisa atingidos nos últimos anos demonstram que as ações efetuadas para a melhoria dos processos, identificados como prioritários para os clientes vêm sendo efetivas, conforme observado no Quadro a seguir:

Quadro A 3.3.1 – Índice de Satisfação do Cliente

Índice/Ano	2010	2011	2013
Índice de satisfação geral Eletrosul	95,2	95,5	100,0
Índice de satisfação geral no conceito muito satisfeito	38,1	53,3	57,1
Índice de satisfação geral no conceito satisfeito	57,1	42,2	42,9

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial

Pesquisa Integrada de Satisfação dos Clientes das Empresas Eletrobras

Em 2014, iniciou-se a Pesquisa Integrada de Satisfação dos Clientes das Empresas Eletrobras (foco comercial), sobre a comercialização dos negócios de geração e transmissão das empresas. É uma pesquisa estruturada realizada por meio eletrônico, na qual são abordadas as dimensões atendimento

que afeta diretamente a imagem; comercial para compra e venda de energia; gestão de contrato e medição para faturamento em atributos de satisfação e importância.

Pesquisa de Satisfação com Organizações Sem Fins Lucrativos

Desde 2010, a Eletrosul realiza, anualmente, pesquisa de satisfação com as organizações sem fins lucrativos beneficiadas pelo seu Investimento Social e com as pessoas beneficiadas pelos projetos patrocinados pela Empresa. Este trabalho permite identificar o conceito/imagem da empresa e prospectar o valor dos indicadores de satisfação, elencados a partir da percepção dos entrevistados, de forma a observar as oportunidades de melhoria e aperfeiçoamento da Responsabilidade Socioambiental da Empresa. Inicialmente, as pesquisas eram realizadas em sua totalidade por consultoria.

Atualmente, o armazenamento e a tabulação dos resultados passaram a ser realizados por um banco de dados interno, chamado Portal da Responsabilidade Social, em aplicativo corporativo. Tal prática permite a otimização de recursos e possibilita a assecuração das informações e maior aproximação da empresa com a comunidade. A Pesquisa de Satisfação tem como objetivo o aperfeiçoamento da gestão de responsabilidade social, onde é possível identificar algumas oportunidades de melhoria e ações que devem ser estratégicas. Além disso, possibilita avaliar também:

- a) Levantar o grau de satisfação/insatisfação das Organizações Sem Fins Lucrativos patrocinadas pelo Investimento Social da Eletrosul e do público beneficiado pelos projetos patrocinados em relação à Responsabilidade Socioambiental da Eletrosul;
- b) Avaliar a percepção das Organizações Sem Fins Lucrativos patrocinadas pelo Investimento Social da Eletrosul e do público beneficiado pelos projetos patrocinados em relação à Eletrosul;
- c) Avaliar o conceito e imagem da Empresa junto as Organizações Sem Fins Lucrativos patrocinadas pelo Investimento Social da Eletrosul e ao público beneficiado;
- d) Avaliar as repercussões do trabalho realizado pela Eletrosul junto a comunidade;
- e) Analisar o grau de receptividade das Organizações Sem Fins Lucrativos patrocinadas pela Empresa e do público beneficiado pelos projetos patrocinados pelo Investimento Social da Eletrosul em relação às ações de Responsabilidade Socioambiental da Eletrosul;
- f) Identificar as expectativas e sugestões das Organizações Sem Fins Lucrativos patrocinadas pela Empresa e do público beneficiado pelos projetos patrocinados pelo Investimento Social da Eletrosul em relação à atuação da Eletrosul na comunidade.

Em 2014, foram levantados os dados para elaboração de relatório da pesquisa referente ao ano 2013.

Pesquisa de Imagem

A Eletrosul realizou nos anos de 2010, 2012 e 2014, a Pesquisa de Imagem, referentes ao investimento social com o objetivo de levantar o conceito de imagem da Empresa. O público-alvo foi a sociedade em geral dos municípios onde a Eletrosul tem atuação com empreendimentos de geração ou prospecção de novos negócios. Os resultados foram obtidos por intermédio de entrevistas por telefone, resultando em alguns indicadores de desempenho, como, por exemplo, o nível de importância da Empresa na região, os possíveis impactos socioambientais gerados, o grau de importância dos investimentos socioambientais realizados e as expectativas e necessidades da sociedade.

Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental

Com a implantação de novo empreendimento, percebia-se uma dificuldade em identificar as reais necessidades da região do entorno das instalações, atuando conforme as demandas das Prefeituras Municipais e da própria comunidade. A partir de 2010, com a estruturação do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental para identificar as reais necessidades e expectativas da comunidade, foi possível subsidiar à Alta Administração para a tomada de decisões acerca do investimento social, conseguindo assim uma gestão mais eficaz dos recursos. Em 2013, a Eletrosul realizou o Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental no município de Nova Santa Rita, no estado do Rio Grande do Sul. Esta ação, que faz parte do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável da Eletrosul, teve como objetivo mapear os impactos decorrentes da ampliação da subestação Nova Santa Rita e subsidiar a diretoria com informações sobre as percepções da comunidade.

3.4 Acesso às Informações da Unidade Jurisdicionada

Com o objetivo de garantir a transparência da gestão, o site da Eletrosul disponibiliza, de forma clara e direta, as informações sobre sua atuação. Entre os canais disponibilizados logo na primeira visualização do site está o “Acesso à Informação”, que traz informações institucionais, ações e programas desenvolvidos, processos de contas anuais, informações sobre despesas, repasses e transferências de recursos, licitações e contratos, entre outras. Os editais e documentos públicos, bem como os relatórios com as demonstrações financeiras, também podem ser acessados de forma rápida e direta. A mesma facilidade para acesso, no site, é observada para os canais “Ouvidoria” e “Fale Conosco”, oferecidos para manifestação da população.

3.5 Avaliação do Desempenho da Unidade Jurisdicionada

A Eletrosul não presta serviços diretamente ao cidadão.

3.6 Medidas Relativas à Acessibilidade

O Edifício Sede da Eletrosul dispõe das seguintes medidas com vistas ao atendimento das normas relativas à acessibilidade:

- Sanitários adaptados para pessoas com deficiência
- Rampas de acesso em calçadas
- Sinalizações visuais de saída de emergência e rota de fuga
- Mobiliários ergonômicos
- Espaços amplos para circulação
- Corrimãos e guarda corpos adequados
- Auditório com espaço para cadeirantes
- Elevadores com botoeiras em braile e indicação sonora e visual dos pavimentos
- Vagas nos estacionamentos para pessoas com deficiência
- Vagas nos estacionamentos para gestantes

Além das medidas estruturais, a Eletrosul mantém o Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência, que integra as ações previstas no Plano Eletrosul de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Acompanhamento Social - PESSOAS, cujo objetivo geral é o de promover a melhoria da qualidade de vida dos (as) empregados (as) e dependentes, através do atendimento as necessidades biopsicossociais e financeiras decorrentes do tratamento de saúde da pessoa com deficiência.

4 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

4.1 Informações do Ambiente de Atuação da Unidade Jurisdicionada

a) Caracterização e Comportamento de Mercado

A área preponderante de atuação da Eletrosul (Região Sul e Mato Grosso do Sul) responde por aproximadamente 17,7% do PIB nacional e 17,9% do mercado total de energia elétrica brasileiro, abrigando uma população da ordem de 30,5 milhões de habitantes, o que representa 15,6% da população brasileira. Também responde por 28,9% da produção agropecuária, 21,8% da indústria e 20,8% do comércio nacional, segundo Contas Regionais do Brasil 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Estudos coordenados pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE apontam crescimento médio anual de 4,3% no SIN para os próximos dez anos. Nesse contexto é importante ressaltar o potencial de desenvolvimento da economia regional e a consequente expansão do mercado de energia elétrica.

Nas últimas décadas o setor elétrico brasileiro passou por intensas mudanças no seu modo de funcionamento e atuação das empresas que convivem neste mercado. Neste período, houve uma nova regulação e uma nova forma de competição e concorrência, uma vez que o setor, que antes era basicamente governamental e monopolista, em pouco mais de 10 anos passou a ser extremamente competitivo e concorrencial, onde a empresa, para sobreviver neste mercado deve ter estratégias bem definidas, eficiência de gestão e custos baixos, para assim poder vencer os leilões de energia elétrica e continuar atuando neste ramo.

A Eletrosul, como integrante deste mercado, teve seu parque gerador todo privatizado no final da década de 90, começando o novo milênio com uma série de restrições de investimentos e estagnação, visando principalmente à privatização do restante de seus ativos, ou seja, a parte de transmissão.

A partir do novo modelo do setor elétrico foi fortalecida a competição e as parcerias entre as empresas estatais e privadas. A Eletrosul passou a ter novas estratégias de investimento e expansão. Entre 2004 e 2011, a Empresa buscou incessantemente voltar à geração de energia elétrica, com a construção de diversos empreendimentos, passando por inúmeras dificuldades devido ao know-how perdido com a privatização.

Foi assim que, em junho de 2011, a Eletrosul colocou em operação comercial a sua primeira usina após a privatização, a Usina Eólica Cerro Chato, sociedade de propósito específico, em Santana do Livramento – RS, com 90 MW instalados. Em março de 2012, entra em operação comercial a primeira turbina da Usina Hidrelétrica Passo São João, empreendimento próprio da Eletrosul, consolidando efetivamente o seu retorno à geração de energia elétrica.

b) Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada

Os maiores agentes de geração de energia, em capacidade instalada:

Quadro A 4.1 – Agentes de Geração de Energia

Os 10 Agentes de Maior Capacidade Instalada no País (Usinas em Operação)		
Nº	Agentes do Setor	Potência Instalada (KW)
1º	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco CHESF	10.615.131,00
2º	Furnas Centrais Elétricas S/A FURNAS	9.907.492,00
3º	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A ELETRONORTE	9.191.214,10
4º	Tractebel Energia S/A TRACTEBEL	7.323.817,73
5º	Itaipu Binacional ITAIPU	7.000.000,00
6º	Petróleo Brasileiro S/A PETROBRAS	6.715.074,60
7º	Companhia Energética de São Paulo CESP	6.649.820,00
8º	CEMIG Geração e Transmissão S.A CEMIG - GT	5.987.594,40
9º	Copel Geração e Transmissão S/A COPEL - GT	4.929.407,00
10º	AES Tietê S/A	2.652.050,00

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial

c) Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação:

Os produtos da Eletrosul são a produção de energia e a disponibilidade do sistema de transmissão. Na Geração de energia elétrica, tem participação no mercado nacional e na viabilização de grandes empreendimentos de geração de energia elétrica, como indutoras do desenvolvimento socioeconômico e ambiental do País; na Transmissão de energia elétrica atuando em projetos estruturantes e nas interligações regionais com os sistemas isolados e com os países da América do Sul e na Comercialização de energia elétrica promovendo o desenvolvimento do negócio de comercialização e gestão de energia elétrica no mercado livre, dentro e fora das áreas de concessão de suas distribuidoras. Além do foco na comercialização e gestão de energia elétrica, as empresas Eletrobras se voltarão para a viabilização comercial de novos negócios associados à geração, transmissão e distribuição de energia e à utilização dos ativos das empresas.

d) Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio:

As principais Ameaças observadas são:

- Acirramento da competição no setor elétrico brasileiro, nos segmentos de produção, recursos e insumos básicos;
- Intensificação acelerada da agenda associada às mudanças climáticas;
- Elevados riscos de inadequação nas escolhas de soluções tecnológicas diante da crescente complexidade e do elevado ritmo acelerado das novas tecnologias.

As principais Oportunidades observadas são:

- Crescimento econômico do País de forma sustentável e com elevadas taxas de expansão;
- Fortalecimento e diversificação da integração do País na economia mundial, especialmente com países latino-americanos;
- Diversificação e aprimoramento do setor elétrico brasileiro;
- Eliminação ou minimização das restrições legais e burocráticas impostas ao Sistema Eletrobras, proporcionando mais liberdade de atuação no mercado.

e) informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços.

Os canais de comunicação com os clientes são definidos com base na pesquisa de satisfação, onde existe questão específica sobre a percepção do cliente referente ao meio de comunicação mais eficaz.

Pela natureza dos serviços prestados pela Eletrosul, o seu relacionamento comercial com os clientes se dá por meio do Centro de Operação do Sistema Eletrosul – COSE, que funciona ininterruptamente, o que exige comunicação exclusiva e contínua 24 horas.

Além disso, para os clientes com os quais existe Acordo Operativo formalizado, ou seja, contratos celebrados com as empresas, por ocasião das definições das cláusulas contratuais já ficam definidos os canais de relacionamento comercial e técnico. A comunicação do COSE com o ONS é regulada pelos Procedimentos de Rede que estabelecem todo o protocolo de comunicação entre as empresas em tempo real.

Por meio da Ouvidoria são disponibilizados os canais de comunicação (Carta, telefone, fax, e-mail, pessoalmente) para contato dos empregados(as), prestadores(as) de serviços, parceiros(as) e comunidade que tenham interesse nos assuntos relativos à Eletrosul, de modo a garantir o mais amplo acesso a todos os interessados, de forma autônoma, imparcial e sigilosa.

f) Descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los

A matriz de risco da Eletrosul traz informações de 4 (quatro) pilares: estratégico, financeiro, operacional e conformidade. Os riscos de mercado não são abordados na matriz da Eletrosul. Logo, não temos a determinação de estratégias para mitigá-los.

g) Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios:

A edição da Medida Provisória - MP 579, de 11/09/2012, convertida na Lei nº 12.783 de 11/01/2013, impactou profundamente a estratégia de atuação da Empresa em função dos ajustes praticados pelo Governo Federal sobre a dinâmica de operação, manutenção e expansão do Setor Elétrico Brasileiro, uma vez que uma série de premissas adotadas sobre geração de caixa, financiamentos, captações e estratégias de expansão foram afetadas pelas disposições introduzidas pela citada MP. As medidas adotadas pelo Governo Federal visaram, também, beneficiar os consumidores de energia elétrica através de redução de três componentes tarifárias: custo de geração, custo de transmissão e encargos setoriais.

Por meio da aludida Lei, o Governo pretendeu encerrar as discussões se as concessões de energia elétrica, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, poderiam ser prorrogadas por mais até 20 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Assim, a Lei nº 12.783/2013, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, alcançadas pelos artigos listados acima, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, com a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições.

As novas tarifas e o valor da indenização foram divulgados pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579 e a Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda nº 580, publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União do dia 1º de novembro de 2012.

A Eletrosul detém uma única concessão afetada pela Lei nº 12.783/13, o contrato de Concessão 57/2001, composto por 37 subestações de transmissão e 9.413 km de linhas de transmissão. As empresas controladas pela Eletrosul não possuem contratos de concessão afetados pela renovação.

A Empresa aceitou as condições de prorrogação antecipada das concessões previstas na medida provisória 579 (Lei 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 o contrato de prorrogação da concessão 57/2001, passando todos os bens vinculados ao respectivo contrato para a União, sob a administração da Companhia, o que representou uma redução de 50,1% da receita atual das instalações de transmissão do referido contrato.

Destaca-se que o bom desempenho operacional da Eletrosul, nos últimos anos, favoreceu a Empresa na definição, pelo Ministério de Minas e Energia - MME, do novo valor da Receita Anual Permitida - RAP, com a prorrogação da concessão de seus ativos. A Eletrosul foi a transmissora que teve a menor redução das tarifas porque os cálculos do MME levaram em conta a qualidade dos serviços de transmissão prestados.

Nas referências técnicas, que embasaram o MME na definição das novas RAPs, a Agência Nacional de Energia Elétrica- Aneel criou um ranking entre as empresas, estabelecendo uma classificação em cinco grupos de qualidade, a partir da relação entre parcela variável e receita. A Eletrosul foi a empresa que obteve o melhor desempenho e a única classificada no Grupo 1, servindo, portanto, de referência, em termos de Parcela Variável, para o cálculo da RAP das demais transmissoras.

Conforme facultado pelo artigo 4º da Portaria 580, supracitada, a Eletrosul solicitou o recebimento da indenização de acordo com a seguinte alternativa: 50% à vista, a ser paga em até 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão e 50% em 31 parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da respectiva Portaria, a acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital - WACC de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

5 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1 Planejamento da Unidade

a) O Processo de Planejamento e Gestão do Sistema Eletrobras estabelece o desdobramento das diretrizes empresariais a partir do Plano Estratégico do Sistema Eletrobras, do Plano Diretor de Negócios e Gestão do Sistema Eletrobras, e do Plano de Negócios e Gestão de cada uma das Controladas.

No ano de 2009 foi criado o Plano Estratégico do Sistema Eletrobras - 2010-2020, que estabeleceu missão, visão, valores e o posicionamento estratégico de todas as empresas Eletrobras para o período. A partir daí, foram estabelecidos cinco Objetivos Estratégicos Finalísticos e os sete Objetivos Estratégicos de Gestão e Competência, bem como, as estratégias associadas.

O Plano Estratégico, busca alinhar-se às competências das empresas Eletrobras, incluindo a Eletrosul, e aprimorar o atendimento às suas finalidades, bem como à melhoria dos processos conforme os negócios em que atua.

Em 2009, foi criado o Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, que é um contrato feito entre a Eletrobras e cada uma de suas Controladas, visando atender um conjunto de metas estabelecidas com o objetivo de aprimorar a eficiência e a rentabilidade das empresas.

Visando o realinhamento estratégico, em 2014, buscou-se a redefinição de diretrizes de curto e médio prazo, que culminaram na elaboração do novo PDNG – 2014-2018 da Eletrobras e do Plano de Negócios e Gestão Eletrosul (PNG) 2014-2018, que enfoca os negócios das empresas Eletrobras que possuem relação com a Eletrosul, conforme apresentado abaixo:

Geração de energia elétrica

As empresas Eletrobras deverão participar ativamente no mercado nacional e na viabilização de grandes empreendimentos de geração de energia elétrica, como indutoras do desenvolvimento socioeconômico e ambiental do País. No aspecto operacional, as atenções deverão estar voltadas para o aumento da eficácia e eficiência e a melhoria da qualidade dos serviços de geração de energia elétrica.

Transmissão de energia elétrica

No negócio de transmissão de energia elétrica, as empresas Eletrobras focarão sua atuação nos projetos estruturantes e nas interligações regionais com os sistemas isolados e com os países da América do Sul, devendo ampliar suas participações na rede de transmissão do sistema interligado nacional (SIN). Atuarão fortemente na melhoria da rentabilidade, no aumento da eficácia e eficiência operacionais, na melhoria da qualidade dos serviços e na redução das perdas nas operações de transmissão.

Comercialização de energia elétrica

As empresas Eletrobras promoverão o desenvolvimento do negócio de comercialização e gestão de energia elétrica no mercado livre, dentro e fora das áreas de concessão de suas distribuidoras. Desenvolverão estratégias inovadoras para a comercialização da energia proveniente de seus futuros empreendimentos no exterior e das novas usinas termoeletricas no País.

Os Objetivos Estratégicos das empresas Eletrobras, constantes no PE 2010-2020, são divididos em Finalísticos e de Gestão e Competências. Estes objetivos estão estabelecidos para o período de 2010 a 2020, estando dessa forma, vigentes durante o exercício de 2014.

Objetivos Finalísticos

- Ampliar e aprimorar os negócios de GTD&C de energia elétrica de forma competitiva e rentável.
- Maximizar a participação da energia limpa, incluindo novas fontes renováveis na matriz energética do Sistema Eletrobras.
- Expandir seletivamente a atuação internacional em GTD&C, alinhada aos negócios da companhia e com foco nas Américas.
- Participar da gestão dos programas de energia elétrica de interesse do governo, pactuando metas de execução e equilíbrio econômico-financeiro.
- Garantir que os empreendimentos do Sistema Eletrobras sejam vetores de desenvolvimento sustentável para suas áreas de entorno.

Objetivos de Gestão e Competências

- Implantar novo modelo de gestão empresarial e organizacional que garanta uma atuação integrada, rentável e competitiva.
- Aprimorar a governança corporativa, baseada nas melhores práticas do mercado.
- Atrair, desenvolver e reter talentos para o Sistema Eletrobras.
- Aprimorar a gestão dos negócios, participações e parcerias.
- Potencializar a reputação, a credibilidade e confiança do Sistema Eletrobras perante os seus empregados, o mercado e a sociedade.
- Minimizar as amarras institucionais internas e externas para assegurar a atuação em condições competitivas.
- Intensificar a atuação integrada em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e mensurar sua contribuição para os resultados do Sistema Eletrobras.

b) Conforme descrito no item “a”, o processo vinculado ao planejamento estratégico encontra-se sob a governança da holding Eletrobras, que por meio do Processo de Planejamento e Gestão do Sistema Eletrobras, realiza as revisões do Plano Estratégico das empresas Eletrobras, bem como a avaliação e monitoramento da implementação do referido plano. Concomitantemente, no âmbito da Eletrosul, o monitoramento das estratégias associadas aos objetivos estratégicos é medido por meio do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial, utilizando-se os indicadores estabelecidos, verificando assim se o desempenho da Empresa encontra-se em alinhamento às estratégias definidas.

Destaca-se ainda que no ano de 2014, a Eletrobras promoveu a revisão do Plano Estratégico 2010-2020, avaliando seu estágio de implementação e revisando a análise de cenários do ambiente de atuação das empresas Eletrobras. Este processo culminou com a elaboração do Plano Estratégico 2015-2030, que encontra-se em fase final de aprovação.

c) Com relação ao PPA – Plano Plurianual, foram executados os programas e ações relacionados a seguir, alinhados ao Plano Estratégico da Unidade.

Quadro A 5.1.1 - Ações Relacionadas aos Objetivos Finalísticos

Programa 2033 – Energia Elétrica
Ação 10D7 – Implantação do Complexo Hidrelétrico Alto da Serra, com 37 MW (SC) para a geração de energia elétrica
Ação 20OG – Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica
Ação 13FD – Implantação do Projeto Megawatt Solar
Ação 15BB – Implantação da Usina Eólica Coxilha Seca (30MW), Capão do Inglês (10 MW) e Galpões (8MW)
Ação 1O50 – Ampliação de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul e no Mato Grosso do Sul
Ação 2D94 – Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Região Sul e no Estado do Mato Grosso do Sul
Ação 14NA – Interligação Elétrica Brasil-Uruguai
Ação 4471 – Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial

Quadro A 5.1.2 - Ações Relacionadas aos Objetivos de Gestão e Competências

Programa 0807 – Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais
Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis
Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos
Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento
Ação 14N9 – Aquisição de Imóvel-Regional de Santa Catarina

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial

As estratégias e riscos da Eletrosul associados aos objetivos do Plano Estratégico do Sistema Eletrobras são apresentados a seguir:

Quadro A 5.1.3 – Plano Estratégico do Sistema Eletrobras

Objetivos Estratégicos	Estratégias	Risco Associado da Matriz de Risco
1 - Ampliar e aprimorar os negócios de GT&C de forma competitiva e rentável	1. Participar ativamente das melhores oportunidades previstas no planejamento governamental para expansão de geração de energia elétrica.	Risco Financeiro - Investimentos 1. Gestão de Negócios Corporativos 2. Gestão do Negócio de SPEs e Consórcios 3. Risco de Mercado 4. Gestão do Orçamento
	2. Atuar seletivamente na comercialização de energia.	Risco Operacional - Comercialização 1. Comercialização de Energia e Gestão de Contratos
	3. Investir em eficiência energética na oferta de energia: repotencialização de usinas e redução de perdas técnicas na geração e transmissão.	Risco operacional – P&D+I, Geração e Transmissão 1.Segurança da Informação 2.Disponibilidade de Geração 3.Disponibilidade de Transmissão 4.Revisão Tarifária na Transmissão 5. Concessão e Autorização de Transmissão
2 - Priorizar os investimentos em energia limpa, incluindo	1. Desenvolver capacitação tecnológica e multidisciplinar para geração de energia limpa.	Risco Estratégico – Governança Corporativa 1.Governança de P&D+I 2. Governança de TIC

Objetivos Estratégicos	Estratégias	Risco Associado da Matriz de Risco
novas fontes renováveis na matriz energética da Eletrosul	2. Investir em novos experimentos de geração com novas fontes renováveis.	Risco Estratégico – Governança Corporativa 1. Governança de P&D+I Risco operacional 1. Concessão e Autorização de Geração 2. Concessão e Autorização de Transmissão
	3. Participar agressivamente dos leilões de geração com fontes renováveis, com garantia de viabilidade técnica e econômico-financeira dos empreendimentos.	Risco Estratégico – Estratégia de Mercado 1. Concorrência 2. Novos Negócios e Leilões Risco Financeiro – Investimentos 1. Gestão do Negócios de SPE's e Consórcios
3 - Expandir a atuação internacional	Neste objetivo a Eletrosul não possui estratégias relacionadas.	
4 - Participar da gestão dos programas de energia elétrica de interesse do governo	1. Negociar diretrizes, critérios e condições para participação do Sistema Eletrobras em programas governamentais associados à energia elétrica.	Risco Estratégico – Imagem 1. Patrocínio, Convênio e Doações Risco Estratégico – Modelo de Negócio 1. Sustentabilidade
	2. Pactuar com o MME contrato de gestão para cada programa governamental, explicitando metas, recursos, remuneração, cronograma e responsabilidades.	Risco Estratégico – Imagem 1. Patrocínio, Convênio e Doações Risco Estratégico – Modelo de Negócio 1. Sustentabilidade
	3. Aprimorar o sistema de gestão, acompanhamento e apropriação de custos dos programas de governo nos quais o Sistema Eletrobras tenha participação relevante.	Risco Estratégico – Imagem 1. Patrocínio, Convênio e Doações Risco Estratégico – Modelo de Negócio 1. Sustentabilidade
5 - Garantir que os investimentos da Eletrosul sejam vetores de desenvolvimento sustentável para suas áreas de entorno	1. Promover programas de desenvolvimento sustentável das comunidades do entorno de todos os empreendimentos nos quais o Sistema Eletrobras esteja envolvido.	Risco operacional - Socioambiental 1. Biodiversidade e Meio Físico 2. Impacto Socioeconômico 3. Acidentes Ambientais
	2. Negociar e pactuar previamente com as comunidades os benefícios e as medidas propostos nos programas de inserção regional e desenvolvimento sustentável.	Risco Estratégico – Fatores Externos 1. Mobilizações Sociais Risco operacional - Socioambiental 1. Biodiversidade e Meio Físico 2. Impacto Socioeconômico
6 - Aprimorar a Gestão Empresarial	1. Desenvolver e implantar modelo de gestão consistente com as especificidades do Sistema Eletrobras e com as novas demandas e desafios.	Risco Estratégico – Modelo de Negócio 1. Gestão Estratégica
	2. Adequar a estrutura do Sistema, os processos organizacionais e os projetos a um novo paradigma de custos e eficiência.	Risco Estratégico – Modelo de Negócio 1. Sustentabilidade 2. Estrutura Organizacional 3. Gestão Estratégica
	3. Formular e implementar modelo e processo de gestão de mudança do Sistema Eletrobras.	Risco Estratégico – Modelo de Negócio 1. Sustentabilidade 2. Estrutura Organizacional 3. Gestão Estratégica
7 - Aprimorar a Governança Corporativa	1. Formular, desenvolver e implementar o modelo de governança corporativa, segundo as melhores práticas.	Risco Estratégico – Governança Corporativa 1. Desempenho da Alta Administração 2. Conduta Antiética 3. Governança de TIC 4. Governança de P&D+I

Objetivos Estratégicos	Estratégias	Risco Associado da Matriz de Risco
	2. Adequar os estatutos e regimentos internos, exigindo um perfil adequado dos representantes dos acionistas nas empresas do Sistema Eletrobras.	Risco Estratégico – Governança Corporativa 1.Desempenho da Alta Administração 2. Conduta Antiética
	3. Implementar suporte e mecanismos para o exercício das funções de administração superior e representação externa do Sistema Eletrobras.	Risco Estratégico – Governança Corporativa 1.Desempenho da Alta Administração 2. Conduta Antiética 3. Auditoria e Controles Internos
8 - Atrair, desenvolver e reter talentos	1. Estabelecer políticas e aprimorar processos de gestão de pessoal, especialmente no domínio da seleção e do desligamento, remuneração, carreira e sucessão, avaliação de desempenho, compatíveis com o novo modelo de gestão empresarial e organizacional do Sistema Eletrobras.	Risco operacional – Pessoal 1.Treinamento e capacitação 2.Desempenho de Pessoal 3.Recrutamento e Seleção 4.Relações Sindicais 5.Retenção de Pessoal 6. Saúde e Segurança do Trabalho
	2. Desenvolver e implementar modelo, redes e programas de gestão do conhecimento no Sistema Eletrobras.	Risco operacional – Pessoal 1.Treinamento e Capacitação 2. Recrutamento e Seleção
	3. Promover a avaliação contínua do desempenho, orientando o desenvolvimento de carreira, com foco em resultados e competências.	Risco operacional – Pessoal 1.Desempenho de Pessoal 2. Treinamento e Capacitação
	4. Criar e manter ambiente de trabalho e métodos de gestão estimulantes e capazes de motivar e comprometer as pessoas.	Risco operacional – Pessoal 1.Desempenho de Pessoal 2. Treinamento e Capacitação 3. Saúde e Segurança do Trabalho 4. Relações Sindicais
9 - Aprimorar a gestão dos negócios, participações e parcerias	1. Aprimorar, implantar e integrar as práticas de gestão técnica e econômico-financeira de empreendimento.	Risco Estratégico – Estratégia de Mercado 1. Novos Negócios e Leilões 2. Gestão do Negócio de SPEs e Consórcios 3.Concorrência Risco Financeiro - Investimentos 1.Gestão Contábil de Ativos Risco Operacional - Engenharia e Construção 1. Projetos de Engenharia 2. Custo das Obras 3. Qualidade dos Empreendimentos 4. Prazo de Entrega das Obras
	2. Criar e aprimorar instrumentos e condições para a negociação, estruturação, gestão e acompanhamento das participações e parcerias do Sistema Eletrobras.	Risco Financeiro - Investimentos 1. Gestão do Negócio SPE e Consórcio 2.Carteira de Participações Risco Estratégico – Estratégia de Mercado 1. Novos Negócios e Leilões 2. Aquisições e Incorporações
	3. Promover os investimentos e desinvestimentos necessários, buscando maximizar a rentabilidade da carteira.	Risco Financeiro - Investimentos 1.Gestão dos Negócios Corporativos 2. Gestão do Negócio SPE e Consórcio 3.Carteira de Participações Risco Estratégico – Estratégia de Mercado 1. Novos Negócios e Leilões 2. Aquisições e Incorporações

Objetivos Estratégicos	Estratégias	Risco Associado da Matriz de Risco
10 - Potencializar a reputação, credibilidade e confiança perante os empregados, o mercado e a sociedade	1. Associar a marca e a imagem do Sistema Eletrobras a um sistema empresarial de energia limpa, eficiente, rentável e indutor do desenvolvimento.	Risco Estratégico – Imagem 1. Comunicação Institucional 2. Patrocínio, Convênios e Doações Risco Estratégico – Modelo de Negócio 1. Sustentabilidade
	2. Consolidar a comunicação institucional e mercadológica do Sistema Eletrobras.	Risco Estratégico – Imagem 1. Comunicação Institucional 2. Comunicação de Crises 3. Relações Institucionais com Partes Interessadas Risco Conformidade – Reporte 1. Demonstrações Contábeis e Financeiras
11 - Minimizar as amarras institucionais internas e externas	1. Identificar as amarras institucionais que dificultam a atuação do Sistema Eletrobras em condições competitivas e atuar junto às instâncias decisórias, visando à supressão das restrições.	Risco Conformidade – Reporte 1. Relatórios Legais, Institucionais e de Sustentabilidade 2. Legislação e Regulamentação Risco Estratégico – Imagem 1. Relações Institucionais com Partes Interessadas
	2. Revisar e aprimorar os normativos internos (Suprimento, RH, Jurídico), visando à supressão de restrições endógenas.	Risco Conformidade – Reporte 1. Legislação e Regulamentação
	3. Implantar uma gestão voltada para eliminação de redundâncias, ganhos de escala e busca de eficiência operacional.	Risco Estratégico – Modelo de Negócio 1. Gestão Estratégica Risco Estratégico – Governança Corporativa 1. Auditoria e Controles Internos
	4. Negociar e implantar contratos de medição de desempenho das empresas do Sistema Eletrobras com o acionista majoritário.	Risco Estratégico – Governança Corporativa 1. Desempenho da alta Administração
12 - Intensificar a atuação integrada em PD+I e mensurar sua contribuição para a Empresa	1. Consolidar e aprimorar os mecanismos de integração e de identificação, análise, proposição e execução de projetos de P&D+I do Sistema Eletrobras.	Risco Estratégico – Governança Corporativa 1. Governança de P&D +I
	2. Aprimorar a gestão dos projetos de P&D+I, considerando os mecanismos de mensuração de resultados.	Risco Estratégico – Governança Corporativa 1. Governança de P&D +I
	3. Estabelecer mecanismos para assegurar fluxos contínuos de recursos para P&D+I.	Risco Estratégico – Governança Corporativa 1. Governança de P&D +I

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial

As limitações internas da unidade foram decorrentes de restrições orçamentárias, ainda relacionadas com as alterações regulatórias constantes na Lei nº 12.783/13, conforme segue:

- Redução do orçamento relacionado a programas de treinamento e desenvolvimento pessoal, sendo priorizadas as videoconferências e a utilização de empregado educador;
- Redução de orçamento para publicidade e patrocínio;
- Redução das viagens para participação de reuniões, grupos de trabalho e comitês, sendo priorizadas as videoconferências;
- Continuidades do Plano de incentivo ao desligamento (PID), plano este de incentivo de desligamento de empregados.

Em alinhamento ao Contrato de Metas de Desempenho Empresarial, foi estabelecida a seguinte Meta Empresarial para 2014:

Obter a relação Despesa Operacional (PMSO) / Receita Operacional Líquida (ROL) não superior a 66,2%, no exercício de 2014.

Para tanto, foi adotado o seguinte plano de ação:

Quadro A 5.1.4 – Plano de Metas e Ações

Objetivos Relacionados no PE	Meta	Ações
1, 4, 6, 7, 11	Obter a relação Despesa Operacional (PMSO) / Receita Operacional Líquida (ROL) não superior a 66,2%, no exercício de 2014.	Obter, no âmbito da Diretoria Administrativa, a redução de, no mínimo, 3% dos Custos Operacionais (MSO) em relação ao valor orçado para 2014.
		Coordenar, no âmbito empresarial, as ações necessárias para a implantação do SAP, de forma a obter 80% de realização conforme planejado.
		Manter índices de disponibilidade da geração - DISPGR, atendendo as metas definidas no Contrato de Metas de Desempenho Empresarial.
		Manter os índices de parcela variável da transmissão dentro da meta do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial no ano de 2014.
		Obter, no âmbito da Diretoria de Operação, a redução de, no mínimo, 5% dos Custos Operacionais (MSO) em relação ao valor orçado para 2014.
		Reduzir os gastos com MSO da Diretoria Financeira em 30% em relação ao orçado.
		Reduzir os pagamentos de Horas Extras da Diretoria Financeira em 30% em relação ao orçamento.

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial

5.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. não possui programas sob sua responsabilidade previstos no PPA, respondendo, contudo, por algumas ações vinculadas aos programas 2033 – Energia Elétrica, 2119 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia e 0807 – Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais, motivo pelo qual não apresenta informações dos itens 5.2.1, 5.2.2 da portaria nº 90.

5.2.3 Ações

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. não possui Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS respondendo, possuindo apenas Orçamento de Investimento, motivo pelo qual não apresenta informações dos itens 5.2.3.1 a 5.2.3.3 da portaria nº 90.

5.2.3.4 Ações - Orçamento de investimento-OI

Programa 2033 – Energia Elétrica

Ação 10D7 – Implantação do Complexo Hidrelétrico Alto da Serra, com 37 MW (SC) para a geração de energia elétrica

A ação 10D7 compreende a implantação do Complexo Alto da Serra e é constituído por duas PCH's com capacidade total instalada de 37 MW, sendo a PCH Santo Cristo implantada no trecho

médio do rio Pelotinhas, a 5 km de sua foz, e a PCH Coxilha Rica no trecho médio do Rio Pelotinhas a 35 km de sua foz no Rio Pelotas, no sudeste do Estado de Santa Catarina, municípios de Capão Alto e Lages.

Um Sistema de Transmissão Associado composto de uma LT em 138kV, em Circuito Simples, deverá ser instalado entre as PCHs e a subestação coletora SE Santo Cristo.

Quadro A.5.2.3.4.1 – Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.10D7. 0042						Tipo: Projeto
Título	Implantação do Complexo Alto da Serra com 37 Mw e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 Kv com 54 Km de extensão (SC) .						
Iniciativa	Implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas						Código: 000R
Objetivo	Aproveitar o potencial de geração hidrelétrica a partir de fonte hídrica com modicidade tarifária						Código: 0019
Programa	Energia Elétrica						Código: 2033
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.						Código: 32225
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Meta			
Dotação Inicial R\$	Dotação Final R\$	Valor Realizado R\$	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
116.074.372	43.760.633	5.525.566	Implantação do Complexo Alto da Serra 37,5 KV	%	21	18	2

Análise Situacional (referente ao item 5.2.3.5 da Portaria – TCU nº 90, de 16 de abril de 2014).

- Data de início e de conclusão da obra:**

As Resoluções Autorizativas nº 3.533 e 3.534 de 12/06/2012, que autorizaram a Eletrosul a implantar os empreendimentos trazem o início das obras da PCH Santo Cristo em março/2013 e término em fevereiro/2015, enquanto a PCH Coxilha Rica deveria iniciar em fevereiro/2013 e terminar em fevereiro/2015. O prazo para execução da PCH Santo Cristo foi reconsiderado em função da demora no processo de licenciamento ambiental. Atualmente, os prazos definidos pela Resolução Autorizativa nº 4.685, de 3 de Junho de 2014 são de conclusão em 30/12/2017. Já a PCH Santo Cristo ainda não teve a postergação de prazos oficializada.

- Execução das metas:**

O Complexo Alto da Serra é composto pelas PCHs Santo Cristo e Coxilha Rica, no rio Pelotinhas, Estado de Santa Catarina.

Em 18/04/2011 foi publicado o Despacho nº 1.387 que indeferiu as outorgas requeridas pela Eletrosul para implantar os empreendimentos.

A Eletrosul entrou com recurso contra o Despacho e em 05/12/2012 foram publicadas as Resoluções Autorizativas nº 3.533 e 3.534 de 12/06/2012, que autorizaram a Eletrosul a implantar os empreendimentos.

As Autorizações trazem o início das obras da PCH Santo Cristo em março/2013 e término em fevereiro/2015, enquanto a PCH Coxilha Rica deveria iniciar em fevereiro/2013 e terminar em fevereiro/2015. Devido à demora na publicação das Resoluções Autorizativas a Eletrosul busca neste momento junto a ANEEL a revisão deste cronograma.

Com a nova Resolução Autorizativa publicada já foram iniciados serviços complementares de sondagem e topografia na PCH Santo Cristo visando consolidar os projetos para licitação das obras.

As tratativas junto aos órgãos ambientais buscando as licenças necessárias ao início do empreendimento já foram iniciadas.

O órgão ambiental responsável pelo licenciamento da PCH Santo Cristo está em fase de análise das respostas à informações técnicas solicitadas em Outubro/2014. Tais respostas foram protocoladas em Dezembro/2014.

- **Fatores Intervenientes:**

Inicialmente, o indeferimento inicial das outorgas, pela ANEEL, para a Eletrosul implantar e explorar as citadas PCHs impossibilitou a execução de qualquer atividade, pela ausência do Ato Autorizativo da ANEEL, entretanto, em 2013, essa questão foi superada.

Após a autorização da ANEEL para retomada do projeto pela Eletrosul a FATMA suspendeu a Licença de Instalação da PCH devido o empreendimento não possuir Parecer Técnico do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – favorável à sua emissão, até que fosse regularizada a situação do mesmo junto àquele órgão.

A Eletrosul obteve Parecer Técnico do IPHAN favorável à emissão da Licença Ambiental de Instalação da PCH Santo Cristo, entretanto a FATMA questionou a competência ambiental do licenciamento ambiental do mesmo ao IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis que manteve o licenciamento ambiental na esfera estadual.

Atualmente, o licenciamento ambiental da PCH Santo Cristo tramita na esfera estadual, na Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina – FATMA.

Quanto a PCH Coxilha Rica, atualmente a Eletrosul ainda está buscando a sua regularização junto ao IPHAN e FATMA.

A tramitação do licenciamento permanece nas mesmas esferas: PCH Santo Cristo com a FATMA e PCH Coxilha Rica com o IPHAN.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não.

- **Outras Considerações:**

Condição operacional – fase do projeto:

Com a nova Resolução Autorizativa publicada já foram iniciados serviços complementares de sondagem e topografia na PCH Santo Cristo visando consolidar os projetos para licitação das obras. Continuam as tratativas junto aos órgãos ambientais buscando as licenças necessárias ao início da PCH Santo Cristo.

O Projeto pré-executivo foi concluído e permanece à busca de licenciamento ambiental para a execução do empreendimento.

Ação 200G – Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica

A ação 200G compreende manutenção das instalações do sistema de geração, buscando evitar ou minimizar a indisponibilidade dos mesmos. Maximizar a disponibilidade das instalações de geração, garantindo o atendimento adequado aos serviços de geração de energia elétrica. A ação de Manutenção do Sistema de geração é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

Quadro A.5.2.3.4.2 – Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação		
Código	25.752.2033.200G.0001	Tipo: Atividade
Título	Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul.	
Iniciativa	Manutenção do parque gerador de energia	Código: 01G1
Objetivo	Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando à confiabilidade e segurança do sistema.	
		Código 437
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225
Ação prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
17.311.992	19.546.403	7.375.811

Análise Situacional (referente ao item 5.2.3.5 da Portaria – TCU nº 90, de 16 de abril de 2014).

- **Execução das metas:**

Esta ação inclui dispêndios com eventuais manutenções das usinas em operação, compra de materiais sobressalentes, atividades de implantação e manutenção de torres anemométricas e estações solarimétricas para monitoramento solar.

Em 2014, também foi dada continuidade às atividades de prospecção de parques eólicos, conforme listado abaixo:

- ü Prospecção UEE Entorno II
- ü Prospecção UEE Coxilha Negra
- ü Prospecção UEE Santa Vitória do Palmar
- ü Prospecção UEE Jaguarão
- ü Prospecção UEE Lavras do Sul

- Ü Prospecção UEE Mostardas
- Ü Prospecção UEE Quaraí
- Ü Prospecção UEE Pinheiro Machado
- Ü Prospecção Eólica (diversos)
- Ü Implantação de torres anemométricas

Também foi dada continuidade as atividades de prospecção solar, dentre os quais foi finalizada a instalação de estações solarimétricas em áreas pertencentes à Eletrosul, conforme segue:

- Ü Subestação Dourados
- Ü Subestação Anastácio
- Ü UHE São Domingos
- Ü UHE Passo São João
- Ü Subestação Coletora Porto Velho
- Ü Conversora de Uruguiana

• **Fatores Intervenientes**

A não realização total da meta econômica é justificada pelos seguintes motivos:

- Ü Postergação de atividades para o próximo exercício;
- Ü Contingenciamento do orçamento no exercício.

• **Restos a pagar:**

Não se aplica.

• **Ações Prioritárias na LDO:**

Não.

Ação 13FD – Implantação do Projeto Megawatt Solar

O empreendimento consiste em um sistema solar fotovoltaico conectado à rede elétrica da Celesc e integrado ao edifício sede da Eletrobras Eletrosul em Florianópolis, SC. Ele é composto, entre outros equipamentos, por módulos fotovoltaicos e inversores de frequência, instalados na cobertura do edifício sede da Eletrosul e estacionamentos adjacentes, totalizando uma potência instalada de, pelo menos, 1 MWp.

Quadro A.5.2.3.4.3 – Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação		
Código	25.752.2033.13FD.0042	Tipo: Projeto
Título	Implantação do Projeto Megawatt Solar, para Geração de Energia Elétrica (1 MWp), a partir de painéis fotovoltaicos e LT Associada (200 m, em 13,8 Kv) (SC).	
Iniciativa	Implantação de Plantas para Geração de Energia Elétrica a partir de Outras Fontes Alternativas	Código: 000Y
Objetivo	Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis.	Código: 0025
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033
Unidade	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	Código: 32225

Orçamentária							
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial R\$	Dotação Final R\$	Valor Realizado R\$	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
316.380	3.869.670	3.856.568	Implantação do Projeto Megawaat Solar (1 MWp).	%	1	27	27

Análise Situacional (referente ao item 5.2.3.5 da Portaria – TCU nº 90, de 16 de abril de 2014).

- **Execução das metas:**

O cronograma físico do complexo atingiu dentro do exercício, um avanço acumulado de 100%.

- **Fatores Intervenientes:**

Em 24/01/2014 foi publicado no Diário Oficial da União, resolução da Diretoria Executiva da Eletrosul, que determinava rescisão Unilateral do Contrato em referência, firmado em 03/08/2012, entre a contratante Eletrosul e a Contratada Consórcio Efacec Megawatt Solar, pelo não cumprimento e cumprimento irregular das especificações técnicas e de cláusulas contratuais, pela paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Eletrosul e pelo descumprimento de marcos contratuais, do referido contrato, que tem por objeto "...a completa e perfeita implantação do PROJETO MEGAWATT SOLAR a fim de garantir a sua plena operação, através da execução de todos os SERVIÇOS e do FORNECIMENTO de todos os BENS, MATERIAIS e DOCUMENTAÇÃO, conforme definido nos DOCUMENTOS DE CONTRATO."

Após rescisão com o Consórcio Efacec Megawatt Solar, a Cymi-Masa, segunda colocada no processo licitatório, foi convidada a assumir o escopo remanescente do contrato anterior nas mesmas condições de sua antecessora. A Cymi-Masa aceitou os termos e celebrou contrato com a Eletrosul em 14/03/2014.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não.

- **Outras Considerações:**

O Projeto Megawatt Solar, praticamente concluído nesse exercício, teve ainda as seguintes datas importantes:

- 28/05/2014 entrada em operação do subsistema da cobertura do edifício sede;
- 22/06/2014 entrada em operação do subsistema dos estacionamento;
- 27/06/2014 inauguração do empreendimento;
- 25/09/2014 liberação para entrada em operação comercial.

Ação 15BB – Implantação da Usina Eólica Coxilha Seca (30MW), Capão do Inglês (10 MW) e Galpões (8MW).

A ação 15BB compreende a implantação das Usinas Eólicas Coxilha Seca, Capão do Inglês e Galpões, localizadas no município de Santana do Livramento – RS, totalizando uma capacidade de 48 (MW), através da instalação de 24 aerogeradores com 80 metros de altura além da infraestrutura associada, caracterizadas pela construção de 23 km de acessos, 24 fundações, 24 plataformas para o posicionamento dos guindastes durante a montagem das turbinas, 24 aerogeradores modelo G114 do fabricante Gamesa, com 2MW de potência instalada cada, 23 km de rede de média tensão em 34,5 kV, bem como a ampliação da SE Coletora Cerro Chato, com a instalação de um transformador de 34,5/230 kV de 35 MVA.

Quadro A.5.2.3.4.4 – Ações do Orçamento de Investimento

Quadro Resolva Ações do Orçamento de Investimento							
Identificação da Ação							
Código	25.752.2033.15BB.5070					Tipo: Projeto	
Título	Implantação da Usina Eólica Coxilha Seca (30MW), Capão do Inglês (10 MW) e Galpões (8MW).						
Iniciativa	Implantação de Parques Eólicos					Código: 000X	
Objetivo	Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis. Código: 0025						
Programa	Energia Elétrica					Código: 2033	
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.					Código: 32225	
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial R\$	Dotação Final R\$	Valor Realizado R\$	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
0	200.000.000	194.114.428	Implantação das Usinas Eólicas Coxilha Seca (30MW), Capão do Inglês (10MW) e Galpões (8MW)	%	0	73	68

Análise Situacional (referente ao item 5.2.3.5 da Portaria – TCU nº 90, de 16 de abril de 2014).

• **Execução das metas:**

Com a entrega dos aerogeradores, por parte da GAMESA, no final do ano houve uma convergência do cronograma econômico financeiro no período, atingindo 68%.

• **Fatores Intervenientes:**

Não ocorreu nenhum fator interveniente no período que tenha prejudicado o andamento das obras.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não se aplica.

- **Outras Considerações:**

Conforme portarias do Ministério de Minas e Energia de nº 192, 204 e 210, respectivamente de 07/05/14, 16/05/14 e 21/05/14, a operação comercial de todas as unidades geradoras deverão ocorrer até 31/12/15.

A ELETROSUL tem como meta concluir a usina de Galpões em maio/15, Capão do Inglês em junho/15 e Coxilha Seca em agosto/15.

Ação 1050 – Ampliação de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul e no Mato Grosso do Sul

A ação de Ampliação do Sistema de Transmissão na região Sul é composta por diversos empreendimentos decorrentes de resoluções da ANEEL, autorizando a ampliação e reforços/melhorias, no sistema de transmissão na região Sul, adequando à evolução das necessidades operacionais e possibilitando a manutenção dos elevados índices de desempenho operacional deste sistema.

Quadro A.5.2.3.4.5 – Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação							
Código		25.752.2033.1050. 0001					Tipo: Projeto
Título		Ampliação de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul e no Mato Grosso do Sul					
Iniciativa		Implantação de Linha de Transmissão e Subestações					Código: 0027
Objetivo		Expandir o SIN para o pleno atendimento do mercado, para integração de novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para extensão a todas as capitais brasileiras.					Código: 0036
Programa		Energia Elétrica					Código: 2033
Unidade Orçamentária		Eletrosul Centrais Elétricas S.A.					Código: 32225
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial R\$	Dotação Final R\$	Valor Realizado R\$	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
153.773.157	80.713.821	42.980.348	Expandir o Sistema Interligado Nacional.	%	31	16	10

Análise Situacional (referente ao item 5.2.3.5 da Portaria – TCU nº 90, de 16 de abril de 2014).

- **Data de início e de conclusão da obra:**

Esta ação iniciou em Janeiro de 2008 e a sua conclusão está prevista para dezembro de 2015.

- **Execução das metas:**

O avanço físico desta ação atingiu, dentro do exercício, a taxa de 10,00%.

Em 2014 foram concluídos os seguintes empreendimentos:

EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2014	INÍCIO DA OBRA	CONCLUSÃO DA OBRA
SE ITAJAI 230/138 kV, 600 MVA – AMPLIAÇÃO “E”: Substituição do Autotransformador (TF4), trifásico, de 230/138-13,8 kV, 75 MVA por outro de 150 MVA.	22/12/2012	21/09/2014
SE ALEGRETE 138/69/13,8 kV, 66 MVA – AMPLIAÇÃO “A”: Instalação de um Transformador 69/13,8-13,8kV, 17 MVA.	24/12/2012	30/11/2014

- **Fatores Intervenientes:**

Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.879/2011

O **Seccionamento da LT 138 kV Jorge Lacerda A – Palhoça na SE Garopaba Encantada (Celesc)**, sofre atrasos devido às dificuldades na definição da localização da Subestação Garopaba Encantada (SE GEA), por parte da empresa Celesc Distribuição.

Tendo em vista que a Eletrosul não teve responsabilidade nestes atrasos, a ANEEL reconheceu o primeiro pedido de prorrogação, encaminhado através da correspondência CE ARN-0209/2013 (datada de 20/11/2013) à própria ANEEL, emitindo nova Resolução Autorizativa nº 4.533/2014, publicada no D.O. em 21/02/2014, estendendo o prazo de conclusão do empreendimento para 20/12/2015.

No entanto, as atividades relativas à ampliação da SE GEA permanecem suspensas, em função da indefinição do local de implantação da Subestação. Conforme reiterado à Agência Nacional de Energia Elétrica através das correspondências CE ARN-0104/2014 e CE ARN-0128/2014, a Eletrosul necessitará de, no mínimo, 20 meses após a confirmação da localização do terreno para efetuar o licenciamento ambiental e concluir as obras. Desta forma, o novo prazo dado pela ANEEL para conclusão do empreendimento, 20/12/2015, mantém-se inviável.

O **Seccionamento da LT 138 kV Palhoça Imbituba na SE Palhoça Pinheira (Celesc)**, sofreu prorrogação devido ao atraso das licenças ambientais prévias e de instalação e os atrasos na implantação da infraestrutura da SE Palhoça Pinheira (SE PPA), por parte da empresa Celesc Distribuição.

Tendo em vista que a Eletrosul não teve responsabilidade nestes atrasos, a ANEEL reconheceu o primeiro pedido de prorrogação, encaminhado através da correspondência CE ARN-0209/2013 (datada de 20/11/2013) à própria ANEEL, emitindo nova Resolução Autorizativa nº 4.533/2014, publicada no D.O. em 21/02/2014, estendendo o prazo de conclusão do empreendimento para 20/12/2014.

No entanto, as atividades relativas à ampliação da SE PPA dependem do cronograma de implantação do módulo geral da Subestação, de responsabilidade da Celesc. A referida empresa encaminhou correspondência à Eletrosul em 27/08/2014, informando a previsão de conclusão da subestação Palhoça Pinheira para 31/08/2015. Em função das dificuldades informadas pela empresa distribuidora, a Agência Nacional de Energia Elétrica foi comunicada pela Eletrosul, através das correspondências CE ARN-0104/2014 e CE ARN-0128/2014, da necessidade de maior prazo para conclusão deste empreendimento. A previsão atual de energização é setembro de 2015.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não.

- **Outras Considerações:**

Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.161/2011

O Seccionamento da LT 230 kV Passo Fundo – Monte Claro, na SE Nova Prata 2 atrasou devido a três fatores os quais a Eletrosul não teve possibilidade de contorno: a relocação de LT's 69 kV por parte da RGE e Hidrotérmica, a liberação por parte do IPHAN do diagnóstico interventivo e a Licença Ambiental de Instalação para a LT 230 kV.

Além disso, as atividades de terraplenagem da Subestação Nova Prata 2, de responsabilidade da empresa CEEE-GT, só fora concluídas em dezembro de 2014. Em função destas dificuldades que fugiram ao controle da empresa, a Eletrosul informou reiteradas vezes a ANEEL, por meio das correspondências CE ARN-0017/2011 (08.07.2011), CE ARN-0007/2012 (12.01.2012), CE ARN-0010/2013 (11.01.2013) e CE ARN-0015/2014 (06.02.2014), a respeito dos riscos de não atendimento do prazo de energização do empreendimento. Por fim, em 31/10/2014, através da correspondência CE ARN-0162/2014 encaminhada a ANEEL, a Eletrosul solicitou a reprogramação da conclusão do empreendimento para 31/08/2015.

Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.915/2013

O empreendimento denominado **SE Joinville Norte Ampliação “D”**, sucede na instalação de 02 bancos de capacitores 230 kV - 2x100 MVar na SE Joinville Norte e de seus respectivos módulos de conexão, no arranjo barra dupla a quatro chaves. Em 2014 a empresa contratada iniciou a fabricação dos bancos de capacitores e demais equipamentos, além do desenvolvimento dos projetos executivos, das obras civis e montagens eletromecânicas. A data de energização está prevista para 26/02/2015.

Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.056/2013

A **Ampliação “C” da SE Foz do Chapecó**, compreende a Instalação do 3º Autotransformador Trifásico 230/138 kV - 50 MVA na SE Foz do Chapecó e de seus respectivos. O autotransformador foi contratado à parte e encontra-se em fabricação. Já os demais bens e serviços necessários ao empreendimento, foram contratados junto a uma única empresa no início de 2014, que deu sequência nos trabalhos no decorrer do ano. A data de energização está prevista para 15/05/2015.

Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.325/2013

Com o intuito de melhorar o atendimento elétrico da região norte do estado de Santa Catarina, a ANEEL autorizou a Eletrosul a executar o **Seccionamento da LT 138 kV Araquari Hyosung – Joinville GM**, em circuito duplo, na SE Joinville Santa Catarina (CELESC). As obras referentes a implantação dos módulos de entrada de linha na Subestação Joinville Santa Catarina foram contratadas no fim do ano, sendo que a ordem de serviço foi dada em 05/11/2014. A implantação do seccionamento e ramal da LT 138 kV está em fase de contratação. A licença ambiental de instalação ainda não foi concedida pelo IBAMA. A data de energização está prevista para 24/09/2015.

Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.543/2014

Com o intuito de melhorar o atendimento elétrico do estado do Mato Grosso do Sul, a ANEEL autorizou a Eletrosul a executar o **Seccionamento da LT 138 kV Porto Primavera - Ivinhema**, em circuito duplo, na SE Nova Andradina (Enersul). Dentre as principais ações realizadas no ano, destacam-se: contratação e finalização do projeto básico consolidado, solicitação de licenciamento ambiental e contratação dos módulos de entrada de linha na Subestação Nova Andradina. A data de energização está prevista para 29/01/2016.

Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.618/2014

O empreendimento denominado **SE Biguaçu Ampliação “G”**, sucede na instalação do 4º Autotransformador 230/138 kV – 150 MVA na SE Biguaçu e de seus respectivos módulos de conexão, no arranjo barra dupla a quatro chaves. O autotransformador foi contratado à parte e encontra-se em fabricação. Já os demais bens e serviços necessários ao empreendimento, foram contratados junto a uma única empresa, sendo que a ordem de serviço foi emitida em dezembro de 2014. A data de energização está prevista para 17/04/2016.

Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.802/2014

Através da REA nº 4.802/2014, publicada no D.O. em 01/09/2014, a ANEEL autorizou a Eletrosul a implantar uma série de reforços no sistema elétrico de Santa Catarina. Os empreendimentos são os seguintes:

- Subestação Desterro – Ampliação “A”: implantação do 2º Autotransformador 230/138 kV – 150 MVA
- Subestação Joinville Norte – Ampliação “E”: implantação do 4º Autotransformador 230/138 kV – 150 MVA
- Subestação Canoinhas – Ampliação “G”: implantação de banco de capacitor 230 kV – 50 MVA
- Seccionamento da LT 230 kV Blumenau – Palhoça na SE Gaspar 2, e respectivos módulos de entrada de linha da SE Gaspar 2.

As principais ações realizadas no decorrer do ano para atender os respectivos empreendimentos se concentraram na elaboração de especificações técnicas e lançamento dos editais de contratação dos equipamentos principais para aplicação nas Subestações. Além disso, foi dado início ao processo de licenciamento ambiental, bem como contratada a empresa que fará o projeto básico consolidado do Seccionamento da LT 230 kV. A data de energização dos empreendimentos desta autorização está prevista para 01/09/2016.

Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.892/2014

Através da REA nº 4.892/2014, publicada no D.O. em 03/11/2014, a ANEEL autorizou a Eletrosul a implantar dois reforços energéticos, sendo um em Santa Catarina e outro no Rio Grande do Sul. Os empreendimentos são os seguintes:

- Subestação Lajeado Grande – Ampliação “B”: implantação do 2º Autotransformador 230/138 kV – 75 MVA
- Subestação Canoinhas – Ampliação “F”: substituição do ATF 3 230/138 kV – 75 MVA por ATF 230/138 kV – 150 MVA.

As principais ações realizadas no decorrer do ano para atender a Subestação Lajeado Grande, que tem prazo de conclusão para 03/11/2016, se concentraram na elaboração de especificações técnicas e lançamento dos editais de contratação dos equipamentos principais.

O empreendimento em Canoinhas tem data limite de energização para janeiro de 2018, portanto, as atividades necessárias ao atendimento desta ampliação serão iniciadas a partir de 2015.

Ação 2D94 – Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão de Energia na Região Sul e Mato Grosso do Sul

A ação de Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente, não havendo acompanhamento físico.

Quadro A.5.2.3.4.6 – Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação		
Código	25.75.2033.2D94. 0001	Tipo:Atividade
Título	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Região Sul e no Estado do Mato Grosso do Sul	
Iniciativa	Implantação de reforços e melhorias do sistema de transmissão e subestações. Código: 002D	
Objetivo	Implementar reforços e melhorias no sistema de transmissão de energia na região Sul e MS. Código: 0037	
Programa	Energia Elétrica	Código:2033
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225
Ação prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
5.866.086	3.965.778	1.542.732

Análise Situacional (referente ao item 5.2.3.5 da Portaria – TCU nº 90, de 16 de abril de 2014).

- **Data de início e de conclusão da obra:**

Esta ação iniciou em Janeiro de 2008, possuindo atividades constantes em seu projeto.

Execução das metas:

EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2014	CONCLUSÃO DA OBRA
PAR - RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA ANEEL 3.578/2012	
SE 525 kV ITÁ Aquisição e instalação de PRs 444 kV no módulo de entrada da LT YTA-NSR	06/04/2014

EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2014	CONCLUSÃO DA OBRA
SE 525 kV BLUMENAU Substituição de 21 TCs dos circuitos JNO 230 kV, JOI 230 kV, PAL 230 kV e dos TFs 1, 2, 3 e 4 230/138 kV do setor de 230 kV, da SE BLU	30/08/2014

- **Fatores Intervenientes:**

Todos os empreendimentos constantes da REA 3.578/2012 encontram-se concluídos.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não.

- **Outras considerações:**

A ANEEL, através da Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.367/2013, autorizou as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica, dentre elas a Eletrosul, a implantar reforços em instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das demais Instalações de Transmissão.

Durante o ano de 2014 a Eletrosul preparou especificações técnicas, adquiriu equipamentos e efetuou contratações de serviços necessários ao atendimento desta Resolução. Desta forma, está programada para 2015 a entrega para a operação dos seguintes reforços:

EMPREENDIMENTOS EM ANDAMENTO 2014-2015	ENERGIZAÇÃO PREVISTA
PAR – RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.367/13, retificada pela REA Nº 4538/14	
SE Areia Substituição de 3 TCs 230 kV do vão do TF3	03/06/2015
SE Curitiba: Substituição de 4 DJs 230 kV dos vãos JNO C1 (762), JOI (722), TIE (742), SMS (712)	03/12/2015
SE Gravataí 2 Substituição de 15 TCs 230 kV dos vãos BC4 e BC5	03/06/2015
SE Gravataí Substituição de 15 TCs 230 kV dos vãos TF1, TF2, TF3	03/06/2015
SE Salto Osório: Substituição de 9 TCs 230 kV dos vãos TF7, UHSO 5 e UHSO 6	03/06/2015

Ação 14NA – Interligação Brasil-Uruguai

A ação 14NA compreende a Implantação da SE Candiota 525/230 KV, com um banco de autotransformadores de 672 MVA, construção da linha de transmissão de 230 KV entre Presidente Médici e Candiota e construção da linha de transmissão de 525 KV entre a SE Candiota e a Fronteira Brasil - Uruguai (conexão na linha de transmissão da empresa transmissora do Uruguai - UTE). Tem por finalidade fortalecer a integração energética entre o Brasil e o Uruguai, mediante a construção de uma interligação de grande porte, conforme memorando de entendimentos firmado entre as autoridades do segmento de energia dos dois países.

Quadro A.5.2.3.4.7 – Ações do Orçamento de Investimento

Quadro 13.23.47 – Ações do Orçamento de Investimento								
Identificação da Ação								
Código			25.752.2033.14NA. 0001				Tipo: Projeto	
Título			Interligação Elétrica Brasil-Uruguai					
Iniciativa			Implantação de Linha de Transmissão e Subestações				Código: 0027	
Objetivo			Expandir o SIN para o pleno atendimento do mercado, para integração de novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para extensão a todas as capitais brasileiras.					Código: 0036
Programa			Energia Elétrica				Código: 2033	
Unidade Orçamentária			Eletrosul Centrais Elétricas S.A.				Código: 32225	
Ação Prioritária			() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta					
Dotação Inicial R\$	Dotação Final R\$	Valor Realizado R\$	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado	
30.195.277	22.257.391	18.538.845	Expandir o Sistema Interligado Nacional.	%	20	34	30	

Análise Situacional (referente ao item 5.2.3.5 da Portaria – TCU nº 90, de 16 de abril de 2014).

- Data de início e de conclusão da obra**

Em 05/07/06 foi celebrado Memorando de Entendimento entre os Ministérios de Energia do Brasil e do Uruguai com o objetivo de fortalecer a integração energética entre os dois países, mediante a construção de uma interligação de grande porte, entre a localidade de San Carlos, no Uruguai, e a região de Candiota, no Brasil.

A ANEEL, através da Resolução Autorizativa 2.280/2010 de 23/02/2010, publicada no D.O. em 26/02/2010 autorizou a ELETROBRAS a importar e exportar energia mediante intercâmbio elétrico entre Brasil e Uruguai, nas modalidades, condições e montantes que vierem a ser estabelecidos pelo Ministério de Minas e Energia - MME. Esta resolução compreende a construção de uma subestação 525/230 kV na região de Candiota-RS e uma linha de transmissão de 525 kV, com 60 km, no lado brasileiro, interligada ao sistema de 525 kV uruguaio.

Em reunião realizada em 25/05/2012 entre MME/Eletróbrás/Eletrosul, o MME destacou a necessidade do cumprimento do cronograma e a própria vontade dos governos dos dois países em

relação à construção do sistema de interconexão, que devem ser prioritários ante as dificuldades legais para viabilizar a execução das obras.

Diante das dificuldades encontradas pela Eletrobrás nas providências da construção, com destaque para aquelas que mais influenciaram no atraso do cronograma inicialmente estabelecido, foi proposta a assunção das obras pela Eletrosul, dada a expertise e aparelhamento da mesma na execução de obras similares, para otimizar o processo e cumprir com o cronograma ajustado com o Uruguai.

- **Execução das metas:**

O cronograma físico do empreendimento atingiu, dentro do exercício, um avanço acumulado de 95,6%.

- **Fatores Intervenientes:**

As obras referentes a LT 525 kV Candiota – Melo e LT 230 kV Candiota – Presidente Médici, ativos os quais a Eletrosul é proprietária, foram concluídas em 09/08/2014.

Já as obras nas subestações, as quais a Eletrosul atua como engenharia do proprietário, avançaram no decorrer do ano de 2014, mas não no ritmo suficiente para atendimento a meta de energização de 31/07/2014. A empresa contratada para execução da obra, com problemas financeiros, acabou atrasando a entrega de diversos equipamentos e materiais necessários à sequência da implantação do empreendimento. Além disso, nas frentes civis, houve redução do efetivo, diminuindo ainda mais a produtividade. Diversas ações, tanto da Eletrosul como da Eletrobras foram tomadas, mas os efeitos não foram os desejados. A previsão de energização do empreendimento acabou sendo postergada para março de 2015.

- **Restos a pagar:**

Está provisionado para 2015 o montante de R\$ 1.978.233,08 referentes a pendências contratuais, gastos com pessoal, materiais, serviços e outros.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Através do contrato de cessão nº 80112022, a ELETROBRAS cedeu parcialmente à ELETROSUL os direitos e obrigações (39,6% do valor do investimento deste empreendimento no Brasil) oriundos do contrato nº ECE-554/2010, firmado entre Eletrobrás e UTE - Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas. A parcela da ELETROSUL compreende os ativos de transmissão relativos às linhas LT 525 kV Candiota – Melo, trecho brasileiro e da LT 230 kV Candiota – Presidente Médici. Além destes ativos cabe à ELETROSUL realizar a engenharia do proprietário e fiscalização das obras e contratos de todo o Empreendimento.

O prazo de conclusão para os empreendimentos pertencentes à Interligação Brasil – Uruguai é junho/2014.

- **Outras Considerações:**

Condição operacional – fase do projeto:

Atualmente a construção está focada na realizada na concretagem das fundações e montagem das estruturas metálicas torres. Além de outros serviços de apoio e suporte para execução destes, exemplos construção de acesso, limpeza de faixa, separação de material no canteiro. O lançamento dos cabos está previsto para se iniciar no final de Janeiro/2014.

A Interligação Brasil – Uruguai fará a conexão da SE Presidente Médici, localizada no sul do Rio Grande do Sul, a SE San Carlos, próxima ao balneário de Punta Del Leste no Uruguai, fortalecerá a integração energética entre os dois países, mediante a construção de uma interligação de grande porte, com capacidade de 500 MW. Este valor representa cerca de 30% da demanda máxima de potência do Uruguai.

Para a Eletrosul, o benefício se traduz em incremento real da sua receita, refletindo diretamente no resultado econômico-financeiro da Empresa.

Ação 4471 – Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica

A ação compreende a operação e manutenção dos equipamentos e instalações do sistema de transmissão, buscando evitar ou minimizar a indisponibilidade dos mesmos. Maximizar a disponibilidade das instalações de transmissão, garantindo o atendimento adequado aos serviços de transmissão de energia elétrica. A ação de Manutenção do Sistema de Transmissão é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

Quadro A.5.2.3.4.8 – Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação		
Código	25.752.2033.4471.0001	Tipo: Atividade
Título	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul	
Iniciativa	Manutenção do sistema de transmissão	Código: 01G2
Objetivo	Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando à confiabilidade e segurança do sistema.	
		Código: 437
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225
Ação prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
6.070.000	15.213.442	1.831.016

Análise Situacional (referente ao item 5.2.3.5 da Portaria – TCU nº 90, de 16 de abril de 2014).

• Execução das metas:

Os dispêndios de manutenção alocados nesta atividade referem-se a melhorias da infraestrutura de manutenção, tais como:

- ü Serviços de manutenção do sistema de transmissão de energia elétrica;
- ü Indenização de Servidão/Benfeitorias/Danos em LT em Operação;
- ü Contratação de serviço de execução do projeto para instalações de Santana do Livramento.
- ü Contratação de serviços de construção civil / infraestrutura de instalações de SE.

• Fatores Intervenientes

A não realização total da meta econômica é justificada pelos seguintes motivos:

- ü Postergação de atividades para o próximo exercício;
- ü Fracasso em licitação; e
- ü Contingenciamento do orçamento no exercício.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não.

10D6- Implantação da UHE São Domingos, com 48 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 Kv, com 40 Km de extensão

Esta ação apesar de apresentar dotação inicial foi revista e cancelada.

Quadro A.5.2.3.4.9 – Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação							
Código		25.752.2033.10D6. 0042					Tipo: Projeto
Título		Implantação da UHE São Domingos, com 48 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 Kv, com 40 Km de extensão.					
Iniciativa		Implantação de Usinas Hidrelétricas					Código: 000S
Objetivo		Aproveitar o potencial de geração hidrelétrica a partir de fonte hídrica.					Código: 0019
Programa		Energia Elétrica					Código: 2033
Unidade Orçamentária		Eletrosul Centrais Elétricas S.A.					Código: 32225
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial R\$	Dotação Final R\$	Valor Realizado R\$	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
368.800	0	0	Implantação da UHE São Domingos	%	1	0	0

Análise Situacional (referente ao item 5.2.3.5 da Portaria – TCU nº 90, de 16 de abril de 2014).

- **Data de início e de conclusão da obra**

A conclusão ocorreu em 2013.

- **Execução das metas:**

Não se aplica.

- **Fatores Intervenientes:**

Não se aplica.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não se aplica.

Programa 2119 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia

Ação 8549 – Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica.

Esta ação apesar de apresentar dotação inicial foi revista e cancelada.

Quadro A.5.2.3.4.10 – Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação		
Código	25.752.2119.8549.0001	Tipo:Atividade
Descrição	Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica.	
Título	Programa de Gestão e Manutenção d o Ministério de Minas e Energia. Código: 2119	
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225
Ação prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
100.000	0	

Análise Situacional (referente ao item 5.2.3.5 da Portaria – TCU nº 90, de 16 de abril de 2014).

• **Execução das metas:**

Não se aplica.

• **Fatores Intervenientes:**

Já a ação 8549, devido às novas regras contábeis, a natureza dos dispêndios de conservação e preservação, antes considerada investimento passou para custeio.

• **Restos a pagar:**

Não se aplica.

• **Ações Prioritárias na LDO:**

Não se aplica.

Programa 0807 – Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais

Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

Realização de obras de alvenaria, de estruturas e instalações; obras de manutenção nas tubulações de água, esgoto, telefone e energia elétrica etc, em edificações que sejam contabilizadas no imobilizado.

Essa ação é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

Quadro A.5.2.3.4.11 – Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação		
Código	25.122.0807.4101.0040-Ação classificada como atividade	Tipo:Atividade
Descrição	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	
Título	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais. Código: 0807	
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225
Ação prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
1.410.000	3.080.890	874.654

Análise Situacional (referente ao item 5.2.3.5 da Portaria – TCU nº 90, de 16 de abril de 2014).

• **Execução das metas:**

Os valores realizados nesta ação são decorrentes da manutenção e adequação de bens imóveis, entre os quais, destacam-se:

- ü Aquisição de câmaras de segurança.
- ü Construção de um Centro de Visitação em Santana do Livramento-RS, junto aos parques eólicos, para atendimento ao público em geral.

• **Fatores Intervenientes:**

Face ao contingenciamento do orçamento no exercício, foram canceladas as seguintes obras:

- ü Ampliação do sistema de ar condicionado do edifício sede;
- ü Aproveitamento da água da chuva;
- ü Estudo e implantação do sistema de gerenciamento eletrônico de documentos – GED.
- ü Novo prédio para instalação da divisão regional de Rondônia; com relação a construção do Centro de Visitação dos Parques Eólicos da Eletrosul, em Santana do Livramento, o andamento da obra sofreu atrasos por conta de alterações no projeto executivo, sendo que a sua inauguração está prevista para o 2º semestre de 2015.

• **Restos a pagar:**

Não se aplica.

• **Ações Prioritárias na LDO:**

Não.

Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

Realização de serviços de manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.

Essa ação é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

Quadro A.5.2.3.4.12 – Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação		
Código	25.122.0807.4102.0480	Tipo:Atividade
Título	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais. Código: 0807	
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225
Ação prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
13.748.800	14.718.402	8.415.750

Análise Situacional (referente ao item 5.2.3.5 da Portaria – TCU nº 90, de 16 de abril de 2014).

- Execução das metas:**

Os valores realizados nesta ação são decorrentes da compra bens móveis, veículos e máquinas, entre os quais, destacam-se:

- ü Equipamentos para auditório e salas compartilhadas;
- ü Material bibliográfico;
- ü Aquisição Estante/ Frigobar/HD;
- ü 01 Caminhão
- ü 01 Caminhão com Guindaste
- ü 15 Mini Vans
- ü 30 Veículos Utilitários
- ü 02 Empilhadeiras

- Fatores Intervenientes:**

Face ao contingenciamento do orçamento no exercício deixaram de serem adquiridos:

- ü Mobiliário específico para Arquivo/Centro de Documentação e Biblioteca;
- ü Sistema de Identificação por RFID para controle de EG e Inventário;
- ü Equipamentos para o Setor de Reprografia;
- ü Estação gráfica/scanner/notebook/ploter.

- Restos a pagar:**

Não se aplica.

- Ações Prioritárias na LDO:**

Não.

Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Aquisição de bens e serviços de manutenção e adequação de equipamentos das áreas de informática, informação e teleprocessamento de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.

Essa ação é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente, não havendo acompanhamento físico.

Quadro A.5.2.3.4.13– Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação		
Código	25.126.0807.4103.0040	Tipo:Atividade
Título	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais. Código: 0807	
Unidade Orçamentária	Eletrósul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225
Ação prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
13.758.500	13.969.500	5.797.605

Análise Situacional (referente ao item 5.2.3.5 da Portaria – TCU nº 90, de 16 de abril de 2014).

- Execução das metas:**

Os valores realizados nesta ação são decorrentes da compra de software e hardware, entre os quais, destaca-se:

- ü Aquisição 4 notebooks leve (TA ao contrato 1304130206) previstos para 2013 - R\$ 18.000,00.
- ü Aquisição de 50 monitores de 23” (Contrato 1304140152) – R\$ 23.645,00.
- ü Pagamento residual Blade DELL (Contrato 1304130296) de 2013 – R\$ 55.700,00.
- ü Aquisição de 4 monitores de 50” (Contrato 1304140151) – R\$ 24.899,96.
- ü Aquisição de expansão de memória 64 GB RAM para servidor RISC P740 (TA ao Contrato 1304130296) – R\$ 16.002,66.
- ü Aquisição de um servidor RISC P740 de rack (Contrato 1304140148) – R\$ 288.499,88.
- ü Aquisição de sete servidores INTEL para atendimento aos CROI's (Contrato 1304140260) – R\$ 129.660,00.
- ü Pagamento residual de servidor RISC P740 de 2013 (Contrato 1304130295) – R\$ 16.002,66.
- ü Aquisição de dois Storages de 80 TB previstos para 2013 com pagamento em 2014 (Contrato 1304130328) – R\$ 1.300.000,00.
- ü Expansão de licença de backup do servidor TSM (Contrato 1304140118) – R\$ 373.633,00.
- ü Licença ORACLE para o Datacenter Contingência (Contrato 1304140330) – R\$ 51.480,00.
- ü Licença XEN para o ambiente de virtualização de servidores (Contrato 1304140327) – R\$ 275.111,28.
- ü Licenças XEN Desktop para VDI de 2013 (1304120157) com orçamento 2014 – R\$ 6.154,50.
- ü Serviço RMAN para a exportação de dados do ORACLE (Contrato 1205140011) – R\$ 7.445,00.
- ü Aquisição de software corporativo anti-spam (Contrato 1304120071) – R\$ 88.137,74.
- ü Renovação do Websense (Contrato 1304130060) – R\$ 164.680,00 de 2014 até 04/2016.

- Ü Aquisição de duas impressoras para a área de protocolo (Contrato 1205140008) – R\$ 3.949,00.
- Ü Aquisição de multifuncional para RPR (Contrato 1240140032) – R\$ 1.670,00.
- Ü Aquisição de dois scanners para DGI e DEG (Contrato 1304140320) – R\$ 35.499,60.
- Ü Pagamento “Lote K” do Sistema DWDM (Contrato 91300381) – R\$ 54.607,57.
- Ü Ampliação do Sistema DWDM para atendimento ao MS com a implantação dos sites de Penápolis e Andradina (Contrato 1304130260) – R\$ 61.423,41.
- Ü Pagamento do CAP relativo a implantação sistema DWDM (Contrato 91300381) – R\$ 984,725,78.
- Ü Aquisição de cordões ópticos, atenuadores ópticos e SFP's para ampliação do Sistema DWDM (Contratos: 1304140278, 1304140277 e 1304140293) – R\$ 218.661,94.
- Ü Aquisição de instrumento de medição para alinhamento de Sistemas DWDM (Contrato 1203140008) – R\$ 15.970,24.
- Ü Aquisição de Distribuidores Ópticos para terminação de cabos dielétricos ópticos na subestações (Contrato 1240130062) – R\$ 188.728,80.
- Ü Aquisição de 17 telefones satelitais para apoio de comunicação ao pessoal de manutenção em linhas de transmissão (Contrato 1304140104) – R\$ 90.521,60.
- Ü Aquisição de licenças para ampliação do Sistema de Telefonia VoIP (Contrato 1304130108) – R\$ 132.070,33.
- Ü Aquisição de telefones IP para ampliação do Sistema de Telefonia VoIP (Contrato 1304140231) – R\$ 155.235,00
- Ü Aquisição de Headsets com fio e Bluetooth para apoio de comunicação as secretárias (Contrato 1205140014) – R\$ 11.310,00.
- Ü Aquisição de mesa de comando e Quadro elétrico para ampliação do COSE (Contratos: 1205130001 e 1205130020) – R\$ 22.168,12.
- Ü Aquisição software Elipse para Sistema de Medição de Faturamento (Contrato 1260140025) – R\$ 8.860,00.
- Ü Aquisição de novo Sistema de Vídeo Wall para COSE, CCT e COG (Contrato 1105140058) – R\$ 240.000,66.
- Ü Aquisição de software OTS para treinamento dos operadores do COSE (Contrato 1105140004) – R\$ 282.873,12
- Ü Customização do software Gerenciamento de Bibliotecas
- Ü Licenças de Software;
- Ü Licenças e Atualizações do Software Adobe
- Ü Licenças e Atualizações do Software Autocad
- Ü Licenças e Atualizações do Software IBM (Lotus Notes, Webspheare e IBM Connections Suite.)
- Ü Adobe Licenças e Atualizações do Software Adobe
- Ü Licenças e Atualizações do Software ArqGIS
- Ü Customização de Software bibliográfico - Sophia
- Ü Licenças de Software Processos Jurídicos – PerceptTools
- Ü Software e Licenças para manter os sistemas de informática atualizados.

• **Fatores Intervenientes:**

Face as contingências que por ventura surgem durante os processos de licitação e entrega efetiva dos objetos contratuais pelos fornecedores, as seguintes aquisições, inicialmente previstas para execução no exercício 2014, passaram a fazer parte do exercício 2015:

Ü Aquisição de estações de trabalho – R\$ 600.000,00 – 200 estações (2014)
Do total deste item R\$ 331.000,00 (DO/DTL) e R\$ 269.000,00 (áreas)

Ü Aquisição de notebooks padrão – R\$ 555.000,00 – 150 notebooks (2014)
Do total deste item R\$ 304.000,00 (DO/DTL) e R\$ 251.000,00 (áreas)

Ü Uma Tape Library com 300 slots e 4 drives LTO 5 (Contrato 1304140326) – R\$ 260.000,00.
O pagamento não foi realizado em 2014, pois o objeto foi entregue em 2015.

Ü Aquisição de sistema de supervisão de imagens CFTV (Contrato 1304140078) que passou para o orçamento de 2015 devido a atraso na entrega pelo Fornecedor – R\$ 306.980,45.

Face ao contingenciamento do orçamento no exercício, foram canceladas as seguintes aquisições:

- Ü Atualizações das estações gráficas do Arquivo Central
- Ü Software Ferramentas de BPM
- Ü Licenças do SGA e SPA
- Ü Software para monitoramento e performance de Aplicações Software para rastreamento de correspondências
- Ü Software Gestão de Protocolo de Documentos
- Ü Software (Produtos em substituição do Sistema Legado/Aplicativo)

• **Restos a pagar:**

Não se aplica.

• **Ações Prioritárias na LDO:**

Não.

Ações 14N9- Aquisição de Imóvel - Regional de Santa Catarina (Sertão do Maruim).

Esta ação apesar de apresentar dotação inicial foi revista e cancelada.

Quadro A.5.2.3.4.14 – Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação		
Código	25.752.0807.14N9.0042	Tipo:Atividade
Título	Aquisição de Imóvel-Regional de Santa Catarina (SC)	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais. Código: 0807	
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A Código: 32225	
Ação prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
19.000.000	0	0

Análise Situacional (referente ao item 5.2.3.5 da Portaria – TCU nº 90, de 16 de abril de 2014).

Estas ações apesar de apresentarem dotações iniciais foram revistas e canceladas.

• **Execução das metas:**

Face ao contingenciamento do orçamento no exercício, esta ação foi adiada.

- **Fatores Intervenientes:**

A aquisição deste imóvel foi adiada em função da redução receita da empresa, causada pela determinação da Lei nº 12.783.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não.

5.2.3.5 Análise Situacional

A análise situacional foi feita no item anterior para dar maior conexão ao texto, em função de que várias informações relevantes já são apresentadas no Quadro 5.2.3.4 e a análise está dividida por ação.

5.3 Informações Sobre Outros Resultados da Gestão

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS – CONTRATO DE METAS DE DESEMPENHO EMPRESARIAL (CMDE)

ISE Bovespa – Dimensão Econômica

Objetivo da Meta: Aumentar o desempenho econômico, segundo padrões de mercado.

Unidade: Pontos

Polaridade: Quanto maior melhor Ç

Nesta dimensão, o questionário avalia os processos de planejamento estratégico, a gestão dos ativos intangíveis e qualifica a empresa em relação aos riscos diversos. Há, também nesta dimensão, os critérios relacionados ao desempenho financeiro e lucratividade e os critérios de cumprimento das normas legais de apresentação dos resultados.

META 2014	REALIZADO 2014
53,0	59,2

INDICADORES OPERACIONAIS – CONTRATO DE METAS DE DESEMPENHO EMPRESARIAL (CMDE)

Parcela Variável Descontada em Transmissão

Objetivo da Meta: Reduzir a Parcela Variável Descontada em Transmissão (PVI).

Fórmula = PV/PB

Unidade: %

Polaridade: Quanto menor melhor È

Definições:

– **PV** – Parcela Variável

- **PB** – Pagamento Base da função transmissão.

Demonstra, em termos percentuais, o valor descontado da receita de transmissão por indisponibilidades no sistema de transmissão da Eletrosul. É uma penalidade imposta pela ANEEL, e que prevê também, recompensas para as empresas que tiverem um bom índice de Disponibilidade.

META 2014	REALIZADO 2014
2,850%	1,450%

Índice de Disponibilidade de Geração (DISPGR)

Objetivo da Meta: Aumentar o Índice de Disponibilidade de Geração para todas as usinas da empresa

$$\text{Fórmula} = \frac{(1 - \text{TEIFa}) \times (1 - \text{TEIP})}{(1 - \text{TEIF Ref}^*) \times (1 - \text{TEIP Ref})}$$

Unidade: Índice

Polaridade: Quanto maior melhor C

Definições:

- **TEIFa** – Valores médios mensais apurados pela ONS para as taxas de indisponibilidade forçada
- **TEIP** – Valores médios mensais apurados pela ONS para as taxas de indisponibilidade programada
- **TEIP Ref e TEIF Ref** – Valores de TEIP e TEIF estabelecidos como referência.

Este indicador expressa o período em que as unidades geradoras estão aptas a gerar energia, quando considerado determinado intervalo de tempo.

META 2014	REALIZADO 2014
0,970	0,986

Índice de Disponibilidade de Linhas de Transmissão (DISPLT)

Objetivo da Meta: Aumentar o Índice de Disponibilidade de Linhas de Transmissão

$$\text{Fórmula} = \frac{\sum_{i=1}^n \frac{\text{extLT}_i}{100} \times \frac{\text{Hd}_i}{\text{Hp}_i}}{\sum_{i=1}^n \frac{\text{extLT}_i}{100}} \times 100$$

Unidade: Percentual

Polaridade: Quanto maior melhor C

Definições:

- **extLT_i** - Extensão total do circuito da linha de transmissão “i” em quilômetros
- **Hd_i** - N° de horas disponíveis do circuito da linha de transmissão “i”
- **Hp_i** - N° total de horas de existência do circuito da linha de transmissão “i” no período considerado

- N - N° total de circuitos de linhas de transmissão, sendo “i” o contador do número de circuitos de linhas de transmissão

A disponibilidade de uma linha de transmissão indica o percentual do tempo em que esta permaneceu em operação ou disponível para operar durante um período específico considerado.

META 2014	REALIZADO 2014
99,75%	99,63%

INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS – CONTRATO DE METAS DE DESEMPENHO EMPRESARIAL (CMDE)

ISE Bovespa – Dimensão Social

Objetivo da Meta: Aumentar o desempenho social segundo padrões de mercado.

Unidade: Pontos

Polaridade: Quanto maior melhor Ç

Na Dimensão Social, são avaliados critérios relacionados às relações de trabalho e formas de discriminação (raça, cor, gênero, orientação sexual); critérios de conduta empresarial, ética e, relações com o público interno (empregados) e externo (comunidade). Há critérios que formalizam as relações com os fornecedores e parâmetros para medir o quanto a empresa influencia e exige os mesmos padrões éticos em sua cadeia de suprimentos, por meio de avaliação sistemática de seus fornecedores; existem nesta dimensão, também indicadores de avaliação das demandas e satisfação dos clientes, bem como, indicadores de desempenho e cumprimento legal na esfera social (clientes, consumidores e fornecedores).

META 2014	REALIZADO 2014
61,0	69,0

ISE Bovespa – Dimensão Ambiental

Objetivo da Meta: Aumentar o desempenho ambiental para segundo padrões de mercado.

Unidade: Pontos

Polaridade: Quanto maior melhor Ç

Na dimensão ambiental, verifica-se a existência de política corporativa ambiental; analisam-se critérios de responsabilidade socioambiental, bem como, gerenciamento e monitoramento das políticas socioambientais. Há critérios que também avaliam o posicionamento da empresa, no tocante ao consumo de recursos e emissão de resíduos e, finalmente, critérios relacionados ao cumprimento legal dos quesitos ambientais.

META 2014	REALIZADO 2014
-----------	----------------

47,9	56,7
------	------

ISE Bovespa – Dimensão Mudanças Climáticas

Objetivo da Meta: Aumentar o desempenho relacionado a alterações climáticas segundo padrões de mercado.

Unidade: Pontos

Polaridade: Quanto maior melhor Ç

Na dimensão mudanças climáticas, o foco é na existência de política corporativa, quanto aos compromissos, abrangência e divulgação; no critério gestão, são avaliados o planejamento/gestão de riscos e oportunidades, inventário de emissões, sistemas de gestão e diálogo com partes interessadas; resultados e nível de abertura das informações sobre o tema.

META 2014	REALIZADO 2014
51,0	64,5

5.4 Informações Sobre Indicadores de Desempenho Operacional

A identificação dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho operacional, incluindo análise comparativa dos índices previstos, estão descritos a seguir:

Quadro A.5.4.1 Indicadores de Desempenho Econômico-Financeiros (Contrato de Metas de Desempenho Empresarial)

Denominação	Índice Previsto (%)	Índice Observado (%)	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Reduzir gastos com PMSO em relação a Receita Operacional Líquida	66,2	52,0	Anual	PMSO Ajustado (controladora)/ROL Ajustada (controladora)
Manter a dívida líquida em níveis compatíveis com a geração de caixa operacional	9,17	53,2	Anual	Dívida Líquida (Consolidado)/ EBITDA (consolidado)
Aumentar a rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido	2,5	0,7	Anual	Lucro Líquido/Patrimônio Líquido
Aumentar o nível histórico de realização dos Investimentos	90,0	91,9	Anual	Investimento Realizado (Consolidado)/ Investimento Aprovado (Consolidado)
Aumentar a Margem % do EBITDA frente à Receita Operacional Líquida	32,3	6,2	Anual	EBITDA (Consolidado)/ ROL (Consolidado)

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial

Análise geral dos resultados:

PMSO/ROL

O resultado apurado no exercício de 2014 evidencia o atingimento da meta. Abaixo, comentários sobre os fatos que influenciaram a realização da ROL e do PMSO :

ROL - A ROL do exercício foi inferior ao valor orçado. A diferença é explicada, principalmente, pela receita de Geração, onde na projeção foi considerada comercialização de energia decorrente do Power Purchase Agreement - PPA, firmado com a SPE ESBR (participação de 20%), para atendimento de exigência do BNDES na contratação de financiamento para a SPE. Contudo, a alteração do calendário de entrada em operação afetou a receita, e percebe-se redução em relação aos valores inicialmente projetados.

PMSO - A análise evidencia dois pontos principais de diferenças entre os valores orçados e as realizações:

- na projeção do CMDE foi considerada compra de energia referente à comercialização decorrente do PPA, firmado com a SPE ESBR. A alteração do calendário de entrada em operação afetou a despesa; e
- há despesas operacionais, como Serviços de Terceiros e Outras, cuja realização está em valores inferiores ao projetado, se considerada a proporcionalidade mensal, enquanto as despesas de Pessoal estão superiores ao orçado. Isso ocorre, principalmente, pela consideração de critérios orçamentários quando da projeção (PDG) e sazonalidades.

DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA

A realização do indicador Dívida Líquida/EBITDA foi em níveis aquém do esperado para o exercício devido ao montante apurado no EBITDA.

Conforme relatado no cálculo da Margem, este inclui a equivalência patrimonial, ou seja, o resultado de provisões efetuadas pelas SPEs afeta o cálculo.

EBITDA/ROL

O resultado apurado foi aquém do esperado.

O valor realizado inferior ao projetado deve-se, em especial, pela inclusão da equivalência patrimonial no cálculo do EBITDA. O resultado de participação foi negativo pelo reconhecimento da despesa com equivalência patrimonial conforme segue:

- ESBR Participações – resultado negativo de R\$ 230,8 milhões, devido à provisão para contingência operacional que decorre principalmente de caráter precário da liminar judicial vigente, onde suspende a obrigação de cumprimento de obrigação contratual da entrega da garantia física de energia com base no cronograma original, face que a Usina de Jirau operou com menos unidades geradoras do que o previsto no cronograma original;
- Livramento Holding – resultado negativo de R\$ 150,4 milhões, relativo ao provisionamento de perdas nas demonstrações financeiras com aquisição de lastro de energia em face dos atrasos comerciais, e apuração de impairment pelo não cumprimento de contrato de fornecimento dos aerogeradores dos parques eólicos por parte da Wind Power; e
- Chuí Holding – resultado negativo de R\$ 37,8 milhões também referentes ao provisionamento de perdas pelo não cumprimento de contrato de fornecimento dos aerogeradores dos parques eólicos por parte da Wind Power.

LL/PL

A realização do indicador foi inferior à projetada, pois o resultado do Exercício foi fortemente afetado pela equivalência patrimonial, que registrou valores não previsíveis, conforme destacado na Margem EBITDA.

INV.R/INV.A

Com a aprovação da revisão pelo Decreto 8.382 de 29 de Dezembro de 2015 e da MP 666 de 30 de dezembro de 2015 o valor da meta previsto em Investimento Aprovado mudou de R\$ 809.580 mil para R\$ 1.485.209 mil.

Apesar de a realização do investimento corporativo ter ficado abaixo da meta (69%), as inversões financeiras realizaram bem próximo do esperado (101%), convergindo para o atingimento da meta. O valor abaixo do previsto em investimentos corporativos foi ocasionado principalmente pela demora de licenças ambientais e entregas de equipamentos dos empreendimentos do Complexo Alto da Serra e Ampliação do Sistema de Transmissão, além do contingenciamento nos investimentos em Infraestrutura

A meta foi superada em 2,1%, mesmo com uma realização de investimento corporativo abaixo do previsto. Já as inversões financeiras realizaram acima do esperado.

Há alguns pontos da análise que merecem destaque:

- Na projeção da ROL e do PMSO foram consideradas a compra e a comercialização de energia decorrente do Power Purchase Agreement - PPA, firmado com a SPE ESBR (participação de 20%), para atendimento de exigência do BNDES na contratação de financiamento para a SPE. Contudo, a alteração do calendário de entrada em operação afetou a receita e a despesa, onde percebe-se redução em relação aos valores inicialmente projetados;

- Para o EBITDA, cabe destacar que inclui a equivalência patrimonial. O resultado de participação foi negativo principalmente pelo reconhecimento da despesa com equivalência patrimonial de R\$ 230,8 milhões da controlada em conjunto ESBR, devido a provisão para contingência operacional que decorre principalmente de caráter precário da liminar judicial vigente, onde suspende a obrigação de cumprimento de obrigação contratual da entrega da garantia física de energia com base no cronograma original, face que a Usina de Jirau operou com menos unidades geradoras do que o previsto no cronograma original. Também houve reconhecimento de provisões nas SPE Livramento e Chuí, com resultado negativo em R\$ 150,4 milhões e R\$ 37,8 milhões, respectivamente; e

- O Resultado do Exercício foi fortemente afetado pela equivalência patrimonial, que registrou valores não previsíveis.

5.5 Informações Sobre Custos de Produtos e Serviços

A Eletrosul possui dois segmentos de negócios: geração e transmissão de energia. Conforme estabelecido pelos normativos contábeis aplicáveis, a Empresa elabora e divulga as informações de cada segmento em suas Demonstrações Financeiras, por meio de Nota Explicativa que contém Informações por Segmento de Negócio.

O Quadro a seguir evidencia os custos e despesas distribuídos em Geração e Transmissão de Energia.

Quadro A 5.5 – Custos e Despesas Geração e Transmissão *Em R\$ Mil*

Custos e Despesas	2014	2013	2012
Geração	270.134	170.732	205.878
Transmissão	496.705	509.642	589.006
TOTAL	766.839	680.374	794.884

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial

A medição do custo pelo valor unitário não é possível em razão do negócio da empresa. Já a comparação com outras entidades da administração pública em atividade equivalente fica prejudicada, pois no setor elétrico a concentração dos recursos naturais e do consumo de energia afeta diretamente a estrutura de custos.

5.6 Unidades Jurisdicionadas que Gerenciem Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos (Parte B do Anexo II da DN TCU 134/2013 – Conteúdo Específico)

A Eletrosul possui, atualmente, 2 empreendimentos financiados com recursos externos, quais sejam: a) a PCH Barra do Rio Chapéu, localizada em Santa Rosa de Lima e Rio Fortuna (SC), com capacidade instalada de 15 MW (2 unidades geradoras), em operação comercial desde fevereiro de 2013, atendendo a 128 mil habitantes; e

b) a PCH João Borges, localizada em São José do Cerrito e Campo Belo do Sul (SC), com capacidade instalada de 19 MW (3 unidades geradoras), em operação comercial desde julho de 2013, atendendo a 151 mil habitantes.

As duas PCHs integram o Complexo São Bernardo, do qual, juntas, representam 64% da capacidade instalada.

A captação de recursos externos para esses empreendimentos se deu por meio de dois contratos de financiamento firmados pela Eletrobras, na qualidade de sócia controladora da Eletrosul, juntamente com o Banco Alemão KfW, nos valores de 13.293.588,91 Euros e 45.948.095,72 Euros.

Os recursos vinculados a esses contratos foram integralmente repassados para a Eletrosul em Reais equivalentes na data de cada liberação, totalizando R\$ 165.918.289,85, dentro das condições previstas nos contratos de repasse firmados entre a Eletrosul e a Eletrobras, sob nºs ECR 281/2008 (13.293.588,91 Euros) e ECR 283/2013 (45.948.095,72 Euros), .

O quadro abaixo apresenta as condições dos citados contratos de repasse e saldo em 31/12/2014:

Valor – ECR 281/2008	13.293.588,91 Euros (R\$ 29.854.429,25)
Amortização	Carência: 9 anos Prazo Pagamento: 20 anos Saldo em 31/12/2014: R\$ 42.898.411,41
Encargos	2 % a.a. juros + 0,25% Comissão de Compromisso + 0,2% Taxa de Administração

Valor – ECR 283/2013	45.948.095,72 Euros (R\$ 136.063.860,60)
a) Loan Portion 1	17.090.191,40 Euros (R\$ 50.028.117,29)
Amortização	Carência: 5 anos Prazo Pagamento: 15 anos Saldo em 31/12/2014: R\$ 55.150.047,64
Encargos	4,5% a.a. juros + 0,25% Taxa de Comprometimento + 0,20% Comissão de Repasse Eletrobras
b) Loan Portion 2	13.857.904,32 Euros (R\$ 40.566.243,32)
Amortização	Carência: 10 anos Prazo Pagamento: 20 anos Saldo em 31/12/2014: R\$ 44.719.457,24
Encargos	2,0% a.a. juros + 0,25% Taxa de Comprometimento + 0,20% Comissão de Repasse Eletrobras
c) Development Loan	15.000.000,00 Euros (R\$ 45.469.500,00)
Amortização	Carência: 5 anos Prazo Pagamento: 10 anos Saldo em 31/12/2014: R\$ 48.405.000,00
Encargos	2,04% a.a. juros + 0,25% Taxa de Comprometimento + 0,50% Taxa de Gerenciamento + 0,20% Comissão de Repasse Eletrobras

Cabe destacar que os créditos ainda estão em período de carência, razão pela qual a precisa apuração dos impactos decorrentes da variação cambial sobre o custo do financiamento e sobre a TIR (taxa interna de retorno) dos empreendimentos não é possível calcular neste momento.

6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 Programação e Execução das Despesas

6.1.1 Programação das Despesas

Os itens a seguir tratam da programação das despesas correntes e de capital.

O Resumo da Programação de Despesas é apresentado a seguir no Quadro, que foi adaptado à empresa. Não há reserva de contingência.

Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas

Grupo de Despesas (Valores em R\$)	2014 Decreto n° 8.382/14 e Ofício n° 1.703/2014/MP/SE/DEST	2013 Decreto n° 8.174/13 e Ofício n° 1.684/2013/MP/SE/DEST	Var. 2014/2013
Pessoal e Encargos Sociais	319.565.467	387.300.435	-17%
Serviços de Terceiros	144.130.641	119.565.333	21%
Utilidades e Serviços	4.430.237	8.195.170	-46%
Materiais e Produtos	177.467.527	157.641.096	13%
Tributos e Encargos Parafiscais	343.674.391	264.661.435	30%
Juros e Outros	243.873.577	195.835.395	25%
<i>Operações Internas</i>	153.906.015	103.961.444	48%
<i>Outras Fontes</i>	89.967.562	91.873.951	-2%
Outros Dispendios Correntes	103.971.523	133.421.136	-22%
Total Despesas Correntes	1.337.113.363	1.266.620.000	6%
Investimento	421.095.930	398.342.218	6%
Inversões Financeiras	1.064.113.028	1.404.016.976	-24%
Amortização de Principal	376.142.962	380.683.895	-1%
<i>Operações Internas</i>	155.208.133	128.335.464	21%
<i>Outras Fontes</i>	220.934.829	252.348.431	-12%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0	1.467.413	-100%
Dividendos	336.730.191	145.085.649	132%
Total Despesas de Capital	2.198.082.111	2.329.596.151	-6%
Total Despesas	3.535.195.474	3.596.216.151	-2%

Fonte: Departamento Econômico-financeiro

6.1.1.1 Análise Crítica

Na previsão orçamentária das despesas correntes, no ano de 2014, houve um crescimento de 6% quando comparado ao orçamento de 2013. Além da correção da inflação esta variação é explicada, principalmente, pelas rubricas Juros e Outros, e Tributos e Encargos Parafiscais. A primeira teve crescimento decorrente do Serviço da Dívida dos financiamentos das SPEs PVTE e RS Energia,

incorporadas em 29 de maio de 2013, e pelos encargos do financiamento contratado junto ao Banco do Brasil S.A. em dezembro do mesmo ano. Em relação aos Tributos, além do aumento da receita decorrente da incorporação das SPEs acima citadas, houve impacto de uma projeção de lucro superior ao ano anterior, motivada, sobretudo, pela reversão do contrato oneroso de Jirau, decorrente do contrato de PPA que a Eletrosul mantém com esse empreendimento e da expectativa na época em que foi elaborado o orçamento, de reconhecimento do valor referente à indenização dos ativos de transmissão existentes antes de 2001 e renovados em 2013, ocorrer ainda em 2014.

Em relação às despesas de capital, cabe salientar que apenas as dotações referentes ao Investimento da Eletrosul são contempladas na LOA. As demais rubricas são aprovadas por Decreto. No processo de elaboração da proposta orçamentária, as tratativas de consolidação do orçamento da Eletrosul com a Controladora (Eletrobras), e no próprio âmbito do MME, resultam na realização de cortes na proposta do orçamento, principalmente no de Investimento. A Eletrosul vem passando, nos últimos anos, por fase de forte expansão, com elevados investimentos em empreendimentos corporativos e em parcerias (Sociedade de Propósito Específico - SPE). Neste sentido, são necessárias recomposições do orçamento na oportunidade da revisão orçamentária. Os números aprovados na revisão vêm se mostrando condizentes com as realizações.

A análise da programação orçamentária das despesas de capital mostra uma estabilização em relação a 2013, com uma pequena queda de 6%. Esse comportamento é resultado de uma menor necessidade de Inversões Financeiras em relação ao ano anterior nos empreendimentos em que a Eletrosul detém participação, mas que em contrapartida teve o crescimento da previsão de pagamento de Dividendos em decorrência do lucro esperado em 2014 ser substancialmente superior ao de 2013 por motivos já explicitados anteriormente.

6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Não se aplica, pois a Eletrosul não concede ou recebe créditos orçamentários.

6.1.3 Realização da Despesa

As informações sobre a execução orçamentária da despesa destacam-se por modalidade de contratação e por grupo orçamentário.

6.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

A Eletrosul por não ser uma empresa da administração direta não possui fase de liquidação, adaptando este Quadro e considerando sua principal fase de realização, a econômica.

Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários Em R\$

Modalidade de Contratação	Realizado Econômico	
	2014	2013
Modalidade de Licitação	216.228.154	229.783.762
Convite	419.127	654.902
Tomada de Preços	4.018.728	5.084.999
Concorrência	80.594.651	89.711.677
Pregão	131.195.648	134.332.184
Contratações Diretas	240.060.542	25.616.210
Dispensa	233.792.417	21.328.183
Inexigibilidade	6.268.125	4.288.027

Pagamento de Pessoal	337.372.731	393.483.475
Pessoal, Encargos e Benefícios	321.761.526	380.718.315
Diárias	15.611.205	12.765.160
Outros	2.294.923.790	2.452.965.907
Total	3.088.585.217	3.101.849.354

Fonte: Departamento Econômico-financeiro

6.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

O Quadro A.6.1.3.2 não se faz necessário por apresentar valores idênticos aos apresentados no Quadro A.6.1.3.1. Todas as despesas são executadas diretamente pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

6.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Grupo de Despesas (Valores em R\$)	Realizado 2014	Realizado 2013	Var. 2014/2013
Pessoal e Encargos Sociais	309.103.230	369.828.441	-16,4%
Serviços de Terceiros	123.301.843	102.588.147	20,2%
Utilidades e Serviços	3.706.307	4.537.325	-18,3%
Materiais e Produtos	94.812.303	69.030.082	37,3%
Tributos e Encargos Parafiscais	370.061.605	229.651.681	61,1%
Juros e Outros	271.781.491	190.486.093	42,7%
<i>Operações Internas</i>	132.481.739	99.924.530	32,6%
<i>Outras Fontes</i>	139.299.752	90.561.563	53,8%
Outros Dispendios Correntes	132.311.290	80.623.459	64,1%
Total Despesas Correntes	1.305.078.069	1.046.745.228	24,7%
Investimento	290.853.323	321.550.273	-9,5%
Inversões Financeiras	1.074.376.330	1.233.559.787	-12,9%
Amortização de Principal	384.113.855	246.980.653	55,5%
<i>Operações Internas</i>	154.912.692	121.234.705	27,8%
<i>Outras Fontes</i>	229.201.163	125.745.948	82,3%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	0	1.467.413	-100,0%
Dividendos	34.163.640	251.546.000	-86,4%
Total Despesas de Capital	1.783.507.148	2.055.104.126	-13,2%
Total Despesas	3.088.585.217	3.101.849.354	-0,4%

Fonte: Departamento Econômico-financeiro

6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

O Quadro A.6.1.3.4 não se faz necessário por apresentar valores idênticos aos apresentados no Quadro A.6.1.3.3 pelo motivo que todas as despesas são executadas diretamente pela Eletrosul Centrais Elétricas S. A.

6.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Este item não se aplica à Eletrosul, pois a mesma não se enquadra como entidade da Administração Pública Direta. Desta forma, não há informação relativa ao item 6.1.3.5.

6.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Este item não se aplica à Eletrosul, pois a mesma não se enquadra como entidade da Administração Pública Direta. Desta forma, não há informação relativa ao item 6.1.3.6.

6.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

A execução orçamentária das despesas apresentou redução de 0,4% em relação ao ano de 2013, permanecendo praticamente estável, no período. Essa redução se deve, basicamente, a uma retração na realização das Despesas de Capital.

As Despesas Correntes apresentaram um aumento de 24,7% quando comparadas ao ano anterior. As rubricas Serviços de Terceiros, Materiais e Produtos, Tributos e Encargos Parafiscais, Juros e Outros e Outros Dispendios Correntes, contribuíram para essa variação, conforme a seguir:

- a) Serviços de Terceiros (20,2%) – As maiores variações foram observadas em serviços de vigilância, limpeza e conservação, meio ambiente, operação e manutenção em usinas e publicidade institucional.
- b) Materiais e Produtos (37,3%) – Apresentou variação significativa na rubrica Compra de Energia para atender os contratos com a Klabin e ESBR (UHE Jirau), além dos Encargos de Uso da Rede de Transmissão e Distribuição (TUST e TUSD).
- c) Tributos e Encargos Parafiscais (61,1%) – realização com variação significativa em RGR – Reserva Global de Reversão, impostos (PIS, COFINS e ICMS) sobre a receita, provisões sobre o resultado IRSL e CSSL.
- d) Juros e Outros / Operações Internas (32,6%) – Realização referente aos encargos do serviço da dívida. A variação se deve ao contrato de financiamento junto ao Banco do Brasil, firmado no final de 2013, sendo o início da apropriação dos encargos a partir de 2014.
- e) Juros e Outros / Outras Fontes (53,8%) – Realização referente aos encargos do serviço da dívida. A variação se deve ao contrato de financiamento junto a Holding, firmado no final de 2014, onde estão sendo apropriados os juros e os custos com a operação.
- f) Outros Dispendios Correntes (64,1%) – Neste item, apresentaram variação significativa as rubricas: Reversões de Contingências Tributárias, Contingências Trabalhistas, Indenizações Trabalhistas, IOF e Custo do Serviço Prestado.

As Despesas de Capital sofreram uma redução de 13,2% em comparação ao ano de 2013.

Neste grupamento, a única rubrica onde observamos um aumento na realização foi Amortização de Principal (55,5%), conforme detalhado, a seguir:

- a) Amortização / Operações Internas (27,8%) – A variação nesta rubrica foi devido à incorporação das empresas RS Energia, PVTE e Cerro Chato I a III, no final de maio de 2013. Contratos de financiamentos junto ao BNDES.
- b) Amortização / Outras Fontes (82,3%) – O aumento observado foi em decorrência da amortização do contrato ECF – 3035/12, junto a Holding.

6.2 Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda

Quadro A.6.2.1 – Despesas com Publicidade

Descrição		Valor (R\$)
351	Publicidade Legal	1.469.408,65
352	Publicidade Institucional	4.568.788,35
355	Publicidade de Utilidade Pública	315.736,33
Total		6.353.933,33

Fonte: Departamento Econômico-financeiro

Com relação ao Quadro acima, referente à dotação orçamentária para 2014, foi aprovado o valor de R\$ 11.147.142,00 para os serviços de publicidade na Unidade Jurídica. Com uma realização de R\$ 6.353.933,33 a Eletrosul alcançou 57,0% do previsto para o exercício.

Publicidade Institucional: as ações de Publicidade Institucional são realizadas por meio da Agência MOB Comunicação Ltda, com a qual a Eletrosul possui contrato vigente até 24 de abril de 2015. Ao longo de 2014, ações como a inauguração da Usina Megawatt Solar e a Campanha Institucional atingiram o objetivo de valorizar a imagem da empresa por meio de sua atuação no setor de energia. Buscando estimular a participação da sociedade no debate sobre políticas públicas, ações como a Campanha de Empreendedorismo Sustentável, Outubro Rosa e Novembro Azul também tiveram êxito – e fortaleceram o papel da Eletrosul como instituição pública.

Publicidade Legal: as informações como balanços, atas, editais e avisos foram publicadas conforme as prescrições legais. Para isso, são utilizados os contratos com a Empresa Brasil de Comunicação S.A.(EBC), no valor de R\$ 7.992.000,00 (sete milhões novecentos e noventa e dois mil reais) e vigência até 18 de março de 2016; e com o Diário Oficial de Santa Catarina, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) e vigência até 02 de dezembro de 2015.

Publicidade Mercadológica: não é realizada porque a Eletrosul não atua em relação de concorrência no mercado.

Publicidade de Utilidade Pública: a Campanha contra Queimadas tem como objetivo educar e orientar a população (especialmente na área rural) sobre os riscos da realização de queimadas, especialmente próximo a linhas de transmissão e subestações de energia. A campanha, realizada anualmente, tem grande repercussão e contribui para a redução no número de desligamentos ocasionados por queimadas.

Quadro A.6.2.2 – Demonstrativo de Publicidade e Propaganda por Beneficiário – 2014

Descrição	Valor (R\$)
Publicidade Legal	1.469.408,65
Fundo de Materiais, Publicações e Impressos Oficiais SC (14284430000197)	359.960,95
Luiz Gustavo Freitas dos Santos (36590037000)	56,43
Agenciamob Comunicação Ltda. (403498000133)	825
Imprensa Nacional (4196645000100)	341.480,28
Ederson Orkiel (4533800939)	829,45
Corag Companhia Rio Grandense de Artes Gráficas (87161501000138)	23.014,99
Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC (9168704000142)	738.284,19
PSR Soluções e Consultoria em Energia Ltda. (9305983000149)	4.800,00
Fundo Rotativo de Caixa	157,36
Publicidade Institucional	4.568.788,35
Agenciamob Comunicação Ltda. (403498000133)	4.568.788,35
Publicidade de Utilidade Pública	315.736,33
Agenciamob Comunicação Ltda. (403498000133)	315.736,33

Fonte: Departamento Econômico-financeiro

6.5 Transferências de Recursos

6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício

Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

Posição em
31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.									
CNPJ: 00.073.957/0001-68				UG/GESTÃO:					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício			
							Início	Fim	
1	1006120001	80629694000160	15.000,00	0	2.500,00	5.500,00	21/06/2012	21/06/2017	1
1	80620112002	14473286000137	357.000,00	33.000,00	36.000,00	216.000,00	06/02/2012	05/02/2017	1
1	84420120024	87612982000150	1.830.159,97	381.408,63	0	0	04/07/2012	03/07/2017	1
1	1110130054	20320503000402	1.867.310,40	684.850,00	0	0	06/11/2013	30/05/2016	1
1	1110130056	13169162000108	1.564.440,00	864.440,00	0	0	05/12/2013	30/03/2015	1
3	1006130013	75732057000184	19.800,00	1.800,00	3.000,00	3.000,00	22/11/2013	22/11/2015	1
3	1006130017	78200482000110	27.000,00	9.000,00	3.000,00	3.000,00	21/11/2013	22/11/2015	1
3	1006130021	79372108000246	6.000,00	0	3.000,00	3.000,00	19/12/2013	18/12/2015	1
3	1006130022	5945352000133	15.000,00	0	0	0	19/12/2013	18/12/2018	1
1	1006130023	88830609000139	907.893,60	862.893,60	4.500,00	4.500,00	29/05/2014	29/05/2019	1
1	1006130003	76282656000106	65.440,00	5.440,00	4.000,00	4.000,00	28/02/2013	28/02/2018	1
1	1006130001	0079057000128	30.000,00	0	6.000,00	8.000,00	28/02/2013	28/02/2018	1
1	1110140010	88630413000281	1.777.107,28	391.487,28	715,075,00	0	27/07/2014	30/09/2016	1
1	1006130018	76417005000186	974.162,80	704.162,80	54.000,00	54.000,00	29/05/2014	29/05/2019	1

1	1006130002	05997360000123	15.000,00	0	3.000,00	6.000,00	22/02/2013	22/02/2018	1
Total				3.938.482,31	834.075,00	307.000,00			
LEGENDA									
Modalidade:				Situação da Transferência:					
1 - Convênio				1 - Adimplente		5 - Excluído			
2 - Contrato de Repasse				2 - Inadimplente		6 - Rescindido			
3 - Termo de Cooperação				3 - Inadimplência Suspensa		7 - Arquivado			
4 - Termo de Compromisso				4 - Concluído					

Fonte: Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura

6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

O Quadro A.6.5.2 abaixo contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos exercícios de 2014, 2013 e 2012, sendo que os valores devem se referir à totalidade e não somente aos instrumentos celebrados em cada exercício.

Quadro A.6.5.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.					
CNPJ:	00.073.957/0001-68					
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio	3	6	4	825.075,00	558.206,05	668.885,65
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	4	0	9.000,00	0	0
Termo de Compromisso	0	0	0	0	35.000,00	0
Totais	3	10	4	834.075,00	593.206,05	668.885,65

Fonte: Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura

6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Quadro A.6.5.3 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.				
CNPJ: 00.073.957/0001-68		UG/GESTÃO:		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2014	Contas Prestadas	Quantidade	7	0
		Montante Repassado	54.500,00	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	5	0
		Montante Repassado	779.575,00	0
2013	Contas Prestadas	Quantidade	7	0
		Montante Repassado	1.059.866,51	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	5	0
		Montante Repassado	8.000,00	0
2012	Contas Prestadas	Quantidade	8	0
		Montante Repassado	448.885,65	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	2	0
		Montante Repassado	220.000,00	0
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	3	0
		Montante Repassado	85.200,00	0

Fonte: Assessoria de Responsabilidade Social/ Assessoria de Pesquisa e Desenvolvimento/ Departamento de Engenharia Ambiental e Fundiária

6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse. Posição 31/12 em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.					
CNPJ: 00.073.957/0001-68			UG/GESTÃO:		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2014	Quantidade de Contas Prestadas			7	0
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	7	0
			Quantidade Reprovada		0
			Quantidade de TCE		0
			Montante Repassado (R\$)	54.500,00	0
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0
			Montante Repassado (R\$)		0
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		0
			Quantidade Reprovada		0
			Quantidade de TCE		0

			Montante Repassado (R\$)		0
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0
			Montante Repassado (R\$)		0
2013	Quantidade de contas prestadas			7	0
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		6	0
		Quantidade Reprovada		1	0
		Quantidade de TCE		0	0
		Montante repassado		1.059.866,51	0
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	0
		Montante repassado (R\$)		0	0
2012	Quantidade de Contas Prestadas			0	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		8	0
		Quantidade Reprovada		8	0
		Quantidade de TCE		0	0
		Montante Repassado		3.369.610,78	0
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	0
		Montante Repassado		0	0
Exercício Anterior a 2012	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	0
		Montante Repassado		0	0

Fonte: Assessoria de Responsabilidade Social/ Assessoria de Pesquisa e Desenvolvimento/ Departamento de Engenharia Ambiental e Fundiária

6.5.5 Análise Crítica

Número do Instrumento: 1006120001

- 1) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente:
Não aplicável.
- 2) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios:
Não aplicável.
- 3) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios:
Os prazos estão sendo cumpridos em conformidade.
- 4) Análise da evolução, das análises, das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2014, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto:
A sistematização feita pela Assessoria de Responsabilidade Social, por meio de orientações do Guia de Procedimentos, anexo II, dos Convênios e/ou Termos de Cooperação, fornecendo formulários padrão, em conformidade com as exigências da Legislação pertinente, tem sido eficiente e eficaz nas prestações de contas.
- 5) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados:

A sistematização feita pela Assessoria de Responsabilidade Social, por meio de orientações do Guia de Procedimentos, anexo II, dos Convênios e/ou Termos de Cooperação tem sido a ferramenta de acompanhamento dos Convênios e/ou Instrumentos Contratuais da Área.

- 6) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas a cargo da Unidade Jurisdicionada:

As análises são feitas por meio dos “formulários padrão”, anexos ao Guia de Procedimentos, anexo II, do Convênio e/ou Termo de Cooperação, que deve ser apresentado, obrigatoriamente, junto à prestação de contas, de cada parcela do recurso, só desta forma é liberada a segunda, assim sucessivamente. São realizadas visitas técnicas sistematizadas e relatórios de acompanhamento do projeto, bem como são realizadas pesquisas de satisfação junto aos beneficiados pelo projeto.

Número do Instrumento: 80620112002

- 1) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente:

Durante a vigência deste convenio não houve inadimplência na prestação de contas pela conveniente.

- 2) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios:

Conforme cronograma de desembolso da concedente, no item 5 do anexo 1 do convenio 80620112002, a primeira transferência (2012) foi de R\$180.000,00 enquanto nos demais exercícios serão de R\$36.000,00, resultando no valor total de R\$324.000,00.

- 3) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios:

O gestor do convenio tem recebido até o mês de fevereiro de cada ano a prestação de contas do exercício anterior.

- 4) Análise da evolução, das análises, das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2014, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto:

A documentação de comprovação técnica segue o anexo 1 – Plano de trabalho, item 3. Cronograma de Execução, metas 1, 2 e 3, estão sendo realizadas conforme o detalhamento do referido anexo, destaque para o policiamento ostensivo contra os ilícitos ambientais e penais na área do reservatório da UHPJ, todos evidenciados com a correta documentação e relatórios que ficam arquivadas no Setor de Manutenção da UHPJ em Roque Gonzáles – RS.

- 5) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados:

A transferência de recursos está sendo realizada em parcelas conforme anexo 1 – Plano de Trabalho, item 5, onde temos o cronograma de desembolso da Concedente. A área Administrativa da DROE - Divisão Regional do Oeste avaliou a documentação entregue e emitiu o atestado de cumprimento de evento contratual de nº 005 / 2015

- 6) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas a cargo da Unidade Jurisdicionada:

Não se aplica nesse convenio.

Número do Instrumento: 84420120024

Não há transferência de recursos.

Número do Instrumento: 1110130054

Não se aplica. Não foi liberada nenhuma parcela do Convênio.

Número do Instrumento: 1110130056

Não se aplica. No convênio em questão, os recursos foram repassados da AGDI para a Eletrosul.

Número do Instrumento: 1006130013

- 1) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente:

Não aplicável.

- 2) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios:

Não aplicável.

- 3) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios:

Os prazos estão sendo cumpridos, no entanto, a prefeitura vem demonstrando muitas dificuldades em realizar compras com o recurso devido seus processos licitatórios internos. Ficou estipulado prazo até julho 2015, para que sejam sanadas as dificuldades na utilização dos recursos deste Convênio.

- 4) Análise da evolução, das análises, das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2014, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto:

A sistematização feita pela Assessoria de Responsabilidade Social, por meio de orientações do Guia de Procedimentos, anexo II, dos Convênios e/ou Termos de Cooperação, fornecendo formulários padrão, em conformidade com as exigências da Legislação pertinente, tem sido eficiente e eficaz nas prestações de contas.

- 5) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados:

A sistematização feita pela Assessoria de Responsabilidade Social, por meio de orientações do Guia de Procedimentos, anexo II, dos Convênios e/ou Termos de Cooperação tem sido a ferramenta de acompanhamento dos Convênios e/ou Instrumentos Contratuais da Área.

- 6) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas a cargo da Unidade Jurisdicionada:

As análises são feitas por meio dos “formulários padrão”, anexos ao Guia de Procedimentos, anexo II, do Convênio e/ou Termo de Cooperação, que deve ser apresentado, obrigatoriamente, junto à prestação de contas, de cada parcela do recurso, só desta forma é liberada a segunda, assim sucessivamente. São realizadas visitas técnicas sistematizadas e relatórios de acompanhamento do projeto, bem como são realizadas pesquisas de satisfação junto aos beneficiados pelo projeto.

Número do Instrumento: 1006130017

- 1) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente:

Não aplicável.

- 2) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios:

Não aplicável.

- 3) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios:

Os prazos estão sendo cumpridos, no entanto, a prefeitura vem demonstrando muitas dificuldades em realizar compras com o recurso devido seus processos licitatórios internos. Ficou estipulado prazo até julho 2015, para que sejam sanadas as dificuldades na utilização dos recursos deste Convênio.

- 4) Análise da evolução, das análises, das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2014, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto:

A sistematização feita pela Assessoria de Responsabilidade Social, por meio de orientações do Guia de Procedimentos, anexo II, dos Convênios e/ou Termos de Cooperação, fornecendo formulários padrão, em conformidade com as exigências da Legislação pertinente, tem sido eficiente e eficaz nas prestações de contas.

- 5) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados:

A sistematização feita pela Assessoria de Responsabilidade Social, por meio de orientações do Guia de Procedimentos, anexo II, dos Convênios e/ou Termos de Cooperação tem sido a ferramenta de acompanhamento dos Convênios e/ou Instrumentos Contratuais da Área.

- 6) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas a cargo da Unidade Jurisdicionada:

As análises são feitas por meio dos “formulários padrão”, anexos ao Guia de Procedimentos, anexo II, do Convênio e/ou Termo de Cooperação, que deve ser apresentado, obrigatoriamente, junto à prestação de contas, de cada parcela do recurso, só desta forma é liberada a segunda, assim sucessivamente. São realizadas visitas técnicas sistematizadas e relatórios de acompanhamento do projeto, bem como são realizadas pesquisas de satisfação junto aos beneficiados pelo projeto.

Número do Instrumento: 1006130021

- 1) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente:

Não aplicável.

- 2) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios:

Não aplicável.

- 3) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios:

Os prazos estão sendo cumpridos em conformidade.

- 4) Análise da evolução, das análises, das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2014, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto:

A sistematização feita pela Assessoria de Responsabilidade Social, por meio de orientações do Guia de Procedimentos, anexo II, dos Convênios e/ou Termos de Cooperação, fornecendo formulários padrão, em conformidade com as exigências da Legislação pertinente, tem sido eficiente e eficaz nas prestações de contas.

- 5) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados:

A sistematização feita pela Assessoria de Responsabilidade Social, por meio de orientações do Guia de Procedimentos, anexo II, dos Convênios e/ou Termos de Cooperação tem sido a ferramenta de acompanhamento dos Convênios e/ou Instrumentos Contratuais da Área.

- 6) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas a cargo da Unidade Jurisdicionada:

As análises são feitas por meio dos “formulários padrão”, anexos ao Guia de Procedimentos, anexo II, do Convênio e/ou Termo de Cooperação, que deve ser apresentado, obrigatoriamente, junto à prestação de contas, de cada parcela do recurso, só desta forma é liberada a segunda, assim sucessivamente. São realizadas visitas técnicas sistematizadas e relatórios de acompanhamento do projeto, bem como são realizadas pesquisas de satisfação junto aos beneficiados pelo projeto.

Número do Instrumento: 1006130022

Não foi liberada nenhuma parcela do Convênio, por motivos operacionais da Eletrosul.

Número do Instrumento: 1006130023

- 1) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente:

Não aplicável.

- 2) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios:

Não aplicável.

- 3) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios:

Os prazos estão sendo cumpridos em conformidade.

- 4) Análise da evolução, das análises, das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2014, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto:

A sistematização feita pela Assessoria de Responsabilidade Social, por meio de orientações do Guia de Procedimentos, anexo II, dos Convênios e/ou Termos de Cooperação, fornecendo formulários padrão, em conformidade com as exigências da Legislação pertinente, tem sido eficiente e eficaz nas prestações de contas.

- 5) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados:

A sistematização feita pela Assessoria de Responsabilidade Social, por meio de orientações do Guia de Procedimentos, anexo II, dos Convênios e/ou Termos de Cooperação tem sido a ferramenta de acompanhamento dos Convênios e/ou Instrumentos Contratuais da Área.

- 6) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas a cargo da Unidade Jurisdicionada:

As análises são feitas por meio dos “formulários padrão”, anexos ao Guia de Procedimentos, anexo II, do Convênio e/ou Termo de Cooperação, que deve ser apresentado, obrigatoriamente, junto à prestação de contas, de cada parcela do recurso, só desta forma é liberada a segunda, assim sucessivamente. São realizadas visitas técnicas sistematizadas e relatórios de acompanhamento do projeto, bem como são realizadas pesquisas de satisfação junto aos beneficiados pelo projeto.

Número do Instrumento: 1006130003

- 1) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente:

Não aplicável.

- 2) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios:

Não aplicável.

- 3) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios:

Os prazos estão sendo cumpridos em conformidade.

- 4) Análise da evolução, das análises, das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2014, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto:

A sistematização feita pela Assessoria de Responsabilidade Social, por meio de orientações do Guia de Procedimentos, anexo II, dos Convênios e/ou Termos de Cooperação, fornecendo formulários padrão, em conformidade com as exigências da Legislação pertinente, tem sido eficiente e eficaz nas prestações de contas.

- 5) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados:

A sistematização feita pela Assessoria de Responsabilidade Social, por meio de orientações do Guia de Procedimentos, anexo II, dos Convênios e/ou Termos de Cooperação tem sido a ferramenta de acompanhamento dos Convênios e/ou Instrumentos Contratuais da Área.

- 6) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas a cargo da Unidade Jurisdicionada:

As análises são feitas por meio dos “formulários padrão”, anexos ao Guia de Procedimentos, anexo II, do Convênio e/ou Termo de Cooperação, que deve ser apresentado, obrigatoriamente, junto à prestação de contas, de cada parcela do recurso, só desta forma é liberada a segunda, assim sucessivamente. São realizadas visitas técnicas sistematizadas e relatórios de acompanhamento do projeto, bem como são realizadas pesquisas de satisfação junto aos beneficiados pelo projeto.

Número do Instrumento: 1006130001

- 1) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente:
Não aplicável.
- 2) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios:
Não aplicável.
- 3) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios:
Os prazos estão sendo cumpridos em conformidade.
- 4) Análise da evolução, das análises, das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2014, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto:
A sistematização feita pela Assessoria de Responsabilidade Social, por meio de orientações do Guia de Procedimentos, anexo II, dos Convênios e/ou Termos de Cooperação, fornecendo formulários padrão, em conformidade com as exigências da Legislação pertinente, tem sido eficiente e eficaz nas prestações de contas.
- 5) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados:
A sistematização feita pela Assessoria de Responsabilidade Social, por meio de orientações do Guia de Procedimentos, anexo II, dos Convênios e/ou Termos de Cooperação tem sido a ferramenta de acompanhamento dos Convênios e/ou Instrumentos Contratuais da Área.
- 6) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas a cargo da Unidade Jurisdicionada:
As análises são feitas por meio dos “formulários padrão”, anexos ao Guia de Procedimentos, anexo II, do Convênio e/ou Termo de Cooperação, que deve ser apresentado, obrigatoriamente, junto à prestação de contas, de cada parcela do recurso, só desta forma é liberada a segunda, assim sucessivamente. São realizadas visitas técnicas sistematizadas e relatórios de acompanhamento do projeto, bem como são realizadas pesquisas de satisfação junto aos beneficiados pelo projeto.

Número do Instrumento: 1110140010

- 1) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente:
Não houve situação de inadimplência.
- 2) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios:
Não se aplica.
- 3) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios:
Não se aplica.
- 4) Análise da evolução, das análises, das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2014, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto:

Não se aplica.

- 5) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados:

Por se tratar de convênio para pesquisa e desenvolvimento, o gerenciamento é realizado inclusive in loco.

- 6) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas a cargo da Unidade Jurisdicionada:

Não se aplica.

Número do Instrumento: 1006130018

- 1) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente:

Não aplicável.

- 2) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios:

Não aplicável.

- 3) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios:

Os prazos estão sendo cumpridos, em conformidade, entanto, a prefeitura teve dificuldades em na aquisição de calcário, com duas licitações fracassadas, no momento a licitação já esta em fase final e o processo de prestação de contas deve normalizar nos próximos meses. Assunto discutido na última reunião de avaliação do projeto junto à prefeitura, no mês de abril 2015.

- 4) Análise da evolução, das análises, das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2014, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto:

A sistematização feita pela Assessoria de Responsabilidade Social, por meio de orientações do Guia de Procedimentos, anexo II, dos Convênios e/ou Termos de Cooperação, fornecendo formulários padrão, em conformidade com as exigências da Legislação pertinente, tem sido eficiente e eficaz nas prestações de contas.

- 5) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados:

A sistematização feita pela Assessoria de Responsabilidade Social, por meio de orientações do Guia de Procedimentos, anexo II, dos Convênios e/ou Termos de Cooperação tem sido a ferramenta de acompanhamento dos Convênios e/ou Instrumentos Contratuais da Área.

- 6) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas a cargo da Unidade Jurisdicionada:

As análises são feitas por meio dos “formulários padrão”, anexos ao Guia de Procedimentos, anexo II, do Convênio e/ou Termo de Cooperação, que deve ser apresentado, obrigatoriamente, junto à prestação de contas, de cada parcela do recurso, só desta forma é liberada a segunda, assim sucessivamente. São realizadas visitas técnicas sistematizadas e relatórios de acompanhamento do projeto, bem como são realizadas pesquisas de satisfação junto aos beneficiados pelo projeto.

Número do Instrumento: 1006130002

- 1) Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente:
Não aplicável.
- 2) Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios:
Não aplicável.
- 3) Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios:
Os prazos estão sendo cumpridos em conformidade.
- 4) Análise da evolução, das análises, das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2014, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto:
A sistematização feita pela Assessoria de Responsabilidade Social, por meio de orientações do Guia de Procedimentos, anexo II, dos Convênios e/ou Termos de Cooperação, fornecendo formulários padrão, em conformidade com as exigências da Legislação pertinente, tem sido eficiente e eficaz nas prestações de contas.
- 5) Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados:
A sistematização feita pela Assessoria de Responsabilidade Social, por meio de orientações do Guia de Procedimentos, anexo II, dos Convênios e/ou Termos de Cooperação tem sido a ferramenta de acompanhamento dos Convênios e/ou Instrumentos Contratuais da Área.
- 6) Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas a cargo da Unidade Jurisdicionada:
As análises são feitas por meio dos “formulários padrão”, anexos ao Guia de Procedimentos, anexo II, do Convênio e/ou Termo de Cooperação, que deve ser apresentado, obrigatoriamente, junto à prestação de contas, de cada parcela do recurso, só desta forma é liberada a segunda, assim sucessivamente. São realizadas visitas técnicas sistematizadas e relatórios de acompanhamento do projeto, bem como são realizadas pesquisas de satisfação junto aos beneficiados pelo projeto.

7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

7.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1.672	1.338	4	25
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.672	1.338	4	25
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.672	1.324	1	23
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	14	3	2
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)		1.338	4	25

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	549	789
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	549	789
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	544	780
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	5	9
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	549	789

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	Não há	0	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	Não há	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	0	0	0
1.2.5. Aposentados	Não há	0	0	0
2. Funções Gratificadas	Não há	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	102	4	4

2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		102	4	4

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Análise Crítica

O Quadro de vagas aprovado para Empresa é de até 1.672 empregados, enquanto que o Quadro de Pessoal em 31/12/2014 contava com 1.324 empregados, ou seja, 79% da ocupação.

Com relação às necessidades de pessoal, principalmente no que se refere à expansão da Empresa, alavancada pelos empreendimentos conquistados no Leilão ANEEL 004/2014, informamos que estas questões estão sendo analisadas, com vistas à realização de Concurso Público para provimento de vagas no Quadro permanente da Eletrosul.

Não há Cargos Comissionados na Empresa.

A Eletrosul conta com 780 empregados enquadrados em eixos de atuação da área fim (Geração e Transmissão de energia elétrica) e 544 enquadrados na área meio, totalizando os 1.324 empregados.

Com relação ao impacto da aposentadoria sobre a força de trabalho, cabe informar que a Eletrosul realizou Plano Incentivado de Desligamento – PID no ano de 2013 (184 desligamentos) e 2014 (19 desligamentos), oportunidade na qual, empregados com maior tempo de trabalho se desligaram da Empresa.

Apresentamos, abaixo, indicadores relativos ao potencial de aposentadorias nos próximos anos, apurados em 31/12/2014:

Quadro A 7.1.1.4 – Indicadores Potencial de Aposentadoria

Empregados por categoria funcional que podem se aposentar nos próximos 5 anos (%)	
Cargo Gerencial	2,20%
Cargos com exigência de nível universitário	4,47%
Cargos sem exigência de nível universitário	16,35%
Empregados por categoria funcional que podem se aposentar entre 6 e 10 anos (%)	
Cargo Gerencial	2,42%
Cargos com exigência de nível universitário	3,26%
Cargos sem exigência de nível universitário	9,69%
Empregados que podem se aposentar nos próximos 5 anos por região (%)	
Região Centro-Oeste	0,98%
Região Norte	0,76%
Região Sul	21,27%
Empregados que podem se aposentar entre 6 e 10 anos por região (%)	
Região Centro-Oeste	0,68%
Região Norte	0,30%
Região Sul	14,38%

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

O número de empregados afastados da Empresa em dezembro/2014 foi de 76 no total. Desse número, 46 estavam licenciados ou afastados; 20 estavam cedidos para outros órgãos; e 10 estavam liberados para sindicatos.

7.1.2 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

Desde 2011, as necessidades de capacitação e desenvolvimento de pessoas da Eletrosul são identificadas anualmente utilizando os métodos e ferramentas descritas a seguir e que ao final resultam em um documento denominado Plano Anual de Educação Corporativa (PAEC).

A primeira forma de identificação de capacitação se dá no nível individual, por meio do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), cuja origem decorre do resultado da Avaliação de Desempenho estabelecida no Sistema de Gestão de Desempenho (SGD), utilizado pelas empresas Eletrobras.

A segunda forma, se dá no nível setorial ou área de trabalho, por meio do Plano de Desenvolvimento de Equipe (PDEquipe), no qual são estabelecidas as competências necessárias de desenvolvimento para as equipes dos diferentes setores, divisões, coordenadorias, departamentos, assessorias e diretorias. Determina-se que a identificação de tais competências tenha como premissa foco no resultado do trabalho e cumprimento de metas estabelecidas a partir do Planejamento Estratégico da Empresa.

Outra forma de identificação de necessidade de capacitação é a verificação no sistema de registro de treinamento se os (as) empregados (as) estão atualizados perante a determinação legal da formação e conhecimento em assuntos pertinentes às suas atividades laborais. Citamos como exemplo a Certificação dos Operadores e a capacitação e atualização nas Normas Regulamentadoras (NRs).

Também há a determinação interna de obrigatoriedade na capacitação e desenvolvimento em determinadas competências para a execução de atividades laborais principalmente relativas ao corpo técnico da empresa. Desta forma, anualmente se identifica as pessoas que devem participar das ações educacionais propostas, por exemplo, CIPA.

Em nível mais estratégico, o Setor de Educação Corporativa do Departamento de Gestão de Pessoas juntamente com os Gabinetes das Diretorias, observando-se os objetivos estratégicos e o cumprimento de determinações legais e de sua responsabilidade social, identificam as capacitações para os gestores e demais ações educacionais corporativas a serem executadas no ano.

No âmbito das empresas Eletrobras, em 2010, foi criado o Comitê de Educação Corporativa, com o objetivo de garantir a atuação integrada e cooperativa entre as unidades de educação corporativa das empresas do sistema e garantir qualidade e otimização de recursos, com ações educacionais conjuntas. As necessidades são levantadas por meio de fóruns promovidos pela Universidade das Empresas Eletrobras (UNISE) com representantes de todas as empresas.

A participação das pessoas na identificação de capacitação e desenvolvimento se dá na definição de seu PDI, após o resultado da Avaliação de Desempenho na etapa de desenvolvimento do SGD e, também, quando são chamados a auxiliar nos fóruns da UNISE.

A liderança de nível intermediário identifica as necessidades em dois momentos: ao acordar o PDI com os empregados e no momento de preenchimento da ferramenta do PDEquipe de sua área.

Em 2014, a área de Educação Corporativa na Eletrosul teve como destaque as seguintes atividades educacionais:

- Processo de Certificação dos Técnicos e Assistentes da Manutenção, Proteção e Apoio à Operação, com vistas à qualificação desses profissionais para execução de atividades de apoio à operação do sistema.
- Execução das ações educacionais integrantes do Programa de Atendimento às Situações de Emergência (PASE) da Eletrosul, com capacitação dos empregados que atuam nas áreas de manutenção e operação nas competências de Brigada de Emergência, Socorrismo e Resgate em Altura;
- Implementação do Programa de Valorização do Empregado Educador Unificado para as empresas Eletrobras. Foram capacitados 38 Empregados Educadores, visando à preparação de recursos humanos para realização de ações educacionais;
- Continuidade do Programa de Capacitação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), com o objetivo de promover acessibilidade da pessoa surda, enquanto Responsabilidade Social da Eletrosul, por meio da realização de cursos de LIBRAS para empregados, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, com vistas a adequar a empresa ao disposto no Decreto Nº 5.626/2005.

O Quadro a seguir apresenta o número de cursos de Socorrismo realizados em 2014:

Quadro A 7.1.2.1 – Curso de Socorrismo

Cursos de Capacitação realizados	Total de Turmas Capacitadas	Total de Empregados Capacitados
Curso de socorrismo	14	223
Curso de formação de brigada de emergência (inclui curso de socorrismo)	13	227
Curso de socorrismo e resgate em altura em torres e linhas de transmissão	7	83
Curso de socorrismo e resgate em altura em torres de telecomunicação	2	27
Curso de socorrismo e resgate em espaços confinados de transformadores de subestação	1	4
Curso de socorrismo e resgate em espaços confinados em túneis de usinas	2	16
Total	39	580

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Abaixo, o número de cursos em Brigada de Incêndio em 2014:

Quadro A 7.1.2.2 – Curso de Brigada de Incêndio e Emergência

Cursos de capacitação realizados	Total de turmas capacitadas	Total de empregados capacitados
Brigada de incêndio	1	14
Brigada de Emergência	4	62

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Seguem abaixo, os indicadores de Treinamento e Desenvolvimento, comparando os anos de 2013 e 2014:

Quadro A 7.1.2.3 – Indicadores de Treinamento no Período de 2013-2014

Indicadores de Treinamento	2013	2014	Variação
Empregados Treinados	1.244	1.228	-1,29%
Homem-Hora Treinado	77.195	73.148	-5,24%
Média de Horas de Treinamento	62	55,5	-10,55%
Índices de Empregados Treinados (%)	81%	93%	14,94%
Força de Trabalho Treinada (%)	2,40%	2,60%	9,41%
Investimento Total (R\$ mil)	1.258	1.993	58,43%
Valor Médio Investido por Empregado (R\$)	822	1.511	83,82%

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Obs: Para o cálculo dos indicadores de Educação Corporativa é considerado o total de empregados que estiveram, efetivamente, na empresa ao longo do ano de 2014, ou seja, 1.319 pessoas. Foram excluídos os Diretores, Conselheiros, cedidos e pessoas que estiveram afastadas ou em licença durante o ano todo.

A média de horas de treinamento, por categoria funcional, no período de 2013 e 2014, apontando a variação entre os dois exercícios, está apresentada no Quadro abaixo:

Quadro A 7.1.2.4 – Média de Horas de Treinamento no Período de 2013-2014

Média de horas de treinamento			
Categoria Funcional	2013	2014	Variação %
Cargos de diretoria	8,7	7,75	-10,92
Cargos gerenciais	85,5	93,77	9,67
Cargos universitários	70,8	54,08	-23,62
Cargos não universitários	53,5	58,03	8,47

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

O número de participantes por categoria funcional e gênero, carga horária total e média, no período de 2014, está apresentado no Quadro abaixo:

Quadro A 7.1.2.5 – Indicadores de Treinamento no Período de 2014

Categoria Funcional	Participantes			Carga Horária Total			Carga Horária Média		
	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F
Diretoria	4	4	0	31	31	0	7,75	7,75	0,00
Funções gerenciais	102	89	13	9.565	8.577	988	93,77	96,37	76,00
Cargos de nível superior	445	329	116	24.067	16.533	7.534	54,08	50,25	64,95
Cargos de nível médio	681	621	60	39.516	36.749	2.767	58,03	59,18	46,12
Total	1.232	1.043	189	73.179	61.890	11.289	59,40	59,34	59,73

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Quadro A 7.1.2.6 – Investimento em Treinamento no Período de 2014

	Funções Gerenciais		Nível Superior		Nível Médio		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Investimento Total (R\$)	144.460,95	21.101,04	534.018,58	188.286,19	1.007.980,36	97.389,41	1.993.236,53
Hora Total Treinada	8.577	988	16.533	7.534	36.749	2.767	73.148
Participantes	89	13	329	116	621	60	1.228
Participações	739	106	1.132	451	2.382	194	5.004

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Os tipos de treinamento fornecidos, número de participações e número de ações educacionais em 2014 estão apresentados no Quadro abaixo:

Quadro A 7.1.2.7 – Tipos de Treinamento Realizados no Período de 2014

Tipo de treinamento	Nº participações	Nº de ações educacionais
Administrativo	1 108	168
Comportamental	227	10
Contratual	402	50
Gerencial	651	23
Informática	244	39
Técnico	2 386	265
Total	5 018	555

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1.3 – Custos do Pessoal

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	133.457.459,76	0	22.364.107,72	59.455.156,45	33.247.822,47	23.085.342,37	42.566.667,64	0	0	0
	2013	130.465.787,47	0	20.192.291,71	52.707.179,95	26.593.959,58	20.855.602,14	45.534.343,92	0	32.478,61	0
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2014	47.975.331,61	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2013	24.660.593,37	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

7.1.4 Irregularidades na área de pessoal

As práticas de gestão de pessoas da Eletrosul estão regulares, na medida em que a Empresa apresentou ao DEST as argumentações abaixo relacionadas e vem cumprindo o Plano de Ação relativo ao Acórdão nº 2.303/2012 - Plenário (Monitoramento), referente à desmobilização de terceirizados, expresso na correspondência CE PRE-0190/2014, de 10/12/2014, em resposta ao Ofício Circular nº 58/DEST/SE-MP, de 07/10/2014.

"a) a ocupação das atividades inerentes, previstas no Plano de Cargos e Salários, ocorre em conformidade com a legislação, não havendo afronta o art. 37, inciso II da CF/88, porquanto a terceirização lícita não cria vínculo empregatício com a Administração Pública Indireta, posto que se desenvolve sem os requisitos da pessoalidade e subordinação, inexistindo relação jurídica direta entre terceirizado e tomador de serviço. Desta forma, a correlação entre as atividades previstas no Plano de Cargos da Empresa com a imprescindível aprovação em concurso público, está adstrita a investidura das vagas existentes e autorizadas pelo DEST, que serão ocupadas por empregados da Eletrosul;

b) o exercício das atividades terceirizadas na Eletrosul, também está resguardado e autorizado pelo artigo 71, da Lei 8.666/93, porquanto não gera responsabilidade subsidiária do tomador de serviço, haja vista que decorrem de contrato administrativo que previne a Empresa de eventual culpa *in vigilando*, conforme atual jurisprudência do STF;

c) a terceirização de atividade-fim na Eletrosul é garantida e amparada nos termos do art. 25 da Lei 8.987/95, consoante jurisprudência do TST e do STF. Essa terceirização não afronta o art. 37, II, da CF/88, posto que realizada com observância ao art. 3º da CLT, podendo ainda ter regulamentação específica para as estatais, nos termos do art. 9º, do Decreto 2.271/97;"

7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A empresa exige a apresentação de declaração do empregado de que não acumula remuneradamente cargos, empregos e funções públicas, no âmbito dos órgãos da Administração Direta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem assim de suas autarquias, inclusive as em regime especial, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, fundações mantidas pelo Poder Público e demais entidades sob seu controle direto ou indireto, conforme disposto no Decreto nº 97.595, de 29/03/1989, ressalvadas as exceções previstas no artigo 1º deste Decreto, conforme disposto em normativo interno (Norma de Gestão 047).

A Declaração assinada pelo empregado é por tempo indeterminado.

Não foram identificados no exercício de 2014 casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.

7.1.4.2 Terceirização Irregular de Cargos

Quadro A.7.1.4.2 – Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2014	2013	2012		
Administrador junior	2	2	2	0	0
Administrador sênior	4	3	3	1	0
Administrador consultor	2	0	1	2	0
Advogado pleno	2	2	2	0	0
Advogado sênior	2	2	2	0	0
Advogado consultor	1	1	1	0	0
Analista ambiental pleno	8	7	6	1	0
Analista ambiental sênior	4	3	3	1	0
Analista de avaliação de terras e benfeitorias	1	1	1	0	0
Analista de avaliação de edificações	0	0	1	0	0
Analista de contratos	1	1	1	0	0
Analista de geoprocessamento pleno	2	2	2	0	0
Assistente de serviços administrativos	3	1	1	2	0
Assistente social	0	1	1	0	1
Assistente técnico	0	0	0	0	0
Assistente técnico controle documentação técnica projetos usinas	0	4	7	0	4
Assistente técnico controle gestão de contratos usinas	0	5	5	0	5
Auxiliar administrativo	0	1	1	0	1
Auxiliar de topografia	1	1	1	0	0
Auxiliar técnico	0	0	0	0	0
Avaliador sênior	5	5	4	0	0
Biblioteconomista junior	0	0	0	0	0
Cadista	4	3	3	1	0
Coordenador de limpeza reservatórios	0	1	1	0	1
Coordenador de meio ambiente	1	1	0	0	0
Coordenador programa comun.. Indígenas	0	4	5	0	4
Coordenador de reassentamento	0	1	1	0	1
Eng. Civil ou elet ou mecânico ou de produção, sênior, c/ exper. Em planej. E orç.da uhes e pchs, na fase de proj. Básico.	1	1	2	0	0
Eng. Civil sênior c/ experie. Em projetos civis de uhe e pchs, com ênfase estruturas.	3	0	3	3	0
Eng. Civil, mec ou eletricitista, sênior, com experiência em residência de obras de construção de uhes e pchs.	2	4	4	0	2
Eng. Civil, mec ou eletricitista, sênior, com expem res de obras de const de uhes e pchs. - eng. Seg. Trabalho	2	2	2	0	0
Eng. Civil, sênior, com experiência em projetos civis de uhes e pchs, com ênfase em geotécnica	2	2	2	0	0
Eng. Elet, sênior, com exper. Em projetos de uhes e pchs, ênfase em regulação, automação e controle	5	5	5	0	0
Engenheiro agrônomo, sênior (reassentamento).	6	6	6	0	0
Engenheiro cartógrafo, sênior	0	0	1	0	0
Engenheiro de segurança do trabalho sênior	0	0	0	0	0

Engenheiro eletricitista sênior	0	0	0	0	0
Engenheiro eletricitista, consultor	3	3	3	0	0
Engenheiro eletricitista, sênior, com experiência em projetos elétricos de uhes e pchs, com ênfase em geradores.	2	0	2	2	0
Engenheiro mecânico, sênior, com experiência em projetos de uhes e pchs, ênfase em turbinas hidráulicas.	0	0	1	0	0
Engenheiro sênior especialista	15	15	15	0	0
Engenheiro civil	0	1	0	0	1
Engº pleno	2	2	2	0	0
Fiscal de obras	12	12	12	0	0
Geomensor sênior	1	1	1	0	0
Geólogo sênior	2	2	2	0	0
Negociador de imóveis	1	1	1	0	0
Profissional consultor - apicultura	1	1	1	0	0
Profissional consultor engenharia	2	2	2	0	0
Secretária executiva	1	1	0	0	0
Técnico agrícola	1	1	0	0	0
Técnico sênior especialista	4	2	2	2	0
Técnico manutenção sênior	1	1	2	0	0
Técnico de projetos	1	1	0	0	0
Técnico de obras	8	14	14	0	6
Técnico eletrecista	0	0	0	0	0
Técnico industrial ,mecânico, eletricitista, cad	4	2	4	2	0
Técnico industrial, edificações, projetos civis	13	19	19	0	6
Técnico industrial, edificações fiscalização serv. Construção edificações	1	1	4	0	0
Técnico industrial, mecânico ou mecatrônica – fiscalização de obras e construção	1	1	3	0	0
Total	140	155	170	17	32

Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão

A Eletrosul vem cumprindo ao estabelecido no Acórdão nº 2.303/2012 - Plenário (Monitoramento), cujo resultado de desmobilização de terceirizados, informado pela Eletrosul por meio da CE PRE-0276/2012, de 28/11/2012, para o período de 2012 a 2014, está sendo observado, resultando no desligamento de 65 terceirizados até dezembro de 2014. (CE PRE-0190/2014) em resposta ao Ofício Circular nº 58/DEST/SE-MP, de 07/10/2014.

Fonte: Assessoria de Gestão da Diretoria de Engenharia

7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

Com relação aos riscos identificados na gestão de pessoas, cabe frisar que a Eletrosul possui um levantamento dos riscos aos quais a Empresa está exposta, na forma de uma Matriz de Riscos. Esses riscos são decorrentes da estratégia para o atingimento da Missão, Visão e Valores Organizacionais, e estão divididos em 4 pilares: Estratégico, Financeiro, Operacional e Conformidade. A Matriz de Riscos classifica os riscos na gestão de pessoas no pilar Operacional e identifica os seguintes riscos: Recrutamento e Seleção; Treinamento e Capacitação Desempenho de Pessoal; Retenção de Pessoal; Relações Sindicais e Saúde e Segurança do Trabalho.

O trabalho de mapeamento de riscos corporativos é coordenado na Eletrosul pela Assessoria de Gestão Empresarial – ASG e desenvolvido em conjunto com as áreas de negócio proprietários dos riscos, respeitadas as competências de cada agente previstas na Política de Riscos das Empresas

Eletrobras. De acordo com esta política de riscos, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva determinam o apetite a riscos da Empresa, as faixas de tolerância e os riscos a serem priorizados para mapeamento.

Os riscos da categoria Gestão de Pessoas, do pilar operacional, não estão no escopo de mapeamento de riscos, ciclo 2015, em virtude da priorização de riscos realizada pela Eletrobras Holding, que priorizou o mapeamento dos seguintes riscos, a serem realizados em conjunto com as empresas subsidiárias: Revisão Tarifária, Gestão Contábil de Ativos, Novos Negócios e Leilões e Gestão do Negócio SPE.

Além disso, anualmente são atualizados os riscos já mapeados, a saber: Administração Fiscal Tributária, Demonstrações Contábeis e Financeiras, Controles Ambientais, Disponibilidade de Suprimentos Críticos, Disponibilidade de Geração, Responsabilidade Social e Gestão e Formação do Contencioso.

Convém acrescentar, ainda, que o risco Gestão de Pessoas, apesar de não mapeado segundo as metodologias COSO ERM, ISO 31000 etc, são geridos pela Empresa como um recurso essencial para o alcance dos objetivos organizacionais, o que podemos evidenciar a partir das seguintes práticas:

- N° de horas de treinamento
- Monitoramento do Absenteísmo
- Utilização do Plano Saúde
- Monitoramento dos Indicadores de Acidentes de Trabalho
- Monitoramento dos Indicadores de Saúde Ocupacional
- Programas de qualidade e saúde no trabalho
- Pesquisa de Clima Organizacional e os respectivos Planos de ação para oportunidades de melhorias identificadas

7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

A Eletrosul acompanha os seguintes indicadores relativos à Gestão de Pessoas: Público Interno = (Quadro de Pessoal), Treinamento de Pessoal, Homens Hora de Treinamento, Absenteísmo Geral, Benefícios, Saúde Ocupacional, Absenteísmo por Saúde, Taxas de Frequência e Gravidade, Índice de favorabilidade (Pesquisa de Clima Organizacional) e Público Externo = Taxas de Frequência e Gravidade para as empresas contratadas e os prestadores de serviço.

A Eletrosul possui um total de 1.318 profissionais em seu Quadro efetivo, sendo 1.304 empregados e 14 cedidos de outros órgãos. Além disso, possui 20 empregados cedidos para outros órgãos, em consonância com o Decreto nº 4.050/2001 e 301 empregados anistiados em conformidade com a Lei nº 8.878/94, que também se encontram cedidos para Órgãos ou Entidades da Administração Pública Federal.

Se considerados os 20 empregados cedidos para outros órgãos e excluídos os 14 empregados cedidos de outros órgãos, o Quadro Próprio (Servidos de Carreira vinculado ao Órgão) resulta em 1.324 empregados.

- Público Interno

Em 2014, o Quadro de pessoal efetivo da Eletrosul contava, ao final do período, com um total de 1.318 profissionais.

Foram readmitidos 57 empregados anistiados de acordo com a Lei da Anistia, Nº 8.878, de 11/05/1994, não computados no Quadro de pessoal efetivo retro mencionado.

Segundo a Orientação Normativa MPOG/RH nº 4 de 09/07/2008, a readmissão dos empregados anistiados não onera o limite de 1.672 vagas estabelecido pela Portaria MP Nº 19 de 28/12/2006 do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST). Dessa forma, o índice de ocupação do limite de vagas da empresa em 2014 foi de 80,32% do total estabelecido.

Em 2014, ocorreram 27 desligamentos entre os empregados, sendo 3 falecimentos (anistiados), 5 pedidos de demissão (sendo 1 anistiado) e 19 integravam o Programa de Incentivo ao Desligamento – PID, iniciado em 2013. Tivemos também a admissão de 01 empregado por determinação judicial.

Os 14 empregados cedidos de outros órgãos em atuação na Eletrosul foram alocados em áreas estratégicas de forma a colaborar com os desafios e as metas da Empresa. O Quadro a seguir apresenta a evolução do número de empregados nos quatro últimos exercícios:

Quadro A.7.1.6.1 – Evolução do número de empregados

Quadro Funcional	Dez/2012	Dez/2013	Dez/2014
Empregados	1.546	1.343	1.318
Empregados Anistiados (Lei Nº 8.878/94)	204	249	301
QUADRO DE EMPREGADOS	1.750	1.592	1.619
(+) Admissões	9	0	1
(+) Readmissões de Empregados Anistiados (Lei Nº 8.878/94)	87	46	57
(-) Desligamentos	18	198	23
(-) Desligamentos Anistiados	4	1	4
VARIAÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL	74	(153)	30

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

A Eletrosul reserva, no processo do Concurso Público, 5% do Quadro de vagas para pessoas com deficiência. Paralelamente, a empresa desenvolve o Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência (PAPD), com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de empregados e dependentes, atendendo às necessidades biopsicossociais e financeiras decorrentes do tratamento de saúde voltados à reabilitação, a assistência educacional e assistência especial.

Foram atendidas pelo programa 65 pessoas com deficiência, em 2014, sendo oferecido o acompanhamento psicossocial individual, familiar e encontros sistemáticos, através de grupo de apoio para socialização de informações sobre a temática e troca de experiências. A assistência financeira é concedida por meio de reembolso mensal das despesas com os atendimentos de saúde e demais assistências, limitado ao valor de R\$ 2.046,44, sendo o excedente atendido pelo Plano de Recuperação de Saúde.

Em 2014, considerando os empregados do Quadro efetivo e o critério de apuração de horas trabalhadas, o total foi de 2.281.268 horas-homem. A Taxa de Absenteísmo por Saúde foi registrada em 2,20%, o índice de Frequência (Lesões) foi igual a 3,95, e o índice de Gravidade foi de 206.

A proporção entre o menor salário praticado pela empresa (R\$ 2.580,48) e o salário mínimo nacional (R\$ 724,00) foi de 3,56 vezes, em 2014. Em relação ao salário base médio praticado na empresa, essa proporção é de 8,98 vezes.

- Programa de Orientação Para a Aposentadoria

O Programa de Orientação para a Aposentadoria (POPA) é um instrumento de gestão de pessoas e de sucessão profissional permanente que oportuniza aos empregados um processo de orientação para uma nova etapa de vida (pós-carreira) que é a de “estar aposentado”. Os objetivos do programa são construir espaços de suporte psicossocial às múltiplas dimensões da aposentadoria e estabelecer relações de ajuda à (re) construção de projetos de vida na aposentadoria.

Em 2014, buscando acompanhar o processo de desligamento dos empregados inscritos pelo Plano de Incentivo ao Desligamento (PID), foram realizadas pelo Serviço Social e Psicologia entrevistas com todos os empregados inscritos e que se desligaram da empresa no decorrer do ano, visando refletir sobre a trajetória profissional e oferecer suporte psicossocial de ajuda a essa fase de transição. Além das entrevistas, foi criado um fórum de discussão, “Ir de vento em POPA”, com o objetivo de disponibilizar um espaço no qual os empregados pudessem trocar informações e refletir sobre questões relacionadas à aposentadoria.

Este plano está alinhado às ações empresariais de valorização das pessoas e à política de gestão de pessoas, de reconhecimento e sucessão profissional. As ações contidas nele confirmam o compromisso social da empresa com seus empregados, gerando satisfação e motivação, melhoria do clima organizacional, das relações interpessoais e dos resultados empresariais, na medida em que esses trabalhadores em fase de aposentadoria participam e contribuem com sugestões de melhorias do ambiente empresarial.

O Quadro apresenta o número de beneficiados com o PID no ano de 2014:

Quadro A.7.1.6.2 – Número de Empregados beneficiados com o PID em 2014

Plano de Incentivo ao Desligamento - PID	2014
Número de beneficiados	19

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

- Plano de Carreira e Remuneração (PCR)

O PCR é parte integrante do Modelo de Gestão Integrada de Pessoas das empresas Eletrobras, e a concepção metodológica adotada no desenvolvimento do PCR foi baseada no conceito de Competências e Resultados, sendo estes os orientadores da evolução dos empregados nas respectivas carreiras, observando-se o alinhamento com o Plano Estratégico da empresa. As competências subsidiam todos os processos de Gestão de Pessoas, tais como Carreira, Educação Corporativa, Captação, Planejamento de Recursos Humanos, Remuneração e Avaliação de Desempenho.

- Benefícios

Em 2014, a Eletrosul investiu R\$ 71,95 milhões em benefícios para todos os seus empregados diretos e dependentes, dos quais se destacam auxílio-creche, auxílio-babá, auxílio-educação, autodesenvolvimento, auxílio-funeral, auxílio alimentação, vale-transporte, plano de saúde (assistência médica e odontológica), licença maternidade, Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS) – Fundo de Aposentadoria e seguro de vida em grupo. É importante ressaltar que a empresa não diferencia os benefícios oferecidos para empregados com carga horária diferenciada, nível hierárquico ou cargo. Em linha com os valores da empresa, os direitos relacionados à maternidade são tratados com a devida importância.

Em 2014, 16 empregadas tinham direito à licença-maternidade (e gozaram dela), das quais 7 retornaram à atividade laboral e permaneceram no cargo e 9 ainda permanecem gozando da licença. No mesmo sentido e com 100% dos resultados, 50 homens gozaram da licença-paternidade, retornando e permanecendo no trabalho.

No que se refere à licença-maternidade estendida, o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) determina que a prorrogação da licença-maternidade seja garantida desde que a empregada apresente requerimento à área de Gestão de Pessoas até o final do primeiro mês após o parto, sendo concedida imediatamente após a fruição da licença-maternidade. Durante o período de prorrogação da licença-maternidade, a empregada terá direito a sua remuneração integral.

A participação financeira dos empregados nos custos dos programas constantes no Plano de Saúde é específica para cada sistema de utilização, seja credenciamento seja reembolso, conforme segue:

- a) No sistema de credenciamento, a empresa participa financeiramente com 80% das despesas e o empregado participa financeiramente com 20% das despesas; e
- b) No sistema de reembolso, a participação financeira da empresa varia de acordo com o salário-base do empregado em relação ao menor salário da TABELA e o número de seus dependentes, conforme os percentuais de TABELA específica, aplicados sobre o valor das despesas apresentadas ou até o preço máximo das Tabelas de Serviços.

- Sistema de Gestão do Desempenho (SGD)

Implantado em 2011, o SGD foi unificado para todas as empresas Eletrobras e está estruturado em dois blocos distintos de avaliação: Competências e Resultados. Atualmente, são avaliadas apenas as competências gerais vinculadas aos cargos amplos. No que diz respeito aos resultados, foram estabelecidas metas empresariais e de equipe alinhadas às estratégias empresariais.

Na Etapa de Planejamento do ciclo de 2014, foram estabelecidas as metas, objeto do processo avaliativo. Logo após, deu-se início à Etapa de Acompanhamento do SGD, seguida pela Etapa de Avaliação. O ciclo de gestão do desempenho finaliza-se com a Etapa de Desenvolvimento, prevista para ocorrer entre janeiro e fevereiro/2015.

- Programas de preparação para o mercado de trabalho

A Eletrosul, consciente de sua responsabilidade social, desenvolve programas de preparação de jovens para o mercado de trabalho, dentre os quais, se destacam:

- a) Programa Jovem Aprendiz, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Estado de Santa Catarina (SENAI) que, no ciclo 2014, capacitou 25 jovens, representando um investimento de R\$ 374.599,97; e
- b) Programa Estágio Curricular, destinado ao aprimoramento de estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva nos cursos de Ensino Médio, Técnico ou Superior, que beneficiou, em 2014, 194 estudantes com um investimento de R\$ 700.889,47.

- Pesquisa de Clima Organizacional

O Programa de Gestão do Clima Organizacional é uma ferramenta para diagnosticar o grau de satisfação dos empregados, e seus resultados podem subsidiar o desenvolvimento de competências organizacionais, a análise situacional das relações, organização e ambiente de trabalho, que interferem na produtividade, o fortalecimento de aspectos motivadores, o potencial criativo e produtivo dos empregados.

Uma organização saudável requer um ambiente que priorize o bem estar dos trabalhadores, seja nos aspectos físicos e psicossociais, aliado a produtividade e sustentabilidade. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece que um ambiente de trabalho saudável seja aquele em que os trabalhadores e os gestores colaboram para o uso de um processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos os trabalhadores e para a sustentabilidade do ambiente de trabalho.

Neste aspecto, a gestão do Clima Organizacional por meio da aplicação de pesquisa passa a ser uma ferramenta para levantar informações acerca da percepção dos trabalhadores quanto ao nível de satisfação em relação às condições de trabalho, motivação, reconhecimento, liderança, carreira e remuneração, relacionamentos interpessoais, etc. A partir destas informações ocorrem as demais etapas, de análise e planejamento, elaboração do plano de ação e execução, monitoramento e avaliação das etapas.

A Eletrobras, atenta às inovações de gestão e a necessidade de atender as demandas de mercado, incluiu o indicador de satisfação em seu Plano de Negócios e Desempenho Empresarial, por meio da gestão do clima organizacional, sendo periodicamente realizadas pesquisas junto aos seus trabalhadores.

No decorrer das três edições da pesquisa, a meta de desempenho das empresas tem progressivamente aumentado, tendo início com a meta mínima de 60 de índice de favorabilidade em 2010; 63 em 2011 e 65 em 2013. Na primeira edição, a Eletrosul obteve o desempenho de 74,29 de favorabilidade, sendo a empresa com melhor indicador do sistema. Na segunda edição, este indicador reduziu para 69,9, já sinalizando impactos na satisfação do trabalhador. Na última edição de 2013, o indicador de satisfação foi de 64,01, não conseguindo atingir a meta proposta pelo Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE.

Essas reduções no indicador ao longo das edições das pesquisas refletem as mudanças no cenário organizacional, como a recente renovação das concessões, gerando a redução de receitas das Empresas e, conseqüentemente, da capacidade de investimentos, o plano de incentivo ao desligamento e a falta de informações sobre a continuidade do processo de transformação/fortalecimento das Empresas. A pesquisa foi composta por 70 assertivas.

Os três fatores que obtiveram os maiores índices de favorabilidade na empresa foram: Benefícios, com 80,53; Relacionamento Interpessoal 74,33; seguido de Imagem Institucional 73,50. Os resultados mais críticos referem-se à Carreira e Remuneração 41,20; Reconhecimento 51,2 e Educação Corporativa 56,94.

Assim, o plano de ação do clima organizacional corporativo foi construído a partir do desdobramento da análise dos resultados com envolvimento da diretoria, assessoria e áreas estratégicas, para o desenvolvimento de ações corporativas voltadas para a melhoria da satisfação dos trabalhadores, aprovado por meio da RD-1527/03. Como ações foram realizadas inúmeras atividades, tais quais workshops e reuniões a partir das análises dos resultados da III Pesquisa Unificada do Clima Organizacional das Empresas Eletrobras.

Além de ações corporativas, foram elaboradas ações para as áreas específicas de locais de trabalho, voltadas para o atendimento das necessidades de cada ambiente. Por isso, a elaboração dos planos específicos envolveu a participação dos gestores de Departamento e Divisões Regionais, como também dos empregados, trabalhando principalmente as questões que foram avaliadas mais negativamente, verificando sugestões de melhoria do clima organizacional para as áreas e unidades.

Em 2014, disponibilizou-se o aplicativo do Plano de Ação do Clima Organizacional para inserção e acompanhamento das ações corporativas e específicas, com evidências das ações realizadas, com acesso a todos os empregados para acompanhamento das ações, trabalhando a transparência e maior envolvimento dos empregados.

É fundamental destacar que o clima organizacional influencia na mudança de cultura organizacional e esta, por sua vez, ao modificar-se vai influenciando mais positivamente o clima organizacional. Portanto, a aprovação do Plano Corporativo e a construção de planos por departamentos e áreas constitui-se em diferenciais, na tentativa de construir junto com os empregados melhorias para a empresa, para o ambiente de trabalho e para as pessoas.

- Saúde e Segurança

No que diz respeito à gestão de saúde, a Eletrosul atua em duas grandes frentes perante seus empregados, considerando os contextos de saúde ocupacional e assistencial.

Na gestão de saúde ocupacional, que compreende segurança do trabalho, bem estar social e qualidade de vida, a empresa desenvolve um trabalho que visa à preservação da integridade, do bem estar das pessoas, relações interpessoais e clima organizacional favoráveis à saúde e ao crescimento pessoal, profissional e organizacional.

A Gestão da Saúde Ocupacional está definida no Plano Eletrosul de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Acompanhamento Social e Acompanhamento Social- PESSOAS e Normas de Gestão de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional - NG 039 e NG 015 respectivamente. Desde 2008, a promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável é apoiada pelo Plano Eletrosul de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Acompanhamento Social – PESSOAS, que tem como objetivo desenvolver ações nas áreas de gestão da saúde, segurança do trabalho e acompanhamento social que possibilitem resultados que demonstrem a preservação da integridade e bem estar de cada empregado e da força de trabalho como um todo, fundamental para atender a missão e a visão.

O PESSOAS constitui-se num instrumento que está alinhado a missão e a visão empresarial, visando o alto desempenho e a inovação, expressa os valores e estratégias. Construído a partir de um processo de trabalho que oportunizou o pensar sobre as práticas realizadas e a implementação das melhorias que são identificadas e reanalisadas constantemente. Estimula a resposta rápida e o aprendizado organizacional, busca inovações, define, gera e melhora os processos de trabalho na área de segurança, saúde ocupacional e acompanhamento social/funcional.

Para melhor orientar as condutas a serem adotadas pela equipe, as ações foram subdivididas em nove grandes grupos: assessoria e comunicação, supervisão operacional, o gerenciamento de riscos, gestão dos serviços contratados, atendimento aos requisitos legais, normatização, treinamento, conscientização e desenvolvimento de habilidades e acompanhamento do desempenho.

O Plano Eletrosul de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Acompanhamento Social/Funcional - PESSOAS, engloba atividades de prevenção por meio da supervisão e do acompanhamento de segurança, de saúde e psicossocial .

O PESSOAS está alinhado aos objetivos estratégicos de gerar valor econômico, social e ambiental e buscar a excelência na gestão empresarial.

Em 2014, foram renovadas as 15 CIPAS e mantido o Comitê Permanente da NR-10, que têm o objetivo de discutir a adequação em toda a empresa do dispositivo legal relativo à segurança nos serviços em instalações elétricas. Em sua totalidade, os empregados estão representados nas

comissões de saúde e segurança. Os números de CIPAs diminuíram em relação a 2013, pois foram fechados os estabelecimentos de Guarapuava e Erechim.

Com o intuito de garantir a segurança em sua cadeia de negócio, a Eletrosul exige a informação dos índices de acidentes (taxas de frequência e gravidade) para as empresas contratadas e os prestadores de serviço.

No PPRA e LTCAT, são identificadas, avaliadas e neutralizadas as possibilidades de risco de acidentes/doenças e/ou condições desfavoráveis no processo e/ou ambiente de trabalho, tornando-as conhecidas dos empregados, e adotadas as medidas necessárias a um ambiente laboral seguro e saudável. Por ocasião do levantamento dos riscos ambientais, os empregados são solicitados a trocar informações sobre os métodos e processos de trabalho.

Outra forma de participação dos empregados se dá na elaboração/atualização dos mapas de riscos realizados pelas CIPAS, e, ainda, por intermédio da revisão global dos PPRA, realizada anualmente pela equipe de Segurança do Trabalho em todos os estabelecimentos. No Quadro abaixo, estão apresentados os indicadores de Segurança do Trabalho da Eletrosul em 2014.

Quadro A.7.1.6.3 – Indicadores de Segurança do Trabalho

Número total de acidentes de trabalho com empregados (*)	18
Total de acidentes típicos	9
Acidente Fatal	0
Acidentados típicos da empresa sem afastamento	5
Total de acidentados de trajeto da empresa com afastamento	2
Total de acidentados de trajeto da empresa sem afastamento	2
Média de acidentes de trabalho por empregado/ano 2013	0,01
Número total de dias perdidos em função de acidentes	698
Acidentes que resultaram em mutilações ou outros danos à integridade física e/ou prestadores de serviço, com afastamento permanente do cargo (incluindo LER) (%)	0
Índice TF (taxa de Frequência) total da empresa no período, para empregados	3,95
Índice TG (taxa de Gravidade) total da empresa no período, para empregados	206

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Em 2014, a Eletrosul continuou participando do Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, junto ao Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina (TRT-SC). O Programa Trabalho Seguro, coordenado nacionalmente pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, tem como proposta central o desenvolvimento de ações permanentes voltadas à saúde do trabalhador, à prevenção de acidentes e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST).

Dentro do Programa Trabalho Seguro, foram adotadas estratégias de divulgação do programa aos empregados da Eletrosul, utilizando os meios de comunicação corporativos e programas da área de Saúde e Segurança do Trabalho para divulgar os objetivos e as diretrizes da Política Nacional.

A Eletrosul participou, por intermédio de profissionais da equipe do SESMT, das reuniões dos parceiros do Programa Trabalho Seguro em Florianópolis.

Foram realizadas, também, por meio de informações eletrônicas, frases afirmativas relacionadas ao Programa Trabalho Seguro enviadas eletronicamente em pop-ups em cada estação de trabalho.

- Plano de Atendimento às Situações de Emergência – PASE

O PASE - Plano de Atendimento às Situações de Emergência da Eletrosul tem a finalidade de aprimorar e adequar e padronizar procedimentos atuais, estabelecendo um padrão de atendimento pré-hospitalar em situações de emergência para cada realidade da Eletrosul, por meio de capacitações e aperfeiçoamento dos empregados para atendimento de primeiros socorros, para tanto, foram desenvolvidos estudos e trabalhos voltados ao estabelecimento, protocolos de resgate e orientação em circunstâncias de emergência, pesquisas aplicadas com apoio de empregados que participaram de workshops sobre socorrismo e resgate em altura em linhas de transmissão, torres de telecomunicações, espaços confinados, aerogeradores, usinas, subestações e canteiro de obras da empresa e formação de brigadas de emergência e disponibiliza indicações de rotas de fuga e saídas de emergência, análise de sistemas preventivos anti-incêndio, georreferenciamento de hospitais por níveis de complexidade, indicação dos meios de comunicação mais apropriados nas emergências e definição e aquisição dos kits de primeiros socorros e resgate, incluindo um sistema informatizado para dar suporte técnico às equipes durante as ocorrências e uma versão para dispositivos móveis, agregando maior agilidade e efetividade aos atendimentos.

O PASE está sendo elaborado com base nas diretrizes das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e em protocolos internacionais de atendimento a emergências, analisando a realidade, as diversas funções e especificidades da Eletrosul, e tem abrangência para todas as áreas da empresa.

- Profissionais Terceirizados

Para manter maior foco em seus negócios, a Eletrosul terceiriza os serviços de conservação, limpeza, vigilância, transportes, informática, copeira, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédio, equipamentos e instalações e outras atividades de caráter continuado que não estejam previstos no Plano de Carreira e Remuneração da empresa. Em 2014, esses tipos de serviços estavam sob a responsabilidade de 490 profissionais, que não são considerados para o cômputo do Quadro de empregados da empresa.

Nos contratos firmados entre a Eletrosul e as empresas prestadoras de serviços são incluídas cláusulas que prevêm a obrigatoriedade do cumprimento da legislação relacionada à saúde ocupacional e segurança do trabalho, sendo realizado acompanhamento sistemático das ações previstas no Programa Terceira de Primeira (3D1), que tem como objetivo assegurar o respeito e a proteção à saúde, bem como a integridade dos trabalhadores das empresas contratadas. Por intermédio do programa, busca-se atuar nos fatores de risco, promovendo melhoria contínua em saúde, segurança, relações interpessoais e qualidade de vida.

São desenvolvidas ações de natureza socioeducativa junto aos profissionais terceirizados, em parceria com o Programa 3D1, como:

- Curso da Língua Brasileira de Sinais
- Campanhas de Carnaval e outras datas comemorativas
- Atividades previstas durante a Semana da Qualidade de Vida e SIPAT

Ainda em 2014, foram realizados alguns atendimentos do Serviço Social, Psicologia e demais profissionais de Saúde voltados ao atendimento de terceirizados, especialmente os da Sede da empresa.

Foram elaboradas ações educacionais com 53 terceirizados, com destaque para as promoções construindo um ambiente de trabalho saudável, cuidados e restrições em hortas comunitárias, segurança do trabalho na Divisão Regional do Rio Grande do Sul – DRRS e brigada de incêndio.

- Previdência Complementar

A Eletrosul é patrocinadora da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social - ELOS, Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, que visa ofertar aos empregados das patrocinadoras a complementação de aposentadoria, por meio de seus planos de benefícios.

Atualmente existem dois planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Eletrosul, um da modalidade de benefício definido e o outro da modalidade contribuição definida, quais sejam:

- Plano de Benefícios Previdenciários BD-ELOS/ELETROSUL (Plano BD);
- Plano de Benefícios Previdenciários nº 01 – CD ELETROSUL (Plano CD).

O Plano BD, existente desde a criação da ELOS, busca a complementação de aposentadoria com base no salário real médio dos últimos 36 meses de atividade do empregado, em relação ao valor do benefício de aposentadoria da Previdência Oficial.

Os participantes do Plano BD têm direito aos seguintes benefícios:

- Complementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição/Serviço;
- Complementação de Aposentadoria por Idade;
- Complementação de Aposentadoria por Invalidez;
- Complementação de Aposentadoria Especial;
- Complementação de Pensão;
- Complementação de Auxílio-Reclusão;
- Auxílio Funeral por Morte de beneficiário;
- Abono anual.

Desde 31/12/2009, o Plano BD está fechado para novas adesões. Os empregados admitidos a partir dessa data podem optar pela inscrição no Plano CD.

Atualmente, a participação no plano de previdência vigente não é obrigatória, sendo uma opção para aqueles empregados que têm interesse pelo benefício.

O Plano CD teve início em 2010 e prevê o pagamento de um benefício em função do saldo de conta individual do participante, constituído pelas contribuições do participante e patrocinadora, corrigido pela rentabilidade da aplicação desses recursos no mercado financeiro, descontados os respectivos custos do Plano.

O valor da contribuição pode ser realizado, pelo empregado que optar pelo benefício, com base em um valor de piso e de teto.

No ano de 2014 foram implementados os Perfis de Investimentos para o Plano CD, onde cada participante passou a dispor de três perfis, mais conservador, moderado e mais agressivo. Isso

representa, para o participante, maior autonomia na gestão dos recursos de seu fundo de reserva, na medida em que pode optar pelo perfil que melhor se enquadra na sua expectativa de retorno e, consequentemente, maior satisfação por parte do mesmo.

Os benefícios oferecidos pelo Plano CD são os seguintes:

- I. Quanto aos Participantes:
 - Benefício de Aposentadoria;
 - Benefício de Pecúlio por Incapacidade.
- II. Quanto aos Beneficiários:
 - Benefício de Pecúlio por Morte;
 - Benefício de Auxílio Reclusão.

A Fundação ELOS mantém um estreito canal de comunicação com seus participantes, seja pelo site www.elos.org.br, onde são disponibilizadas diversas informações aos participantes e interessados, como por exemplo, o resultado mensal de seus Planos de Benefícios, informações atualizadas sobre os planos e matérias referentes à educação financeira e previdenciária; seja por meio do jornal impresso, editado quadrimestralmente, onde são divulgados os mesmos dados.

Além disso, a exemplo de anos anteriores, em 2014 a ELOS deu continuidade ao processo de educação financeira e previdenciária, com apresentações e palestras sobre temas relevantes e de interesse dos participantes dos planos, proferidas em seminários e outros eventos organizados pela própria Fundação, pela Eletrosul ou por outras entidades.

O Quadro a seguir apresenta os principais indicadores de Previdência Complementar, no período de 2012 a 2014:

Quadro A.7.1.6.4 – Principais indicadores de previdência complementar de 2012 a 2014

Previdência Complementar	2012	2013	2014
Contribuição da Patrocinadora (em R\$ mil)	20.939	21.607	21.796
Número de participantes ativos	1.527	1.651	1.519

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Obs.(1): Os valores e quantitativos informados acima foram extraídos da Contabilidade da Eletrosul.

Obs.(2): Os valores relativos à Contribuição da Patrocinadora referem-se aos participantes ativos.

Obs.(3): Os quantitativos referem-se ao maior nº de participantes ativos no ano de referência

7.2 Contratação de Mão de Obra de Apoio e de Estagiários

7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A													
UG/Gestão:					CNPJ:00.073.957/0001-68								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	91300017	7200004000162	2010	2015	49	49	-	-	-	-	A
2010	L	O	91300203	9016469000193	2010	2015	3	3	-	-	-	-	A
2012	L	O	1304120154	7006622000176	2012	2015	1	1	-	-	-	-	A
2012	L	O	1304120155	9284904000160	2012	2015	2	2	-	-	-	-	A
2013	L	O	1304130068	9265666000167	2013	2015	1	1	-	-	-	-	A
2014	L	O	1304140002	9661972000100	2014	2015	3	3	-	-	-	-	A
2014	L	O	1304140004	482840000138	2014	2015	14	14	-	-	-	-	A
2014	L	O	1304130342	7006622000176	2014	2015	5	5	-	-	-	-	A
2014	L	O	1304140023	4970088000125	2014	2015	6	6	-	-	-	-	A
2014	L	O	1304140022	7006622000176	2014	2015	4	4	-	-	-	-	A
2014	L	O	1304140048	3025365000169	2014	2015	15	15	-	-	-	-	A
2014	L	O	1304140119	799084000191	2014	2015	1	1	-	-	-	-	A
2010	V	O	91300124	332087000102	2010	2015	8	8	-	-	-	-	A
2011	V	O	91311033	87134086000204	2011	2015	26	26	-	-	-	-	A
2013	V	O	1304130168	92653666000167	2013	2015	86	86	-	-	-	-	A
2014	V	O	1304140075	10565495000150	2014	2015	32	32	-	-	-	-	A
2014	V	O	1304140161	10364152000208	2014	2015	8	8	-	-	-	-	A
2012	V	O	91320120069	7168167000105	2012	2015	12	12	-	-	-	-	A
2012	V	O	91320120071	7168167000105	2012	2015	16	16	-	-	-	-	A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Base Dez/2014 Módulo Força de Trabalho - GEM

7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não abrangidas pelo plano de Cargos do órgão

Quadro A.7.2.2 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante														
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A														
UG/Gestão:					CNPJ: 00.073.957/0001-68									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2010	5	O	83201025104	104811700108	2010	2015	-	-	1	1	-	-	A	
2010	12	O	83201026	8190855000134	2010	2015	-	-	1	1	-	-	A	
2011	7	O	83211012	9284904000160	2011	2015	-	-	2	2	-	-	A	
2010	7	O	91300056	3446231000111	2010	2015	-	-	2	2	-	-	A	
2010	12/11	O	91300203	90164690000193	2010	2015	6	6	2	2	-	-	A	
2010	5	O	91300219	700622000176	2010	2015	2	2	-	-	-	-	A	
2010	11	O	91300249	95870069000182	2010	2014	-	-	5	5	-	-	A	
2010	3	O	91300257	2663424000161	2010	2015	-	-	3	3	-	-	A	
2010	3	O	91300356	80043904000133	2010	2016	-	-	2	2	-	-	A	
2011	1/8	O	91311070	4892959000130	2011	2015	2	2	2	2	-	-	A	
2011	12	O	91311142	9284904000160	2011	2015	11	11	-	-	-	-	A	
2013	8	O	1230130030	7310835000197	2013	2015	6	6	-	-	-	-	A	
2013	2	O	1240130053	3025365000169	2013	2015	1	1	-	-	-	-	A	
2014	5	O	1240140026	7990946000191	2013	2015	-	-	2	2	-	-	A	
2013	11	O	1250130080	14338825000125	2013	2014	3	3	-	-	-	-	A	
2014	5	O	1270140001	104811700108	2014	2015	-	-	1	1	-	-	A	
2012	5	O	1304120035	7006622000176	2012	2015	-	-	7	7	-	-	A	
2012	8	O	1304120087	344623100011	2012	2015	1	1	-	-	-	-	A	
2012	12/5	O	1304120161	78533312000158	2012	2015	11	11	17	17	-	-	A	
2012	2	O	1304120175	72243439000156	2012	2015	1	1	-	-	-	-	A	
2013	5	O	1304130001	14854065000109	2013	2015	-	-	2	2	-	-	A	
2013	2	O	1304130042	10858502000101	2013	2015	1	1	-	-	-	-	A	
2013	8	O	1304130067	3446231000111	2013	2015	3	3	-	-	-	-	A	
2013	8	O	1304130166	3446231000111	2013	2015	4	4	-	-	-	-	A	
2013	12	O	1304130220	9284904000160	2013	2015	6	6	-	-	-	-	A	
2013	12	O	1304130223	5600954000159	2013	2015	1	1	-	-	-	-	A	
2013	9	O	1304130223	1092686000150	2013	2015	-	-	2	2	-	-	A	
2013	8	O	1304130300	12229984000166	2013	2015	1	1	1	1	-	-	A	
2013	12	O	1304130324	3814774000144	2013	2015	-	-	19	19	-	-	A	
2014	12	O	1304130342	7006622000176	2014	2015	11	11	-	-	-	-	A	
2014	9	O	1304140302	9661972000100	2014	2015	1	1	-	-	-	-	A	
2014	12	O	1304140004	048284000138	2014	2015	14	14	-	-	-	-	A	
2014	12	O	1304140023	4970088000125	2014	2015	10	10	-	-	-	-	A	
2014	12	O	1304140048	3025365000169	2014	2015	7	7	-	-	-	-	A	
2014	2	O	1304140054	7224343900156	2014	2015	1	1	-	-	-	-	A	
2014	12	O	1304140066	4260727000169	2014	2015	10	10	-	-	-	-	A	
2014	2	O	1304140086	5747932000116	2014	2015	1	1	-	-	-	-	A	
2014	12	O	1304140095	4457561000175	2014	2015	1	1	-	-	-	-	A	
2014	2	O	1304140117	7224343900156	2014	2015	1	1	-	-	-	-	A	
2014	12	O	1304140119	799094000191	2014	2015	3	3	-	-	-	-	A	
2014	5	O	1304140119	13941112000199	2014	2015	-	-	1	1	-	-	A	
2014	9/12	O	80820112027	1692092000168	2014	2015	2	2	2	2	-	-	A	

2014	11	O	80820112027	9484770000121	2014	2015	-	-	1	1	-	-	A
2014	12	O	81020120004	3149832000162	2014	2015	1	1	-	-	-	-	A
Observações:													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								

Fonte: Base Dez/2014 Módulo de Força de Trabalho – GEM

7.2.3 Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

Para manter maior foco em seus negócios, a Eletrosul terceiriza os serviços de limpeza, vigilância, jardinagem, recepção, copa e outras atividades de caráter continuado que não são atendidas pelo Plano de Carreira e Remuneração da Empresa. Em 31/12/2014, esses tipos de serviços estavam sob a responsabilidade de 490 profissionais, que não são considerados para o cômputo do Quadro próprio da Eletrosul.

Para facilitar o gerenciamento desses tipos de prestação de serviços, foi desenvolvido e implantado o Sistema de Força de Trabalho, contido no ERP da Empresa (Consist GEM), sendo designados na categoria: “Prestador de Serviços Terceirizado (PST)”.

O PST tem a seguinte definição: pessoa física vinculada a contrato de prestação de serviços de terceiros, notadamente nas atividades de conservação, limpeza, vigilância, transportes, informática, copeira, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção predial, equipamentos e instalações, cujos espaços ocupacionais não estejam previstos no Plano de Cargos e Remunerações da Empresa.

No exercício de 2014 ocorreram situações em que determinadas Contratadas não apresentaram documentos comprovando o pagamento de verbas trabalhistas e/ou previdenciárias. Nesses casos, a Empresa acionou a Contratada solicitando o equacionamento das pendências. Na hipótese de não equacionamento, a Eletrosul aplicou sanções previstas na legislação pertinente e nos normativos internos, bem como reteve créditos das Contratadas para a quitação dos débitos.

No caso das interrupções de prestação de serviços, além das penalidades previstas contratualmente e na legislação, a respectiva Fatura sofreu descontos dos correspondentes aos serviços não executados.

7.2.4 Contratação de Estagiários

Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	82	94	100	107	598.453,41
1.1 Área Fim	26	33	35	37	203.489,15
1.2 Área Meio	56	61	65	70	394.964,26
2. Nível Médio	15	20	24	26	102.436,06
2.1 Área Fim	4	7	12	14	42.024,05
2.2 Área Meio	11	13	12	12	60.412,01
3. Total (1+2)	97	114	124	133	700.889,47

Análise Crítica

O Art. 17 do Capítulo VI da Lei 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, regula que o número máximo de estagiários que uma empresa com mais de 25 empregados pode ter em relação ao seu Quadro de pessoal é de até 20%. A Norma de Gestão Empresarial – NG 032 da Eletrosul, que regula o Programa de Estágio, estipulou que as vagas disponibilizadas são limitadas, no máximo, até 10% do Quadro de pessoal aprovado da Eletrosul, ou seja, 167 vagas para estágio.

Em 2013, em virtude da renovação das concessões do Setor Elétrico, as contratações de estagiários ficaram abaixo do permitido.

No decorrer de 2014, houve um pequeno acréscimo no número de contratações de estagiários. Analisando os Quadros de 2013 e 2014, pode-se observar que a Eletrosul atende tanto o definido na legislação quanto o estipulado em sua norma interna.

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

7.3 Revisão de Contratos Beneficiados pela Lei 12.546/2011 – Desoneração da Folha de Pagamento

- Quanto à demonstração das medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes e encerrados firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento em conformidade para com o Art. 7º da Lei nº 12.546/2011 e Art. 2º do Decreto nº 7.828/2012, a Companhia, tal qual por intermédio da CI DCO-0039/2014, que subsidiou a determinação contida na Resolução da Diretoria Executiva – RD-1514-17 – de 27/03/2014, referencialmente até 31/12/2013, das contratações no âmbito da construção civil e tecnologia da informação dentre as relacionadas na norma legal, estimou o montante a recuperar de R\$ 472.889,69 (quatrocentos e setenta e dois mil, oitocentos e oitenta e nove reais), requerendo a aplicação da respectiva cobrança;
- Com o objetivo de obter o ressarcimento dos valores pagos após a vigência e contratados em condições anteriores à lei 12.546/2011 e ao decreto 7.828/2012, a empresa emitiu notas de débitos cobrando das contratadas os valores descritos na CI DCO-0039/2014. As mencionadas notas de débitos, juntamente com a documentação que embasa a cobrança, foram encaminhadas através de correspondências externas (CEs), aos prestadores de serviços, para a devida quitação;
- Do detalhamento sobre os contratos revisados e respectiva apuração de valores em haver, a Companhia conheceu das importâncias, cuja memória de cálculo foi segregada por espécie de contratação, e contida não tão somente à CI DCO-0039/2014, mas também à PRD DCO-0002/2014 e consecutiva deliberação da diretoria – RD-1514-17;

Relação de Contratos para Aplicação da Desoneração – Ano 2013:

Quadro A.7.3.1 – Relação de Contratos para Aplicação da Desoneração – Tecnologia da Informação

Tecnologia da Informação TI				
Prestador	CNPJ	Contrato	Objeto do Contrato	VI Total da Desoneração (R\$)
CONSIST BUSINESS SOFTWARE LTDA	12.843.800/0001-53	91300188	Consultoria em informática	257.274,73
INSIDE SYSTEM INFORMÁTICA LTDA	37.135.779/0001-62	90591178	Suporte técnico de informática	35.240,80
JEXPERTS TECNOLOGIA LTDA	05.231.453/0001-42	91320112065	Suporte técnico de informática	10.245,51
ASCENDANT TECHNOLOGY DO BRASIL	07.621.875/0001-50	91390158	Implantação do projeto do portal da Eletrosul	1.665,00
Total Desoneração nos Contratos de TI				304.426,04

Fonte: Departamento de Contabilidade

Quadro A.7.3.2 – Relação de Contratos para Aplicação da Desoneração – Construção Civil

Construção Civil			
Prestador	CNPJ	Contrato	VI. Desoneração (R\$)
SANTA RITA COM. E INSTAL. LTDA	86.365.350/0001-77	81211002	10.856,71
		81220112025	36.885,73
		81220112043	24.915,10
		81220120031	65.901,74
		8122012006	934,19
CONSTRUTORA GOMES LTDA	08.602.663/0001-98	84420112036	18.339,58
WAR CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - EPP	11.495.499/0001-71	1304130059	9.856,49
PGPLANAGEM COM., TRANSP. E TERRAPLEN. LTDA - ME	00.099.750/0001-62	1107130048	774,11
Total de desoneração dos contratos de construção civil			168.463,65

Fonte: Departamento de Contabilidade

7.4 Unidades Jurisdicionadas Patrocinadoras de Entidade Fechada de Previdência Complementar (Parte B do Anexo II da DN TCU 134/2013 – Conteúdo Específico)

a) Previdência Complementar Patrocinada

A Eletrosul é patrocinadora da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (Elos), CNPJ – 42.286.245/0001-77, entidade sem fins lucrativos que tem como objetivo básico a complementação de aposentadoria de seus empregados. As contribuições e as responsabilidades da patrocinadora são paritárias com as dos participantes, nos termos da legislação vigente.

A fiscalização e o controle da Fundação Elos são efetivados por representantes designados pela alta administração da Eletrosul para o Conselho Deliberativo, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva da Fundação, em conjunto com os representantes dos participantes eleitos e indicados nesse órgão.

Estes, no cumprimento de suas atribuições, suprem as ações de supervisão, fiscalização e controle da patrocinadora, além de auditorias regulares e extraordinárias realizadas pela Auditoria Interna da Patrocinadora e por auditoria independente.

Atualmente existem dois planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Eletrosul, um da modalidade de benefício definido e o outro da modalidade contribuição definida, quais sejam:

- Plano de Benefícios Previdenciários BD-ELOS/ELETROSUL (Plano BD);
- Plano de Benefícios Previdenciários nº 01 – CD ELETROSUL (Plano CD).

O Plano BD, existente desde a criação da ELOS, busca a complementação de aposentadoria com base no salário real médio dos últimos 36 meses de atividade do empregado, em relação ao valor do benefício de aposentadoria da Previdência Oficial.

Desde 31/12/2009, o Plano BD está fechado para novas adesões. Os empregados admitidos a partir dessa data podem optar pela inscrição no Plano CD.

Atualmente, a participação no plano de previdência vigente não é obrigatória, sendo uma opção para aqueles empregados que têm interesse pelo benefício.

O Plano CD teve início em 2010 e prevê o pagamento de um benefício em função do saldo de conta individual do participante, constituído pelas contribuições do participante e patrocinadora, corrigido pela rentabilidade da aplicação desses recursos no mercado financeiro, descontados os respectivos custos do Plano.

O valor da contribuição pode ser realizado pelo empregado que optar pelo benefício, com base em um valor de piso e de teto.

No ano de 2014 foram implementados os Perfis de Investimentos para o Plano CD, onde cada participante passou a dispor de três perfis, mais conservador, moderado e mais agressivo. Isso representa, para o participante, maior autonomia na gestão dos recursos de seu fundo de reserva, na medida em que pode optar pelo perfil que melhor se enquadra na sua expectativa de retorno e, consequentemente, maior satisfação por parte do mesmo.

Os planos BD e CD apresentaram, em 31/12/2014, a seguinte posição:

Quadro A 7.4.1 – Participantes dos Planos BD e CD

Participantes	BD	CD
Participantes Ativos	528	1.035
Participantes BPD	6	8
Participantes Assistidos	728	131
Total	1.262	1.174

Fonte: Demonstrações Contábeis de 31 de Dezembro de 2014 da Fundação Elos

Quadro A 7.4.2 – Posição dos Ativos Garantidores **Valor (R\$ Mil)**

Ativos Garantidores	BD	CD
Exigível Atuarial	1.049.574	515.617
Superávit/Déficit Técnico Acumulado	(108.536)	2.955*
Total	941.038	518.572

* Superávit exclusivamente do sub-plano Benefício Proporcional Diferido Saldado (BPDS)

O programa de investimentos da ELOS cumpre a Resolução BACEN nº. 3.792, de 24.09.2009, tendo em seu demonstrativo, em 31/12/2014, uma aplicação de R\$ 889.859 mil para o plano BD, e R\$ 500.868 mil para o plano CD, composta conforme a seguir:

Quadro A 7.4.3 – Composição da Aplicação		Valor R\$ (Mil)	
BD		CD	
Composição da aplicação em (R\$ mil)		Composição da aplicação em (R\$ mil)	
Mercado Financeiro 846.811	Renda Fixa - 715.664	Mercado Financeiro 482.362	Renda Fixa – 427.630
	Renda Variável - 131.147		Renda Variável – 54.732
Investimento Imobiliário 43.048	Centro Regional - 29.529	Investimento Imobiliário 18.506	Centro Regional – 12.562
	Invest. Estruturados - 10.283		Invest. Estruturados - 4.464
	Centro Século XXI – 3.236		Centro Século XXI – 1.480
Operações com Participantes 23.095		Operações com Participantes 14.868	

Fonte: Relatórios de Rentabilidade da Fundação Elos

Quadro A 7.4.4 – Demonstrativo de Repasses Feitos pela Eletrosul à ELOS em 2014 (R\$ mil):

Folha de Pagamento dos Empregados Participantes	Contribuições		Outros recursos repassados pela Patrocinadora*	Recursos descontados dos empregados e repassados pela Patrocinadora**	Total repassado pela Patrocinadora
	Pagas pelos Empregados Participantes	Pagas pela Patrocinadora			
194.083	21.531	21.531	17.450	9.098	69.610

Fonte: Departamento de Contabilidade

Quadro A 7.4.5 – Outros Recursos

* Outros recursos repassados pela Patrocinadora no total de R\$ 17.450 mil referem-se a:	
3.594	➔ Pagamento em 240 parcelas, vencendo a 1ª em janeiro/1995 e a última em dezembro/2014, referente à contribuição adicional de benefício - recadastramento de tempo de serviço
125	➔ Pagamento referente a despesas administrativas de participantes assistidos
1.323	➔ Locação de um imóvel de propriedade da Fundação ELOS para a Eletrosul
3.956	➔ Artigo 75 do Regulamento do Plano de Benefícios da ELOS - RPBE - SB40
4.156	➔ Efeitos da Emenda Constitucional nº. 20
447	➔ Diferença de Reserva Matemática
1.187	➔ Contribuição Suplementar - cobertura à reserva a amortizar, assumida pela Eletrosul
2.644	➔ Contribuição patrocinadora - Benefício da geração atual plano CD.
18	➔ Outros – Processos Judiciais e Reembolso serviço de consultoria atuarial

Fonte: Departamento de Contabilidade

Quadro A 7.4.6 – Recursos Descontados dos Empregados

** Recursos descontados dos Empregados e repassados pela Patrocinadora no total de R\$ 9.098 mil referem-se a:	
273	➔ Plano de Benefícios Elos Saúde
8.218	➔ Empréstimo Pessoal
607	➔ Jóia Elos, Seguro Facultativo, Contribuição sobre Gratificação de Função, etc.

Fonte: Departamento de Contabilidade

Informamos que a SPC não emite Manifestação à Fundação ELOS.

Com relação ao parecer da auditoria independente e conclusões do último estudo atuarial,

encontram-se reproduzidos nas páginas a seguir:



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmas. Srs.
Conselheiros e Diretores da
FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELOS
Praça Pereira Oliveira, 64 – Sobrelaje – Tab. Fervedouro
Florianópolis/SC

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELOS**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELOS** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELOS** para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das

Exacto Auditoria

Rua Dona Luiza, 228, 1º andar, CEP 96420-090, Foz de Iguaçu, RS, Brasil
Fone: +55(51) 3531-1446 Fax: +55(51) 3531-2707
E-MAIL: contato@exacto.com.br

Página 0 de 3

contato@exacto.com.br
www.exacto.com.br





estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **FUNDAÇÃO ELETRUSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELOS** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Ênfase

a) Déficit Técnico Acumulado no Plano BD-ELOS/ELETRUSUL

Chamamos a atenção para a Nota 10.1.a.1, às demonstrações contábeis, que descreve a apresentação no Plano BD-ELOS/ELETRUSUL, de um Déficit Técnico Acumulado em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 108.536 mil (Déficit Técnico de R\$ 155.252 mil em 2013). Conforme item VI.3.3 do Parecer Atuarial de 03 de março de 2015, para o Déficit Técnico Acumulado que está sendo apurado no encerramento deste exercício de 2014, com base na Resolução CNPC nº 13, de 04 de novembro de 2013, observadas as informações constantes em estudo econômico financeiro e atuarial acerca das causas do resultado deficitário, não há imperativo para que este resultado deficitário seja equacionado ao longo do exercício de 2015, pois o Déficit Técnico Acumulado de R\$108.536 mil, após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Art. 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$84.124 mil, deficitário, tendo em vista que o referido valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,68% ao ano, e o valor contábil desses títulos, totaliza R\$ 24.412 mil em 31/12/2014, sendo este Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$84.124 mil, deficitário, equivalente a 8,02% das provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 1.049.574 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

b) Déficit Técnico Acumulado no Plano Plano BD-ELOS/TRACTEBEL

Chamamos a atenção para a Nota 10.1.a.3, às demonstrações contábeis, que descreve a apresentação no Plano BD-ELOS/TRACTEBEL, de um Déficit Técnico Acumulado em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 215.135 mil (Déficit Técnico de R\$ 149.213 mil em 2013). Conforme item VI.3.3 do Parecer Atuarial de 03 de março de 2015, para o Déficit

Exato Auditoria

Rua Zora Litta, 220, 3º andar, CEP: 90650-090, Porto Alegre, RS, Brasil
Fone: +55(51) 3331-2956 Fax: +55(51) 3331-3307
BOLETO 411-000, RS - 04/03/2015 09:55:00, 15

Página 2 de 3

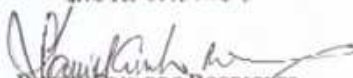
exato@exato.com.br
www.exato.com.br



Técnico Acumulado que está sendo apurado no encerramento deste exercício de 2014, com base na Resolução CNPC nº 13, de 04 de novembro de 2013, observadas as informações constantes em estudo econômico financeiro e atuarial acerca das causas do resultado deficitário, deve ser objeto de equacionamento até o final do exercício seguinte ao encerramento do exercício social em que está sendo apurado este resultado deficitário, no menos o resultado deficitário que ultrapassar o percentual de 10% das Provisões Matemáticas do Plano, pois o Déficit Técnico acumulado de R\$ 215.135 mil, após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Art. 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 201.583 mil, deficitário, tendo em vista que o referido valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,75% ao ano, e o valor contábil desses títulos, totaliza R\$ 13.552 mil em 31/12/2014, sendo este Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 201.583 mil, deficitário, equivalente a 17,69% das provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 1.139.383 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Porto Alegre, 12 de março de 2015.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC RS-001544/O-3

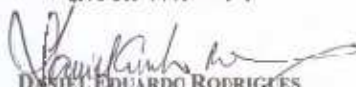

DANIEL EDUARDO RODRIGUES
CONTADOR CRC RS-30361 S-SC



Técnico Acumulado que está sendo apurado no encerramento deste exercício de 2014, com base na Resolução CNPC nº 13, de 04 de novembro de 2013, observadas as informações constantes em estudo econômico-financeiro e atuarial acerca das causas do resultado deficitário, deve ser objeto de equacionamento até o final do exercício seguinte ao encerramento do exercício social em que está sendo apurado este resultado deficitário, ao menos o resultado deficitário que ultrapassar o percentual de 10% das Provisões Matemáticas do Plano, pois o Déficit Técnico acumulado de R\$ 215.135 mil, após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Art. 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 201.583 mil, deficitário, tendo em vista que o referido valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,75% ao ano, e o valor contábil desses títulos, totaliza R\$ 13.552 mil em 31/12/2014, sendo este Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 201.583 mil, deficitário, equivalente a 17,69% das provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 1.139.383 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Porto Alegre, 12 de março de 2015.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC RS-001544/O-3


DANIEL EDUARDO RODRIGUES
CONTADOR CRC RS-30361 S-SC

Exacto Auditoria

Av. Ulysses Galvão, 228, 1º andar, CEP 91430-090, Porto Alegre, RS, Brazil
Fone: +55(51) 3331.2466 Fax: +55(51) 3331.2267
CNPJ 02.925.471/0001-09 CNAE 7011-4/00-00

Página 3 de 3

exacto@exacto.com.br
www.exacto.com.br



PARECER ATUARIAL DO PL – ANO 2014 – PLANO BD

PARECER ATUARIAL DO PLANO

Qualidade da base cadastral:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais descritas desta D.A., os regimes atuariais de financiamento apresentados no item VI.7. desta D.A. e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela ELOS, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2014, refletida nesta D.A.

Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais:

Não aplicável.

Variação do resultado:

Déficit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2013 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2014 (*1)...R\$ (173.338.562,20);

Diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela ELOS para 31/12/2014 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2013 evoluído para 31/12/2014 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade...R\$ (19.731.191,41);

Adoção da Tábua de Mortalidade AT2000 (unissex) desagravada em 10%.(*2)...R\$ (618.486,50);

Adoção da Rotatividade Nula ...R\$ (1.821.213,46);

Adoção da Taxa Real de Juros de 5,68% ao ano...R\$ 101.922.119,04;

Adoção da Composição Familiar Efetiva nas Aposentadorias já Concedidas...R\$ (16.638.214,23);

Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*3)...R\$ 1.689.828,50;

Déficit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2013...R\$ (108.535.720,26).

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado

- a) Resultado Realizado...R\$ (108.535.720,26);
- b) (-) Déficit Técnico Acumulado...R\$ (108.535.720,26);
- c) Ajuste de Precificação...R\$ 24.411.819,51;
- d) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado – (a+b)(*4)...R\$ (84.123.900,75)

(*1): $R\$ (173.338.562,20) = 155.251.735,07 \times 1,1165$ (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2) Tábua na versão unisex desagravada em 10% com pesos de 19,69% e 80,31%, respectivamente para o sexo feminino e masculino, calculados pela população total dos participantes válidos dos Planos BD ELOS/ELETROSUL e CD ELETROSUL, no final de 2013, que era de 2.341 indivíduos, dos quais 461 eram mulheres e 1.880 homens; sejam não assistidos (1.554), aposentados, que não por invalidez (746) e pensionistas por morte de participante (41), todos estes aqui considerados válidos.

(*3): Equivale a 0,16% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2014, que foi de R\$ 1.049.573.878,90 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício.

(*4) Equilíbrio Técnico Ajustado calculado com base na Resolução CNPC nº 16/2014, de 19/11/2014, que representa 8,02% do valor total das Provisões Matemáticas, além de ser o percentual a ser observado o caso de equacionamento de resultado deficitário.

Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

O Déficit Técnico Acumulado de R\$ (108.535.720,26) é caracterizado em sua maior parte como sendo de origem conjuntural, e, independente de sua natureza, considerando que este Déficit, após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido em Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Art. 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (84.123.900,75), equivalente a 8,02% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 1.049.573.878,90, tendo em vista que o referido valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,68% ao ano, e o valor contábil desses títulos, totaliza R\$ 24.411.819,51 em 31/12/2014, com base na Resolução CNPC Nº 13, de 04 de novembro de 2013, observadas as informações constantes em estudo econômico financeiro e atuarial acerca das causas do resultado deficitário, não há imperativo para que este resultado deficitário seja equacionado ao longo do exercício de 2015.

Soluções para Equacionamento de Déficit:

Os estudos para equacionar resultados deficitários a partir deste encerramento do exercício de 2014, deverão ser realizados considerando as novas normas do Conselho Nacional de Previdência Complementar, que entrarão em vigor a partir de 01/01/2015, tendo em vista que no encerramento do exercício de 2013 foi apurado um Déficit Técnico Acumulado equivalente a 14.76% do total das Provisões Matemáticas reavaliadas em 31/12/2013, abaixo do limite máximo estabelecido excepcionalmente para o exercício de 2013, e, que neste encerramento do exercício de 2014, não há imperativo para que este resultado deficitário seja equacionado ao longo do exercício de 2015, pois o Déficit Técnico Acumulado de R\$ (108.535.720,26), após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Art. 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, correspondente a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (84.123.900,75), equivalente a 8,02% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 1.049.573.878,90, sabendo que o resultado deficitário deve ser integralmente equacionado até o final do exercício subsequente ao da apuração do terceiro resultado deficitário anual consecutivo, conforme determinado na Resolução CNPC nº 13, de 04/11/2013, caso seja apurado resultado deficitário no encerramento do exercício de 2015, o resultado deficitário deve ser integralmente equacionado até o final do exercício subsequente ao da apuração, ou seja, até o encerramento do exercício de 2016.

Adequação dos métodos de financiamento:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado desde 01/01/2010 e com o processo de migração para o Plano CD - Eletrosul encerrado em 31/12/2011, o regime financeiro de capitalização que está sendo adotado, desde a avaliação atuarial de 2011, é o de Capitalização na versão Agregado, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

PARECER ATUARIAL DO PL – ANO 2014 – PLANO CD

PARECER ATUARIAL DO PLANO

Qualidade da base cadastral:

Os dados cadastrais que nos foram enviados pela ELOS, foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2014, refletida nesta D.A..

Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais:

Fundo Patronal Não Comprometido constituído pelo saldo, devidamente atualizado, de recursos oriundos da Provisão Matemática Coletiva de Benefícios a Conceder - Subconta Patrocinadora, em razão de não serem mais passíveis de serem destinados para resgate, portabilidade ou benefícios dos que deixaram de ser participantes do Plano. Tendo por finalidade, caso se faça atuarialmente necessária a sua utilização, o Plano de Custeio Anual irá prever sua utilização, com a devida deliberação favorável do Conselho Deliberativo da ELOS, sendo vedada sua utilização para o custeio das despesas administrativas. Fundo Coletivo de Benefício de Risco Saldo, constituído e devidamente atualizado, das contribuições destinadas ao custeio dos Benefícios de Risco realizadas pela Patrocinadora, incluindo as realizadas por participantes, na condição de Autopatrocinado, para o custeio desses benefícios. Tendo por finalidade prover recursos para pagamento dos Benefícios de Risco que excedam ao valor das contribuições destinadas ao Custeio dos Benefícios de Risco, recebidas, a cada mês, com base no Plano de Custeio vigente para dar cobertura a esses benefícios.

Variação do resultado:

Considerando que o Plano CD ELOS/Eletrosul é um Plano basicamente de Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, exceto na situação correspondente aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefício Definido, cujo valor Superavitário evoluiu de R\$ 969.749,82 em 31/12/2013 para R\$ 2.955.350,48 em 31/12/2014, tendo sido as causas mais prováveis para essa evolução, as seguintes:

Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2013 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2014 (*1)...R\$ 1.082.725,67;

Diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela ELOS para 31/12/2014 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2013 evoluído para 31/12/2014 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade...R\$ (466.748,46);

Adoção da Tábua de Mortalidade AT2000 (unissex) desagravada em 10%...R\$ (37.303,48);

Adoção da Composição Familiar Efetiva nas Aposentadorias já Concedidas ... R\$ (803.819,58);

Adoção da Taxa Real de Juros de 5,64% ao ano...R\$ 4.596.692,36;

Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*2)...R\$ (1.416.201,22);

Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2014 (*3)...R\$ 2.955.350,48.

(*1): $R\$ 1.082.725,67 = 69.749,82 \times 1,1165$ (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Equivale a 2,54% do valor total das Provisões Matemáticas relativas aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.) obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2014, que foi de R\$ 55.789.754,68 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício.

(*3): Equivalente a 5,30% do valor total das Provisões Matemáticas relativas aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.) obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2014, que foi de R\$ 55.789.754,68.

Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Considerando que o Plano CD ELOS/Eletrosul é um Plano basicamente de Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, ou qualquer resultado acumulado, exceto no que se refere à situação dos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefícios Definidos.

Assim, com relação ao Sub-Plano B.P.D.S., considerando que o Superávit Acumulado, nos termos da legislação vigente, por estar abaixo dos 25% (vinte e cinco por cento) das respectivas Provisões Matemáticas, encontrava-se registrado como Reserva de Contingência, cujo objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, ele é entendido como conjuntural não sendo, portanto, passível de distribuição facultativa ou obrigatória.

Adequação dos métodos de financiamento:

No que se refere aos Benefícios de Risco por Morte do Participante Ativo e por Incapacidade Laborativa, tais benefícios estão sendo adequadamente financiados pelo Regime de Repartição Simples. Quanto aos benefícios, concedidos na modalidade de Contribuição Definida, eles estão sendo financiados pelo Regime Financeiro de Capitalização Individual.

Finalmente, no que se refere aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), por serem Benefícios Saldados na modalidade de Benefício Definido, os mesmos estão sendo adequadamente financiados pelo Regime Financeiro de Capitalização Agregado.

PARECER ATUARIAL DO PL – ANO 2013 – PLANO BD

PARECER ATUARIAL DO PLANO

Qualidade da base cadastral:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais descritas desta D.A., os regimes atuariais de financiamento apresentados no item VI.7. desta D.A. e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela ELOS, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2013, refletida nesta D.A.

Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais:

Não aplicável.

Variação do resultado:

Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2012 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2013 (*1)...R\$ 675.249,75;

Diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela ELOS para 31/12/2013 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2012 evoluído para 31/12/2013 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade...R\$ (145.464.994,57);

Adoção da Tábua de Mortalidade AT2000 (unissex) desagravada em 10%...R\$ (17.892.920,50);

Adoção do Fator de Capacidade de 97,5%...R\$ 5.398.288,36;

Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*2)...R\$ 2.032.641,89;

Déficit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2013 (*3)...R\$ (155.251.735,07).

(*1): $R\$ 675.249,75 = 609.101,43 \times 1,1086$ (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Equivale a 0,19% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2013, que foi de R\$ 1.051.834.922,32 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício.

(*3): Equivalente a 14,76% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2013, que foi de R\$ 1.051.834.922,32.

Natureza do resultado:

O Déficit Técnico Acumulado de R\$ (155.251.735,07), corresponde a 14,76% do total das Provisões Matemáticas do Plano no valor de R\$ 1.051.834.922,32, apurado neste exercício foi predominantemente conjuntural, que com base na Resolução CNPC Nº 13, de 04 de novembro de 2013, atualmente em vigor, independente de sua natureza ser de origem conjuntural ou estrutural, deve ser objeto de equacionamento até o final do exercício seguinte ao encerramento do exercício social em que está sendo apurado este resultado deficitário, ou seja, até o final de 2014, pois este Déficit Técnico Acumulado de R\$ (155.251.735,07) é superior a 10% do total das Provisões Matemáticas do Plano.

Soluções para equacionamento de déficit:

Tomando por base as colocações apresentadas neste Parecer Atuarial e considerando também que até o momento não foi oficializada a Resolução tomada pela CNPC/MPS, na 13ª Reunião Ordinária do colegiado, ocorrida em 24/02/2014, informando que excepcionalmente no fechamento contábil do ano de 2013, o referido percentual de 10% das Provisões Matemáticas do Plano seria de 15% sobre o mesmo valor e, neste contexto, não seria imperativo, ao longo de 2014, a elaboração de um Plano de Equacionamento de Déficit, já que o percentual de 15% das Provisões Matemáticas não foi ultrapassado.

Adequação dos métodos de financiamento:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado desde 01/01/2010 e com o processo de migração para o Plano CD - Eletrosul encerrado em 31/12/2011, o regime financeiro de capitalização que está sendo adotado, desde a avaliação atuarial de 2011, é o de Capitalização na versão Agregado, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Outros fatos relevantes:

- Continuação da "Opinião do Atuário" em relação a Hipótese Atuarial da Taxa Real de Juro: pode-se concluir que a carteira do Plano apresenta projeção de retorno aderente à premissa atuarial utilizada para Avaliação Atuarial do exercício de 2013, levando em consideração que tal Taxa Real de Juros atende ao limite máximo estabelecido na Resolução CNPC nº 09 de 29/11/2012, publicada no DOU em 23/01/2013, para fins do fechamento do exercício de 2013, o que, considerando o estabelecido no Item 69 do Guia PREVIC de Melhores Práticas Atuariais para Entidades Fechadas de Previdência Complementar, permite que o Atuário embase sua proposição em estudos de outros profissionais, detentores da qualificação requerida.

- Continuação da "Opinião do Atuário" em relação a Hipótese Atuarial de Crescimento Real de Salário: também, tem de se considerar que, com a implantação do Plano CD-Eletrosul, em geral, os Participantes mais jovens se transferiram do Plano BD-Eletrosul para o Plano CD-Eletrosul e, portanto, em geral, os que estão mais próximos da entrada em aposentadoria programada são os que permaneceram no Plano BD-Eletrosul. Fato que deve ser constantemente analisado, inclusive pelas políticas de aumentos salariais da Patrocinadora, considerando a taxa média de crescimento real dos salários (taxa média de crescimento acima da inflação), que a Patrocinadora estima dar ao longo dos anos futuros aos atuais empregados, seja por mérito pessoal ou seja por produtividade geral, em conformidade com o item 1.1 do Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006.

- Continuação da Justificativa e Opinião do Atuário em relação a Hipótese Atuarial da Composição da Família de Pensionistas: Ao longo, no máximo, dos próximos 3 (três) anos, a contar de 31/12/2013, se estará implantando para as Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos de Aposentadoria, passíveis de serem revertidos em Benefícios de Pensão por Morte, a adoção da Família Efetiva no lugar de Experiência de Composição Familiar de empresas do setor energético do Sul do Brasil, ou seja, até o final do exercício de 2016 (até 3 anos a contar da Avaliação Atuarial do exercício de 2014), está acertada entre a ELOS e a Patrocinadora Eletrosul a adoção da Família Efetiva na proporção de 1/3 (um terço) a cada ano (1/3 em 2014, 1/3 em 2015 e 1/3 em 2016). (Início da Opinião do Atuário) No que se refere às Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, a adoção da composição média de família de dependentes beneficiários obtida com base em dados da composição familiar de empregados/ex-empregados de empresas do setor energético que atuam no Sul do Brasil é um procedimento a ser mantido nos anos futuros. Com relação às Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, conforme indicado nas Demonstrações Atuariais (DA) do ano de 2011, foi feito o cadastramento das famílias de dependentes-beneficiários dos Benefícios de Pensão por Morte já concedidos e, conseqüentemente, se passou a adotar, para esses benefícios, a Família Efetiva no lugar da Experiência da Composição Familiar de empresas do setor energético do Sul do Brasil. Finalmente, com relação aos Benefícios de Aposentadoria, passíveis de serem revertidos em Benefícios de Pensão por Morte.

PARECER ATUARIAL DO PL – ANO 2013 – PLANO CD

PARECER ATUARIAL DO PLANO

Qualidade da base cadastral:

Os dados cadastrais que nos foram enviados pela ELOS, foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2013, refletida nesta D.A..

Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais:

Fundo Patronal Não Comprometido constituído pelo saldo, devidamente atualizado, de recursos oriundos da Provisão Matemática Coletiva de Benefícios a Conceder - Subconta Patrocinadora, em razão de não serem mais passíveis de serem destinados para resgate, portabilidade ou benefícios dos que deixaram de ser participantes do Plano. Tendo por finalidade, caso se faça atuarialmente necessária a sua utilização, o Plano de Custeio Anual irá prever sua utilização, com a devida deliberação favorável do Conselho Deliberativo da ELOS, sendo vedada sua utilização para o custeio das despesas administrativas. Fundo Coletivo de Benefício de Risco Saldo, constituído e devidamente atualizado, das contribuições destinadas ao custeio dos Benefícios de Risco realizadas pela Patrocinadora, incluindo as realizadas por participantes, na condição de Autopatrocinado, para o custeio desses benefícios. Tendo por finalidade prover recursos para pagamento dos Benefícios de Risco que excedam ao valor das contribuições destinadas ao Custeio dos Benefícios de Risco, recebidas, a cada mês, com base no Plano de Custeio vigente para dar cobertura a esses benefícios.

Variação do resultado:

Considerando que o Plano CD ELOS/Eletrosul é um Plano basicamente de Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, exceto na situação correspondente aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefício Definido, cujo valor Superavitário evoluiu de R\$ 9.738.194,40 em 31/12/2012 para R\$ 969.749,82 em 31/12/2013, tendo sido as causas mais prováveis para essa evolução, as seguintes:

Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2012 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2013 (*1)...R\$ 10.795.762,31;

Diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela ELOS para 31/12/2013 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2012 evoluído para 31/12/2013 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade...R\$ (8.990.699,34);

Adoção da Tábua de Mortalidade AT2000 (unissex) desagravada em 10%...R\$ (956.009,72);

Adoção do Fator de Capacidade de 97,5%...R\$ 295.605,05;

Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*2)...R\$ (174.908,48);

Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2013 (*3)...R\$ 969.749,82.

(*1): $R\$ 10.795.762,31 = 9.738.194,40 \times 1,1086$ (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Equivale a 0,30% do valor total das Provisões Matemáticas relativas aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.) obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2013, que foi de R\$ 55.187.401,11 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício.

(*3): Equivalente a 1,75% do valor total das Provisões Matemáticas relativas aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.) obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2013, que foi de R\$ 55.187.401,11.

Natureza do resultado:

Considerando que o Plano CD ELOS/Eletrosul é um Plano basicamente de Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, ou qualquer resultado acumulado, exceto no que se refere à situação dos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefícios Definidos.

Assim, com relação ao Sub-Plano B.P.D.S., considerando que o Superávit Acumulado, nos termos da legislação vigente, por estar abaixo dos 25% (vinte e cinco por cento) das respectivas Provisões Matemáticas, encontrava-se registrado como Reserva de Contingência, cujo objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, ele é entendido como conjuntural não sendo, portanto, passível de distribuição facultativa ou obrigatória.

Soluções para equacionamento de déficit:

Não Aplicável.

Adequação dos métodos de financiamento:

No que se refere aos Benefícios de Risco por Morte do Participante Ativo e por Incapacidade Laborativa, tais benefícios estão sendo adequadamente financiados pelo Regime de Repartição Simples. Quanto aos benefícios, concedidos na modalidade de Contribuição Definida, eles estão sendo financiados pelo Regime Financeiro de Capitalização Individual.

Finalmente, no que se refere aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), por serem Benefícios Saldados na modalidade de Benefício Definido, os mesmos estão sendo adequadamente financiados pelo Regime Financeiro de Capitalização Agregado.

Outros fatos relevantes:

- Em relação a Hipótese Atuarial de Taxa Real Anual de Juros: procurando uma melhor perspectiva para a obtenção de retorno dos investimentos compatíveis com a meta atuarial de rentabilidade, devendo essa análise ser apresentada ao atuário responsável pelo Plano com as correspondentes sustentações.

FATO RELEVANTE: Sendo o Benefício Proporcional Diferido Saldado (B.P.D.S.) o Saldamento do Plano BD ELOS/Eletrosul, que, com o advento do Plano CD - Eletrosul, ficou fechado a novas adesões de participantes, abriu-se, aqui, também, a perspectiva para se analisar a questão da taxa real de desconto/juros levando em consideração que o horizonte de vida futura dos Benefícios se reduziu de forma significativa com o Saldamento, o que tem de ser levado em consideração na Política de Investimentos desse Sub-Plano Saldado do Plano CD - Eletrosul pelo correspondente ALM, o qual deverá demonstrar ser viável, considerando a carteira de títulos de renda fixa e de outros investimentos se trabalhou com a perspectiva de obtenção do retorno dos investimentos compatíveis com 5% ao ano de juros real, aqui considerada.

- Em relação a Hipótese Atuarial de Tábua de Mortalidade Geral: Já no que se refere ao Benefício de Pecúlio pago por Morte em Atividade, pela natureza do Benefício e pelo quantitativo de participantes não assistidos alcançados por essa cobertura é necessário adotar um nível agravado de mortalidade como o qx da AT-49 (masculina) agravado em 25%.

(*) Tábua na versão unissex desagradada em 10%, com pesos de 18,49% e 81,51%, respectivamente para o sexo feminino e masculino, calculados pela população total dos participantes válidos dos Planos BD ELOS/Eletrosul e CD Eletrosul (B.P.D.S.), no final de 2012, que era de 1.260 indivíduos, dos quais 233 eram mulheres e 1.027 homens: sejam não assistidos (649), aposentados, que não por invalidez (565) e pensionistas por morte de participante (46), todos estes aqui considerados válidos.

- Em relação a Hipótese Atuarial de Composição de Família de Pensionistas: Finalmente, com relação aos Benefícios de Aposentadoria, passíveis de serem revertidos em Benefícios de Pensão por Morte, em face da excepcionalidade das rentabilidades registradas no exercício de 2013, que levou a que o Conselho Nacional de Previdência Complementar CNPC/MPS estabelecesse, excepcionalmente para o exercício de 2013, em sua 13ª Reunião Ordinária do Colegiado (ocorrida

em 24/02/2014), que a parcela do Déficit Técnico Acumulado excedente a 15% (e não excedente a 10%) apurado num primeiro exercício, não importando a sua natureza

(conjuntural ou estrutural), se estará realizando a transição para a adoção da Família Efetiva, de forma gradativa, mantido o prazo de 4 (quatro) anos a contar de 31/12/2012 (ou seja, de 3 anos a contar de 31/12/2013), só que começando a partir da Avaliação Atuarial do exercício de 2014, na proporção de 1/3 (um terço) a cada ano (1/3 em 2014, 1/3 em 2015 e 1/3 em, 2016).

- Com relação ao custo do Plano - NOTA: A partir de março de 2013, com a publicação da portaria PREVIC n.º 89 de 25/02/2013, que aprovou as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Benefícios CDEletrosul, a ELOS passou a utilizar como base de cálculo o Saldo da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder do Participante, inclusive Assistidos, para apuração da fonte de custeio do PGA do Plano, com a utilização do percentual de 0,018% (*), aprovado pelo Conselho Deliberativo por meio da ATA n.º 305, de 14/03/2013. A referida ATA também define a utilização do Fundo Administrativo do Plano, que na posição de 31/12/2013 era de R\$ 6.328.633,57, para os Participantes inscritos no Plano até 14/03/2013, a fim de cobrir as despesas administrativas vinculadas ao Plano durante o exercício de 2013, relacionadas aos referidos Participantes, calculadas por rateio em função do valor do Saldo de Contas dos Participantes, inclusive Assistidos e do Saldo de Contas do Patrocinador, bem como determina um saldo mínimo para a manutenção desse Fundo Administrativo, conforme Regulamento do PGA e aprovação orçamentária. (*) calculado anualmente.

- Com relação Princ.Riscos Atuariais: 5) O Plano de Custeio Vigente destinado a dar cobertura aos Benefícios do Plano CD - Eletrosul, que passará a vigorar em 2014, uma vez que foi alterado a forma de cobrança da Despesa Administrativa, que passou a ser através de percentual a ser aplicado sobre os Recursos Garantidores dos Benefícios, é o definido no Regulamento do Plano. Da Contribuição Normal da Patrocinadora (Paritária com a Contribuição Normal Básica dos Participantes Não Assistidos, do total dessa parcela paritária da contribuição normal da Patrocinadora, temos que: 14% será destinado à cobertura dos benefícios de risco de invalidez, 11% à cobertura dos benefícios de risco por morte em atividade e os restantes 75% à cobertura dos benefícios programados.

PARECER ATUARIAL DO PL – ANO 2012 – PLANO BD

PARECER ATUARIAL DO PLANO

Qualidade da base cadastral:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais descritas no item IV letra a desta D.A., os regimes atuariais de financiamento apresentados no item VI.7. desta D.A. e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela ELOS, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2012, refletida nesta D.A.

Variação do resultado:

. Déficit Técnico Acumulado do ano de 2011 atualizado para 31/12/2012 pela meta atuarial de rentabilidade (*1).....R\$ (92.935.881,77),

. Ganho Financeiro decorrente da meta atuarial de rentabilidade (INPC + 5% ao ano) ter sido ultrapassada em 2012 (*2).....R\$ 130.455.491,64,
 . Efeito nas Provisões Matemáticas ainda decorrentes do aumento salarial extraordinário do ano de 2010 (*3)..... R\$ (16.299.175,33),
 . Efeito de se ter passado a adotar a Família Efetiva na Avaliação Atuarial das Pensões por Morte já concedidas (*4).....R\$ (2.545.524,68),
 . Efeito de se ter passado a adotar desagravamento de 5% nas Tábuas de Mortalidade Geral e de Inválidos utilizadas em 2012 (*5).....R\$ (8.217.966,08),
 . Outros Resultados Atuariais de Origens diversas e pulverizadas (VIDE NOTA).....R\$ (9.847.842,36),
 . Superávit Técnico Acumulado do ano de 2012.....R\$ 609.101,43.

(*1): $(83.537.871,25) \times 1,1125 = (92.935.881,77)$.

(*2): $956.713.463,46 - 826.257.971,82 = 130.455.491,64$, sendo que R\$ 69.461.081,73 resulta de se ter passado a registrar todos os títulos de renda fixa pelo valor de mercado e sendo que R\$ 13.149.306,07 resulta de reavaliação de imóveis.

(*3): $424.682.736,69 - 440.981.912,02 = (16.299.175,33)$.

(*4): $945.340.871,27 - 947.886.395,95 = (2.545.524,68)$.

(*5): $947.886.395,95 - 956.104.362,03 = (8.217.966,08)$.

NOTA: Equivalente a 1,03% do Total das Provisões Matemáticas do exercício de 2012.

Natureza do resultado:

Considerando que o Superávit Técnico Acumulado, nos termos da legislação vigente, por estar abaixo dos 25% (vinte e cinco por cento) do total das Provisões Matemáticas, encontra-se registrado como Reserva de Contingência, cujo objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, ele é entendido como sendo conjuntural, não sendo, portanto, passível de distribuição facultativa ou obrigatória.

Soluções para equacionamento de déficit:

Não aplicável, pois o Plano apresentou resultado superavitário neste exercício.

Adequação dos métodos de financiamento:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado desde 01/01/2010 e com o processo de migração para o Plano CD - Eletrosul encerrado em 31/12/2011, o regime financeiro de capitalização que está sendo adotado, desde a avaliação atuarial de 2011, é o de Capitalização na versão Agregado, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Outros fatos relevantes:

- 1) Avaliação de todos os benefícios pelo Regime de Capitalização na Versão Agregado, sendo o custo, aberto por benefício, atribuído de forma proporcional ao valor atual de cada um dos Benefícios Futuros (Aposentadorias sem ser por Invalidez/Aposentadorias por Invalidez/Pensão por Morte - Auxílio-Reclusão/Auxílio-Funeral por Morte de Dependente).
- 2) Para o exercício de 2013, estão sendo mantidas as contribuições normais vigentes, e, nesse contexto, não está sendo utilizada qualquer parcela do resultado acumulado no exercício e contabilizado como Reserva de Contingência para reduzir contribuições vigentes.
- 3) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela ELOS na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2012, foi de 28,95% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade

nominal líquida de 11,25%, o que, em termos reais, representou obter 21,70% alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5% ao ano estabelecida para 2012, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem, o INPC do IBGE, e adotando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, sendo que, para 2013, a meta atuarial de rentabilidade real líquida está sendo mantida em 5% ao ano. FATO RELEVANTE: No encerramento do exercício de 2012, todos os títulos de Renda Fixa passaram a ser registrados a valor de mercado, o que representou um aumento de R\$ 69.461.081,73 no valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, bem como ocorreu uma reavaliação de imóveis que levou a um aumento de R\$ 13.149.306,07 no valor do Patrimônio de Cobertura do Plano.

4) Deve-se destacar que, segundo informações da área contábil da ELOS, os Saldos dos Débitos da Patrocinadora Eletrosul para com o Plano de Benefícios Definidos (BD) da ELOS (Massa Eletrosul) eram, em 31/12/2012, de:

i) R\$ 9.170.041,63 referentes à amortização que até 2007 vinha sendo registrada como Provisão Matemática a Constituir (amortização em 132 meses a contar de janeiro de 2013);

ii) R\$ 6.162.227,99 referentes a Recadastramento de Tempo de Serviço (amortização em 24 meses a contar de janeiro de 2013);

iii) Recomposição da Reserva Matemática por Contrato Financeiro decorrente de Acordo Judicial proveniente de Desbloqueio do Teto de Contribuição ao Plano dos participantes envolvidos na correspondente Ação Judicial: R\$ 4.748.909,75 (amortização em 235 meses a contar de janeiro de 2013); e

iv) Contribuição (Parte Patronal Paritária) sobre os benefícios que seriam concedidos no Plano BD ELOS/Eletrosul aos que se transferiram para o Plano CD ELOS/Eletrosul caso os mesmos não tivessem realizado tal transferência: R\$ 28.717.733,20 (amortização em 232 meses a contar de janeiro de 2013).

PARECER ATUARIAL DO PL – ANO 2012 - PLANO CD

PARECER ATUARIAL DO PLANO

Qualidade da base cadastral:

Os dados cadastrais que nos foram enviados pela ELOS, foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2012, refletida nesta D.A.

Variação do resultado:

Considerando que o Plano CD ELOS/Eletrosul é um Plano basicamente de Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, exceto na situação correspondente aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefício Definido, cujo valor Superavitário evoluiu de R\$ 1.811.777,06 em 31/12/2011 para R\$ 9.738.194,40 em 31/12/2012, tendo sido as causas mais prováveis para essa evolução, as seguintes:

Superávit Técnico Acumulado do ano de 2011 atualizado para 31/12/2012 pela meta atuarial de rentabilidade (*1).....R\$ 2.015.601,98, Ganho Financeiro decorrente da meta atuarial de rentabilidade (INPC + 5% ao ano) ter sido ultrapassada em 2012 (*2).....R\$ 8.556.612,96,

Efeito de se ter passado a adotar a Família Efetiva na Avaliação Atuarial das Pensões por Morte já concedidas (*3).....R\$ 0,00, Efeito de se ter passado a adotar desagravamento de 5% nas Tábuas de Mortalidade Geral e de Inválidos utilizadas em 2012 (*4).....R\$ (426.473,00), Outros Resultados Atuariais de Origens diversas e pulverizadas (VIDE NOTA).....R\$ (407.547,54), Superávit Técnico Acumulado de 2012.....R\$ 9.738.194,40.

(*1): $1.811.777,06 \times 1,1125 = 2.105.601,98$.

(*2): $61.241.214,76 - 52.684.601,80 = 8.556.612,96$, sendo que R\$ 4.539.809,87 resulta de se ter passado a registrar todos os títulos de renda fixa pelo valor de mercado e sendo que R\$ 902.044,27 resulta de reavaliação de imóveis.

(*3): Não houve repercussão por não haver ainda Benefício Proporcional Diferido Saldado (B.P.D.S.) concedido de Pensão por Morte.

(*4): $51.076.547,37 - 51.503.020,37 = (426.473,00)$.

NOTA: Equivalente a 0,79% do Total das Provisões Matemáticas relativas aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.).

Natureza do resultado:

Considerando que o Plano CD ELOS/Eletrosul é um Plano basicamente de Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, ou qualquer resultado acumulado, exceto no que se refere à situação dos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefícios Definidos.

Assim, com relação ao Sub-Plano B.P.D.S., considerando que o Superávit Acumulado, nos termos da legislação vigente, por estar abaixo dos 25% (vinte e cinco por cento) das respectivas Provisões Matemáticas, encontrava-se registrado como Reserva de Contingência, cujo objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, ele é entendido como conjuntural não sendo, portanto, passível de distribuição facultativa ou obrigatória.

Soluções para equacionamento de déficit:

Não aplicável, pois o sub-plano B.P.D.S. apresentou resultado superavitário neste exercício.

Adequação dos métodos de financiamento:

No que se refere aos Benefícios de Risco por Morte do Participante Ativo e por Incapacidade Laborativa, tais benefícios estão sendo adequadamente financiados pelo Regime de Repartição Simples. Quanto aos benefícios, concedidos na modalidade de Contribuição Definida, eles estão sendo financiados pelo Regime Financeiro de Capitalização Individual. Finalmente, no que se refere aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), por serem Benefícios Saldados na modalidade de Benefício Definido, os mesmos estão sendo adequadamente financiados pelo Regime Financeiro de Capitalização Agregado.

1) A rentabilidade repassada às contas desse Plano é com base na variação do valor das cotas que corresponde ao Retorno dos Investimentos, conforme estabelece o Regulamento de Benefícios do Plano CD - Eletrosul, exceto no que se refere à situação dos (B.P.D.S.)

2) Assim, no que se refere ao Sub-Plano B.P.D.S., constituído pelos Benefícios Saldados (na forma de Benefício Definido), a rentabilidade nominal líquida, obtida pela ELOS na aplicação do Patrimônio de Cobertura desse Sub-Plano, ao longo de 2012, foi de 28,83% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade líquida de 11,25%, o que, em termos reais, representou obter 21,59%, alcançando, assim, a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5% ao ano estabelecida para 2012, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem na sua aplicação, o INPC do

IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, sendo que, para 2013, a meta atuarial de rentabilidade real líquida está sendo mantida em 5% ao ano. FATO RELEVANTE: No encerramento do exercício de 2012 todos os títulos de Renda Fixa passaram a ser registrados a valor de mercado, o que representou um aumento de R\$ 4.539.803,87 no valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, bem como ocorreu uma reavaliação de imóveis que levou a um aumento de R\$ 902.044,27 no valor do Patrimônio de Cobertura do Plano.

3) FATO RELEVANTE-Taxa Real Juros: Sendo o Benefício Proporcional Diferido Saldado (B.P.D.S.) o Saldamento do Plano BD ELOS/Eletrosul, que, com o advento do Plano CD - Eletrosul, ficou fechado a novas adesões de participantes, abriu-se, aqui, também, a perspectiva para se analisar a questão da taxa real de desconto/juros levando em consideração que o horizonte de vida futura dos Benefícios se reduziu de forma significativa com o Saldamento, o que tem de ser levado em consideração na Política de Investimentos desse Sub-Plano Saldado do Plano CD - Eletrosul pelo correspondente ALM, o qual deverá demonstrar ser viável, considerando a carteira de títulos de renda fixa e de outros investimentos se trabalhou com a perspectiva de obtenção do retorno dos investimentos compatíveis com 5% ao ano de juros real, aqui considerada.

4) Nesse contexto, no que se refere aos (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefício Definido, as Provisões Matemáticas estão avaliadas considerando:

- i) taxa real de desconto/juros de 5% ao ano;
- ii) Mortalidade Geral qx da AT-2000 (masculina) desagradado em 5%;
- iii) Mortalidade de Inválidos da AT-83 (masculina) desagradado em 5%;
- iv) Entrada em Invalidez: ix da LIGHT MÉDIA;
- v) Rotatividade Nula; e vi) Fator de Capacidade de 98% (Não sendo aplicável utilizar projeção de crescimento real de salário), resultando num valor de Provisão Matemática de R\$ 51.503.020,37 e num valor de Superávit Técnico Acumulado de R\$ 9.738.194,40, devidamente registrada como Reserva de Contingência nos termos da legislação aplicável.

5) Em relação ao Benefício de Risco por Morte do Participante Ativo, o custo do mesmo é avaliado atuarialmente pelo regime financeiro de repartição simples, utilizando os qx da Tábua de Mortalidade Geral AT-49 (masculino) agravados em 25%, e em se tratando do Benefício de Risco por Incapacidade de Participante Ativo, o custo do mesmo é avaliado atuarialmente pelo regime financeiro de repartição simples, utilizando os ix da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (MÉDIA) agravados em 25%, custos este que vêm se mostrando suficientemente adequados, conforme demonstra a evolução do saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a Conceder) de R\$ 1.479.136,28, registrado em 31/12/2011, para R\$ 3.898.445,59, registrado em 31/12/2012.

b) Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto do art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, conforme segue:

- Tipo de fiscalização: Projeto de Auditoria Interna, previsto no PAINT/2014 com 483 horas-homem. De acordo com a programação normal de trabalhos de Auditoria Interna para 2014, foi examinada a observância dos limites fixados em lei para repasses e os valores pagos no período, o reembolso referente ao pessoal cedido, a regularidade das dívidas da ELETROSUL junto à Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social – ELOS. Analisou-se, também, a administração dos recursos e se os benefícios concedidos pela ELOS estavam de acordo com os regulamentos dos planos de benefícios, observando seu pagamento e sua contabilização; os relatórios de recomendações da Auditoria Externa da Elos (Exacto), dos Relatórios emitidos

pela PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar em 09/09/2014, bem como o Relatório de Controles Internos emitido pelo Conselho Fiscal da Elos, além das recomendações constantes na Demonstração Atuarial e do Parecer Atuarial emitido por José Roberto Montello, em 28/03/2014.

- Data da ocorrência: 01/10/2014 a 15/11/2014 (conforme PAINT);
- Não foram verificadas irregularidades.

8 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

O subitem 8.2 não foi abordado neste relatório, pois a Eletrosul não possui bens imóveis de uso especial de propriedade da União, dada sua condição de empresa estatal não dependente, não recebendo recursos da União para seu custeio.

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

A Eletrosul não possui bens imóveis de uso especial de propriedade da União, dada sua condição de empresa estatal não dependente, não recebendo recursos da União para seu custeio.

8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro A.8.3.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros da UJ	
		Exercício 2014	Exercício 2013
BRASIL	Rio Grande do Sul	03	04
	Santa Vitória da Palmar	01	01
	Guaporé	01	01
	Santana do Livramento	01	01
	Erechim	00	01
	Santa Catarina	03	03
	Blumenau	01	01
	São José	01	01
	Itapiranga	01	01
	Distrito Federal	01	01
	Brasília	01	01
	Paraná	03	02
	Curitiba	01	00
	Laranjeiras do Sul	01	01
	Guarapuava	01	01
	Mato Grosso do Sul	01	02
	Campo Grande	01	00
	Juti	00	01
	Três Lagoas	00	01
Subtotal Brasil		11	12
EXTERIOR	PAÍS 1	00	00
Subtotal Exterior		00	00
Total (Brasil + Exterior)		11	12
Fonte: Razão contábil			

Quadro A.8.3.2 – Finalidade e Custos dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Imóvel	Localização	Finalidade	Custo Anual Aluguel (R\$)	Custo Anual Manutenção (R\$)
Santa Vitória da Palmar	Rua Conrado Alves Guimarães 498, Santa Vitória/RS	Abrigar as equipes da Eletrosul que atuam na manutenção do sistema elétrico.	106.705,61	0,0
Guaporé	Linha 21 de Abril - Guaporé /RS	Abrigar Estação de Telecomando Digital.	10.870,00	0,0
Santana do Livramento	Avenida João Belchior Goulart, 1715 Santana do Livramento/RS	Abrigar as equipes da Eletrosul que atuam na manutenção do sistema elétrico.	65.372,40	0,0
Santana do Livramento		Instalações de Aerogeradores.	445.440,89	0,0
Blumenau	Terreno localizado no Morro do Cachorro BNU/SC	Abrigar Estação de Telecomando Digital.	2.029,90	0,0
São José	Rodovia SC 281 - KM 4 - Sertão do Maruim - São José - SC	Abrigar a equipe de manutenção que atua na região, os laboratórios e oficinas da empresa, setores de engenharia de manutenção e almoxarifado.	1.260.000,00	46.080,00
Itapiranga	Avenida Uruguai, nº 733 e 72	Apoio aos técnicos da Empresa que atuam temporariamente em campo, servindo de base para os Departamentos que se deslocarem à região e estão envolvidos com o Estudo de Viabilidade Técnica (EVTE) da UHE Itapiranga, bem como fazer atendimento aos proprietários e a população da região, atingida pelo empreendimento.	20.581,50	0,0
Brasília	Centro Empresarial VARIG, unidade 301 - Bloco C SCN, Quadra 4 - Asa Norte.	Escritório Regional de Brasília.	167.516,47	0,0
Curitiba	Comendador Araújo, 143 - 19º andar - Ed. Executive Center Everest Centro - Curitiba - PR	Abrigar a equipe do consorcio de Mauá.	97.636,77	0,0
Laranjeiras do Sul	Rua Duque de Caxias, 1181 - Centro - Laranjeiras do Sul - Paraná - PR	Abrigar as equipes da Eletrosul que atuam na manutenção do sistema elétrico.	60.702,67	50.785,00
Guarapuava	Av. Manoel Ribas, 3095 - Bairro do Estado - Guarapuava - Paraná - PR	Abrigar as equipes da Eletrosul que atuam na manutenção do sistema elétrico.	13.030,30	0,0
Campo Grande	Subestação de Mimoso	Abrigar a subestação de Mimoso.	31.757,28	0,00
Total			2.281.643,79	96.865,00

Fonte: Assessoria de Gestão da Diretoria de Operação/ Departamento de Engenharia Ambiental e Fundiária/ Secretaria Geral

Análise Crítica:

Infraestrutura de Manutenção:

Em Laranjeiras do Sul/PR, Santana do Livramento/RS e Santa Vitória do Palmar tem por função abrigar as equipes da Eletrosul que atuam na manutenção do sistema elétrico. Em Santana do Livramento/RS há ainda imóveis locados onde são instalados os aerogeradores que compõem o sistema de geração da Eletrosul.

Em São José/SC acontece a locação do imóvel que abriga a equipe de manutenção que atua na região, os laboratórios e oficinas da empresa, setores de engenharia de manutenção e almoxarifado regional.

Infraestrutura de Telecom:

As instalações de Guaporé/RS e Blumenau/SC referem-se a instalações onde são alocados equipamentos do sistema de telecomunicação da Eletrosul, para atendimento dos aspectos operativos da empresa.

Prospecção de Geração:

O imóvel locado no município de Itapiranga/SC, tem por objetivo "atender as necessidades de apoio aos técnicos da Empresa que atuam temporariamente em campo, servindo de base para os Departamentos que se deslocarem à região e estão envolvidos com o Estudo de Viabilidade Técnica (EVTE) da UHE Itapiranga, bem como fazer atendimento aos proprietários e a população da região, atingida pelo empreendimento." (RAD DPM-0033/2011 de 10/08/2011). Ou seja, prospecção da UHE Itapiranga; A abertura do estabelecimento visa permitir a instalação e a emissão do alvará de licença de localização e funcionamento do escritório de Itapiranga, o qual, por sua vez, terá por atribuições dar suporte ao licenciamento ambiental relativo à UHE Itapiranga e atendimento ao Programa Alto Uruguai. (PRD DCO 000"/2011).

Unidades Desativadas:

No ano de 2014 o imóvel locado em Brasília/DF foi desocupado e entregue pelo locatário ao locador.

O imóvel locado em Guarapuava/PR deixou de ser ocupado pela Eletrosul no ano de 2014, quando as equipes foram realocadas em Areia/PR, onde existe um imóvel de propriedade da empresa.

Usina de Mauá:

Os valores referentes a locação de imóvel em Curitiba/PR referem-se ao pagamento do rateio dos custos para o atendimento do consórcio Mauá.

Instalações de Transmissão:

Os custos associados a Campo Grande/MS são referentes ao compartilhamento de instalação na UHE Mimoso, onde a Eletrosul ocupa parte da sala de comando e da sala de baterias com equipamentos que compõem o sistema de transmissão.

Destaca-se a necessidade da locação dos imóveis em uso, visando a continuidade da prestação dos serviços de produção e transmissão de energia, assim como os de prospecção de novas regiões.

Os custos de manutenção das edificações locadas são de responsabilidade da contratante Eletrosul.

9 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

Apresentamos a seguir os sistemas computacionais vigentes na Eletrosul, que estão disponíveis no Banco de Dados “Cadastro de Sistemas de Informação”.

Quadro A.9.1.1 – Lista dos Sistemas Computacionais Vigentes e sua Função

Assunto	Nome	Descrição Função
Contabilidade e Orçamento	AJURI Nota Fiscal Eletrônica	Emissão e recebimento de nota fiscal eletrônica.
Contabilidade e Orçamento	Módulo contábil do ativo fixo do sistema integrado de gestão	Módulo, parte do ativo fixo, liberado para contabilidade.
Contabilidade e Orçamento	Módulo de Cadastro de Propriedade do Sistema Integrado de Gestão	Cadastro de propriedade.
Contabilidade e Orçamento	Módulo de Orçamento do Sistema Integrado de Gestão	Gerenciar o orçamento de custeio e de investimentos da empresa.
Contabilidade e Orçamento	Registro de Operações Fiscais	Sistema utilizado para escrituração fiscal em atendimento ao fisco dos estados de abrangência de atuação da Eletrosul.
Manutenção do Sistema Elétrico	Acesso a Empresas Parceiras	Disponibilizar o acesso a programas da área de manutenção do sistema elétrico a empresas que a Eletrosul mantém parceria e/ou presta serviços.
Manutenção do Sistema Elétrico	Acesso Empresas Parceiras – SPE's	Disponibilizar o acesso a programas da área de manutenção do sistema elétrico a empresas que a Eletrosul mantém parceria e/ou presta serviços.
Manutenção do Sistema Elétrico	Acompanhamento das Ações da Manutenção	Acompanhar as ações da manutenção em relação às ocorrências no sistema de transmissão.
Manutenção do Sistema Elétrico	Ajustes de Dispositivos de Falta Simuladas de Proteção	O aplicativo visa o controle dos arquivos de ajustes de dispositivos e faltas simuladas de proteção.
Manutenção do Sistema Elétrico	Banco de Dados de Equipamentos	Gerenciar as tabelas de dados empregadas nos sistemas da manutenção e da operação do sistema elétrico.
Manutenção do sistema elétrico	Inspeção de Linhas de Transmissão	Aplicativo utilizado para gerenciar as inspeções nas linhas de transmissão. Serve como entrada de dados para atualização da base no Adabas.
Manutenção do Sistema Elétrico	Manual de Manutenção	Contém as instruções de manutenção da Empresa.
Manutenção do Sistema Elétrico	Planejamento Executivo	Este aplicativo tem por objetivo facilitar e incentivar o preenchimento do planejamento Executivo. Ele deve manter os planejamentos executivos. Prover um WorkFlow de aprovação e se integrar ao processo de intervenções do GPI.
Manutenção do Sistema Elétrico	Prontuários e Planos de Contingência	Este aplicativo tem como objetivo a publicação dos Prontuários das Instalações Elétricas em atendimento à Norma Reguladora NR-10, bem como dos Planos de Contingências para atendimento às falhas de equipamentos em caráter emergencial.
Manutenção do Sistema Elétrico	Recomendações Técnicas	Armazenamento das recomendações técnicas elaboradas pela engenharia de manutenção e disponibilizadas para consultas às áreas da manutenção do sistema elétrico.
Manutenção do Sistema Elétrico	Relatórios Técnicos da Manutenção	Repositório dos relatórios técnicos da manutenção.
Manutenção do Sistema Elétrico	Sistema de Cadastro de equipamentos	Apoiar o gerenciamento dos equipamentos do sistema elétrico da Eletrosul, através da manutenção de um cadastro.
Manutenção do	Sistema de Gestão de	Apoiar a gestão de documentos e registros de ocorrências da

Assunto	Nome	Descrição Função
Sistema Elétrico	Documentos e Registros de Ocorrências da Manutenção	manutenção do sistema elétrico da Eletrosul. É parte componente da solução GED.
Manutenção do Sistema Elétrico	Sistema de Manutenção Preditiva de Equipamentos	Apoiar o gerenciamento das manutenções preditivas (análises de óleo isolante e hidráulico - cromatografia e físico-química -, termovisão, etc.) em equipamentos do sistema elétrico da Eletrosul e que tem por objetivo prever e prevenir a ocorrência de falhas e defeitos nos equipamentos monitorados por estes ensaios.
Manutenção do Sistema Elétrico	Sistema de Movimentações de Equipamentos	Apoiar o gerenciamento das informações referentes aos dados das transferências, remanejamentos, empréstimos e aluguéis de equipamentos do sistema elétrico da Eletrosul.
Manutenção do Sistema Elétrico	Sistema Gerência de Serviços	Efetuar o gerenciamento dos serviços de inspeção / manutenções do sistema elétrico da Eletrosul (gerencia todas as informações referentes aos serviços executados, desde o planejamento até a execução dos serviços).
Manutenção do Sistema Elétrico	Sistema Medições e Ajustes em Equipamentos	Efetuar o gerenciamento dos dados referentes às medições e ajustes efetuados em equipamentos do sistema elétrico da Eletrosul, notadamente nos equipamentos de proteção do sistema elétrico.
Manutenção do Sistema Elétrico	Suporte Manutenção	O aplicativo visa o controle das solicitações feitas à área de coordenação de manutenção.
Operação do Sistema Elétrico	Acordo Operativo	Disponibilizar informações contidas nos acordos operativos firmados pela Eletrosul, onde um acordo operativo é um conjunto de documentos que estabelece o relacionamento operacional e de manutenção entre duas empresas.
Operação do Sistema Elétrico	Ajustes de Proteção e Falhas Simuladas	Registrar as ocorrências de ajustes de proteção e de faltas simuladas na operação do sistema.
Operação do Sistema Elétrico	Análise de Ocorrência no Sistema	Registrar as análises de ocorrências do sistema transmissão da Eletrosul.
Operação do Sistema Elétrico	Certificação de Operadores	Página destinada a conter informações sobre o Programa de Certificação de Operadores.
Operação do Sistema Elétrico	Competência Operação	Esse aplicativo foi implantado em janeiro/2003, com o objetivo de armazenar todos os trabalhos técnicos elaborados no DOS, disponibilizando os mesmos para a empresa consultar.
Operação do Sistema Elétrico	Componentes Sistema Operativo	Componentes sistema operativo.
Operação do Sistema Elétrico	Consultas de dados Pós Operação	Este aplicativo engloba a realização de diversos tipos de consultas aos dados na fase de Pós Operação, com o objetivo de realizar análises sobre a Operação do Sistema Elétrica, em especial a partir das bases de dados históricas do SAGE armazenadas em Oracle, cujos modelos de dados estão inclusos na apostila "Introdução à Base Histórica do Sistema Aberto de Gerenciamento de Energia - SAGE", solução SCADA fornecida pela CEPEL.
Operação do Sistema Elétrico	Diagrama Unifilar de Medição e Proteção	Registrar/armazenar os diagramas unifilares de medição e proteção.
Operação do Sistema Elétrico	Documentos da Operação	Documentos da operação de instalações.
Operação do Sistema Elétrico	Esquema de Controle Especial de Proteção	Registrar os Esquemas Especiais de Proteção com o propósito de manter a integridade dos equipamentos e do próprio Sistema, contemplando situações indesejáveis não cobertas pelas proteções normais. Estes esquemas especiais podem ser locais ou abranger uma parte do Sistema.
Operação do Sistema Elétrico	Evolução Histórica da Eletrosul	Descrever sob o ponto de vista de operação, a evolução da Eletrosul, desde que foi criada, apenas se preocupando com o crescimento das unidades operativas, usinas, linhas de transmissão, transformadores de força, banco de capacitores, banco de reatores, sistema de comunicação, implantação do Sistema Analógico e o Sistema DETRE, instalados em unidades operativas de propriedade da Eletrosul ou de terceiros.
Operação do Sistema Elétrico	Gerenciador de Programação de Serviços	Controle e gestão de pequenas manutenções realizadas nas SEs, sob responsabilidade da área de operação.

Assunto	Nome	Descrição Função
	de Operação	
Operação do Sistema Elétrico	Gerenciamento do Processo de Intervenções - Histórico	Repositório de documentos antigos do GPI.
Operação do sistema elétrico	Gerenciamento do Processo de Intervenções	Esta aplicação tem como finalidade disponibilizar ferramenta para criação, análise e programação de Solicitações de Intervenções no Sistema de Transmissão da Eletrosul.
Operação do Sistema Elétrico	Gerenciamento do Sistema de Supervisão e Controle Digital	Esta aplicação tem como objetivo o registro e controle das atividades/atualizações dos sistemas de Telecontrole das Subestações da Empresa.
Operação do Sistema Elétrico	Informações do Sistema de Transmissão (Réplica Tabelas do BDE e OSO para Notes)	Centraliza tabelas replicadas do ADABAS.
Operação do Sistema Elétrico	Integração de Empreendimentos ao SIN	A integração de novos equipamentos ao SIN necessita para sua efetivação o atendimento de diversos condicionantes junto a ANEEL e ONS para formalização do empreendimento. O sistema acompanha estes condicionantes (requisitos) que devem ser cumpridas junto ao ONS e ANEEL para a completa integração do empreendimento, sendo permeadas as áreas de negócio, engenharia, operação e financeiro.
Operação do Sistema Elétrico	Integração GPI Opemon	Repositório Notes de equipamentos cadastrados no software de monitoramento de rede OPEMON.
Operação do Sistema Elétrico	Localização de Equipamentos BDE	Localização de Equipamentos - Réplica BDE.
Operação do Sistema Elétrico	Localização de Equipamentos	Localização de Equipamentos contidos nos diagramas unifilares da Operação.
Operação do Sistema Elétrico	Manual de Operação	Manual de operação do sistema operativo da Empresa.
Operação do Sistema Elétrico	Ocorrências de SE	Registrar as ocorrências de SE pelos Operadores do Sistema.
Operação do Sistema Elétrico	Ocorrências Sistema Transmissão	Gerenciar as informações referentes às Ocorrências registradas no Sistema de Transmissão Elétrico.
Operação do Sistema Elétrico	Pesquisa Operação	Dar oportunidade aos operadores de expressar sua vontade de ser transferido de unidade.
Operação do Sistema Elétrico	Prog./Medição/Contabiliz. Intercâmbio Energia	Gerencia as informações referentes à Programação, Medição, Contabilização e Intercâmbio de Energia Elétrica da Eletrosul.
Operação do sistema elétrico	Programa de Controle das Queimadas	Programa de Controle das Queimadas.
Operação do Sistema Elétrico	Registro Medições Operação	Registrar as medições de energia, fornecidas e recebidas. O aplicativo é processado standalone em micro do DOS.
Operação do Sistema Elétrico	Registro Ocorrências Sistema Transmissão	Registro Ocorrências Sistema Transmissão.
Operação do Sistema Elétrico	Relatório de Análise de Procedimentos Operacionais	Este aplicativo tem como objetivo o registro, análise e acompanhamento dos procedimentos operacionais das ocorrências no sistema de transmissão da Eletrosul, buscando elevar os índices de qualidade e eficiência operacional desta empresa.
Operação do Sistema Elétrico	Relatório de Manutenção	Demonstrar no Relatório de Manutenção os registros provenientes das intervenções do Sistema Operativo.
Operação do Sistema Elétrico	Relatório de Registro de Ocorrências	Esta aplicação tem como objetivo o registro de ocorrências no Sistema de Transmissão da Empresa, onde houve desligamentos com abertura de disjuntor.
Operação do Sistema Elétrico	Relatório Diário de Interrupções	Registrar as Interrupções do Sistema Transmissão da Eletrosul.
Operação do Sistema Elétrico	Relatório Diário de Ocorrências de Telemática	Registrar as Ocorrências de Telemática.
Operação do Sistema Elétrico	Relatório Diário de Ocorrências no Sistema	Registrar as Ocorrências do Sistema Transmissão da Eletrosul.
Operação do	Relatórios de Pós-	Relatórios Mensais de Pós-Operação.

Assunto	Nome	Descrição Função
Sistema Elétrico	Operação	
Operação do Sistema Elétrico	Sistema Gerenciador Informatizado de Rotinas da Operação	Controla as rotinas das instalações de operação do sistema elétrico da Eletrosul. Através do GIRO é possibilitado acesso a outros aplicativos em uso pelo DOS (Relatório de Manutenção, Livro de Ocorrências, Gerenciamento do Processo d
Operação do Sistema Elétrico	Solicitação de Serviços COSE	Registro, análise e acompanhamento das solicitações de serviços pela equipe COSE.
Operação do Sistema Elétrico	Sumário CNOS	Sumário CNOS.
Operação do Sistema Elétrico	Tipos de Componente do Sistema de Transmissão da Eletrosul	Tabela tipos de componentes do sistema de transmissão.
Operação do Sistema Elétrico	Unidades Operativas	Tabela de Unidades Operativas da Empresa para utilização dos bancos de Operação.
Operação Sistema Elétrico	GT Supervisão e Controle	Banco de Discussão usado pelo Grupo de Trabalho para Diagnóstico e Acompanhamento do Sistema de Supervisão e Controle da Eletrosul, criado pela DDO-0033/2011 em 11/04/2011.
Patrimônio e Meio Ambiente	Controle de Desapropriação de Imóveis	Controla os processos de desapropriação dos imóveis por onde passam as linhas de transmissão da Eletrosul.
Patrimônio e Meio Ambiente	Módulo de Ativo Fixo do Sistema Integrado de Gestão	Controlar física e contabilmente os equipamentos gerais da Empresa referentes a móveis, veículos, equipamentos, instrumentos, máquinas e utensílios que se caracterizam pela sua mobilidade ou facilidade de remoção, vida útil de mínima de 01 ano e valor igual ou superior ao estabelecido pelo poder concedente, em conformidade com a Portaria 815.

Fonte: Banco de Dados "Cadastro de Sistemas de Informação"

A seguir, apresentamos as necessidades de novos sistemas informatizados ou funcionalidades, suas justificativas e as medidas programadas e/ou em curso para obtenção dos sistemas:

1 - Implantação do Portal Corporativo

Justificativa:

A implementação do Portal Eletrosul consiste na migração da atual tecnologia por uma mais segura, propiciando à Eletrosul uma maior agilidade da gestão de conteúdo externo, preparação do ambiente interno da Eletrosul para o crescimento horizontal do Portal, diminuição da dependência de empresas externas para a gestão da home-page atual e disponibilização aos colaboradores da Eletrosul um ambiente de compartilhamento e criação de conhecimento baseado em uma rede social corporativa.

Atualmente o portal corporativo em produção não permite a gestão de conteúdo de forma independente pelas de Áreas de Negócio, exigindo uma dependência da Área de TI da Eletrosul.

Também a Intranet atual não permite uma colaboração interativa, dificultando o compartilhamento de conhecimento e o acesso as informações. Será contratada uma empresa especializada de solução de portal corporativo de serviços, gestão de conteúdo e colaboração, baseado no IBM WebSphere Portal, IBM Web Content Manager e no IBM Connections, contemplando: serviços de consultoria, definição de arquitetura, escopo técnico, instalação e configuração, adequação do novo site institucional, criação da nova intranet, integração do portal com o ambiente de colaboração da Eletrosul, composto dos produtos: Lotus Domino, Lotus Notes e Sametime.

Medidas Programadas

Assinatura do Contrato: 01/10/2015

Implantação: 01/02/2016

Entrega do Projeto: 01/06/2016

2 - Programa de Padronização de Sistemas ERP para as empresas Eletrobras

Justificativa:

O objetivo principal da implantação deste sistema é a padronização dos Sistema ERP das empresas Eletrobras, Além disso, para a Eletrosul, será possibilitar a integração dos diversos processos de negócio em substituição ao atual sistema implementado pela CONSIST com parte dos sistemas legados, conforme escopo definido e aprovado para a referida implantação.

As empresas que fazem parte do sistema Eletrobras têm em comum, dentre tantos outros elementos, a capilaridade de atuação no território nacional, a grande quantidade de informações geradas, a similaridade de processos e a necessidade de integração da gestão corporativa.

Em todas as empresas do Sistema Eletrobras as informações são geradas, administradas e convergem para os sistemas de Tecnologia da Informação (TI) que possibilitam suporte aos mais variados e complexos processos empresariais. Esses sistemas são responsáveis pela integração das áreas e processos destas empresas, entre si, e com a própria Holding, bem como com o seu meio externo (fornecedores, consumidores, clientes).

A interação interna da Eletrosul com o seu meio externo, por si só não exigiria a implementação de um ERP padronizado com as demais empresas do Sistema Eletrobras. Contudo, a atual organização corporativa da Holding, exige que se tenha um padrão e integração de comunicação” entre os sistemas de TI. Por esta razão, a adoção de um sistema único, é tecnicamente adequada para essa situação.

Das quatro diretrizes que nortearam o reposicionamento estratégico da Eletrobras, duas aperfeiçoamento da governança corporativa e reorganização do modelo de gestão empresarial, obrigatoriamente dependem da integração e interoperabilidade entre as empresas do Sistema Eletrobras.

Medidas Programadas

Projeto 6 - Definição da estrutura de integração dos sistemas SAP ERP.

Projeto 7 - Implantação do sistema SAP ERP.

3 - Sistema de Gestão Fundiária

Justificativa:

A ELETROSUL tem no espaço geográfico seu campo de atuação, através da prospecção, construção, operação e gestão de empreendimentos de geração e de transmissão de energia elétrica. O Departamento de Engenharia Ambiental e Fundiária – DEA, através da Divisão de Engenharia Fundiária – DEFR, tem a missão de operacionalizar as ações e atividades de liberação e regularização fundiária essenciais para a construção dos empreendimentos.

O escopo de atividades da DEFR envolve processos com fluxos complexos de cadastro, avaliação, indenização, instituição de servidão de passagem, desapropriação, entre outros, necessárias para liberação das áreas para construção. Os inúmeros processos de cada empreendimento são formados por um grande volume de documentos que tramitam diariamente entre as diversas pessoas envolvidas nas atividades da Divisão, incluindo outras áreas da Empresa, como a área jurídica e de operação, bem como entre agentes externos, como empresas terceirizadas e cartórios.

A complexidade e a dinâmica destes processos exige a comunicação dinâmica e o acesso a informação por todas as partes envolvidas a qualquer tempo. Deste ponto, surgem as necessidades de automatização de processos rotineiros através de fluxos pré-definidos, assim como a centralização e a padronização da informação como prática de gestão, características estas apenas concedidas através de um sistema corporativo.

Atualmente, o Sistema de Desapropriação de Imóveis – DIM é o único sistema que consolida diversas informações relacionadas à atuação do DEA. Trata-se de um importante sistema legado para a atuação da ELETROSUL, mas que se limita significativamente à modificação, evolução e inovação tecnológica e, por isso, não atende satisfatoriamente as atuais demandas de informação do DEA e da ELETROSUL, em especial, nos seguintes requisitos:

A necessidade de integrar as informações do DIM aos demais sistemas utilizados pelo DEA; sistema de laudos e sistema de informações geográficas;

A necessidade de cadastramento e gestão de informações relacionadas às novas modalidades de empreendimento, como eólicos, biodigestores, solares, etc. O Sistema DIM não permite o registro destas informações, pois está moldado para atender apenas empreendimentos hidrelétricos e de transmissão;

A necessidade de integração das informações fundiárias aos demais sistemas corporativos da Eletrosul, como por exemplo, o sistema de gestão corporativa – ERP, o sistema jurídico – Percept Tools, sistema de Gestão Eletrônica de Documentos – GED, e o sistema de correio – Lotus Notes, eliminando a redundância de informações e o retrabalho;

A necessidade de democratizar o acesso às informações patrimoniais para o público interno (consulta e edição), inclusive via web, otimizando as atividades cotidianas do DEA através da geração de relatórios e prestação de contas;

A necessidade de adotar uma política de gestão que assegure a qualidade da informação, subsidiando ações mais eficientes e decisões mais precisas no gerenciamento dos negócios da Empresa;

A necessidade de garantir a segurança dos dados e a melhoria do fluxo operacional das informações relacionadas ao processo de avaliação de imóveis e benfeitorias, atendendo as exigências do Relatório 05/2009 da Auditoria da ELETROSUL.

Somam-se aos requisitos funcionais citados, outros fatores não funcionais que restringem a perpetuação do DIM: A redução da equipe de informática em função da adesão de funcionários ao Programa de Incentivo ao Desligamento – PID, a plataforma tecnológica obsoleta e descontinuada e a falta de domínio na linguagem Natural Adabas que foi utilizada para desenvolver o referido sistema. Estes fatores representam riscos as atividades do DEA, pois limitam as possibilidades de manutenção e evolução do DIM.

O citado Relatório 05/2009 da Auditoria da ELETROSUL culminou na criação, no mesmo ano, do Grupo de Trabalho de Gestão da Informação no DPM. Também em 2009, o Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura – DGI, emitiu a CI DGI 122/2009, solicitando o redesenvolvimento do sistema DIM. A substituição do sistema foi então prevista e orçada no Plano Diretor de Telemática e Automação - PDTA e aprovada no Triênio 2010 – 2012 (DD-1322-21). Vide item META 09 – Redesenvolvimento de Sistemas Legados.

Ao longo dos anos seguintes, técnicos do extinto Departamento de Patrimônio e Meio Ambiente – DPM, trabalharam no mapeamento dos macroprocessos de gestão fundiária e no levantamento de requisitos de um sistema para suportar as atividades de gestão fundiária do Departamento. Em 2013, sob a sigla DEA, técnicos desta área em conjunto com técnicos do DGI, concluíram a elaboração de uma Especificação Técnica – ET, e de uma Carta de Recomendações Técnicas entregue as gerências de ambos os Departamentos.

O DGI iniciou na sequência a busca no mercado por sistemas que atendessem as demandas requeridas pelo DEA conforme definidas nos requisitos da ET, no entanto, este processo foi interrompido no início de 2014 em função da iminência de sobreposição de funcionalidades com o SAP, novo sistema de gestão corporativa a ser implantado na ELETROSUL sob determinação da Eletrobrás.

O recentemente arremate dos Lotes A e E no Leilão de Transmissão ANEEL 004/2014 representa um grande desafio para a ELETROSUL devido às proporções, dimensão e prazos. O conseqüente volume de trabalho; estima-se cerca de 6 mil processos fundiários, emissão de mais de 12 mil laudos de avaliações e aproximadamente 149 milhões de reais em indenizações de cerca de 2.500 quilômetros de linhas de transmissão, atrelado ao curto prazo para conclusão das etapas de liberação de áreas para a construção, trouxe a tona a discussão sobre necessidade de aquisição de um sistema especialista para gestão fundiária que atendesse a todos os requisitos da ET especificada por DEA e DGI.

A principal característica do sistema especificado pela ELETROSUL é a funcionalidade nativa de configuração dinâmica de fluxos de processos, ou, em termos técnicos, workflow configurável, o que significa dizer que o sistema deve ser flexível e facilmente configurável conforme a necessidade de atendimento das especificidades de cada empreendimento, sem a necessidade de desenvolvimento por linguagem de programação.

A esta funcionalidade que é considerada a base do sistema, agregam-se outras sub-funcionalidades nativas não menos importantes, as quais fazem deste um sistema especialista:

O sistema deve ser voltado a fluxos e etapas de processos, em específico, processos de cadastro, avaliação, indenização, legalização e conclusão das instituições de servidão e desapropriações;

O sistema deve permitir a visualização de informações geográficas, através da integração com o GIS no contexto do trabalho do Comitê de Geoprocessamento da Eletrosul – COGEO, habilitando consultas mapa – documento e documento - mapa;

A possibilidade de delegar algumas funcionalidades e ações para empresas contratadas, com definição de controle de acesso, por projeto e equipe alocada ao referido projeto;

O sistema deve permitir a gestão continuada dos processos, o que significa dizer que atenderá não somente ao DEA, mas também as áreas da operação através de consultas a informações patrimoniais e histórico dos empreendimentos, subsidiando processos de pagamentos de taxas, tributos, danos, anuências, controle de invasões, etc.

Devido as características específicas do sistema especificado, uma breve análise apontou a inexistência no sistema SAP de funcionalidades que atendam plenamente às necessidades da ELETROSUL no que se refere à gestão e governança fundiária. Os recursos existentes no SAP que corresponderiam aos requisitos constantes na Especificação Técnica do Sistema de Gestão Fundiária são o cadastro e a gestão dos ativos próprios da ELETROSUL, exigindo, desta maneira, um grande esforço de customização e desenvolvimento de módulos para atendimento das demandas específicas.

A alta dependência de serviços de customização de sistemas pode representar uma série de desvantagens para a Empresa. Um sistema altamente customizado torna a Empresa dependente dos serviços de desenvolvimento toda a vez que necessitar uma nova implementação de funcionalidade, integração com outro sistema corporativo, ou, toda vez que houver uma atualização de software. Além desta desvantagem, deve-se citar o elevado custo de customização dos módulos do SAP se comparado a aquisição de sistemas de mercado especialistas prontos para uso.

Nas atuais circunstâncias, a customização do SAP para atender as demandas de gestão fundiária representa para a ELETROSUL não apenas as desvantagens citadas, mas também uma restrição, uma vez que as atividades de implantação dos módulos nativos do SAP estão planejadas para iniciar em 2017. As customizações, portanto, exigiriam ainda maior tempo para desenvolvimento, ao passo que, para atender ao cronograma do Leilão 004/2014, os processos fundiários devem estar concluídos e as áreas liberadas para iniciar os trabalhos de construção até o mês de Maio de 2016.

A aquisição de um sistema de gestão fundiária atendendo a ET elaborada representa neste momento uma alternativa de baixo custo e principalmente de resposta rápida, pois um sistema de mercado pode ser implantado em poucos meses, atendendo desta forma os prazos do leilão.

O sistema especificado não tem por objetivo sobrepor as funcionalidades do SAP, pois tomou-se o cuidado de especificar para que as funcionalidades do sistema atendidas pelos módulos nativos do SAP possam no futuro ser integradas ou migradas para estes módulos. Desta maneira, o usuário acessará um único sistema, eliminando a inconveniência de ser estabelecido um processo no qual seja necessário utilizar os módulos do SAP para cadastrar os ativos e na sequência dar seguimento em outro sistema.

Como benefícios, o sistema permitirá acompanhar o andamento dos serviços contratados, garantindo a qualidade, o atendimento dos prazos estabelecidos, o monitoramento e o controle dos processos, melhor empregando os recursos humanos e financeiros disponíveis, e conferindo agilidade na execução dos serviços e segurança da informação.

Frente aos desafios atuais da ELETROSUL e do DEA, é fundamental repensar e sistematizar os processos de trabalho, utilizando-se tecnologias inovadoras e melhores práticas de gestão, visando o aumento da produtividade e maior eficiência nos processos fundiários.

Medidas Programadas

- 1) Elaboração do Edital para Licitação;
- 2) Realização da Licitação;
- 3) Realização de Treinamentos e;
- 4) Homologação da implantação.

4 - Sistema de Ensino a Distância

Justificativa:

A Eletrosul é uma empresa pública que tem como missão atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável. Esta missão é alinhada à visão do Sistema Eletrobras, de que nos próximos cinco anos se constituirá no maior sistema empresarial global de energia limpa, com rentabilidade comparável à das melhores empresas do setor elétrico. O posicionamento estratégico da Eletrosul é de, em 2020, ser uma empresa sustentável e competitiva, com padrão de excelência em geração e transmissão de energia elétrica.

Desde a sua criação, a Eletrosul é referência na área de Educação Corporativa e oferece a seus trabalhadores/as cursos destinados não só à melhoria dos processos operacionais, de engenharia e de gestão, mas também destinados à segurança e ao bem-estar de cada um de nós.

Hoje a Eletrosul conta com aproximadamente 1600 empregados/as, distribuídos em cinco estados da federação. Considerando o cenário de profundas transformações em curso na sociedade e nos meios produtivos, que exigem informações rápidas, atualização tecnológica e capacitação constante, é fundamental a o investimento em capacitação.

Assim, torna-se imprescindível a adoção de novos meios e novas metodologias para a Educação Corporativa, que possam atender a todos os trabalhadores, em seus diferentes locais de trabalho.

Alinhada ao estágio de desenvolvimento tecnológico, da expansão da internet, das redes sociais e da educação on-line em escala global, a Eletrosul está implantando a Educação a Distância.

Entre as principais vantagens consideradas para definir a implantação da Educação a Distância na Eletrosul, destacamos:

Flexibilidade de tempo e de espaço: o participante pode acessar os cursos onde estiver e no tempo que escolher, de acordo com sua disponibilidade;

Capilaridade: adapta-se a grandes contingentes de público disperso territorialmente, atingindo as pessoas individualmente, bastando que tenham acesso a um computador e à Internet;

Escalabilidade e economicidade: os cursos podem ser adaptados, com baixo nível de investimento, para demandas maiores ou menores de público, uma vez que envolvem pouca imobilização de capital e não exigem deslocamentos dos participantes, o que reduz o custo homem/hora/treinamento.

Interatividade: o participante se comunica com os professores, tutores e os colegas, dirimindo dúvidas, trocando experiências, criando e consolidando conhecimentos novos;

Adaptabilidade: prioritariamente, o conteúdo será produzido por empregados educadores da própria empresa, alinhados com as necessidades e as práticas desenvolvidas pela Eletrosul e poderá ser facilmente atualizado ou corrigido, inclusive no decorrer de um curso.

A implantação da EAD, além da capilaridade e economicidade, já destacadas, contribuirá, ainda, para a efetiva gestão do conhecimento da Empresa, proporcionando o estabelecimento de uma cultura de aprendizagem continuada e coletiva.

A EAD será efetivada por meio de um Ambiente Virtual de Aprendizagem, o AVA Eletrosul. O AVA é um sistema virtual, através do qual os cursos a distância, mediados por tecnologias da informação, são disponibilizados aos alunos, integrando, organizando e registrando todos os processos (inscrição, matrícula, enturmação, registro de notas e certificação), o conteúdo, os materiais didáticos em diferentes mídias, os ambientes interativos (fóruns, chats, mensagens), as atividades avaliativas, a biblioteca e midiateca.

No escopo do projeto foi definida a adoção da plataforma Moodle, e procedeu-se a realização de Pregão Eletrônico para contratação de empresa especializada para realizar os seguintes serviços, que serão desenvolvidos no prazo de um ano (contados do início do trabalho):

Estruturação, fornecimento, hospedagem, disponibilização e gestão de ambiente virtual de aprendizagem (AVA), via web, para ações educacionais na modalidade ensino a distância (EAD);

Planejamento, transposição, adaptação pedagógica, desenvolvimento, implementação, gestão e disponibilização no AVA, das ações educacionais a seguir descritas (conforme especificadas no Anexo A):

Curso de nivelamento em informática, web, mídias sociais e EAD (EAV C02);

Curso de ambientação no uso das ferramentas e características do AVA Eletrosul (EAV C01).

Norma Regulamentadora - NR 10 – Reciclagem (Trabalho em Instalações e serviços em eletricidade);

Norma Regulamentadora – NR 33 – Reciclagem (Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados);

Norma Regulamentadora – NR 35 – Capacitação (Trabalho em altura);

Planejamento, desenvolvimento e disponibilização de ação educacional para capacitação, no uso do Moodle, do corpo de empregados da Eletrosul, gestores técnicos e pedagógicos deste projeto, com foco na manutenção, operação e atualização do ambiente Moodle Eletrosul, e na atividade dos tutores, professores, gestores pedagógicos(DGP) e gestores técnicos(DGI). Este curso será realizado em duas etapas: a primeira presencial, e a segunda na modalidade EAD. (EAV C03);

Medidas Programadas

Maio/2015 – Lançamento Oficial do Ambiente Virtual de Aprendizagem

Maio/2015 – Oferta dos dois primeiros cursos (EAV C01 e EAV C02) no Ambiente Virtual de Aprendizagem.

Junho/2015 – Oferta da primeira turma do curso NR 35 Reciclagem no AVA

Julho/2015 – Oferta da primeira turma do curso NR 33 no AVA

Agosto/2015 – Oferta da primeira turma do curso NR 10 Reciclagem no AVA

Setembro/2015 – Oferta do curso EAV C03 no AVA

Janeiro/2016 - Transferência da operação do AVA para a equipe da Eletrosul

O Quadro A.9.1 apresenta a relação dos contratos vigentes na Área de Tecnologia da Informação, em 2014.

Quadro A.9.1.2 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
91311122	Serviços de Acesso/Consulta ao CADIN	10/06/2011 a 09/06/2014	33683111000107	Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	23.382,72	6.197,94
1302130048	Serviço Certificado Digital CLL	19/12/2013 a 18/12/2014	14578945000108	BM Tech do Brasil Ltda - ME	12.000,00	12.000,00
1302140013	Serviço Utilização/Renovação de Licença de Software	18/02/2014 a 20/03/2015	60859519000151	Editora Pini Ltda	8.717,60	8.717,60
1302140053	Serviço Upgrade de Software	30/10/2014 a 07/11/2014	03984954000174	MN Tecnologia e Treinamento Ltda	4.635,00	4.635,00
1302140066	Software Google Heart Pro	20/11/2014 a 05/12/2014	03980538000106	LBS Local S.A.	10.800,00	0,00
1302140016	Serviço Taxa de Regularização de Software	28/02/2014 a 28/02/2015	52704921000139	SIMPRO Publicações e Teleprocessamento Ltda	5.823,00	3.912,00
1302140019	Serviço Remodelação / Atualização de Site	04/04/2014 a 06/08/2014	11186242000138	SIM Tecnologia da Informação Ltda	15.956,50	15.956,50
1302140033	Serviço Consultoria - Suporte Técnico Especializado em Informática / Telecon	21/08/2014 a 20/09/2014	07913446000156	PPP Patricia Peck Pinheiro Advogados	16.000,00	16.000,00
1302140037	Serviço Utilização / Renovação de Licença de Software	28/08/2014 a 31/08/2015	02683952000182	Brasão Sistemas Ltda	9.782,84	0,00
1302140042	Serviço Utilização / Renovação de Licença de Software	22/09/2014 a 10/10/2015	00000028000129	Target Engenharia e Consultoria Ltda	14.195,00	14.195,00
1302140051	Serviço Event / Trein. Curso Empregados Eletrosul	14/10/2014 a 05/11/2014	25352790000103	Plansis Planejamento e Sistemas Ltda	15.287,00	15.287,00
1302140055	Serviço Event / Trein. Curso Empregados Eletrosul	21/10/2014 a 11/11/2014	25352790000103	Plansis Planejamento e Sistemas Ltda	11.152,00	11.152,00
1302140060	Serviço Certificado Digital CLL	04/11/2014 a 18/12/2015	14578945000108	BM Tech do Brasil Ltda - ME	13.824,00	13.824,00
1302140064	Equipamento Impressora Multifuncional Jato de Tinta	18/11/2014 a 24/12/2014	82051897000147	G H S Informática Ltda	15.400,00	15.400,00

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsa dos 2014
			CNPJ	Denominação		
91320112108	Aquisição de Software para Gestão de Processos Jurídicos	25/11/2011 a 14/06/2014	12628502000140	Perceptvision Sistemas Ltda ME	375.306,65	19.898,65
90591178	GATS do Sistema SABEE	14/07/2009 a 13/07/2014	37135779000162	Inside System Informática Ltda	813.003,78	87.647,06
91300188	Suporte Técnico Local e a Manutenção Evolutiva	02/09/2010 a 03/10/2015	12843800000153	Consist Business Software Ltda	5.802.629,58	622.816,69
91311099	Serviços de Garantia de Atualização Técnica e Suporte ao Sistema Channel de Gerenciamento de Portfólio, Projetos e Operações	28/04/2011 a 01/05/2014	05231453000142	Jexperts Tecnologia Ltda	40.597,92	17.113,13
1302130035	Serviço Utilização / Renovação de Licença de Software	07/10/2013 a 10/10/2014	00000028000129	Target Engenharia e Consultoria Ltda	12.390,00	0,00
91300245	Renovação de Licenças e Suporte	13/09/2010 a 06/10/2014	01919256000160	Bluecielo do Brasil Soluções de Gerenciamento Ltda	564.634,72	42.799,41
91320120080	Serviço Garantia de Atualização Técnica GAT	23/05/2012 a 24/05/2014	12843800000153	Consist Business Software Ltda	563.236,68	157.432,77
1304130206	Notebook	04/09/2013 a 08/07/2014	74011974000107	Proville Informática Ltda	18.000,00	18.000,00
1304140152	Monitores 23"	21/07/2014 a 25/11/2014	06105781000165	Zoom Tecnologia Ltda - EPP	23.645,00	23.645,00
1304140151	Monitores de 50"	18/07/2014 a 24/11/2014	12788027000170	Estrelar Sirius Presentes & Decoração Ltda - ME	24.899,96	24.899,96
1304130296	Servidor Blade	22/11/2013 a 17/06/2014	02543216000129	Perfil Computacion AL Ltda	55.700,00	55.700,00
1304140148	Servidor RISC	14/07/2014 a 21/11/2017	00783093000178	Powersolutions Informática Ltda	288.499,88	288.499,88
1304140260	Servidor Intel	21/10/2014 a 16/05/2015	76366285000140	SEPROL - Comércio e Consultoria em Informática Ltda	129.660,00	129.660,00
1304130295	Servidor RISC	22/11/2013 a 16/08/2014	00783093000178	Powersolutions Informática Ltda	16.002,66	16.002,66
1304130296	Memória RAM	22/11/2013 a 17/06/2014	02543216000129	Perfil Computacion AL	16.002,66	16.002,66

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
				Ltda		
1304130328	Sistema Armazenamento Storage	18/12/2013 a 28/07/2014	93861557000106	Service Informática LTDA	1.295.981,00	1.295.981,00
1304140118	Software IBM - Tivoli Storage Manager for Databases License	10/06/2014 a 16/08/2015	00783093000178	Powersolutions Informática Ltda	373.633,00	373.633,00
1304140327	Software Xenserver	15/12/2014 a 21/04/2018	01312265000198	Virtual Office Com. e Ind. de Produtos de Telecom. e Informática Ltda	275.111,28	275.111,28
1304120157	Aquisição de Licenças de Xendesktop	18/12/2012 a 17/12/2015	01312265000198	Virtual Office Com. e Ind. de Produtos de Telecom. e Informática Ltda	6.154,50	6.154,50
1205140011	Serviço de Contingência de Servidos de Banco de Dados	28/10/2014 a 27/10/2015	05401067000151	Teiko Soluções em Tecnologia da Informação Ltda.	7.445,00	7.445,00
1304120071	Anti-Spam	04/12/2012 a 03/12/2015	03075608000173	Memphis Network Service Ltda. - EPP	88.137,74	88.137,74
1304130060	Filtro de conteúdo WebSense	22/03/2013 a 10/04/2016	01312265000198	Virtual Office Com. e Ind. de Produtos de Telecom. e Informática Ltda	164.680,00	164.680,00
1205140008	Impressoras	11/09/2014 a 11/11/2014	76366285000140	SEPROL - Comércio e Consultoria em Informática Ltda	3.949,00	3.949,00
1240140032	Multifuncional	23/04/2014 a 23/05/2014	01658730000147	Sandipel Com. de Papel Mat. de Escritório e Informática Ltda	1.670,00	1.670,00
1304140320	Scanners	09/12/2014 a 08/03/2016	94007697000176	Geraldo Streck - Gerenciamento de Imagem e Informação Ltda	35.499,60	35.499,60
1260140025	Software Elipse 3D	09/04/2014 a 21/06/2014	91213371000107	Elipse Software Ltda	8.860,00	8.860,00
1105140004	Aquisição de Software Simulador OTS	19/03/2014 a 15/10/2014	08574081000145	Automalogica Sistemas para Automação Ltda - EPP	282.873,12	282.873,12

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsa dos 2014
			CNPJ	Denominação		
1105140058	Vídeo Wall	19/11/2014 a 17/02/2015	08018497000187	Grupo Digital Importação e Exportação de Equipamentos Ltda ME	240.000,66	240.000,66
91320120033	Internet 16Mbps-Sede	02/04/2012 a 01/04/2015	76535764000143	Oi S.A.	64.506,21	196.482,72
91300061	GATS Adabas, Natural, Predict, Natural Security e Entire Access (over AIX)	29/04/2010 a 28/04/2015	07594862000139	Software AG Brasil Informática e Serviços Ltda	73.013,32	336.666,84
91311114	Atualização Técnica e Suporte dos Programas. Oracle Database - IDS (Internet Developer)-IAS (Internet Application)	20/05/2011 a 19/05/2015	59456277000176	Oracle do Brasil Sistemas Ltda	36.002,95	164.705,16
91311122	Disponibilização de Acesso/Consulta Host on Demand - Consulta ao CADIN	10/06/2011 a 09/10/2015	33683111001928	Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	33.317,76	6.439,44
91311188	Manutenção/Suporte Técnico de Unidade Automatizada de Fitas Magnéticas	27/07/2011 a 26/09/2014	59773416000195	Cimcorp Comércio Internacional e Informática S/A	70.200,00	23.400,00
91390125	Monitoração e Gerenciamento na Área Corporativa e Industrial (TI)	07/12/2009 a 07/04/2015	05451225000188	Opservices Tecnologia da Informação S.A	1.182.025,26	244.002,89
1304120072	Antivírus Symantec	26/12/2012 a 25/12/2015	76366285000906	SEPROL - Comércio e Consultoria em Informática Ltda	127.606,30	79.574,40
1304120157	Suporte Téc. Xendesktop (VDI)	18/12/2012 a 17/12/2015	01312265000198	Virtual Office Com. e Ind. de Produtos de Telecom. e Informática Ltda	154.845,54	29.357,28
91300356	Help Desk RMSC	03/01/2011 a 02/01/2015	80043904000133	TLD Teledata Tecnologia em Conectividade Ltda	210.825,23	55.648,87
1304130120	Manutenção Catracas de Acesso	22/07/2013 a 21/07/2015	95823142000165	Teleworld Equipamentos e Serviços Ltda	42.306,48	21.044,51
91390143	Provimento de Cópias / Impressões / Digitalizações	27/11/2009 a 26/11/2014	83483230000186	Selbetti Gestão de Documentos Ltda	1.801.504,37	396.289,15

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
91320112113	Manutenção No-break	01/05/2012 a 30/04/2015	62532007000292	Eaton Power Solution Ltda	217.376,38	48.432,88
91300257	Atendimento às Solicitações de Telemática de Nível 1 (Helpdesk)	23/09/2010 a 22/09/2015	02663424000161	Spy Informática Ltda - EPP	791.320,30	159.289,99
91320120045	Serviço de Internet Móvel em Notebook	12/04/2012 a 11/04/2015	05423963000111	Oi Móvel S.A.	480.462,00	138.762,79
91300345	Contas Telefônicas Smartphone (Voz e Dados)	02/12/2010 a 01/06/2015	02449992000326	Vivo S.A.	2.186.222	229.794,09

Fonte: Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura/ Departamento de Telemática

11 ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

11.1 Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU

11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.11.1.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
1	006.674/2009-8	1.905/2009-PL	9.1.3	DE	733/2009/TCU/SECEX-MS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
De acordo com o §6º do art. 109 da Lei nº 11.768/2008 (LDO 2009), assegure-se, no presente e futuros contratos, que eventuais aditamentos não aumentem a diferença percentual entre o valor original do contrato e o obtido a partir dos custos unitários do preço de referência.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DEG					
Síntese da providência adotada:					
Na formalização dos Termos Aditivos nº 03 e 04 ao Contrato nº 90591136, objeto do Processo de Auditoria em tela, foram adotados os preços unitários estabelecidos no Contrato, não havendo a ocorrência de alteração nos percentuais entre o valor original e o obtido a partir dos custos unitários do preço de referência. Para novos serviços foram elaborados novos Preços Unitários - PUs abertos, sendo procedida a análise para atestar a compatibilidade dos preços com o mercado.					
A referida determinação vem sendo observada nas demais contratações da área.					
Síntese dos resultados obtidos					
A determinação vem sendo observada pela Área gestora do contrato.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	018.400/2009-6	2914/2009-PL	9.1.2	DE	1480-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da deliberação:					
Na eventualidade de celebração Termo Aditivo ao contrato nº 90580124 em que sejam alterados os quantitativos contratados, avalie a compatibilidade dos custos unitários dos itens cujos quantitativos sejam modificados com aqueles resultantes da determinação contida no subitem 9.1.1 deste Acórdão.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DEG					
Síntese da providência adotada:					
Os termos aditivos posteriores ao Acórdão do TCU relacionados abaixo não se inserem no seu contexto:					
•TA 5: alteração de eventos geradores de pagamento, sem alteração do valor contratual;					

<ul style="list-style-type: none"> •TA 6: alteração do valor do contrato em decorrência de serviços de retaludamento da margem esquerda do canal de desvio. O retaludamento não estava previsto no contrato original e seus custos não estavam orçados. Para os serviços novos, utilizamos, para a composição dos custos, os sistemas de orçamento SICRO2/DNIT e SINAPI/CEF. •TA 7, TA 8, TA 9, TA 10 e TA 14: procederam alterações de quantitativos cujas composições de preços seguem referenciadas aos sistemas de orçamento SICRO2/DNIT, SINAPI/CEF, Contrato e termos aditivos anteriores, sendo informados ao TCU por meio da CE PRE-0028/2011, sob análise deste Tribunal no âmbito do TC 011.775/2011-4. •TA 11, TA 12 e TA 13: alteração de prazo. •O Termo de Suspensão Amigável suspendeu execução do contrato n.º 90580124 até a conclusão do julgamento pelo TCU do mérito do processo n.º 011.775/2011-4.
Síntese dos resultados obtidos
A determinação vem sendo observada pela área gestora do contrato.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	018.400/2009-6	2914/2009-PL	9.1.3	DE	1480-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da deliberação:					
Abstenha-se de realizar procedimentos licitatórios para a contratação de Obras para as quais inexista orçamento detalhado da composição de todos os seus custos unitários, consoante o disposto no Art. 7º, § 2º, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DEG					
Síntese da providência adotada:					
Para a contratação de obras o Departamento de Engenharia de Geração - DEG vem adotando as referências de preço do SICRO e SINAPI na elaboração dos orçamentos detalhados e composição de todos os seus custos unitários, consoante o disposto no Art. 7º, § 2º, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.					
Adicionalmente, quando não há referências de preços nos bancos de dados oficiais, devido às especificidades nas obras de usinas, os insumos são cotados no mercado.					
Síntese dos resultados obtidos					
A recomendação vem sendo observada pela área gestora.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	013.895/2009-9	845/2010	1.6	DE	149/2010-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Se abstenha de contratar postos de serviços a serem preenchidos por profissionais contemplados no Quadro de cargos e salários da empresa para a realização de atividades que são exercidas, ordinariamente, por esses últimos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG

DEG/AGA/DES	-
Síntese da providência adotada:	
A Eletrosul vem observando a determinação, abstendo-se de contratar Postos de Serviços. Informamos, ainda, que a Eletrosul, em atendimento aos acórdãos TCU n.ºs 2.132/2010 e 2.303/2012, elaborou um plano de desligamento de mão de obra terceirizada, conforme teor da CE PRE-0276/2012, de 30/11/2012. Ressalte-se que a exigência contida no Acórdão n.º 845/2010 foi suspensa por liminar deferida no Mandado de Segurança n.º 30654, no qual a empresa propôs acordo com o TCU e MPT, em virtude de conciliação oportunizada pelo ministro relator.	
Síntese dos resultados obtidos	
A determinação vem sendo observada.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	004.748/2011-5	1.406/2011	V		295/2011-TCU-SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Na execução do Orçamento de Investimento, observem o montante aprovado para as respectivas fontes de financiamento, em obediência à vedação constante do inciso II do art. 167 da Constituição Federal.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação:					Código SIORG
DEF					
Síntese da providência adotada:					
As limitações legais das fontes de recursos para execução do Orçamento de Investimento foram devidamente observadas pela Eletrosul. Os valores revisados do orçamento de investimento de 2014 mostraram-se suficientes para todas as aberturas, devido ao planejamento mais preciso das aplicações de investimento e das fontes de recursos disponíveis.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os resultados demonstram que a Deliberação vem sendo observada nos quatro últimos exercícios.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	008.818/2009-9	173/2011	9.3.3	DE	87/2011 – TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Em virtude da ausência dos custos unitários para os itens do orçamento contratado e da falta das respectivas composições de custos, adote como parâmetro máximo para efetuar medições o orçamento-base da licitação, que contém maior detalhamento do objeto contratado.					
Providências Adotadas					

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DEG/AJU	
Síntese da providência adotada:	
A Eletrosul informou ao TCU que, quando tal comando se tornou exequível, havia impossibilidade material de atendimento a tal item, visto que não havia medições pendentes. Ademais, o contrato estava com vigência expirada. O item 9.3.3 foi considerado cumprido pelo Acórdão n.º 649/2015 – Plenário.	
Síntese dos resultados obtidos	
O item 9.3.3 foi considerado cumprido pelo Acórdão n.º 649/2015 – Plenário.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	011.775/2011-4	1.111/2013-PL	9.2	DE	0259/2013-TCU/SecobEnerg
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação					
Determinar à Eletrosul Centrais Elétricas S.A. que, com fulcro no art. 276 do Regimento Interno do TCU, retenha cautelarmente, o montante de R\$ 8. 113.298,24 (oito milhões, cento e treze mil, duzentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos) do saldo contratual ainda não pago ao Consórcio Construtor Barra do Rio Chapéu (CCBRC), relativo ao Contrato 90580124, até que o Tribunal delibere definitivamente sobre o mérito do sobrepeço apurado nesse contrato.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DEG					
Síntese da providência adotada					
A Eletrosul aprovou por meio da RD 1455-25, de 22/02/2013, a retenção cautelar do valor acima informado. Posteriormente, por meio do Acórdão n.º 3439/2013-PL, o TCU majorou a retenção cautelar acima determinada, motivo pelo qual a Eletrosul aprovou em sua Diretoria Executiva o novo valor de retenção por meio da RD 1507-03, de 05/02/2014.					
Síntese dos resultados obtidos					
Recomendação acatada pela área gestora do Contrato.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.					

Unidade jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
8	043.738/2012-5	2236/2014 - PL	9.1	DE	0720/2014-TCU/Sefti
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382

Descrição da Deliberação:	
<p>9.1 Determinar, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aos órgãos e entidades que apresentaram falhas em suas publicações no DOU, listados nas tabelas 4 a 7 do Relatório, que, no prazo de 180 dias, assegurem que as seguintes informações obrigatórias estarão presentes em suas futuras publicações no DOU, ou que, alternativamente, passem a publicar por meio do Sidec ou Sicon:</p> <p>9.1.1 para avisos de licitação: número do processo, descrição do objeto e local de disponibilização do edital, com base na Lei Complementar 101/2001, art. 48-A, I e Lei 8.666/1993, art. 21, § 1º;</p> <p>9.1.2 para extratos de contrato: número do processo, descrição do objeto, identificação do contratado (nome e CNPJ/CPF), valor, identificação do procedimento licitatório que deu origem à contratação, com base na Lei Complementar 101/2001, art. 48, parágrafo único c/c art. 48-A,I;</p> <p>9.1.3 para extratos de dispensa ou de inexigibilidade: número do processo, descrição do objeto, identificação do contratado (nome e CNPJ/CPF), valor, fundamento legal específico e autoridade ratificadora, com base na Lei Complementar 101/2001, art. 48, parágrafo único c/c art. 48 - A, I e Lei 8.666/1993, art. 26.</p>	
Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
AGA	
Síntese da providência adotada:	
Foram adotadas providências no sentido de incluir as informações solicitadas, especialmente referente ao CNPJ dos fornecedores nos extratos das publicações, cujo fato foi constatado pelo TCU. O modelo de documento utilizado para este fim já se encontra atualizado e em uso pela área.	
Síntese dos resultados obtidos	
A determinação foi acatada pela área gestora.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos para fins de providências.	

Unidade jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
9	046.515/2012-7	2.575/2014-PL	9.3	DE	0608/2014-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
<p>9.3 Com base no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal (RITCU), determinar à Eletrosul que informe em suas próximas contas as providências adotadas para saneamento do Déficit Técnico Acumulado no plano BD- ELOS/ELETROSUL, em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 83.538 mil, equivalente a 10,20% do Exigível Atuarial, considerando, inclusive, as medidas adotadas em consequência do processo TC 019.263/2011-2, que tramita no TCU.</p>					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
AGF					
Síntese da providência adotada:					
<p>Com relação às providências adotadas para saneamento do Déficit Técnico Acumulado no plano BD- ELOS/ELETROSUL, em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 83.538 mil, equivalente a 10,20% do Exigível Atuarial, ainda no 1º semestre de 2012, foi contratado, pela Fundação ELOS, o escritório Messina, Martins e Lencione Advogados Associados, com o objetivo de obter opinião legal acerca das circunstâncias envolvidas no referido déficit atuarial e o assessoramento jurídico não só na emissão de parecer jurídico que enfrentasse as questões propostas, como sobretudo para a elaboração de um Plano de Ação com foco no equacionamento demandado.</p> <p>O Plano de Ação foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação ELOS, nos termos da Opinião Legal apresentado pelo dito escritório Messina, Martins e Lencione Advogados Associados e, posteriormente, encaminhado a esta Patrocinadora, por meio da CE SUP-0035/2013.</p> <p>Já no encerramento do exercício de 2012, ano em que foram sendo apuradas as medidas visando o equacionamento do déficit no encerramento do exercício, a situação financeiro-atuarial do Plano BD ELOS/Eletrosul apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 609.101,43, equivalente a 0,06% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente.</p>					

No encerramento do exercício de 2013 foi apurado um Déficit Técnico Acumulado de R\$ (155.251.735,07), equivalente a 17,32% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 896.583.187,25 e equivalente à 14,76% do total das Provisões Matemáticas, então existente, de R\$ 1.051.834.922,32, ficando assim abaixo do limite máximo estabelecido exclusivamente para o exercício de 2013, conforme Artigo 32.A, da Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29/09/2018, incluído pela Resolução MPS/CNPC nº 14, de 24/02/2014.

Já em 2014, nos termos da legislação vigente, especificamente da Resolução MPS/CGPC nº 26/2008 com as alterações dadas pelas Resoluções MPS/CNPC Nº 13/2013 e 14/2014, a Eletrosul, na condição de Patrocinadora, informa que o déficit atuarial do Plano BD-ELOS/Eletrosul do exercício de 2014 ficou abaixo do limite de 10% das provisões matemáticas, não requerendo assim, providências imediatas desta Patrocinadora, posição esta confirmada no Parecer Atuarial constante dos relatórios atuariais elaborados pela Consultoria Atuarial externa da Fundação ELOS relativos às Demonstrações Atuariais – DA's, dos Planos BD-ELOS/Eletrosul, correspondentes ao exercício de 2014, encaminhados pela CE SUP-0077/2015, de 25/03/2015, da Fundação, cujo texto transcrevemos a seguir:

“Tendo em vista que no encerramento do exercício de 2013 foi apurado um Déficit Técnico Acumulado equivalente à 14,76% do total das Provisões Matemáticas reavaliadas em 31/12/2013, abaixo do limite máximo estabelecido excepcionalmente para o exercício de 2013, e, que neste encerramento do exercício de 2014, não há imperativo para que este resultado deficitário seja equacionado ao longo do exercício de 2015, pois Déficit Técnico Acumulado de R\$ (108.535.720,26), após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Artigo 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (84.123.900,75), equivalente a 8,02% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 1.049.573.878,90, sabendo que o resultado deficitário deve ser integralmente equacionado até o final do exercício subsequente ao da apuração do terceiro resultado deficitário anual consecutivo, conforme determinado na Resolução CNPC nº 13, de 04/11/2013, caso seja apurado resultado deficitário no encerramento do exercício de 2015, o resultado deficitário deve ser integralmente equacionado até o final do exercício de 2016.” (Fonte: Relatório Anual de Consultoria Atuarial Externa da Elos- Anexo 2 ao JM/0462/2015 de 03/03/2015 - Página 16, item VI.3, subitem 4).

Com relação ao processo TC 019.263/2011-2 mencionado no item 9.3 do Acórdão acima citado, o mesmo diz respeito a uma representação formulada por Procurador da República no Estado de Santa Catarina envolvendo o incentivo à migração do Plano BD para o Plano CD - ELOS/ELETROSUL. No decorrer do processo, a Eletrosul enviou a CE PRE 0215/2012 apresentando justificativas para a implementação do aludido incentivo, visando à migração em massa dos participantes ativos do Plano BD para o Plano CD. No entanto, o incentivo à migração não foi implementado, tendo sido revogado por meio da Resolução da Diretoria Executiva nº RD-1485-07 e da Deliberação e no Conselho de Administração nº DCA 326-01. Com isso, a Empresa peticionou junto ao TCU, com o propósito de informar as deliberações, requerendo o arquivamento do processo TC-019.263/2011-2 pela perda do seu objeto. O TCU proferiu, à época, o Acórdão n.º 2540/2013 - Plenário, considerando prejudicada por perda de objeto a representação. Atualmente, o processo encontra-se encerrado no TCU.

Síntese dos resultados obtidos

A recomendação vem sendo observada.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve fatores positivos/negativos para fins de providências.

Unidade jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
10	046.515/2012-7	2.575/2014-PL	9.4	RE	0608/2014-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
9.4. com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal (RITCU), recomendar à Eletrosul que avalie:					
9.4.1. mediante tratativas com o seu controlador, a pertinência da política de distribuição de resultados vigente, considerando a evolução de seus indicadores econômico-financeiros e operacionais e o plano de investimentos da companhia;					
9.4.2. previamente à definição do montante a ser despendido em "Publicidade Institucional", a cada exercício, os benefícios econômicos que serão gerados por tal despesa frente às alternativas econômicas disponíveis, dentre os quais a realização de investimentos na expansão e manutenção dos negócios da companhia;"					

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
AGA/ACS	
Síntese da providência adotada:	
9.4.1. A Eletrosul, por meio da CE DA-0065/2014, de 19/08/2014, em seu item d) Montante Total a ser Distribuído, solicitou à Holding “Definir, como fatores de composição do montante total a ser distribuído na PLR, percentual preponderante oriundo das metas do CMDE; e complementar, decorrente das metas do SGD.” Destaca-se que o CMDE é composto de indicadores econômico-financeiros, operacionais e sócio-ambientais, sendo que anualmente são definidas metas atreladas a estes indicadores.	
9.4.2. Para atendimento da recomendação, a Assessoria de Comunicação Social e Marketing passará a contemplar na "Exposição de Motivos", a partir dos próximos contratos de publicidade institucional a serem firmados, item específico explicitando os benefícios da referida despesa, que visa, entre outras finalidades, dar ampla divulgação dos objetivos e das ações empreendidas pela Eletrosul, consistindo em uma importante ferramenta de transparência e de prestação de contas à Sociedade.	
Síntese dos resultados obtidos	
9.4.1 e 9. 4.2 – As recomendações foram observadas pelas Áreas responsáveis.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos para fins de providências.	

Unidade jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
11	030.501/2011-3	4.344/2014-2ª Câmara	-	DE	9495/2014-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Reiterar à Eletrosul Centrais Elétricas S.A. a determinação estabelecida na alínea “b” do Acórdão nº 11005/2011 – TCU – 2ª Câmara, prevista no art. 58, IV, da lei 8.443/92, por mais 15 dias improrrogáveis; no sentido de cadastrar no Sisac, sob pena de responsabilização da autoridade administrativa omissa, novo ato de admissão de Ricardo Araujo Bandeira (CPF 809.208.100-04), livre das inconsistências apontadas pelo TCU					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
AGA					
Síntese da providência adotada:					
Foi realizado novo registro de admissão no SISAC, livre das inconsistências do TCU, inclusive tendo este, considerado o registro legal, por meio do Acórdão 243/2015-2ª Câmara.					
Síntese dos resultados obtidos					
A determinação foi acatada pela área.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.					

11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.11.1.2 - Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	005.689/2011-2	3.281/2011	9.1.1	DE	662/2011-TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Adote as medidas a seu cargo visando a, ouvida a contratada, repactuar o Contrato 90591136 com a finalidade de suprimir da planilha respectiva o Item 18.2 – Recarga de material (solo/rocha/material processado) em pilha de estoque, incluído pelo Termo Aditivo 1, por falta de robusta justificação para tanto.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DEG					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
O cumprimento dessa decisão está suspenso, haja vista que ainda se aguarda o julgamento dos embargos de declaração apresentados ao TCU pela Eletrosul. Por força dos embargos, o ministro relator determinou à unidade técnica que os argumentos apresentados pela Eletrosul em memoriais fossem analisados pela unidade técnica. Independente disso, cabe informar que o contrato n.º 90591136 foi rescindido unilateralmente pela Eletrosul, por culpa da contratada. A Eletrosul reteve parcelas do saldo contratual por força da rescisão, e antes disso, também em virtude dos processos envolvendo o contrato n.º 90591136 no TCU.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Aguarda o julgamento dos embargos de declaração apresentados ao TCU pela Eletrosul					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
ELETROSUL – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	005.689/2011-2	3.281/2011	9.1.2	DE	662/2011-TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Proceda ao desconto nas próximas faturas os valores pagos a maior decorrente do item a ser suprimido na forma do subitem anterior.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DEG					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
O cumprimento dessa decisão está suspenso, haja vista que ainda se aguarda o julgamento dos embargos de declaração apresentados ao TCU pela Eletrosul. Por força dos embargos, o ministro relator determinou à unidade técnica que os argumentos apresentados pela Eletrosul em memoriais fossem analisados pela unidade técnica. Independente disso,					

cabe informar que o contrato n.º 90591136 foi rescindido unilateralmente pela Eletrosul, por culpa da contratada. A Eletrosul reteve parcelas do saldo contratual por força da rescisão, e antes disso, também em virtude dos processos envolvendo o contrato n.º 90591136 no TCU.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Aguarda o julgamento dos embargos de declaração apresentados ao TCU pela Eletrosul

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	005.689/2011-2	3.281/2011	9.1.3	DE	662/2011-TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Informe ao TCU, no prazo de 30 dias, o resultado das negociações firmadas para repactuação do Contrato 90591136, apresentando inclusive cronograma de reembolso dos valores pagos indevidamente.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DEG					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
O cumprimento dessa decisão está suspenso, haja vista que ainda se aguarda o julgamento dos embargos de declaração apresentados ao TCU pela Eletrosul. Por força dos embargos, o ministro relator determinou à unidade técnica que os argumentos apresentados pela Eletrosul em memoriais fossem analisados pela unidade técnica. Independente disso, cabe informar que o contrato n.º 90591136 foi rescindido unilateralmente pela Eletrosul, por culpa da contratada. A Eletrosul reteve parcelas do saldo contratual por força da rescisão, e antes disso, também em virtude dos processos envolvendo o contrato n.º 90591136 no TCU.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Aguarda o julgamento dos embargos de declaração apresentados ao TCU pela Eletrosul					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	008.818/2009/9	2.680/2013-PL	9.3.5	DE	0779/2013-TCU/SecobEnerg
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação					
9.1 conhecer do presente pedido de reexame interposto pela empresa Eletrosul Centrais Elétricas S.A, nos termos do art. 286, parágrafo único, combinado com o art. 285 do Regimento Interno para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, de forma a modificar a redação do item 9.3.5 do Acórdão nº 173/2011 - TCU - Plenário, que passa a ter a seguinte redação:					
"9.3.5. realize, tão logo inexistir impedimento judicial, o "encontro de contas" com a empresa Energ Power, de acordo com o anunciado pelo Diretor-Presidente da Eletrosul, executando as garantias e aplicando as sanções contratuais					

cabíveis, informando ao Tribunal de Contas da União, no âmbito das contas anuais da entidade, acerca das medidas adotadas.”

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
DEG/AJU	
Justificativa para o seu não Cumprimento:	
O citado encontro de contas com a empresa Energ Power depende, segundo a orientação da decisão supramencionada, da inexistência de impedimento judicial. Ocorre que, como já adiantado ao TCU no pedido de reexame que originou o Acórdão n.º 2.680/2013-PL, há ações judiciais em curso envolvendo a Energ Power e a Eletrosul, inclusive com liminares deferidas no intuito de impedir a execução da garantia de fiel cumprimento e de aplicar reprimendas administrativas. Por esse motivo, o cumprimento de tal item da deliberação somente poderá ser retomado após o encerramento dos processos judiciais.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

11.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro A.11.2.1 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do Órgão de Controle Interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201307771	1.2.2.1	22.281/2013/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Atualizar a Política de Segurança de Gestão da Informação - PSGI.			
Recomendação 2: Constituir Comitê de Segurança da Informação nos moldes estabelecidos pela Instrução Normativa número 1/2008, do GSI/PR.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
AGA			
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação 1: a Política de Segurança de Gestão da Informação (PSGI) foi atualizada e a nova versão foi aprovada pela DCA-343-02, de 08/08/2014. O nome do documento foi alterado para Política de Segurança da Informação e Comunicações (PSIC).			
Recomendação 2: a criação e a composição do Comitê de Segurança da Informação e Comunicações Eletrosul foi aprovada pela RD-1524-02, de 05/06/2014.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação acatada.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201307771	4.1.1.4	22.281/2013/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
<p>Recomendação 1: Quando do encerramento do Contrato nº 90580124 (Concorrência nº 90570406), mediante o estabelecimento de futuro Termo Aditivo ou Termo de Encerramento, incluir procedimento de análise das composições de preços unitários dos serviços afetos ao TA6.</p> <p>Recomendação 2: Observar, na integralidade, quando do aceite de propostas orçamentárias de futuras obras e serviços de engenharia, aos pressupostos da Súmula TCU nº 258/2010.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DEG			
Síntese da Providência Adotada:			
<p>Os preços unitários afetos ao Termo Aditivo nº 6 foram objeto de análise e os procedimentos estão contemplados no Termo Aditivo nº 14, aprovado pela Diretoria Executiva da Eletrosul por meio da RD-1490-11 de 17/10/2013.</p> <p>O Departamento de Engenharia de Geração – DEG, quando do aceite de propostas orçamentárias de obras e serviços de engenharia, tem observado os pressupostos da Súmula TCU nº 258/2010.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A determinação vem sendo observada pela área gestora.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201307771	4.1.1.9	22.281/2013/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Caso seja feita a opção por não permitir, no edital de certames licitatórios, a participação de empresas na forma de consórcios, considerando a faculdade constante do art. 33, caput, da Lei nº 8.666/1993, justificar formalmente tal escolha no respectivo processo administrativo da licitação, para cumprimento do Acórdão n.º 1.636/2007 -Plenário, do Acórdão n.º 1316/2010-1ª Câmara, do Acórdão n.º 1.102/2009-1ª Câmara e do Acórdão nº 3.654/2012-2ª Câmara.			
Providências Adotadas			

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DEG/AGA/DES	
Síntese da Providência Adotada	
A Eletrosul vem observando a condição recomendada pela CGU, não estabelecendo vedação à participação de empresas na forma de consórcio e justificando no processo licitatório quando considera tal vedação necessária.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
A determinação vem sendo observada.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201307771	4.1.1.10	22.281/2013/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Aprimore as rotinas internas, não incluindo, nos editais de seus certames licitatórios, cláusulas em que a certificação ISO e outras semelhantes sejam empregadas como exigências para habilitação ou como critério para desclassificação de propostas.			
Recomendação 2: Aprimore as rotinas internas, evitando a inclusão de cláusulas que possam restringir a competitividade dos certames, exceto naqueles casos permitidos pela legislação vigente.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DEG/AGA/DES			
Síntese da Providência Adotada			
A Eletrosul vem observando a determinação, abstendo-se de exigir, em seus editais de licitação, certificação ISO ou outras semelhantes, para habilitação ou como critério para desclassificação de propostas.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A recomendação vem sendo observada pelas áreas gestoras			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201307771	4.1.1.11	22.281/2013/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382

Descrição da Recomendação:	
Aprimore as rotinas internas da Unidade, limitando nos editais de suas próximas licitações, a previsão de exigências de capacidade técnica aos níveis mínimos necessários que garantam a qualificação técnica das empresas para o fornecimento dos bens licitados, abstendo-se de estabelecer exigências excessivas, que restrinjam indevidamente a competitividade dos certames e firam o princípio da licitação.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DES	
Síntese da Providência Adotada	
A Eletrosul vem observando a recomendação apresentada pela CGU, exigindo em seus editais apenas a capacidade técnica que garanta a qualificação técnica condizente com o fornecimento dos bens licitados, sem exigências excessivas ou restritivas à competitividade.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
A recomendação vem sendo observada pela área gestora.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201407946	1.1.1.2	23.866/2014/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Promover a interação entre as equipes responsáveis pela elaboração do Relatório de Gestão, bem como aperfeiçoar a sistemática de revisão e compilação dos dados que compõem esse documento.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
GPR			
Síntese da Providência Adotada			
Por meio da Resolução da Diretoria Executiva RD-1568-07, foram designados os responsáveis pelo fornecimento e consolidação das informações necessárias à elaboração do Relatório de Gestão e Prestação Anual de Contas, tendo como área coordenadora a Auditoria Interna, com objetivo de aprimorar os procedimentos concernentes à elaboração, revisão e compilação de dados do Relatório de Gestão . Afora a referida medida, foi desenvolvido um aplicativo interno, com o objetivo de aperfeiçoar o processo de coleta e verificação de informações pertinentes ao Relatório de Gestão, com a estruturação de banco de dados informatizado, que contempla todas as informações apresentadas pela Administração, permitindo o seu fácil acesso e maior transparência para todas as áreas envolvidas.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A recomendação foi acatada			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG

Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201407946	1.1.1.5	23.866/2014/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
<p>Recomendação 1: Exigir da EFPC o estabelecimento de um plano de ação de gerenciamento de riscos abrangente e detalhado, vinculado aos resultados dos ciclos periódicos de autoavaliação de gestão, que defina: (i) as etapas; (ii) as atividades necessárias para a sua realização; e (iii) e o cronograma físico-financeiro, que permita mensurar o seu percentual de implementação pela Patrocinadora e órgãos de controle.</p> <p>Recomendação 2: Incluir no planejamento anual de Auditoria Interna exames por amostragem que permitam aferir a regularidade da prestação dos serviços contratados pela EFPC, no que diz respeito à adequada certificação dos prestadores de serviços e ao cumprimento da política de investimentos deliberada.</p>			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
AGF/AUD			
Síntese da Providência Adotada			
<p>Recomendação 1: O estabelecimento do plano de gerenciamento de riscos pela EFPC foi negociado com a Fundação Elos, a fim de atender as orientações contidas nesta recomendação.</p> <p>Em 26/03/2015, foi encaminhada à ELOS, a CE DF-0030/2015, solicitando o encaminhamento do referido plano, para fins de comprovação da providência adotada.</p> <p>Em atendimento a solicitação a ELOS encaminhou, por meio da correspondência CE SUP -0070/2015, de 31/03/2015, diversos documentos relativos ao acompanhamento e avaliação de resultados do Plano de Metas de 2014, notadamente sobre a Gestão de Riscos da Fundação.</p> <p>Recomendação 2: A recomendação foi acatada pela Auditoria Interna da Eletrosul, que incluiu em seu “Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT-2015”, a análise dos procedimentos adotados pela Fundação Elos em matéria de gestão de riscos, de ativos e de dívidas, com base em normativos setoriais pertinentes e na política de investimentos da Fundação.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
As recomendações vem sendo observadas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	201407946	1.1.1.6	23.866/2014/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Aprimorar a estrutura de controles internos da Eletrosul a fim de que a atuação da ELOS possa ser monitorada, também, no tocante à gestão de Riscos, da seguinte forma: (i) Dentro do componente "Ambiente de Controle" - estabelecer formalmente instruções e "check-lists" (normas de gestão) que possibilitem a UCI,			

eventualmente, incluir em seu planejamento anual ações de controle sobre os temas abordados e definir política de capacitação destinada aos funcionários da Unidade de Controle Interno para, também, instruí-los nesse sentido; (ii) Dentro do componente "Avaliação de Riscos e Procedimentos de Controle" - estabelecer instruções e criar ferramentas que facilitem a obtenção das informações no que tange à gestão dos riscos pela EFPC; (iii) Dentro do componente "Informação e Comunicação" - fazer gestões junto a EFPC para que sejam definidos indicadores que sirvam de subsídio às análises da Unidade de Auditoria Interna no que tange à gestão de riscos realizada pela ELOS.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
AGF	
Síntese da Providência Adotada	
Em atendimento à constatação 1.1.1.6 do Relatório da CGU em referência, a AGF elaborou minuta referente aos "Procedimentos Internos", contendo a descrição das atividades e o fluxo dos processos sob a responsabilidade da AGF, a fim de contribuir com o aprimoramento dos controles internos no que tange ao relacionamento com a Fundação ELOS. Esta minuta foi encaminhada ao Órgão de O&M para avaliação, adequação e formatação do seu conteúdo aos padrões dos normativos internos vigentes na Empresa. No que tange à gestão de riscos realizada na ELOS, a Eletrosul solicitou e a ELOS encaminhou a CE SUP-0070/2015, apresentando suas considerações e documentos pertinentes ao assunto em tela.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
A recomendação está sendo observada.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	201407946	1.1.1.7	23.866/2014/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Demonstrar que atualmente, considerando as opções disponíveis no mercado, as dívidas em comento, em um custo de INPC + 6% ao ano, permanecem como a opção mais vantajosa para a Eletrosul, encaminhando o resultado deste estudo ao Controle Interno.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
AGF			
Síntese da Providência Adotada			
Foram elaborados os estudos concernentes à recomendação em comento, cujos resultados apresentamos abaixo.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Tem-se como princípio que a fundação possui preferência pelo recebimento do crédito à vista. Não sendo possível a realização de pagamento imediato pelo devedor (Eletrosul), que tal fato não acarrete perda de riqueza ao credor (fundação), risco este mitigado pelo estabelecimento de uma remuneração contratual alinhada ao retorno dos títulos públicos federais atrelados à inflação, por possuírem boa liquidez, baixo risco de crédito, prazo de maturação compatível com as obrigações de um fundo de pensão, e proteção contra a inflação. A precificação desses títulos públicos atrelados ao IPCA (Notas do Tesouro Nacional Série B) apresentou forte oscilação nos últimos meses. Pode-se observar na tabela abaixo que desde a data da Solicitação de Auditoria nº 201407943/012, de 18/06/2014, as taxas de retorno real dos principais títulos chegaram ao piso de 5,25% a.a., e			

ultrapassaram, na mesma amostra, a taxa de 6% a.a..

	NTNB 2024	NTNB 2035	NTNB 2050
Máximo	6,20%	6,35%	6,43%
Média	5,82%	5,90%	5,95%
Mínimo	5,25%	5,26%	5,32%
P90	6,03%	6,13%	6,20%
P75	5,97%	6,08%	6,11%
P50 (Mediana)	5,89%	5,96%	6,02%
Desvio Padrão	0,21%	0,23%	0,24%

Dessa forma, entendemos que a variação observada recentemente nas taxas de remuneração dos títulos públicos está fortemente sujeita a fatores conjunturais, e por isso apresentando forte oscilação, o que impede a construção de um argumento consistente de renegociação contratual frequente da taxa praticada nos contratos de dívida.

Além disso, os recentes contratos de financiamento da Eletrosul apresentam taxas superiores em relação às taxas contratadas junto ao EFPC.

Instituição	Eletrobras	Banco do Brasil	BTG/HSBC	ELOS
Valor (R\$ MM)	1.200	250	600	54,6
Taxa	119,5% x CDI	115% x CDI	116% x CDI	6% + INPC
CDI (em 04/12/2014)		11,09%		
INCP (acumulado 12 meses)		6,34%		
Taxa real	6,91%	6,41%	6,52%	6,00%

Fonte: Dados elaborados a partir de: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/balanco-e-estatisticas>

Se não bastasse a demonstração de que os contratos entre Eletrosul e EFPC são vantajosos, na medida em que as taxas são compatíveis com as praticadas no mercado, os referidos instrumentos contratuais foram celebrados à luz da legislação de regência vigente no período em que foram pactuados. Ademais, preencheram os requisitos de validade do negócio jurídico, conforme análises jurídicas outrora realizadas. Portanto, reputam-se atos jurídicos perfeitos. Não se admite, com efeito, que as condições inicialmente ajustadas, dentre elas a taxa de juros, sejam objeto de alteração unilateral por uma das partes em desfavor da outra, sob pena de violar o pacto originalmente celebrado (*pacta sunt servanda*) e o princípio da contratualidade. Com reforço em parecer jurídico contratado pela Eletrosul junto ao escritório de advocacia Bocater, Camargo, Costa e Silva, afirma-se que as relações contratuais decorrentes do regime de previdência complementar são de direito privado, o que importa em reconhecer autonomia e desvinculação em relação ao regime geral de previdência. Em consequência disso, afirma o parecer, não se admitem alterações unilaterais, e, por outro lado, as avenças encontram-se protegidas pela garantia constitucional do ato jurídico perfeito (art. 5º, XXXVI da Constituição Federal).

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201407946	4.1.1.4	23.866/2014/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Efetuar gestão junto à Holding quanto à necessidade de elaboração e disciplinamento no âmbito do Sistema Eletrobrás, dos requisitos e procedimentos para implementação, execução e monitoramento do programa de participação em lucros ou resultados - PLR.			

Recomendação 2: Submeter ao conhecimento do Conselho de Administração a proposta de Termo de Pactuação de Metas referente a Participação nos Lucros ou Resultados dos empregados sempre que forem propostas metas inferiores ao resultado efetivo alcançado pelo indicador no ano anterior, conforme se constatou em relação ao PLR de 2013 e 2012.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
AGA	
Síntese da Providência Adotada	
Recomendação 1: Em atendimento à Recomendação referenciada, a Eletrosul encaminhou à Holding a correspondência CE DA-0065/2014, de 19/08/2014, contendo sugestão de Diretrizes visando atender os requisitos e procedimentos para implementação, execução e monitoramento do programa de participação nos lucros ou resultados - PLR.	
Recomendação 2: No tocante a essa Recomendação, a Eletrosul decide pelo seu acatamento.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Até 31/12/2014 a Eletrosul não recebeu resposta formal da correspondência encaminhada à Eletrobrás.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201407946	4.1.1.5	23.866/2014/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Submeter à consideração da Holding ELETROBRÁS os fatos apontados neste item do Relatório, visando estabelecer o tratamento adequado a ser dado em relação à definição quanto ao "montante a ser distribuído" considerando as diversas situações dos empregados da empresa e as divergências identificadas em relação ao montante autorizado;			
Recomendação 2: Estabelecer nos próximos Termos de Pactuação de Metas referente à PLR, regramento específico quanto ao tratamento a ser dado aos empregados cedidos sem ônus para a empresa que optarem pelo recebimento de PLR na Eletrosul e a sistemática de ressarcimentos dos valores;			
Recomendação 3: Submeter à Holding ELETROBRÁS, a constar dos próximos Termos de Pactuação de PLRs, proposta de regramento quanto à sistemática de distribuição do montante autorizado em relação aos valores a serem ressarcidos pelas empresas cessionárias de empregados cedidos que optarem pelo recebimento de PLR na cedente.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
AGA			
Síntese da Providência Adotada			
Recomendações 1, 2 e 3: A Eletrosul solicitou à Holding, por meio da CE DA-0065/2014, definir, no Termo da PLR Nacional, os procedimentos a serem observados pelas empresas Eletrobras sobre os critérios a serem aplicados aos empregados requisitados/cedidos, orientando também as empresas quanto aos ressarcimentos decorrentes desses pagamentos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Até 31/12/2014 a Eletrosul não recebeu resposta formal da correspondência encaminhada à Eletrobrás.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201315383	1.1.1.1	28.327/2014/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Efetuar atualização nos normativos internos que tratam dos processos de aquisição mediante dispensa de licitação para realização de pequenas obras e serviços de engenharia, de forma a disciplinar os procedimentos relacionados à elaboração de orçamentos básicos e das especificações técnicas por área com profissionais técnicos com perfil adequado.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
AGA			
Síntese da Providência Adotada			
Procedimento de Gestão PG-005.01 revisado, conforme versão 12, de 06/06/2014.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A determinação foi acatada.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201315383	1.1.1.2	28.327/2014/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Exigir, mesmo nos processos de dispensa de licitação, das empresas proponentes em suas propostas a demonstração dos preços unitários de todos os serviços e materiais quantificados, de forma a dar cumprimento à Súmula 258/2010 do TCU.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
AGA			
Síntese da Providência Adotada			
Os Formulários padronizados de Consulta de Preços foram ajustados para contemplar a demonstração de preços unitários, e disponibilizados por meio de comunicado as áreas usuárias por meio da CI DGS-0242/2014.			

Síntese dos Resultados Obtidos
A determinação foi acatada.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201315383	1.1.1.3	28.327/2014/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
<p>Recomendação 1: Adotar as medidas para ressarcimento dos valores indevidamente pagos no Contrato CDS nº 1304130112, apresentando a comprovação dessas medidas ao órgão de controle interno;</p> <p>Recomendação 2: Efetuar atualização dos normativos internos que tratam das aquisições de obras e serviços de engenharia com fundamento na dispensa de licitação, disciplinando os procedimentos de fiscalização e os requisitos fundamentais nos procedimentos de atesto e aferição do cumprimento das condições avençadas, utilizando-se para tanto dos entendimentos expresso pelo TCU no tocante à matéria;</p> <p>Recomendação 3: Promover efetiva capacitação dos funcionários lotados em áreas responsáveis pelo gerenciamento e fiscalização de obras e serviços de engenharia de forma garantir a garantir o pleno conhecimento das responsabilidades e exigências legais no tocante ao gerenciamento e fiscalização de contratos no âmbito da Empresa.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
AGA			
Síntese da Providência Adotada			
<p>Recomendação 1: A Eletrosul encaminhou para a contratada CE DGI-0239/2014, dando ciência e solicitando o ressarcimento dos valores citados no relatório da CGU. A empresa contratada respondeu, através de email, em 22/12/2014, concordando com a devolução, porém, solicitando o parcelamento da dívida em 04 vezes. O DGI, em 23/12/2014, encaminhou ao DEF CI DGI 0379/2014, solicitando a emissão de notas de débito, buscando o ressarcimento conforme apontado.</p> <p>Recomendação 2: Procedimento de Gestão PG-005.15 em processo de revisão para contemplar os requisitos demandados pela CGU, de forma paliativa a emissão da Norma de Gestão NG-122 – Gestão de Contratos;</p> <p>Recomendação 3: Foram realizados dois eventos de capacitação orientados aos gestores de contratos, sendo um na Sede voltado à Gestão de Infraestrutura e outro, por videoconferência, para as Regionais.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
As recomendações 1, 2 e 3 foram acatadas pelas áreas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.	60382
Recomendações do OCI	
Recomendações expedidas pelo OCI	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	201315383	1.1.1.4	28. 28.327/2014/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
<p>Recomendação 1: Tornar obrigatório a utilização de check-list em todos os processos de dispensa, visando disseminar os requisitos legais a serem observados na constituição dos processos;</p> <p>Recomendação 2: Promover ampla capacitação dos funcionários das áreas responsáveis pela formalização de contratações de bens e serviços e de seus supervisores imediatos quanto aos requisitos técnicos e legais na constituição dos processos fundamentados nas exceções à licitação, bem como sobre as responsabilidades e riscos da ausência de comprovação do atendimento aos princípios da impessoalidade, moralidade e legalidade;</p> <p>Recomendação 3: Promover revisão nas normas e procedimentos internos que tratam de aquisição de bens e serviços de forma direta, buscando atualizar as rotinas de acordo com os entendimentos firmados pelos órgãos de controle em relação ao tema dispensa de licitação.</p>			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
DGS			
Síntese da Providência Adotada			
<p>Recomendação 1: Foram elaborados e disponibilizados no Banco de Formulários Padronizados os check list relativos aos processos de dispensa de licitação em função do valor, sendo que as áreas usuárias foram notificadas quanto a necessidade de adoção dos check lists;</p> <p>Recomendação 2: Os gerentes das áreas foram capacitados e orientados para repassar as informações aos empregados responsáveis pela formalização de contratações de bens e serviços e de seus supervisores imediatos quanto aos requisitos técnicos e legais na constituição dos processos fundamentados nas exceções à licitação e quanto aos riscos da ausência de comprovação do atendimento aos princípios da impessoalidade, moralidade e legalidade.</p> <p>Recomendação 3: Os procedimentos internos estão em revisão, nos termos da CI DGS-0311/2014.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
As recomendações 1 e 2 foram acatadas. A recomendação 3 está sendo observada.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201315383	1.1.2.1	28.327/2014/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
<p>Recomendação 1: Promover alteração nos normativos internos de forma a melhor disciplinar as aquisições relacionadas a "obras e serviços de engenharia", estabelecendo-se a obrigatoriedade de diagnósticos periódicos (anual) pela áreas responsáveis pela manutenção dos imóveis de forma a subsidiar o planejamento das aquisições do diversos serviços necessários, com realização de licitação na modalidade apropriada, evitando-se o seguido fracionamento das despesas;</p> <p>Recomendação 2: Implantar, efetivamente, o processo de planejamento anual das aquisições da Empresa conforme definido na NG 005, de forma a identificar com maior antecedência as necessidades anuais de materiais e serviços das diversas áreas, e agregar as aquisições desses bens e serviços, para atendimento às demandas de forma global, evitando-se o fracionamento de despesas.</p>			
Providências Adotadas			

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
AGA	
Síntese da Providência Adotada	
Recomendação 1: Os normativos pertinentes estão em revisão pela área, previstas para serem concluídas até o primeiro semestre de 2015.	
Recomendação 2: O planejamento anual de compras, conforme estabelece a NG-005 foi efetivado, sendo que houve notificação às áreas quanto a exigência de apontar suas necessidades para o ano de 2015, conforme CI DGS-0193/2014, e também a realização de reuniões sobre este planejamento com as áreas requisitantes mais frequentes.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
A recomendação 1 vem sendo observada e a recomendação 2 foi acatada.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	201315383	1.2.1.1	28.327/2014/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Promover alteração nos normativos internos e nos formulários de consultas de preços, para contemplar a obrigatoriedade da exigência de comprovação da regularidade fiscal relativa à seguridade social, nas aquisições fundamentadas nos incisos I e II do Art. 24 da Lei nº 8.666/93, de forma a atender ao §3º do Art. 195 da CF;			
Recomendação 2: Efetuar exigência de comprovação quanto à regularidade fiscal relativa à seguridade social das empresas contratadas, em atendimento ao disposto no §3º do art. 195 da Constituição Federal, nas aquisições mediante contratação direta com fundamento nas dispensas admitidas pela Lei nº 8.666/93, e em especial as dos incisos I e II.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
AGA			
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação 1: O PG-005.09 está em processo de revisão para contemplar a exigência da comprovação da regularidade perante a Seguridade Social nas contratações enquadradas nos incisos I e II do artigo 24 da Lei nº 8.666/93. Previsão de conclusão para o primeiro semestre de 2015.			
Recomendação 2: Os formulários padronizados utilizados nas consultas de preços foram ajustados para exigir a comprovação de regularidade perante a Seguridade Social juntamente com a proposta.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A recomendação 1 está sendo providenciada e a recomendação 2 foi acatada.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG

Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	201315383	1.2.1.2	28.327/2014/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
<p>Recomendação 1: Promover ampla orientação ao corpo funcional responsável pela formalização dos processos de aquisição no âmbito da empresa, mediante procedimento de capacitação quanto aos aspectos relacionados ao enquadramento nas modalidades licitatórias, e especialmente no caso das exceções admitidas por meio de dispensas de licitações;</p> <p>Recomendação 2: Promover melhoria no Sistema Informatizado de Gestão - SIG, de forma a contemplar restrições sistêmicas quanto ao enquadramento no fundamento legal indevido nos processos de aquisições mediante dispensa de licitação com base nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, sobretudo de "outros serviços e compras" como sendo de "obras e serviços de engenharia".</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
AGA			
Síntese da Providência Adotada			
<p>Recomendação 1: Já efetuada a atualização do normativo que se encontra em minuta para avaliação da área de O&M da empresa. Assim que aprovada, serão promovidas as novas orientações às áreas, conforme CI DGS-0311/2014.</p> <p>Recomendação 2: Solicitado análise para Consist Business Software Ltda., empresa contratada para a implantação e manutenção do ERP, visando ao atendimento da referida recomendação.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A recomendação 1 e 2 vem sendo observada pela área.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	201315383	1.2.1.3	28.327/2014/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
<p>Recomendação 1: Promover maior capacitação das gerências e responsáveis pela formalização dos processos de aquisição mediante dispensa de licitação, quanto aos requisitos legais e entendimento dos órgãos de controle sobre a matéria, especialmente quanto a necessidade de observância dos princípios da impessoalidade, legalidade e moralidade nas contratações públicas.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
AGA			
Síntese da Providência Adotada			
<p>Recomendação 1: No ano de 2014 foi promovida a agenda de capacitação gerencial que contemplou, no seu</p>			

programa, vários aspectos relacionados aos processos de aquisições e órgãos de controle, dentre eles, os registros legais e entendimento dos órgãos de controle sobre a matéria.
Síntese dos Resultados Obtidos
A determinação foi acatada pela área gestora.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

11.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Quadro A.11.2.2 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201108769	6.1.1.1	27680/2011/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Incluir nos orçamentos comparativos internos que suportarem os próximos processos licitatórios, bem como nos próximos aditivos de obras em andamento, a identificação dos códigos de referência SINAPI utilizados para validação dos preços dos itens de serviço e identificar também aqueles itens de serviço em que seja necessária a utilização de outros comparativos por inexistência de referência neste sistema conforme previsto na LDO anual pertinente.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DEG/DES			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A Eletrosul reitera que, juntamente com as demais Empresas integrantes do Sistema Eletrobrás, e sob a coordenação da Holding, está consolidando um Banco de Dados de Composições de Preços, específico para obras do Sistema de Transmissão e Geração, cuja base para equipamentos, materiais e serviços, será consolidada, atualizada periodicamente e disponibilizada para referência das empresas do grupo e órgãos de controle, atendendo o Acórdão nº 946/2007 - Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU). Em dezembro de 2014 o Sistema de Orçamentos de Projetos Energéticos – SOPE – continuava em desenvolvimento, sob coordenação da Holding, com uma versão disponibilizada para homologação.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A providência em questão sofre impacto do trabalho de consolidação do “Banco de Dados de Composição de Preços” do Sistema Eletrobrás, cuja coordenação é da holding.			

11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

11.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.11.3 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	115		
	Entregaram a DBR	115		
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

11.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

A entrega das declarações de bens e renda é um pré-requisito para a posse no cargo de todos os gerentes da Eletrosul, Diretores e Conselheiros. Devem ser entregues antes da investidura no cargo, ou seja, no início do exercício da função. Desta forma, não houve em 2014 nenhuma inadimplência, pois caso contrário, o indicado não pode permanecer no cargo, segundo Resolução de Diretoria que o nomeia, e em cumprimento à Lei 8.730/93 e a Instrução Normativa 005/94 do Tribunal de Contas da União.

O departamento responsável por receber e gerenciar as declarações é o Departamento de Gestão de Pessoas – DGP, da Diretoria Administrativa. O gerenciamento é feito por meio de um banco de dados, onde constam todas as informações necessárias sobre as declarações e os declarantes. As declarações são recebidas em papel e arquivadas em um cofre com acesso restrito, ficando à disposição para consulta dos órgãos competentes. O Departamento de Gestão de Pessoas faz a averiguação se as declarações estão vigentes e atualizadas de acordo com a ocupação dos cargos.

11.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Não há casos de dano ao Erário, objeto de medidas administrativas, bem como Tomadas de Contas Especiais instauradas e remetidas ao TCU, previstas no art. 18 da IN TCU 71/2012.

11.5 Alimentação SIASG e SICONV

Quadro A.11.5 – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Tarcísio Kemper**, CPF nº376096379-04, Gerente do Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura da **Eletrosul Centrais Elétricas S.A.**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Florianópolis, 18 de março de 2015.

Tarcísio Kemper

376.096.379-04

Gerente Departamento da Eletrosul

Tarcísio Kemper
Gerente do Departamento de Gestão da
Informação e Infraestrutura - DGI
Matrícula: 1515933

12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

O subitem 12.1 não foi abordado neste relatório, pois a Eletrosul constitui-se em Sociedade de Economia Mista integrante da Administração Pública Indireta, razão pela qual o referido item não se aplica à Eletrosul.

12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

A Eletrosul constitui-se em Sociedade de Economia Mista integrante da Administração Pública Indireta, razão pela qual o referido item não se aplica à Eletrosul.

12.2 Apuração dos Custos dos Programas e das Unidades Administrativas

A Eletrosul, por ser sociedade de economia mista, segue as normas contábeis aplicáveis às Sociedades por Ações, de nº 6.404/76 e alterações posteriores, bem como os Pronunciamentos Contábeis e demais orientações aprovadas pelos órgãos competentes. Também, como agente do setor elétrico, deve observar as normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

A partir desses normativos, foram desenvolvidos controles contábeis internos. Os controles envolvem registros efetuados no sistema de Contabilidade GEM ou em sistemas paralelos e interligados ao sistema de Contabilidade. De modo geral, os registros dos investimentos são realizados em Ordens e os registros dos custos e despesas em Unidades, estas últimas denominadas internamente como Locais de Aplicação, bem como em contas contábeis definidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, estabelecido pela Aneel.

Destaca-se que, em observância aos normativos, a contabilidade da Eletrosul efetua a apuração dos custos de Geração e Transmissão de energia, conforme é determinado no MCSE. O resultado é apresentado nas Demonstrações Financeiras, em Nota Explicativa com a segregação das informações por segmento de Negócio: Geração e Transmissão de Energia.

Quando o MCSE trata de Unidades, significa registro dos gastos (custos e despesas) a todas as áreas da empresa, como por exemplo, para cada Departamento. A alocação em cada Unidade é efetuada comumente de modo direto, quando da realização dos lançamentos contábeis.

A estrutura orgânica responsável pelos controles contábeis é o Departamento de Contabilidade, onde são realizadas as atividades inerentes à emissão de relatórios societários e gerenciais relativos ao custeio operacional e aos investimentos, seja em atendimento aos normativos, ou para fins de apuração mensal do Contrato de Metas de Desempenho Empresarial – CMDE que é a utilizado para tomada de decisões, ou ainda quando requerido relatório específico.

Para fins gerenciais, ou seja, para tomada de decisão periódica, além do CMDE a Eletrosul utiliza os relatórios orçamentários, que comparam os valores orçados e realizados por Diretoria. Para a obtenção dos números, os registros efetuados na contabilidade e a estrutura de segregação em Unidades/Locais de Aplicação, são refletidos no sistema orçamentário, o qual é gerenciado pelo Departamento Econômico-Financeiro. Os resultados, tanto do CMDE quanto dos relatórios

orçamentários, são avaliados em reuniões de Diretoria e Conselho de Administração, ocasião em que são indicadas medidas corretivas, quando necessário.

Cabe destacar que a Eletrosul, assim como as demais empresas do Sistema Eletrobras, iniciou um Programa de Implantação do Padrão de ERP – ProERP. O novo sistema informatizado possibilitará maior integração entre as áreas orçamentária e contábil (custos), com maior diversidade de relatórios que poderão ser utilizados como base para tomadas de decisões. O objetivo inicial é que a implantação ocorra até 2017.

12.6 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares de reais)

ATIVO		Controladora		Consolidado	
		31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
	Notas				
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	23.390	771.597	26.960	773.711
Títulos e valores mobiliários	5.2	102.471	-	143.798	-
Clientes	7	163.130	109.700	166.394	112.048
Ativo financeiro - concessão de serviço público	8	61.362	59.775	64.349	62.760
Créditos indenizatórios - Lei 12.783/13	9	420.730	391.107	420.730	391.107
Créditos de energia renegociados - Lei 8.727/93	10	22.103	134.193	22.103	134.193
Dividendos a receber	11	7.010	3.793	4.715	2.057
Tributos a recuperar	12	54.946	70.078	56.600	70.082
Cauções e depósitos vinculados	6	11.993	25.626	127.739	25.626
Almoxarifado		35.133	35.745	35.133	35.745
Outros ativos	14	101.477	66.042	102.200	66.058
		1.003.745	1.667.656	1.170.721	1.673.387
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Créditos indenizatórios - Lei 12.783/13	9	-	228.146	-	228.146
Créditos de energia renegociados - Lei 8.727/93	10	521.710	374.261	521.710	374.261
Tributos a recuperar	12	28.738	25.901	28.738	25.901
Ativo fiscal diferido, líquido	15	-	161.226	293	161.226
Ações preferenciais resgatáveis	16.2	91.310	-	91.310	-
Adiantamento para aumento de capital	13	606.649	208.629	503.987	208.629
Ativo financeiro - concessão de serviço público	8	2.008.148	2.004.960	2.087.925	2.088.177
Cauções e depósitos vinculados	6	104.891	113.915	107.568	116.752
Outros ativos	14	67.547	33.762	62.374	29.188
		3.428.993	3.150.800	3.403.905	3.232.280
Investimentos	16	2.884.211	2.524.606	2.826.445	2.468.677
Imobilizado	17	2.413.229	2.378.241	2.616.344	2.378.241
Intangível	18	156.965	164.932	171.575	180.261
		8.883.398	8.218.579	9.018.269	8.259.459
TOTAL DO ATIVO		9.887.143	9.886.235	10.188.990	9.932.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Controladora		Consolidado	
		31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
	Notas				
CIRCULANTE					
Fornecedores	20	72.017	62.734	76.685	62.863
Financiamentos e empréstimos	21	284.194	382.874	290.344	389.167
Debêntures	22	-	-	255.159	-
Folha de pagamento		38.255	35.302	38.315	35.311
Imposto de renda e contribuição social a recolher		2.303	3.201	2.500	3.304
Tributos a recolher	23	58.602	53.277	59.024	53.373
Dividendos a pagar	34	8.542	62.887	9.307	63.466
Obrigações estimadas	24	39.849	45.559	39.883	45.590
Benefício pós-emprego	33	7.576	11.733	7.576	11.733
Pesquisa e desenvolvimento	27	37.420	31.349	38.329	32.072
Provisão para contratos onerosos	25	-	9.662	-	9.662
Provisões operacionais	29	70.863	111.283	70.863	111.283
Outros passivos	30	63.953	57.516	64.246	57.708
		683.574	867.377	952.231	875.532
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	21	3.295.552	2.775.877	3.315.064	2.800.672
Tributos a recolher	23	56.759	72.400	56.759	72.400
Obrigações estimadas	24	13.397	20.638	13.397	20.638
Passivo fiscal diferido, líquido	15	29.357	-	29.357	-
Provisões para riscos	26	74.933	55.903	74.933	55.903
Benefício pós-emprego	33	162.372	77.766	162.372	77.766
Adiantamento para aumento de capital	13	63.976	59.284	63.985	59.284
Provisão para contratos onerosos	25	-	427.746	-	427.746
Concessões a pagar - Uso do Bem Público	28	23.938	22.814	23.938	22.814
Provisões operacionais	29	13.448	13.448	13.448	13.448
Outros passivos	30	201.146	48	200.458	176
		3.934.878	3.525.924	3.953.711	3.550.847
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	34	4.295.250	4.295.250	4.295.250	4.295.250
Reservas de lucros		1.074.209	1.072.411	1.074.209	1.072.411
Ajuste de avaliação patrimonial		(126.391)	(63.387)	(126.391)	(63.387)
Dividendos adicionais propostos		25.623	188.660	25.623	188.660
		5.268.691	5.492.934	5.268.691	5.492.934
Participação de não controladores		-	-	14.357	13.533
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.887.143	9.886.235	10.188.990	9.932.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
RECETTA OPERACIONAL LÍQUIDA	39	1.100.183	943.962	1.118.657	1.059.350
CUSTO OPERACIONAL					
Custo com energia elétrica		(62.677)	(27.934)	(62.677)	(27.934)
Energia comprada para revenda	41	(62.677)	(41.864)	(62.677)	(41.864)
Reversão perdas contrato oneroso	25 e 41	-	13.930	-	13.930
Custo de operação	41	(428.624)	(379.077)	(430.065)	(394.872)
Pessoal, material e serviços de terceiros		(289.183)	(266.116)	(290.235)	(270.070)
Depreciação e amortização		(115.280)	(79.836)	(115.280)	(89.997)
Taxa de fiscalização		(4.274)	(5.626)	(4.274)	(5.626)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		601	77	601	(36)
Outros		(20.488)	(27.576)	(20.877)	(29.143)
Custo do serviço prestado a terceiros	41	(24.509)	(10.633)	(24.509)	(11.082)
Custo de construção	41	(59.819)	(75.835)	(59.820)	(117.925)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		524.554	450.483	541.586	507.537
Despesas operacionais	41	(191.210)	(260.590)	(194.631)	(266.538)
RESULTADO DO SERVIÇO		333.344	189.893	346.955	240.999
Outras receitas e despesas operacionais					
Resultado de participações societárias	16	(407.701)	(1.781)	(416.682)	(20.778)
Resultado financeiro	42	(123.024)	(59.288)	(123.682)	(84.193)
Impairment	19	57.610	(247.578)	57.610	(247.578)
Contratos onerosos	25	407.893	488.601	407.893	488.601
Outras receitas/despesas, líquido		(7.238)	(11.796)	(7.238)	(11.796)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA LEI 12.783/13		260.884	358.051	264.856	365.255
Indenizações Lei 12.783/13		-	25.092	-	25.092
LUCRO OPERACIONAL		260.884	383.143	264.856	390.347
Imposto de renda e contribuição social correntes	43	(2.128)	(6.547)	(3.184)	(9.700)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	43	(222.794)	(111.811)	(222.500)	(113.384)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		35.962	264.785	39.172	267.263
Atribuível a:					
Acionistas controladores		35.962	264.785	35.962	264.785
Acionistas não controladores		-	-	3.210	2.478
Média ponderada de ações ordinárias		101.117.798	92.402.707	101.117.798	92.402.707
Lucro básico e diluído por ação ordinária		0,36	2,87	0,36	2,87

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	35.962	264.785	39.172	267.263
Ajustes de hedges de fluxo de caixa	(600)	134	(600)	134
Ajuste de ganhos (perdas) atuariais	(91.626)	177.742	(91.626)	177.742
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.222	(54.552)	29.222	(54.552)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(27.042)	388.109	(23.832)	390.587

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido dos Sócios da Controladora	Participação dos não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
SALDOS EM 31.12.2012	3.740.410	1.059.172	(186.711)	46.906	-	4.659.777	13.461	4.673.238
Resultado abrangente do exercício								
Ajuste de ganhos (perdas) atuariais	-	-	123.190	-	-	123.190	-	123.190
Ajustes de hedges de fluxo de caixa	-	-	134	-	-	134	-	134
Incorporação do AFAC ao capital	554.840	-	-	-	-	554.840	-	554.840
Dividendos aprovados AGO	-	-	-	(46.906)	-	(46.906)	(2.351)	(49.257)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	264.785	264.785	2.478	267.263
Destinação para AGO								
Reserva Legal	-	13.239	-	-	(13.239)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,17 por ação)	-	-	-	-	(62.886)	(62.886)	(55)	(62.941)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	188.660	(188.660)	-	-	-
Reserva para Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31.12.2013	4.295.250	1.072.411	(63.387)	188.660	-	5.492.934	13.533	5.506.467
Resultado abrangente do exercício								
Ajuste de ganhos (perdas) atuariais	-	-	(62.404)	-	-	(62.404)	-	(62.404)
Ajustes de hedges de fluxo de caixa	-	-	(600)	-	-	(600)	-	(600)
Dividendos aprovados AGO	-	-	-	(188.660)	-	(188.660)	(1.621)	(190.281)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	35.962	35.962	3.210	39.172
Destinação para AGO								
Reserva Legal	-	1.798	-	-	(1.798)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,08 por ação)	-	-	-	-	(8.541)	(8.541)	(765)	(9.306)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	25.623	(25.623)	-	-	-
SALDOS EM 31.12.2014	4.295.250	1.074.209	(126.391)	25.623	-	5.268.691	14.357	5.283.048

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		260.884	383.143	264.856	390.347
Despesas (receitas) que não afetam o caixa					
Receita de Ativo Financeiro	39	(188.717)	(125.664)	(206.377)	(175.808)
Amortização de Ativo Financeiro	8	229.972	174.348	251.071	241.260
Depreciação e amortização		116.962	81.623	116.968	91.809
Amortização de ágio de investimentos	18	8.973	8.972	8.973	8.972
Variação monetária		(38.776)	3.734	(38.394)	4.302
Encargos financeiros gerados		213.513	141.341	216.091	168.205
Resultado de Participações Societárias	16	407.701	1.781	416.682	20.778
Ajuste a valor presente de tributos		4.260	(6.536)	4.260	(6.536)
Redução do valor recuperável de ativos (Impairment)	19	(57.610)	247.578	(57.610)	247.578
Indenizações Lei 12.783/13		-	(25.092)	-	(25.092)
Perdas do ativo permanente		(1.735)	2.824	(1.735)	2.824
Provisões para contingências		8.524	(19.425)	8.524	(19.425)
Provisões para crédito de liquidação duvidosa		(10.780)	(64)	(10.780)	49
Comp. Aposent. Especial		1.443	4.585	1.443	4.585
Reversão de provisão para perdas com contrato oneroso		(407.893)	(502.531)	(407.893)	(502.531)
Ganhos (perdas) atuariais		(5.645)	15.997	(5.645)	15.997
Plano de incentivo ao desligamento		-	73.695	-	73.695
Outros		30.430	15.188	30.430	20.656
		310.622	92.354	326.008	171.318
(Acréscimo) decréscimo nos ativos operacionais					
Aplicação financeira		(102.471)	-	(143.798)	-
Clientes		(52.840)	55.283	(53.756)	56.027
Tributos a recuperar		34.136	10.122	32.486	12.946
Almoxarifado		(7.839)	176	(7.839)	176
Cauções, depósitos e fundos vinculados		22.658	11.627	(92.928)	(30.490)
Outros créditos		(33.862)	7.155	(34.712)	23.512
		(140.218)	84.363	(300.547)	62.171
Acréscimo (decréscimo) nos passivos operacionais					
Fornecedores		9.283	(27.274)	9.314	(22.124)
Folha de pagamento		2.953	(1.587)	3.004	(1.497)
Imposto de renda e contribuição social a recolher		708	-	708	-
Tributos a recolher		(10.893)	(37.900)	(10.836)	(34.939)
Obrigações estimadas		(13.145)	(46.976)	(13.142)	(51.814)
Entidade de previdência complementar		4.275	3.767	4.275	3.767
Pesquisa e desenvolvimento		6.070	2.496	6.256	2.775
Outros passivos		(24.013)	(80.286)	(23.299)	(84.733)
		(24.762)	(187.760)	(23.720)	(188.565)
Caixa proveniente das atividades operacionais					
		406.526	372.100	266.597	435.271
Pagamento de encargos financeiros		(249.085)	(199.064)	(252.084)	(244.520)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(20.538)	(27.749)	(21.231)	(32.095)
Recebimento de encargos financeiros		448	566	448	566
Recebimento de créditos de indenização- Lei 12.783/13	9	311.447	1.504.383	311.447	1.504.383
Recebimento de créditos de energia renegociados	10	45.878	163.665	45.878	163.665
Depósitos Judiciais		(20.710)	(31.733)	(20.710)	(31.733)
Caixa líquido das atividades operacionais		473.966	1.782.168	330.345	1.795.537

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Ativo Financeiro	8	(59.819)	(75.835)	(59.820)	(117.925)
Em ativo imobilizado		(138.986)	(151.524)	(332.632)	(153.478)
Em ativo intangível		(3.545)	(3.515)	(3.548)	(3.515)
Em participações societárias - capital	16 e 46	(416.893)	(843.656)	(416.843)	(828.656)
Em participações societárias - AFAC	13	(657.478)	(389.849)	(554.807)	(389.849)
Recebimento de remuneração dos investimentos societários		14.296	20.249	7.696	12.862
Incorporação de subsidiárias		-	85.072	-	-
Outros investimentos		29	40	29	40
Caixa líquido das atividades de investimentos		(1.262.396)	(1.359.018)	(1.359.925)	(1.480.521)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos e financiamentos obtidos	21.2	724.014	581.821	974.207	595.578
Pagamento de empréstimos e financiamento-principal	21.2	(394.968)	(242.313)	(400.355)	(266.893)
Pagamento de remuneração aos acionistas	34.5	(276.995)	(67.672)	(279.195)	(70.135)
Pagamento de dívida de Previdência Complementar		(11.828)	(10.843)	(11.828)	(10.843)
Total das atividades de financiamento		40.223	260.993	282.829	247.707
Variação					
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(748.207)	684.143	(746.751)	562.723
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		771.597	87.454	773.711	210.988
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		23.390	771.597	26.960	773.711

Os efeitos não caixa estão demonstrados na nota explicativa nº 46.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
01 - CÁLCULO DO VALOR ADICIONADO				
Receita				
Receita de transmissão, geração e serviços	1.190.440	997.119	1.210.754	1.079.953
Receita de construção geração	43.508	541.135	43.508	541.135
Receita de construção transmissão	59.819	75.835	59.820	117.925
	1.293.767	1.614.089	1.314.082	1.739.013
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais	12.875	16.321	12.987	16.542
Serviço de terceiros	107.205	87.939	109.315	92.952
Custo de construção geração	43.508	541.135	43.508	541.135
Custo de construção transmissão	59.819	75.835	59.820	117.925
Energia elétrica comprada para revenda	62.677	41.864	62.677	41.864
Seguros	4.242	3.982	4.297	4.103
Valor recuperável de ativos (Impairment)	(57.610)	247.578	(57.610)	247.578
Provisão (reversão) perdas na comercialização	-	(13.930)	-	(13.930)
Provisão (reversão) para contingências	(230)	(33.918)	(230)	(33.918)
Provisão (reversão) contrato oneroso compra de energia	(407.893)	(488.601)	(407.893)	(488.601)
Outros	50.732	82.376	51.166	84.660
	(124.675)	560.581	(121.963)	610.310
(=) Valor adicionado bruto	1.418.442	1.053.508	1.436.045	1.128.703
(-) Depreciação e amortização	116.962	81.623	116.968	91.809
(=) Valor adicionado líquido	1.301.480	971.885	1.319.077	1.036.894
(+) Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações societárias	(407.701)	(1.781)	(416.682)	(20.778)
Receita aplicação financeira	59.749	69.913	62.293	73.976
Rendas sobre créditos de energia renegociados	81.237	93.465	81.237	93.465
Outras receitas financeiras	140.900	130.666	141.513	131.205
	(125.815)	292.263	(131.639)	277.868
(=) Valor adicionado total a distribuir	1.175.665	1.264.148	1.187.438	1.314.762
02 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal				
Remuneração/benefícios/FGTS	296.549	270.790	298.075	273.502
Contingência/indenização trabalhista	10.650	14.455	10.650	14.455
Aposentadoria especial/passivo atuarial	1.443	4.585	1.443	4.585
Plano de incentivo ao desligamento	-	73.695	-	73.695
	308.642	363.525	310.168	366.237
Governo				
Tributos	115.742	94.809	116.705	101.793
Encargos Regulatórios	26.890	16.745	27.759	19.892
Encargos sociais	52.029	47.130	52.316	47.834
Contribuição social	59.854	31.664	60.129	32.970
Imposto de renda	165.068	86.694	165.555	90.114
	419.583	277.042	422.464	292.603
Financiadores				
Encargos sobre tributos	3.116	3.956	3.126	3.987
Encargos sobre dividendos	25.449	5.131	25.449	5.131
Encargos sobre AFAC	4.692	59.194	4.692	59.194
Encargos de dívidas	271.114	181.569	273.692	210.291
Variações monetárias	60.951	76.953	61.943	77.521
Aluguel	6.568	5.464	6.909	5.820
Outras despesas financeiras	39.588	26.529	39.823	26.715
	411.478	358.796	415.634	388.659
Acionistas				
Dividendos mínimos obrigatórios	8.541	62.886	8.541	62.886
Dividendos adicionais propostos	25.623	188.660	25.623	188.660
Lucros retidos	1.798	13.239	5.008	15.717
	35.962	264.785	39.172	267.263
Valor adicionado distribuído	1.175.665	1.264.148	1.187.438	1.314.762

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 A Companhia

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (“Eletrosul” ou “Companhia”) é uma sociedade de economia mista federal, de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e tem sede na rua Deputado Antonio Edu Vieira, 999, bairro Pantanal, CEP 88040-901, em Florianópolis, estado de Santa Catarina.

Foi constituída em 23 de dezembro de 1968 e tem como atividades preponderantes a transmissão e a geração de energia elétrica nos três estados da região Sul, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

A receita operacional regulatória da Companhia é formada basicamente por 67,3% da atividade da transmissão, 30,3% de geração e 2,4% de outras atividades. As receitas de transmissão são oriundas de contratos de concessão e autorizações e as receitas de geração, oriundas de contratos de compra e venda de energia, firmados no ambiente regulado, contratos bi-laterais, e operações realizadas de curto prazo, por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O sistema de transmissão de energia elétrica, da Eletrosul, integrante do Sistema Interligado Nacional (SIN) possui 11.140,4 km¹ de linhas de transmissão e potência de transformação de 25.817,8 MVA¹ em 44 subestações e uma conversora de frequência na fronteira do Brasil com a Argentina. Além das instalações próprias, a Companhia possui equipamentos ou presta serviços de operação e/ou manutenção em mais 36 subestações e nos sistemas de integração com o Uruguai (Rivera) e Argentina (Garabi).

O parque gerador em operação da Eletrosul é formado por 3 hidrelétricas, 2 PCH's, 3 parques eólicos e uma unidade solar fotovoltaica, totalizando 428,03 MW de capacidade instalada. Possui ainda 121,1 km¹ de linhas de transmissão e potência de transformação de 288,4 MVA¹ em 5 subestações de conexão.

Além dos sistemas de transmissão e parque gerador próprio, a Companhia participa em outras Sociedades de Propósito Específicos (SPE) nos três estados da região Sul, Mato Grosso, Pará e Rondônia, para implantação e operação de sistemas de transmissão compostos por 4.390,4 km de linhas¹, 10 subestações com capacidade de transformação de 2.651 MVA¹, 2 usinas hidrelétricas com capacidade instalada de 5.570 MW e 36 parques eólicos com capacidade instalada de 660,8 MW¹.

1.2 Leilões de energia em 2014

Por meio de leilão de energia da ANEEL, proveniente de novos empreendimentos, que segue as regras estabelecidas pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, a Companhia conquistou, em 2014, os lotes “A” e “E” do Leilão 004/2014. O lote A possui empreendimentos no Rio Grande do Sul, reunindo oito novas subestações, sendo três delas em 525 kV, além de ampliações de instalações e ainda 17 novas linhas de transmissão com total de 1,9 mil quilômetros de extensão. Este lote foi adquirido com deságio de 14% e a Receita Anual Permitida final ficou em R\$ 336 milhões. O investimento estimado é de aproximadamente R\$ 3,03 bilhões e a entrada em operação comercial está prevista para março de 2018, com prazo de concessão de 30 anos.

O Lote E foi conquistado pela Companhia por meio do consórcio Paraíso em conjunto com as empresas Elecnor e Copel e foi adquirido com deságio de 3,62% apresentando RAP final anual de

¹ Informação não auditada pelos nossos auditores independentes.

R\$ 22 milhões. Este lote reúne duas linhas de transmissão 230 kV e uma subestação no Mato Grosso do Sul.

Os empreendimentos do Leilão 004/2014 estão detalhados abaixo:

Linhas de Transmissão	Extensão das linhas (Km)	Tensão (kV)	Início da Operação	Término da Concessão
LT Capivari do Sul-Gravataí	83	525	03/2018	11/2044
LT Capivari do Sul-Viamão 3	65	230	03/2018	11/2044
LT Guaíba 3-Capivari do Sul	178	525	03/2018	11/2044
LT Osório 3 - Gravataí 3	66	230	03/2018	11/2044
LT Porto Alegre 8 - Porto Alegre 1 (subterrânea)	3,4	230	03/2018	11/2044
LT Porto Alegre 12 - Porto Alegre 1 (subterrânea)	4	230	03/2018	11/2044
LT Livramento 3 - Alegrete 2	125	230	03/2018	11/2044
LT Livramento 3-Cerro Chato	10	230	03/2018	11/2044
LT Livramento 3 - Santa Maria 3	247	230	03/2018	11/2044
LT Livramento 3 - Maçambará 3	205	230	03/2018	11/2044
LT Guaíba 3 - Gravataí	127	525	03/2018	11/2044
LT Guaíba 2-Guaíba 3 C1	19	230	03/2018	11/2044
LT Guaíba 2-Guaíba 3 C2	19	230	03/2018	11/2044
LT Guaíba 3 Candiota 2 CD	279	525	03/2018	11/2044
LT Guaíba 3 – Povo Novo C2	245	525	03/2018	11/2044
LT Marmeleiro 2 – Santa Vitória do Palmar 2	48	525	03/2018	11/2044
LT Povo Novo – Marmeleiro 2	152	525	03/2018	11/2044
LT Nova Santa Rita-Guaíba 3 C2	40	525	03/2018	11/2044
LT Paraíso 2-Chapadão C2	65	230	09/2017	11/2044
LT Campo Grande 2-Paraíso 2 C2	200	230	03/2018	11/2044
Sec. Osório 2 - Lagoa dos Barros em Osório 3	4	230	03/2018	11/2044
Sec. LT Passo Fundo - Nova Prata 2 C1 e C2 em Vila Maria	1	230	03/2018	11/2044
Sec. Santo Ângelo - Maçambará	3,3	230	03/2018	11/2044
Sec. Bajé – Pres. Médici SE CTA	-	230	03/2018	11/2044
Sec. LT Nova Santa Rita – Povo Novo em Guaíba 3	-	525	03/2018	11/2044
Sec. LT 230 KV Campo Grande 2 – Chapadão - Paraíso 2	-	230	09/2017	11/2044
Total	2.188,70			

Subestações	Capacidade de Transformação	Localização	Início da Operação	Término da Concessão
SE Viamão 3 EL 230	-	RS	03/2018	11/2044
SE 525/230/138 kV Capivari do Sul 525/230 (3+1)x 224 MVA e 230/138 kV 2x100 MVA	1.096	RS	03/2018	11/2044
SE Gravataí EL 525	-	RS	03/2018	11/2044
SE Guaíba 3 EL 525	-	RS	03/2018	11/2044
SE 230 kV Vila Maria – 2xATF 230/138 kV	150	RS	03/2018	11/2044
SE Gravataí 3 EL 230 OSO3	-	RS	03/2018	11/2044
SE 230 kV Osório 3 – nova	-	RS	03/2018	11/2044
SE 230 kV Porto Alegre 1 (isolada SF6 nova) 230/69 kV	166	RS	03/2018	11/2044
SE Porto Alegre 12 EL 230	-	RS	03/2018	11/2044
SE Porto Alegre 8 EL 230	-	RS	03/2018	11/2044
SE Alegrete 2 EL 230 LVE3	-	RS	03/2018	11/2044
SE Cerro Chato EL 230 LVE3	-	RS	03/2018	11/2044
SE Livramento 2 Adequação SA	-	RS	03/2018	11/2044
SE 230 kV Livramento 3 - compensador síncrono (-100/+100) MVar	-	RS	03/2018	11/2044
SE 230 kV Maçambará 3	-	RS	03/2018	11/2044
SE Santa Maria 3 EL 230 LVE3	-	RS	03/2018	11/2044
Se Guaíba 2 2EL GUA3	-	RS	03/2018	11/2044
SE 525/230 kV Candiota 2 – com transformação ATR e reatores de barra 525 kV (6+1 res) x 224 MVA – (3+1 res) x50 MVar	1.768	RS	03/2018	11/2044
SE 525 kV/230 kV Guaíba 3 ATR (6+1) x 224 MVA	1.568	RS	03/2018	11/2044
SE Gravataí EL 525 GUA3	-	RS	03/2018	11/2044
SE Marmeleiro 2 2EL 525 SPA2 PNO	-	RS	03/2018	11/2044
SE Nova Santa Rita EL 525 GUA3	-	RS	03/2018	11/2044
SE Povo Novo 2EL 525 GUA3 MRO2	-	RS	03/2018	11/2044
SE Sta Vitória do Palmar 2EL 525 MRO2	-	RS	03/2018	11/2044
SE Campo Grande 2 EL 230 PAR2	-	MS	03/2018	11/2044
SE Chapadão EL PAR2	-	MS	03/2018	11/2044
SE 230/138 kV Paraíso 2	300	MS	09/2017	11/2044
Total	5.048,00			

1.3 Ativos não amortizados e/ou depreciados existentes em 31 de maio de 2000.

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a medida provisória nº 579, sobre as prorrogações das concessões de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, e sobre a redução dos encargos setoriais visando à modicidade tarifária. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 de 23 de janeiro de 2013.

A Eletrosul aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na medida provisória 579 (Lei 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 o contrato de prorrogação da concessão nº 057/2001, passando todos os bens vinculados ao respectivo contrato para a União, sob a administração da Companhia.

A Lei nº 12.783/13 definiu ainda que as concessionárias de transmissão deverão encaminhar à ANEEL as informações relativas aos ativos adquiridos anteriormente a 31 de maio de 2000 (RBSE), ainda não depreciados ou amortizados, necessárias para o cálculo da indenização complementar, em prazo a ser definido pelo poder concedente, conforme § 8º do artigo 15 da Lei nº 12.783/2013, que quando homologada será paga em 30 anos, atualizada na forma de regulamento.

Em 12 de agosto de 2014, a Eletrosul protocolou na ANEEL o Laudo Técnico de Avaliação dos Ativos elaborado pela Delos Consultoria Ltda, empresa independente credenciada pela ANEEL, relativo aos bens existentes em 31 de maio de 2000, buscando reconhecer o montante de R\$ 1.060.632 mil na forma prevista no artigo 15, parágrafo 2º da Lei nº 12.783/13, sendo que nas Demonstrações Financeiras consta o valor de R\$ 513.455 mil a este título.

Após o recebimento do Laudo, a ANEEL realizou trabalho de validação dos valores a serem indenizados referentes aos bens de RBSE e RPC. Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia recebeu o Relatório de Fiscalização nº 071/2014-SFF, corrigindo o valor a receber pela Eletrosul para R\$ 994.991 mil, a preços de dezembro de 2012.

No entanto, foram solicitados esclarecimentos adicionais, os quais foram protocolados na ANEEL em 2 de fevereiro de 2015. Os efeitos econômico-financeiros e o reconhecimento dos respectivos impactos contábeis dependerão da homologação do valor final pela ANEEL bem como da decisão acerca da correção monetária do valor homologado, entre a data base e a data da homologação, pelos Ministérios de Minas e Energia e Fazenda.

1.4 Contrato de compra e venda de ações e alienação de ativos celebrados com a Eletronorte

Foi aprovado pelo Conselho de Administração da Eletrosul em 12 de novembro de 2014 as seguintes operações de venda à Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte):

- Da totalidade da participação da Eletrosul na Norte Brasil Transmissora de Energia S/A (NBTE), correspondentes a 310.425.535 ações ordinárias subscritas e integralizadas, 48.152.436 ações ordinárias subscritas e não integralizadas pela Eletrosul (ações), bem como as 47.786.673 ações correspondentes a aumento do capital social, de responsabilidade da Eletrosul em razão de sua participação na sociedade, e subscritas e integralizadas pela Eletronorte, representativas de 24,5% do capital social da NBTE.

- Da operação de cessão onerosa da totalidade da participação da Eletrosul na Construtora Integração Ltda. (CI), correspondentes a 245 quotas subscritas e integralizadas pela Eletrosul, equivalentes a 24,5% do capital social.

- Da operação de venda dos ativos, direitos e obrigações originados pelo Contrato de Concessão nº 10/2009, cujo objeto consiste nas instalações de transmissão do Lote "A" do leilão Aneel nº 007/2008, SE Coletora Porto Velho 500/230kV, 2 (duas) Estações Conversoras CA/CC/CA (Back-to-Back) 400 MW, e LT Coletora Porto Velho / Porto Velho, C1 e C2 em 230 kV, ambas localizadas no Estado de Rondônia, bem como a transferência das obrigações contratuais existentes junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), decorrentes do Contrato de Financiamento nº 10.2.2072.1, na data da efetiva transferência.

A concretização das operações está condicionada à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), do Departamento de Coordenação e Governança de Empresas Estatais (DEST), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). A baixa do investimento será realizada quando cumpridas todas as condições precedentes e a transferência das ações e da gestão das referidas empresas para a Eletronorte, previsto para o exercício de 2015.

1.5 Empresas controladas e controladas em conjunto

As participações societárias em Sociedades de Propósito Específico (SPE) e seus objetivos sociais são:

CONTROLADAS	Sede	Data de constituição	Objetivo
Uirapuru Transmissora de Energia S/A	Florianópolis - SC	08/2004	Construção, operação e manutenção da LT 525 kV, Ivaiporã (PR) - Londrina (PR)
Eólica Hermenegildo I S/A	Florianópolis - SC	01/2014	Construção, operação e manutenção dos parques eólicos Verace 24, Verace 25, Verace 26 e Verace 27.
Eólica Hermenegildo II S/A	Florianópolis - SC	01/2014	Construção, operação e manutenção dos parques eólicos Verace 28, Verace 29, Verace 30 e Verace 31.
Eólica Hermenegildo III S/A	Florianópolis - SC	01/2014	Construção, operação e manutenção dos parques eólicos Verace 34, Verace 35 e Verace 36.
Eólica Chuí IX S/A	Florianópolis - SC	01/2014	Construção, operação e manutenção do parque eólico Chuí 09.
Eólica Coxilha Seca S/A	Florianópolis - SC	01/2014	Construção, operação e manutenção dos parques eólicos Capão do Inglês, Coxilha Seca e Galpões.

Informações complementares operacionais e financeiras sobre as empresas controladas pela Eletrosul são apresentadas na nota 16.

Encontra-se em análise na ANEEL, o processo de anuência para transferência da outorga para implantação dos parques eólicos Capão do Inglês, Coxilha Seca e Galpões

CONTROLADAS EM CONJUNTO	Sede	Data de constituição	Objetivo
Empresa Transmissora de Energia do Alto Uruguai S/A - Etau	Rio de Janeiro - RJ	05/2002	Construção, operação e manutenção da LT 230 kV, Campos Novos (SC) - Barra Grande (SC) - Lagoa Vermelha (RS) - Santa Marta (RS)
Norte Brasil Transmissora de Energia S/A	Rio de Janeiro - RJ	05/2008	Construção, operação e manutenção da LT Coletora Porto Velho – Araraquara 2
Construtora Integração Ltda	Rio de Janeiro - RJ	06/2009	Construção, montagem e serviços associados ao lote G do Leilão ANEEL nº 007/2008, para LT +/- 600KV coletora Porto Velho – Araraquara 2
ESBR Participações S/A	Rio de Janeiro - RJ	08/2008	Participação na SPE Energia Sustentável do Brasil S/A, cuja atividade é a construção, operação e manutenção da UHE Jirau (RO)
Teles Pires Participações S/A - TPP	Rio de Janeiro - RJ	11/2011	Participação na SPE Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A, cuja atividade é a construção, operação e manutenção da UHE Teles Pires, localizada no Rio Teles Pires entre os estados de Mato Grosso e Pará.
Costa Oeste Transmissora de Energia S/A	Curitiba - PR	12/2011	Construção, operação e manutenção da LT 230/138 kV, Cascavel Oeste – Umuarama (PR)
Santa Vitória do Palmar Holding S/A	Florianópolis - SC	11/2011	Participação em SPE's constituídas para exploração dos empreendimentos Verace I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X (RS)
Livramento Holding S/A	Florianópolis - SC	11/2011	Participação em SPE's constituídas para exploração dos empreendimentos Cerro Chato IV, V e VI, Cerro dos Trindade e Ibirapuitã I (RS)
Chuí Holding S/A	Florianópolis - SC	12/2011	Participação em SPE's constituídas para exploração dos empreendimentos Chuí I, II, IV e VI (RS)
Marumbi Transmissora de Energia S/A	Curitiba - PR	12/2011	Construção, operação e manutenção da LT 525 kV Curitiba - Curitiba Leste (PR) e Subestação Curitiba leste 525/230 kV (3+1 res.) x 224 MVA
Transmissora Sul Brasileira de Energia S/A	Florianópolis - SC	12/2011	Construção, operação e manutenção da LT 230 kV Nova Santa Rita - Camaquã 3; LT 230 kV Camaquã 3- Quinta; LT 525 kV Salto Santiago - Itá; LT 525 kV Itá - Nova Santa Rita; Subestação Camaquã 3 230/69 kV.
Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A	Florianópolis - SC	07/2012	Construção, operação e manutenção da LT Nova Santa Rita – Povo Novo, em 525 kV, LT Povo Novo – Marmeleiro, em 525 kV, LT Marmeleiro – Santa Vitória do Palmar, em 525 kv, SE Povo Novo 525/230 kV de 672 MVA, SE Marmeleiro 525 kV e SE Santa Vitória do Palmar 525/138 kV
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A	Florianópolis - SC	12/2013	Construção, operação e manutenção da LT 230 kV Santo Ângelo-Maçambará; LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó, circuito simples, C1; LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó, circuito simples, C2; SE Pinhalzinho 230/138 kV e SE Santa Maria 3 230/138 kV.

NOTA 2 – CONCESSÕES DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto possuem as seguintes concessões e autorizações:

2.1 Usinas da Eletrosul

O parque gerador próprio é formado pelos empreendimentos a seguir discriminados (ver nota 17):

Empreendimentos	Operação comercial	Rio/Local	Potência instalada	Concessão/ Permissão	Vencimento da concessão
			(não auditado)		
Usinas Hidrelétricas (UHE)					
UHE Passo São João	2012	Rio Ijuí (RS)	77,0 MW	08/2006	08/2041
UHE Mauá (49% - consórcio)	2012	Rio Tibaji (PR)	177,9 MW	07/2007	07/2042
UHE São Domingos	2013	Rio Verde (MS)	48,0 MW	12/2002	12/2037
Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)					
PCH Barra do Rio Chapéu	2013	Rio Braço do Norte (SC)	15,2 MW	05/2004	05/2034
PCH João Borges	2013	Rio Caveiras (SC)	19,0 MW	12/2005	12/2035
PCH Santo Cristo ¹	-	Rio Pelotinhas (SC)	19,5 MW	06/2012	06/2042
PCH Coxilha Rica ²	-	Rio Pelotinhas (SC)	18,0 MW	06/2012	06/2042
Usinas Eólicas					
Eólica Cerro Chato I	2011	Sant'Ana do Livramento (RS)	30 MW	08/2010	08/2045
Eólica Cerro Chato II	2011	Sant'Ana do Livramento (RS)	30 MW	08/2010	08/2045
Eólica Cerro Chato III	2011	Sant'Ana do Livramento (RS)	30 MW	08/2010	08/2045
Parque Eólico Capão do Inglês ³	2015	Sant'Ana do Livramento (RS)	10 MW	05/2014	05/2049
Parque Eólico Coxilha Seca ³	2015	Sant'Ana do Livramento (RS)	30 MW	05/2014	05/2049
Parque Eólico Galpões ³	2015	Sant'Ana do Livramento (RS)	8 MW	05/2014	05/2049
Usina Solar Fotovoltaica					
Megawatt Solar ⁴	2014	Florianópolis (SC)	0,93 MW	-	-
			513,53 MW		

⁽¹⁾ Em fase de Licença de Instalação. Início da operação 22 meses após emissão da Licença de Instalação;

⁽²⁾ Início de construção e operação indefinido em função de parecer negativo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

⁽³⁾ Autorização de construção e operação concedida para SPE Eólica Coxilha Seca S.A. por meio do Leilão ANEEL 009/2013. Termo de Transferência de Outorga da Eólica Coxilha Seca para a Eletrosul em 08.08.2014, sendo, portanto, transferido o total da titularidade das Portarias MME nº 192, 204 e 210. A transferência da outorga aguarda anuência da ANEEL.

⁽⁴⁾ Empreendimento abordado pela Resolução Normativa ANEEL 390/2009.

2.2 Sistema de Transmissão da Eletrosul

A Companhia possui concessão para construção e operação de subestações e linhas de transmissão, a seguir discriminadas:

Contrato de Concessão	Linhas de Transmissão/Subestações	Data da concessão	Vencimento da concessão
057/2001*	38 subestações de transmissão, 1 conversora de frequência e 9838,33 km de linhas de transmissão em 525 kV, 230 kV e 138 kV	12/2012	12/2042
004/2004	Linhas de transmissão 525 kV Salto Santiago (PR) – Ivaiporã (PR) 168,5 km e Ivaiporã (PR) – Cascavel D'Oeste (PR) 203,4 km e Módulos nas SE Ivaiporã, SE Salto Santiago e SE Cascavel do Oeste (Copel)	02/2004	02/2034
010/2005	Linha de transmissão 525 Kv Campos Novos - Blumenau com 357,8 km de extensão e subestação Biguaçu 525 kV	03/2005	03/2035
005/2006	Linha de transmissão 525 kV Campos Novos (SC) – Nova Santa Rita (RS) com 257,43 km de extensão e Módulos na SE Nova Santa Rita e SE Campos Novos	04/2006	04/2036
004/2008	Linha de transmissão 230 kV Presidente Médice - Santa Cruz com 237,4 km de extensão	03/2008	03/2038
005/2009	Subestação Missões em 230/69 kV (150 MVA)	01/2009	01/2039
010/2009	Linhas de transmissão 230 kV coletora Porto Velho - Porto Velho C1 e C2 com 22 km de extensão cada, subestação coletora Porto Velho 500/230 kV e duas estações conversoras CA/CC/CA Back-to-Back em 400 MW e módulos na SE Porto Velho (Eletronorte)	02/2009	02/2039
011/2010	Subestações: Caxias 6 230/69 kv, Ijuí 2 230/69 kv, Lageado Grande 230/69 kv (ampliação) e Nova Petrópolis 2 230/69 kv	10/2010	10/2040
012/2010	Linha de transmissão 230 kv Monte Claro - Garibaldi (RS) com 33,5 km de extensão e módulos na SE Garibaldi (CEEE) e SE Monte Claro (CERAN)	10/2010	10/2040
002/2011	Subestação Foz do Chapecó 230/138 kv (ampliação)	06/2011	06/2041
008/2014	SE Ivinhema 2 230/138 kV com 2x150 MVA (ampliação)	01/2014	01/2044

* Contrato de concessão renovado por 30 anos nas condições da Lei nº 12.783/13.

2.3 Usinas das SPE's controladas e controladas em conjunto

SPE's	Partic.	Usinas	Localização	Potência Instalada	Operação comercial	Concessão/ Permissão	Vencimento Concessão/ Permissão
Usinas Hidrelétricas							
ESBR Participações	20,00%	UHE Jirau	Rio Madeira (RO)	3.750 MW	09/2013	08/2008	08/2043
Teles Pires Participações*	24,72%	UHE Teles Pires	Rio Teles Pires (MT)	1.820 MW	07/2015	06/2011	06/2046
Usinas Eólicas							
Chuí*	49,00%	Chuí I	Chuí (RS)	24 MW	05/2015	03/2012	03/2047
		Chuí II	Chuí (RS)	22 MW	05/2015	03/2012	03/2047
		Chuí IV	Chuí (RS)	22 MW	05/2015	02/2012	02/2047
		Chuí V	Chuí (RS)	30 MW	05/2015	03/2012	03/2047
		Chuí VI	Chuí (RS)	24 MW	04/2015	04/2012	04/2047
		Chuí VII	Chuí (RS)	22 MW	04/2015	03/2012	03/2047
Chuí IX*	99,99%	Chuí 09	Chuí (RS)	17,9 MW	04/2015	05/2014	05/2049
Coxilha Seca*	99,99%	Capão do Inglês**	Sant'Ana do Livramento (RS)	10,0 MW	05/2015	05/2014	05/2049
		Coxilha Seca**	Sant'Ana do Livramento (RS)	30,0 MW	05/2015	05/2014	05/2049
		Galpões**	Sant'Ana do Livramento (RS)	8,0 MW	05/2015	05/2014	05/2049
Hermenegildo I*	99,99%	Verace 24	Santa Vitória do Palmar (RS)	19,7 MW	07/2015	06/2014	06/2049
		Verace 25	Santa Vitória do Palmar (RS)	7,2 MW	07/2015	06/2014	06/2049
		Verace 26	Santa Vitória do Palmar (RS)	14,3 MW	07/2015	06/2014	06/2049
		Verace 27	Chuí (RS)	16,1 MW	05/2015	06/2014	06/2049
Hermenegildo II*	99,99%	Verace 28	Chuí (RS)	12,5 MW	07/2015	06/2014	06/2049
		Verace 29	Chuí (RS)	17,9 MW	06/2015	06/2014	06/2049
		Verace 30	Santa Vitória do Palmar (RS)	17,9 MW	08/2015	06/2014	06/2049
		Verace 31	Santa Vitória do Palmar (RS)	9,0 MW	08/2015	06/2014	06/2049
Hermenegildo III*	99,99%	Verace 34	Santa Vitória do Palmar (RS)	14,3 MW	10/2015	06/2014	06/2049
		Verace 35	Santa Vitória do Palmar (RS)	12,5 MW	09/2015	06/2014	06/2049
		Verace 36	Chuí (RS)	21,5 MW	09/2015	06/2014	06/2049
Livramento	52,53%	Cerro Chato IV	Sant'Ana do Livramento (RS)	10 MW	03/2014	03/2012	03/2047
		Cerro Chato V	Sant'Ana do Livramento (RS)	12 MW	05/2014	03/2012	03/2047
		Cerro Chato VI	Sant'Ana do Livramento (RS)	24 MW	10/2014	02/2012	02/2047
		Cerro dos Trindade	Sant'Ana do Livramento (RS)	8 MW	11/2013	03/2012	03/2047
		Ibirapuitã	Sant'Ana do Livramento (RS)	24 MW	06/2015	02/2012	02/2047
Santa Vitória do Palmar*	49,00%	Geribatu I	Santa Vitória do Palmar (RS)	20 MW	02/2015	02/2012	02/2047
		Geribatu II	Santa Vitória do Palmar (RS)	20 MW	02/2015	02/2012	02/2047
		Geribatu III	Santa Vitória do Palmar (RS)	26 MW	02/2015	02/2012	02/2047
		Geribatu IV	Santa Vitória do Palmar (RS)	30 MW	02/2015	02/2012	02/2047
		Geribatu V	Santa Vitória do Palmar (RS)	30 MW	02/2015	04/2012	04/2047
		Geribatu VI	Santa Vitória do Palmar (RS)	18 MW	02/2015	02/2012	02/2047
		Geribatu VII	Santa Vitória do Palmar (RS)	30 MW	02/2015	02/2012	02/2047
		Geribatu VIII	Santa Vitória do Palmar (RS)	26 MW	02/2015	02/2012	02/2047
		Geribatu IX	Santa Vitória do Palmar (RS)	30 MW	02/2015	02/2012	02/2047
		Geribatu X	Santa Vitória do Palmar (RS)	28 MW	02/2015	02/2012	02/2047

* Em fase pré-operacional.

** Autorização de construção e operação concedida para SPE Eólica Coxilha Seca S.A. por meio do Leilão ANEEL 009/2013. Termo de Transferência de Outorga da Eólica Coxilha Seca para a Eletrosul em 08.08.2014, sendo, portanto, transferido o total da titularidade das Portarias MME nº 192, 204 e 210.

2.4 Sistema de transmissão das SPE's controladas e controladas em conjunto

SPE's	Partic.	Linha de Transmissão	Extensão (KM)	Concessão	Vencimento da Concessão
			(não auditado)		
Etau	27,40%	LT 230 kV Campos Novos (SC) – Santa Marta (RS)	188	12/2002	12/2032
Costa Oeste	49,00%	LT 230 kV Cascavel Oeste - Umuarama (PR)	144,4	01/2012	01/2042
Fronteira Oeste*	51,00%	LT 230 kV Santo Ângelo-Maçambará; LT Pinhalzinho-Foz do Chapécó, circuito simples, C1; LT Pinhalzinho-Foz do Chapécó, circuito simples, C2	247	01/2014	01/2044
Marumbi*	20,00%	LT 525 kV Curitiba - Curitiba Leste (PR).	28	05/2012	05/2042
Norte Brasil	24,50%	LT Coletora Porto Velho (RO) – Araraquara 2 (SP), em CC, \pm 600 kV	2.412	02/2009	02/2039
TSBE	80,00%	LT 230 kV Nova Santa Rita - Camaquã 3; LT 230 kV Camaquã 3- Quinta; LT 525 kV Salto Santiago - Itá; LT 525 kV Itá - Nova Santa Rita.	783	05/2012	05/2042
TSLE	51,00%	LT 525 kV Nova Santa Rita - Povo Novo; LT 525 kV Povo Novo - Marmeleiro; LT 525 kV Marmeleiro - Santa Vitória do Palmar, Seccionamento da LT 230 Kv Camaquã 3	468	08/2012	08/2042
Uirapuru	75,00%	LT 525 kV Ivaiporã (PR) – Londrina (PR)	120	03/2005	03/2035
Construtora Integração	24,50%	Construção da LT Coletora Porto Velho (RO) – Araraquara 2 (SP), montagem e serviços associados.	-	-	-

* Em fase pré-operacional.

SPE's	Partic.	Subestação	Capac. Transf.	Concessão	Vencimento da Concessão
			(não auditado)		
Etau	27,40%	SE Lagoa Vermelha 2 230/138 kv	150 MVA	12/2002	12/2032
		SE Barra Grande 230/138 kv	-	12/2002	12/2032
Costa Oeste	49,00%	SE Umuarama 230/138 kv	300 MVA	01/2012	01/2042
Fronteira Oeste*	51,00%	SE Pinhalzinho 230/138 kv	450 MVA	01/2014	01/2044
		SE Santa Maria 3 230/138 kv	166 MVA	01/2014	01/2044
Marumbi*	20,00%	SE Curitiba leste 525/230 kv (3+1 res.) x 224 MVA	672 MVA	05/2012	05/2042
TSBE	80,00%	SE Camaquã 3 230/69 kv	166 MVA	05/2012	05/2042
		SE Povo Novo 525/230 kv	672 MVA	08/2012	08/2042
TSLE	51,00%	SE Marmeleiro 2 525 kv (200 Mvar)	-	08/2012	08/2042
		SE Santa Vitória do Palmar 2 525/138 kv	75 MVA	08/2012	08/2042

* Em fase pré-operacional.

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Em 26 de março de 2015, a Diretoria Executiva autorizou a conclusão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, submetendo-se nesta data à aprovação do Conselho de Administração e apreciação do Conselho Fiscal. Acompanhada da proposta do Conselho de Administração e parecer do Conselho Fiscal, serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

3.1 Apresentação das Demonstrações Financeiras

3.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

3.1.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de todas as suas empresas controladas. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma.

3.1.3 Demonstração do valor adicionado – DVA

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras individuais conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto para IFRS representa informação adicional.

3.1.4 Resultado por Segmento (nota 38)

Conforme orienta o CPC 22, a companhia apresenta o resultado dos seus negócios por segmento. A Administração da Companhia definiu os segmentos de negócios adotados para a gestão conforme a seguir:

Geração: o seguimento de negócio Geração representa os negócios relativos a geração e comercialização de energia oriundos das Usinas Mauá, Passo São João, São Domingos, PCH Barra do Rio Chapéu e PCH João Borges e Megawatt Solar.

Transmissão – contratos renovados: o seguimento de negócio Transmissão – contratos renovados - representa os negócios de transmissão oriundos do contrato de concessão ANEEL 57/2001, renovado por 30 anos, nas condições da Lei nº 12.783/2013.

Transmissão – contratos não renovados: o seguimento de negócio Transmissão – contratos não renovados – representa os negócios de transmissão oriundos dos contratos de concessão e autorizações da ANEEL que ainda não passaram por processo de renovação.

3.2 Principais práticas contábeis adotadas

As práticas e políticas contábeis abaixo foram adotadas pela Companhia em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.2.1 Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem informações da Eletrosul e das seguintes controladas:

Controlada	Atividade	Participação no capital (%)	
		31.12.2014	31.12.2013
Chuí IX	Geração	99,99%	-
Coxilha Seca	Geração	99,99%	-
Hermenegildo I	Geração	99,99%	-
Hermenegildo II	Geração	99,99%	-
Hermenegildo III	Geração	99,99%	-
Uirapuru	Transmissão	75,0%	75,0%

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas as demonstrações financeiras das sociedades controladas com 30 dias de defasagem, exceto quando da ocorrência de ajustes eventos relevantes no mês de dezembro os quais são reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial.

As transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

3.2.2 Instrumentos Financeiros

3.2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)

Incluem numerários em caixa, saldos em contas bancárias, aplicações financeiras e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor.

3.2.2.2 Títulos e valores mobiliários (nota 5)

Com base no que estabelece a Resolução nº 2.917, de 19.12.2001, e alterações definidas pela Resolução nº 4034, de 30.11.2011, ambas do Banco Central do Brasil – BACEN, a Eletrosul está autorizada a aplicar suas disponibilidades financeiras no Banco do Brasil S.A e na Caixa Econômica Federal, em Fundos de Renda Fixa - Extramercado, referenciado ao Índice de Renda Fixa do Mercado - IRF-M1.

As aplicações financeiras em fundos de renda fixa (fundos exclusivos do Grupo Eletrobras) possuem liquidez de curtíssimo prazo. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

3.2.2.3 Cauções e depósitos vinculados (nota 6)

Representam aplicações financeiras mantidas para pagamentos futuros específicos. Os saldos são mantidos até o total cumprimento de determinadas obrigações contratuais por parte dos fornecedores. Após seu reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

3.2.2.4 Clientes (nota 7)

Corresponde aos valores a receber de clientes pela venda de energia, prestação de serviços e uso do sistema de transmissão. Estão reconhecidos com base no regime de competência, atualizados quando aplicável e contratualmente exigido. As contas a receber de clientes são apresentadas ajustadas pela provisão para créditos de liquidação duvidosa “PCLD”.

3.2.2.5 Financiamentos e empréstimos (nota 21)

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço.

Os financiamentos e empréstimos com vencimento até um ano são classificados como passivo circulante. Os financiamentos e empréstimos com vencimento superior a 12 meses da data do balanço são classificados no passivo não circulante.

O custo dos empréstimos atribuídos à aquisição ou construção do ativo imobilizado é capitalizado como parte do custo destes ativos até o início da operação comercial.

O custo dos empréstimos atribuídos aos bens que comporão o ativo financeiro (contratos de concessão) é reconhecido diretamente no resultado.

3.2.3 Ativo financeiro da concessão (nota 8)

As premissas utilizadas pela Companhia para determinação do ativo financeiro são as seguintes:

(i) Ativo Financeiro Indenizável - a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras o valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados, como ativo financeiro, determinado com base nas taxas de depreciação aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

(ii) Ativo Financeiro Amortizável pela RAP – A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras como ativo financeiro amortizável a diferença entre o valor total líquido da

infraestrutura de transmissão e o valor residual da infraestrutura na data do término do contrato de concessão.

(iii) Receita Financeira – A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras, a título de receita financeira, valor calculado sobre recebíveis registrados como Ativo Financeiro (antigo Imobilizado), com base em taxa apurada conforme o fluxo de recebimento das RAPs (RAP bruta (-) valor alocado para receita de O&M) até o final dos contratos de concessão do serviço de transmissão de energia elétrica.

(iv) Receita de O&M - A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras, Receita de Operação e Manutenção (O&M), considerando os valores realizados de pessoal, material, serviços e outros (PMSO) no período, acrescidos das taxas de PIS e Cofins e das taxas referentes aos encargos regulatórios (RGR, taxa de fiscalização e P&D). Não faz parte da prática contábil acima, as receitas oriundas do contrato de concessão 057/2001, renovado em 4 de dezembro de 2012 pelo prazo de 30 anos, cuja tarifa não contempla remuneração do capital investido.

(v) Margem de Construção, Receita de Construção e Custo de Construção. A Companhia reconheceu em suas Demonstrações financeiras, margem de lucro zero sobre os valores registrados a título de receita de construção de empreendimentos de transmissão, cuja construção é efetuada por terceiros, haja vista a condição precípua de empresa concessionária de energia elétrica, cujo objeto empresarial é o de manter e operar, pelo prazo da concessão, o empreendimento, onde o retorno ocorre através do recebimento da receita anual permitida (RAP).

3.2.4 Créditos indenizatórios – Lei nº 12.783/13 (nota 9)

Os créditos indenizatórios referem-se ao valor da indenização prevista pela Lei nº 12.783/13, decorrente da renovação antecipada do contrato de concessão nº 057/2001, cujos valores foram divulgados pela Portaria MME nº 579/2012, tendo a Companhia optado pelo recebimento de 50% à vista atualizado pelo IPCA a partir de outubro de 2012, cujo montante foi recebido em 18 de janeiro de 2013, e o restante, equivalente a 50%, a ser recebido em 31 parcelas mensais até julho de 2015, atualizados pelo IPCA e acrescidos por uma taxa média ponderada do custo de capital (WACC) regulatório equivalente a 5,59% a.a.

3.2.5 Créditos de energia renegociados com a União – Lei nº 8.727/93 (nota 10)

Os créditos renegociados referem-se a créditos junto à União, atualizados pelo IGP-M e acrescidos de juros de 12,68% a.a., decorrentes da assunção dos haveres que a Companhia possuía nas concessionárias estaduais de energia elétrica. Sob a égide da Lei nº 8.727/93 a União assumiu, refinanciou e reescalou a dívida em 240 parcelas, vencíveis a partir de abril de 1994. Vencido o prazo de 20 anos e remanescendo saldo a pagar, uma vez que a União repassa somente os recursos recebidos dos estados que, por sua vez, está limitado por lei em níveis de comprometimento de receitas, o parcelamento será estendido por mais 120 meses. Os tributos incidentes sobre a receita decorrente da atualização desses créditos estão sendo diferidos.

3.2.6 Outros ativos e passivos (nota 14 e 30)

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

3.2.7 Ativo e Passivo fiscal diferido (nota 15)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das

demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos somente quando há previsão da existência de bases tributáveis, para as quais as diferenças temporárias e os prejuízos possam ser compensados.

No dia 14 de maio de 2014, a Medida Provisória (MP) nº 627, veio a ser convertida na atual Lei 12.973/14 a qual revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas:

- (i) Alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido;
- (ii) Definição do tratamento específico sobre tributação de lucros ou dividendos;
- (iii) Inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e
- (iv) Inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na Lei nº 12.973/14 têm vigência a partir de 1º de Janeiro de 2015, sendo facultada aos contribuintes a opção pela antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014. A administração optou pela não adoção de antecipação prevista na referida legislação, o fazendo somente a partir do ano calendário de 2015.

3.2.8 Investimentos (nota 16)

Os investimentos da Companhia em sociedades controladas e/ou controladas em conjunto são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial (demonstrações individuais), conforme CPC 18 (R2), reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas investidas e equiparadas são eliminados na medida da participação da Companhia. Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e/ou controladas em conjunto são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia. Para fins de reconhecimento da equivalência patrimonial a Companhia adotou as demonstrações financeiras emitidas pelas investidas em 30 de novembro de 2014, exceto quando ocorridos eventos relevantes no mês de dezembro de 2014, os quais foram tempestivamente reconhecidos.

3.2.9 Imobilizado (nota 17)

O imobilizado é registrado pelo custo amortizado, ou seja, pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação. Os ativos das concessões de transmissão são reconhecidos na contabilidade societária como ativo financeiro, conforme a ICPC 01 (R1) - e OCPC 05, ficando o registro como ativo imobilizado e a respectiva depreciação restritas à escrituração exigidas pelo órgão regulador. Os ativos de geração são depreciados pela vida útil ou concessão, dos dois o menor, tendo a Eletrosul em face de não previsão contratual de reversão dos bens ao final da concessão, ainda não depreciados e/ou amortizados, optado por depreciar com base no período da concessão.

3.2.10 Intangível (nota 18)

i) Programas de computador (softwares)

Os gastos inerentes à obtenção de ativos incorpóreos são reconhecidos como ativo intangível, em especial as licenças de programas de computador que são capitalizadas e amortizadas pelo tempo da licença. Os gastos associados à manutenção dos programas de computador são reconhecidos quando incorridos, como despesa do exercício.

ii) Ágio

O ágio resultante da aquisição de participação acionária em controladas é representado pela diferença entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é fundamentado em expectativas de resultado futuro e por possuir tempo de vida definido devido ao fato de estar relacionado com o prazo determinado nos contratos de concessão, é amortizado no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados. A parcela de ágio (mais valia) alocada a ativos e passivos identificáveis é amortizada na proporção em que esses ativos e passivos na controlada são realizados.

iii) Uso de bem público (UBP) (nota 28)

São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada para as empresas do Grupo Eletrobras.

3.2.11 Fornecedores (nota 20)

São as obrigações com fornecedores provenientes da aquisição de bens ou serviços no curso normal dos negócios, ou por estimativa, com base nos valores contratados, sendo classificados no passivo circulante os compromissos com vencimento até um ano. As obrigações com vencimento superior a 12 meses da data do balanço são apresentadas como passivo não circulante.

As obrigações com fornecedores são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, caso aplicável.

3.2.12 Receitas, custos e despesas (notas 39 e 41)

As receitas, custos e as despesas são contabilizados pelo regime de competência.

A receita de geração é reconhecida com base nos contratos de CCEAR e/ou bilaterais. A receita de transmissão é reconhecida com base no CPC 17 (R1) e CPC 30 (R1), com base no modelo financeiro (ICPC 01 e OCPC 05).

O resultado financeiro líquido é composto basicamente por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, parcelamento de tributos e créditos de energia renegociados. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.2.13 Encargos setoriais (nota 40)

Estão contabilizados como dedução da receita operacional bruta ou como custo operacional, e são apurados pelo regime de competência.

(i) Reserva Global de Reversão (RGR)

A RGR foi criada pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, tendo a sua vigência estendida até 2035. Representa um encargo pago mensalmente pelas empresas concessionárias de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação, dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,6% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço, sendo limitado a 3,0% de sua receita anual.

A Lei nº 12.783/2013 desobrigou a partir de 1º de janeiro de 2013, do recolhimento da quota anual da RGR, para as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica licitadas a partir de 12 de setembro de 2012, e as concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica prorrogadas ou licitadas nos termos desta Lei. Desta forma, as concessões que se enquadram nesta característica não recolhem RGR.

(ii) Programas de P&D e de eficiência energética

A Lei nº 9.991/2000, de 24 de julho de 2000, estabelece que as empresas detentoras de concessão para exploração de serviços de energia elétrica são obrigadas a realizar investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), visando o aperfeiçoamento tecnológico da atividade, em montante

equivalente a 1% da Receita Operacional Líquida (ROL regulatória), sendo 0,40% para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), 0,40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 0,20% destinados à Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

As despesas referentes aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética são reconhecidas conforme o seu período de competência, e são atualizados pela SELIC, até a efetiva realização dos projetos.

(iii) Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE equivale a 0,4% (quatro décimos por cento) do valor econômico agregado pelo concessionário, permissionário ou autorizado, inclusive no caso de produção independente e autoprodução, na exploração de serviços e instalações de energia elétrica.

(iv) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A contribuição criada pela Lei nº 7.990/1989, destina-se a compensar os municípios afetados pelo alagamento de áreas destinadas aos reservatórios das usinas hidrelétricas. O cálculo da CFURH é realizado de acordo com a capacidade instalada das usinas, através da seguinte fórmula: $CFURH = TAR \times 6,75\% \times GH$, onde TAR refere-se a Tarifa Atualizada de Referência, estabelecida anualmente pela ANEEL através de resolução homologatória e GH é o montante mensal de geração da hidrelétrica.

3.2.14 Questões ambientais (nota 45)

A Companhia capitaliza os gastos relativos às demandas ambientais consubstanciadas nas “condicionantes ambientais” exigidos pelos órgãos públicos do meio ambiente para a concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos nas áreas de geração e transmissão. Os “condicionantes ambientais” correspondem a compensações que devem ser realizados para a execução do projeto, visando reparar ou evitar danos ao meio ambiente no local da realização dos empreendimentos, limitados até o final da construção dos empreendimentos.

3.2.15 Consórcio

A Companhia possui investimento em consórcio para exploração da UHE Mauá, no qual os sócios mantém acordo para controle compartilhado das operações. As operações compartilhadas envolvem ativos para geração de energia elétrica, operação e manutenção. A Companhia registra em sua contabilidade os ativos, passivos, receitas e despesas proporcionais a sua participação no Consórcio.

3.2.16 Normas e interpretações de normas

Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) que afetam a Companhia e ainda não entram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 estão a seguir relacionadas:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Estabelece orientações sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. Aplicável a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes. Determina novas exigências quanto ao reconhecimento do montante da receita de bens ou serviços. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e na suas divulgações. Aplicável a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

NOTA 4 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Essas estimativas incluem:

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros e não financeiros (nota 19)

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo imobilizado, o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em grupos de ativos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidade geradora de caixa).

4.2 Ativo Financeiro da Concessão (nota 8)

Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica. O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A rubrica Ativo Financeiro refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia e Controladas no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica, decorrente da aplicação do modelo financeiro. São classificados no ativo circulante e não circulante, considerando a expectativa de recebimento dos valores envolvidos, tendo como base a data do final das concessões.

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 e a Orientação Técnica OCPC 05, os ativos de transmissão por possuírem certas características (abaixo), estão ao alcance da aplicação do IFRIC 12:

- As empresas de transmissão têm a obrigação contratual de construir, operar e manter a infraestrutura
- A maioria dos contratos tem prazo de concessão de 30 anos
- Na média, a vida útil econômica estimada dos bens é superior ao prazo de concessão
- A atividade de transmissão não é competitiva. Não existe competição entre as empresas (existe entre os investidores para obtenção da concessão)
- A concessionária é interposta entre o poder concedente e os usuários
- A atividade é sujeita à condição de generalidade (direito de livre acesso) e continuidade
- Alguns contratos têm garantia de manutenção do equilíbrio econômico financeiro
- O contrato estabelece quais os serviços e para quem devem ser prestados
- O preço é regulado por tarifa. A Transmissora não pode negociar preços com os usuários
- A RAP é fixa e atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada 4 anos
- Os bens são reversíveis ao final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

Considerando a natureza do ativo financeiro, classificado como recebível, a infraestrutura construída será recebida através de dois fluxos de caixa:

(i) A parcela dos investimentos que será amortizada com o recebimento das RAPs que serão faturadas para os usuários do sistema, é classificada entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo por base a data de encerramento das concessões.

(ii) A parcela dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão foi classificada como um ativo financeiro indenizável a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Este ativo financeiro está registrado pelo valor presente do direito e é calculado com base no valor residual dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo Poder Concedente.

O ativo financeiro é apresentado líquido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Companhia efetua, anualmente, o teste de recuperabilidade dos seus ativos financeiros (*impairment*), utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos.

Os testes de *impairment* e os impactos no resultado do exercício estão apresentados na nota 19.

4.3 Ativos do sistema existente (RBSE) (nota 1.3)

Para fins de estimativa, a Companhia adotou como premissa de que os bens existentes até 31 de maio de 2000 serão indenizados com base no VNR ou valor residual contábil, a ser calculado pelo órgão regulador. A Companhia mantém os valores contabilizados pelo valor residual contábil uma vez que em sua estimativa, os valores contábeis estão registrados por valores inferiores àqueles que seriam reconhecidos com base no VNR.

Contratos onerosos (nota 25)

Representam os compromissos compulsórios contratados pela Companhia referente a compra de energia elétrica, cujos custos excedem os benefícios econômicos que se esperam. O montante relativo ao período de longo prazo está reconhecido a valor presente, com base em taxa de desconto pós impostos (*wacc pós-tax*) aprovados pela administração.

A estimativa crítica na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o PLD médio histórico aprovado pelo Grupo Eletrobras como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis. Utilizando o PLD médio histórico, de R\$ 157,77 MWh, foi reconhecida no resultado de 2014 reversão da provisão, no montante de R\$ 407.893 mil (reversão de R\$ 488.601 mil em 2013). A provisão original, apropriada em 2012, foi de R\$ 896.494 mil, tendo como base o PLD médio histórico de R\$ 67,00 MWh.

4.5 Provisões, Ativos e Passivos Contingentes (nota 26)

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada. São reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação futura, com probabilidade de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Dessa forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e as incertezas relacionadas. Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia avaliar que o ganho é líquido e certo, não podendo caber mais decisões judiciais desfavoráveis sobre esses ativos.

Os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando o desembolso de caixa é tido como provável. Quando o passivo for classificado como possível, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

4.6 Benefícios pós-emprego (nota 33)

4.6.1 Plano de complementação de aposentadoria e pensão

A Eletrosul patrocina um plano de aposentadoria e pensão, administrado pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social, que provê a seus empregados pensões e outros benefícios pós-emprego.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado:

por ganhos e perdas atuariais;
pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e,
pelos requisitos de fundamentos mínimos.

A obrigação do benefício é calculada anualmente por atuários independentes usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas referem-se aos requisitos de fundamentos mínimos e são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido em outros resultados abrangentes no período em que ocorrerem. Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições à Fundação Elos em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias.

As principais premissas utilizadas para identificar a exposição futura do plano foram:

- taxa de juros de desconto atuarial
- taxa média de inflação anual
- taxa de crescimento dos salários
- probabilidade de aposentadoria
- variáveis demográficas (mortalidade e invalidez).

4.6.2 Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

A Eletrosul mantém um programa de assistência médica aos empregados aposentados por invalidez e seus dependentes, durante os primeiros 5 (cinco) anos, sem que o vínculo empregatício com a Eletrosul tenha cessado.

Para os empregados que aderiram ao Plano de Incentivo ao Desligamento (PID), a Companhia criou um programa de assistência à saúde nos mesmos moldes do plano mantido aos empregados, incluindo seus dependentes, por um prazo de 5 (cinco) anos para os empregados que optaram pelo desligamento em 2013, e por 1 (um) ano para os empregados que optaram pelo desligamento em 2014.

As principais premissas utilizadas para identificar a exposição futura foram:

- taxa de juros de desconto atuarial
- taxa média de inflação anual
- taxa de crescimento dos custos médicos
- variáveis demográficas (mortalidade e invalidez).

4.7 Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme tem sido amplamente divulgado na mídia, em 2014 foi deflagrada a chamada “Operação Lava Jato”, que investiga, segundo informações públicas, a existência de um suposto esquema de corrupção envolvendo empresas brasileiras responsáveis por obras no setor de óleo e gás do Brasil.

Até a data de aprovação das Demonstrações Financeiras de 2014, a Companhia e seus administradores, não haviam sido notificados sobre qualquer denúncia ou evidência objetiva contra as empresas Eletrosul, seus projetos ou seus administradores, eventualmente decorrentes de fatos conexos com a Operação Lava Jato. A despeito disso, a Companhia adotou algumas providências

acautelatórias de caráter interno, a fim de avaliar as notícias divulgadas na imprensa, na medida em que se relacionem com a Eletrosul e seus projetos, não tendo identificado qualquer atividade ilegal relacionada ao tema até a aprovação das Demonstrações Financeiras.

Em razão das notícias divulgadas na imprensa envolvendo empresas que prestam serviços para 1 (uma) sociedade de propósito específico (“SPE”), a Energia Sustentável do Brasil S/A (Usina UHE Jirau), em março de 2015 a Holding Eletrobras criou uma comissão de correição, a fim de efetuar verificações sobre os processos de contratação de empreiteiras pela referida empresa. O trabalho dessa comissão ainda se encontra em curso.

A Holding Eletrobras, em acréscimo às providências acima citadas, encaminhou correspondências, em março de 2015, às autoridades encarregadas pelas citadas investigações, e solicitou que lhe fosse esclarecido se (i) há informações ou provas no âmbito da Operação Lava Jato que possam afetar as Empresas Eletrobras e seus projetos e, (ii) em caso positivo, que lhe seja dado acesso aos referidos documentos. No entanto, até a data de aprovação dessas Demonstrações Financeiras, a Holding não havia obtido resposta às suas indagações.

Com base nas informações disponíveis para a Companhia até o momento, a estimativa da Administração é que eventuais impactos relacionados a este assunto, se houver, não seriam materiais nas suas Demonstrações Financeiras relativas a 2014.

NOTA 5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Caixa e depósitos bancários à vista	23.390	45.603	23.402	45.640
Aplicações financeiras	-	-	3.558	2.077
Total	23.390	45.603	26.960	47.717

Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Banco do Brasil - Fundo FAE	65.019	146.854	65.019	146.854
Banco do Brasil - Fundo FAE 2	15.118	314.366	15.118	314.366
CEF - FI Caixa Extramer VI	22.334	264.774	22.334	264.774
Banrisul - CDB	-	-	41.327	-
	102.471	725.994	143.798	725.994

Para o ano de 2014 a rentabilidade bruta média da Eletrosul nas aplicações financeiras atingiu 10,50% ou 99,25% da IRF-M.

NOTA 6 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

A seguir, as cauções e depósitos vinculados são apresentados por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Circulante				
Caução CEF	9.221	1.285	9.221	1.285
Caução Bradesco	47	8.310	47	8.310
Fundo vinculado Banco do Brasil	2.725	16.031	2.725	16.031
Fundo vinculado Banrisul	-	-	115.746	-
Subtotal	11.993	25.626	127.739	25.626
Não circulante				
Fundo vinculado Banco do Brasil	104.891	106.568	104.891	106.568
Fundo vinculado Bradesco	-	7.347	-	7.347
Fundo vinculado Citibank	-	-	2.677	2.837
Subtotal	104.891	113.915	107.568	116.752
Total	116.884	139.541	235.307	142.378

Do valor de R\$ 104.891 mil na rubrica “Fundo vinculado Banco do Brasil”, o valor de R\$ 47.867 mil é decorrente do vencimento dos ativos CFT que estavam cedidos em comodato por força do contrato ECF-2799/2009 e que se encontravam ofertados como garantias no processo judicial da Operação Eletronet. O mesmo valor encontra-se registrado no passivo não circulante na rubrica “outros passivos”, pois será convertido em empréstimo financeiro de Longo Prazo junto à Eletrobras.

Os valores das rubricas "Fundo vinculado Banco do Brasil" referem-se à constituição da conta reserva de garantia dos contratos de financiamento conforme cláusulas contratuais.

Os valores da rubrica “Fundos vinculados Banrisul”, no consolidado, referem-se a constituição da conta reserva de garantia dos contratos de fornecimentos pela General Electric (GE) de Aerogeradores para os parques Eólicos das controladas Hermenegildo I, II e III.

O detalhamento das cauções e fundos vinculados é apresentado a seguir:

Instituição Financeira	Tipo Aplicação	Indexador	Controladora		Consolidado	
			31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Banco do Brasil	Fundo FAE	IRF-M1	107.616	102.974	107.616	102.974
Banco do Brasil	Aplicação POS	LFT	-	19.625	-	19.625
Bradesco	CDB	CDI	47	25	47	25
Bradesco	FIC-FI DI - Federal	CDI	-	7.347	-	7.347
Caixa	Conta remunerada	TR	-	33	-	33
Caixa	FI Caixa Extramer VI	IRF-M1	9.221	1.252	9.221	1.252
Banrisul	CDB	CDI	-	8.285	115.746	8.285
Citibank	Fundo	CDI	-	-	2.677	2.837
			116.884	139.541	235.307	142.378

NOTA 7 – CLIENTES

A composição do saldo da conta clientes por natureza e vencimento é demonstrada a seguir:

7.1 Composição por natureza

Controladora				
31.12.2014				31.12.2013
Vincendas	Vencidas	total	total	
Uso da rede elétrica	88.158	8.372	96.530	77.751
Conexão ao sistema de transmissão	5.381	1.788	7.169	7.130
Energia elétrica de curto prazo	32.341	6.958	39.299	7.264
Suprimento de energia	33.659	-	33.659	31.672
(-) Prov. créditos de liquidação duvidosa	-	(13.527)	(13.527)	(14.117)
159.539	3.591	163.130	109.700	

Consolidado				
31.12.2014				31.12.2013
Vincendas	Vencidas	total	total	
Uso da rede elétrica	91.269	8.708	99.977	80.249
Conexão ao sistema de transmissão	5.381	1.788	7.169	7.130
Energia elétrica de curto prazo	32.341	6.958	39.299	7.264
Suprimento de energia	33.659	-	33.659	31.672
(-) Prov. créditos de liquidação duvidosa	-	(13.710)	(13.710)	(14.267)
162.650	3.744	166.394	112.048	

7.2 Composição por vencimento

Controladora				
31.12.2014				31.12.2013
Vincendas	Vencidas até 90 dias	Vencidas há mais de 90 dias	total	total
Clientes	159.539	1.429	15.689	176.657
(-) Prov. créditos de liquidação duvidosa	-	-	(13.527)	(13.527)
159.539	1.429	2.162	163.130	109.700

Consolidado				
31.12.2014				31.12.2013
Vincendas	Vencidas até 90 dias	Vencidas há mais de 90 dias	total	total
Clientes	162.650	1.765	15.689	180.104
(-) Prov. créditos de liquidação duvidosa	-	-	(13.710)	(13.710)
162.650	1.765	1.979	166.394	112.048

As exposições a riscos são divulgadas na nota explicativa nº 44.

7.3 Movimentação da provisão com créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão de créditos de liquidação duvidosa está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Saldo inicial	14.117	13.766	14.267	14.231
Incorporação SPE	-	428	-	-
Provisões	449	1.230	482	1.369
Reversões	(1.039)	(1.307)	(1.039)	(1.333)
Saldo final	13.527	14.117	13.710	14.267

NOTA 8 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO (ICPC 01)

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia e Controladas estão no âmbito da Interpretação Técnica ICPC 01 e OCPC 05, decorrente da aplicação do modelo de ativo financeiro.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Ativo financeiro				
Circulante				
Ativo financeiro amortizável RAP	61.362	59.775	64.349	62.760
Subtotal	61.362	59.775	64.349	62.760
Não circulante				
Ativo financeiro amortizável RAP	1.355.397	1.346.248	1.412.642	1.406.936
Ativo financeiro indenizável	652.751	658.712	675.283	681.241
Subtotal	2.008.148	2.004.960	2.087.925	2.088.177
Total	2.069.510	2.064.735	2.152.274	2.150.937

Do saldo de R\$ 652.751 mil, apresentado na rubrica “ativo financeiro indenizável” no ativo não circulante, o montante de R\$ 513.455 mil refere-se ao saldo do ativo financeiro relativo ao sistema existente (RBSE), cujo valor da indenização encontra-se em avaliação pelo agente regulador, conforme relatado na nota 1.3.

A mutação da conta “ativo financeiro” é apresentada como segue:

Transmissão	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Saldo inicial em 1º de janeiro	2.064.735	986.210	2.150.937	2.210.623
(+) Receita de construção	59.819	75.835	59.820	117.925
(+) Receita financeira	188.717	125.664	206.377	175.808
(+) Incorporação SPE's	-	1.163.533	-	-
(+) Reversão/baixa ativo financeiro Lei 12.783/13	-	25.092	-	25.092
(-) Amortização, recebimentos, baixas e transferências	(229.972)	(174.348)	(251.071)	(241.260)
(-) Impairment (CPC 01 (R1))	(13.789)	(137.251)	(13.789)	(137.251)
Saldo final do exercício	2.069.510	2.064.735	2.152.274	2.150.937

O valor correspondente à reversão de baixa do ativo financeiro, em 31 de dezembro de 2013, refere-se a autorizações de receitas cujos investimentos foram baixados em 2012, todavia tinham início de operação previsto a partir de 1º de maio de 2012 e que na época do encerramento das demonstrações financeiras de 2012 esta informação ainda não havia sido ratificada pela ANEEL.

O valor do impairment registrado em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 13.789 mil (R\$ 137.251 mil em 2013), refere-se ao ativo financeiro da LT Presidente Médice – Santa Cruz, SE Missões, LT Campos Novos – Nova Santa Rita, SE Caxias 6 SE Ijuí 2, SE Lageado Grande, SE Nova Petrópolis 2, SE Foz do Chapecó e Coletora Porto Velho conforme demonstrado na nota 19.

NOTA 9 – CRÉDITOS INDENIZATÓRIOS – LEI Nº 12.783/13

A mutação da conta créditos indenizatórios é apresentada como segue:

Movimentação no período:	Controladora e Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013
Saldo final do período anterior	619.253	2.025.283
Recebimentos	(311.447)	(1.504.383)
Atualização monetária	87.604	52.916
Juros	25.320	45.437
Saldo do período final	420.730	619.253
Circulante	420.730	391.107
Não circulante	-	228.146

Do montante parcelado, até 31 de dezembro de 2014, a Companhia já havia recebido 19 (dezenove) parcelas de um total de 31(trinta e uma) parcelas, destas 4 (quatro) parcelas estavam em atraso. A expectativa da Companhia é que estas parcelas sejam recebidas durante o exercício de 2015.

NOTA 10 – CRÉDITOS DE ENERGIA RENEGOCIADOS – LEI Nº 8.727/93

Movimentação no período:	Controladora e Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013
Saldo final do período anterior	508.454	578.654
Recebimentos	(45.878)	(163.665)
Atualização monetária	18.512	28.256
Juros	62.725	65.209
Saldo do período final	543.813	508.454
Circulante	22.103	134.193
Não circulante	521.710	374.261

A partir de abril de 2014, ocorreu uma redução significativa nos montantes recebidos do Tesouro, em função da renegociação das dívidas dos estados com a União. Em razão disso, a Administração da Companhia está mantendo tratativas visando o equacionamento dos créditos. A melhor estimativa para a Administração é que não haverá perdas.

NOTA 11 – DIVIDENDOS A RECEBER

Os valores apresentados abaixo se referem às estimativas dos dividendos mínimos obrigatórios a serem destinados pelas SPE's e estão baseados no lucro líquido constante nos Demonstrativos de Resultados das investidas em 31 de dezembro de 2014.

Sociedades de Propósito Específico (SPE)	% de participação	Controladora	
		31.12.2014	31.12.2013
Conta Oeste	49,00%	300	458
Etau	27,40%	39	58
Marumbi	20,00%	553	101
Santa Vitória do Palmar	49,00%	1.163	-
TSBE	80,00%	2.660	1.440
Uirapuru	75,00%	2.295	1.736
		7.010	3.793

NOTA 12 – TRIBUTOS A RECUPERAR

A composição dos tributos recuperáveis é apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
ICMS	2.547	2.080	2.547	2.080
PIS	6.941	9.422	7.182	9.422
COFINS	31.975	43.406	33.084	43.406
Contribuição Social	6.779	8.539	6.791	8.539
Imposto de Renda	34.548	32.864	34.840	32.868
Outros créditos	894	971	894	971
(-) Ajustes a valor presente (CPC 12)	-	(1.303)	-	(1.303)
	83.684	95.979	85.338	95.983
Circulante	54.946	70.078	56.600	70.082
Não circulante	28.738	25.901	28.738	25.901

O ICMS, o PIS e a COFINS referem-se a créditos tomados na compra de ativo imobilizado e na formação do ativo financeiro da transmissão.

A Contribuição Social e o Imposto de Renda, em 31 de dezembro de 2014, referem-se ao saldo pago a maior em 2014, apurado por estimativa, superior ao montante devido apurado no encerramento de 2014. Tais valores serão compensados com os pagamentos a serem realizados no exercício de 2015.

NOTA 13 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A composição dos saldos de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC é apresentada a seguir:

13.1 Composição dos saldos de AFAC no ativo, por SPE:

	Controladora	
	31.12.2014	31.12.2013
Chuí	330.500	-
Chuí IX	20.510	-
Costa Oeste	1.146	15.104
Coxilha Seca	2.900	-
Fronteira Oeste	3.641	-
Hermenegildo I	41.161	-
Hermenegildo II	3.203	-
Hermenegildo III	34.887	-
Livramento	73.500	-
Marumbi	6.702	4.505
Santa Vitória do Palmar	18.000	-
TSBE	16.000	86.400
TSLE	54.499	102.620
TOTAL	606.649	208.629

13.2 Movimentação de AFAC no ativo:

	Controladora	
	31.12.2014	31.12.2013
Saldo Inicial	208.629	31.898
(+) AFAC aportado no período	657.478	389.849
(-) Incorporação SPE	-	(15.000)
(-) Integralização de capital	(259.458)	(198.118)
Total	606.649	208.629

13.3 Movimentações de AFAC no passivo:

O saldo da conta “adiantamento para futuro aumento de capital” no montante de R\$ 63.976 mil está composto por valores recebidos da acionista Eletrobras.

	Controladora	
	31.12.2014	31.12.2013
Saldo Inicial	59.284	554.930
(+) Atualização pela SELIC	4.692	59.194
(-) Incorporação ao capital	-	(554.840)
Total	63.976	59.284

NOTA 14 – OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Créditos diversos (nota 14.1)	90.289	48.842	85.190	44.280
Devedores diversos (nota 14.2)	27.847	13.213	27.856	13.217
Serviços em curso (nota 14.3)	45.628	32.474	45.628	32.474
Desativações em curso (nota 14.3)	4.077	4.092	4.077	4.092
Alienações em curso (nota 14.3)	1.183	1.183	1.823	1.183
	169.024	99.804	164.574	95.246
Circulante	101.477	66.042	102.200	66.058
Não circulante	67.547	33.762	62.374	29.188

14.1 Créditos diversos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Títulos de cré.d.a receber/alien., bens e direitos	1.291	2.054	1.291	2.054
Créditos por serviços prestados a terceiros	17.052	6.650	11.754	2.076
Títulos e valores mobiliários	174	143	174	143
Valores bloqueados judicialmente	-	-	45	45
Reserva Global de Reversão (RGR)	3.183	-	3.183	-
Dispêndios a reembolsar	17.976	13.645	17.976	13.645
Prêmio de seguro	447	582	629	619
Créditos em litígio	-	10.154	-	10.154
Depósitos vinculados a litígios	47.641	22.472	47.641	22.472
Convênios prefeituras	2.846	4.089	2.846	4.089
Outros créditos a receber	3.487	3.050	3.459	2.980
(-) Prov. outros cré.d. liquid. Duvidosa (14.4)	(3.808)	(13.997)	(3.808)	(13.997)
	90.289	48.842	85.190	44.280
Circulante	22.742	15.080	22.816	15.092
Não circulante	67.547	33.762	62.374	29.188

14.2 Devedores diversos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Rendas a receber - encargos de dívidas	1.403	1.403	1.403	1.403
Adiantamentos a fornecedores	1.293	1.961	1.293	1.961
Eletrobrás Participações S.A. - Eletropar	7.023	7.023	7.023	7.023
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.	582	350	582	350
Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE	16.021	-	16.021	-
Adiantamentos a empregados	2.660	4.952	2.669	4.952
Créditos com empregados	384	92	384	98
Credenciamento médico	2.719	2.675	2.719	2.675
Outros devedores	2.785	1.780	2.785	1.778
(-) Prov. cred. liquid. Duvidosa (14.4)	(7.023)	(7.023)	(7.023)	(7.023)
	27.847	13.213	27.856	13.217

Os créditos com a Eletrobrás Participações S.A. (Eletropar), vinculados a créditos que a mesma detém na Eletronet, que por sua vez, teve sua falência decretada, estão incluídos na provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa.

O montante na rubrica “Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE” refere-se a negociação de dívida, processo nº 0049617-85.1998.8.24.0023/3, firmado em 31 de agosto de 2014, no montante de 22.173 mil, a ser recebido em 18 parcelas.

14.3 Desativações, alienações e serviços em curso

Serviços em curso	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Convênio MME - 009/2004 Evit. Capac. Prodee	179	85	179	85
P&D ANEEL diversos	2.662	278	2.662	278
Substituição de transfor. III-GENVISA na SE Joinville	743	743	743	743
Análise de projeto acomp. Comis. das instalações	-	3.425	-	3.425
Licitações e Leilões ANEEL	-	553	-	553
Engenharia do proprietário UHE Mauá	2.247	2.247	2.247	2.247
Engenharia do proprietário CHUI I, II, IV, V	2.787	1.157	2.787	1.157
Engenharia do proprietário IBIRAPUITA, C. Chato IV, V	8.158	6.643	8.158	6.643
Engenharia do proprietário VERACE I A X	7.034	3.466	7.034	3.466
Sinistro transformador Siderópolis	872	872	872	872
Desenvolvimento de redes de sensores passivos	2.424	1.687	2.424	1.687
Utilização de tecnologia de plasma para bauxita	2.291	1.440	2.291	1.440
Estudo de expansão da UHE Belo Monte	-	313	-	313
Desenvolv. célula comb. microbiana geração de energia	1.585	1.500	1.585	1.500
Desenv. biodigestão resíduos agrícolas	842	841	842	841
Desenv. purific. silício metal grau solar	3.455	598	3.455	598
Turbina hidráulica Magnus	896	567	896	567
Construção centro de visitação Cerro Chato I, II e III	975	110	975	110
Substituição de Banco de Baterias de SE	1.149	593	1.149	593
Outros serviços	7.329	5.356	7.329	5.356
	45.628	32.474	45.628	32.474
Desativações em curso	4.077	4.092	4.077	4.092
Alienações em curso	1.183	1.183	1.823	1.183
	50.888	37.749	51.528	37.749

14.4 Movimentação da provisão com créditos de liquidação duvidosa

Consolidado					
	Saldo em 31.12.2013	Provisões	Reversões	Baixas para perdas	Saldo em 31.12.2014
Ativo Circulante					
Devedores diversos	7.023	-	-	-	7.023
Créditos diversos	3.843	24	(59)	-	3.808
Ativo Não Circulante					
Créditos diversos	10.154	-	(10.154)	-	-
Consolidado					
	Saldo em 31.12.2012	Provisões	Reversões	Baixas para perdas	Saldo em 31.12.2013
Ativo Circulante					
Devedores diversos	7.023	-	-	-	7.023
Créditos diversos	3.830	13	-	-	3.843
Ativo Não Circulante					
Créditos diversos	10.154	-	-	-	10.154

A reversão na rubrica “Créditos diversos”, no valor de R\$ 10.154 mil, decorre da negociação de dívida da devedora “Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE”.

NOTA 15 – TRIBUTOS DIFERIDOS (CPC 32)

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Ativo não circulante				
Provisões cíveis e fiscais	15.261	14.727	15.261	14.727
Provisões trabalhistas	23.087	20.725	23.087	20.725
Benefício pós-emprego - atuarial	23.081	-	23.081	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.164	7.441	7.164	7.441
Provisão para perdas contratos onerosos	-	138.682	-	138.682
Amortização ágio s/ investimento	9.461	7.784	9.461	7.784
Valor recuperável de ativos (Impairment)	155.394	174.981	155.394	174.981
Participação nos lucros e resultados (PLR)	10.203	11.824	10.203	11.824
Contribuição benefício geração atual	2.858	5.096	2.858	5.096
Plano de incentivo ao desligamento	2.495	4.648	2.495	4.648
Outros	4.281	7.771	4.574	7.771
	253.285	393.679	253.578	393.679
Passivo não circulante				
Receita de atual. créditos energia renegociados (i)	184.890	172.323	184.890	172.323
Parcelamento especial (PAES)	-	1.757	-	1.757
Provisão ajustes de adoção CPC's	11.848	7.353	11.848	7.353
Amortização ágio s/ investimento	24.323	13.435	24.323	13.435
Depreciação acelerada usinas	53.187	25.076	53.187	25.076
Atualização de depósito judicial	4.190	3.781	4.190	3.781
Benefício pós-emprego - atuarial	-	4.390	-	4.390
Ajuste valor presente de tributos e UBP	834	968	834	968
Outros	3.370	3.370	3.370	3.370
	282.642	232.453	282.642	232.453
Tributos diferidos líquidos	(29.357)	161.226	(29.064)	161.226
Ativo não circulante	-	161.226	293	161.226
Passivo não circulante	29.357	-	29.357	-

(i) O diferimento dos tributos incidentes sobre a receita de atualização dos créditos de energia renegociados – Lei nº 8.727/93 foi iniciado em janeiro de 1999. Até dezembro de 1998, todos os tributos incidentes sobre tais receitas (juros e variação monetária) foram recolhidos pelo regime de competência. Todavia, os valores recolhidos até aquela data já ultrapassavam aos valores efetivamente recebidos da União com o pagamento da dívida à Eletrosul, por conta da Lei nº 8.727/93. Destarte, de forma a preservar o patrimônio da Companhia, a Administração optou por diferir os tributos, a partir de janeiro de 1999, para recolhimento com base nos valores efetivamente recebidos.

Até dezembro de 2004, foram compensados os valores recolhidos até a competência dezembro de 1998. A partir de janeiro de 2005, passou-se a tributar e recolher sobre os valores efetivamente recebidos. Essa situação é decorrente do fato de que a União paga as parcelas mensais de sua dívida de acordo com o que recebe dos Estados, que, por sua vez, estão limitados por lei em níveis de comprometimento de suas receitas, conforme descrito na nota 3.2.5.

A expectativa de compensações dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

Ano	Consolidado	
	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
2015	22.319	9.914
2016	28.405	10.751
2017	23.753	10.751
2018	22.243	10.751
2019	19.023	10.751
Após 2019	137.835	229.724
Total	253.578	282.642

NOTA 16 – INVESTIMENTOS (CPC18)

Os investimentos da Companhia em sociedades controladas e em empreendimentos controlados em conjunto são contabilizados conforme orienta o CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimentos Controlado em Conjunto, conforme apresentados como segue:

16.1 Investimentos nas controladas e controladas em conjunto

Participação societária permanente	Controladora	
	31.12.2014	31.12.2013
Controladas	57.766	55.929
Controladas em conjunto	2.823.168	2.465.400
Outros	3.277	3.277
Total	2.884.211	2.524.606

16.2 Ações resgatáveis

A Eletrosul aportou recursos para a SPE Livramento no montante de R\$ 61.910 mil, o que representa 61.910.000 ações resgatáveis, bem como para a SPE Santa Vitória do Palmar, no montante de R\$ 29.400 mil, representados por 29.400.000 ações resgatáveis.

16.3 Movimentação dos investimentos (Controladora)

Sociedades de Propósito Específicos (SPE's)	Part. (%)	Saldos em 31.12.2013	Adições	Resultado participação societária	Ajus. aval. patrimonial	Destin./ ajuste de dividendos	Amort. / transf. do ágio	Reclassificação de ações resgatáveis	Reclas. passivo a descoberto de investidas	Saldos em 31.12.2014
Em operação										
Controladas										
Uirapuru	75,0%	55.929	-	9.631	-	(7.159)	(722)	-	-	57.679
Controladas em conjunto										
Costa Oeste	49,0%	4.279	17.554	(481)	-	158	-	-	-	21.510
ESBR Participações	20,0%	1.376.070	309.000	(230.788)	(600)	-	-	-	-	1.453.682
Etaiu	27,4%	24.199	-	6.713	-	(7.677)	-	-	-	23.235
Integração	24,5%	22.454	-	63	-	-	-	-	-	22.517
Livramento	52,5%	97.348	-	(150.370)	-	-	-	(44.427)	97.449	-
Norte Brasil	24,5%	231.446	193.123	(3.517)	-	-	-	-	-	421.052
TSBE	80,0%	167.403	98.400	11.377	-	(1.220)	-	-	-	275.960
TSLE	51,0%	16.901	125.455	(2.637)	-	-	-	-	-	139.719
Em fase pré-operacional										
Controladas										
Chuí IX	99,99%	-	10	(65)	-	-	-	-	55	-
Coxilha Seca	99,99%	-	10	77	-	-	-	-	-	87
Hermenegildo I	99,99%	-	10	(384)	-	-	-	-	374	-
Hermenegildo II	99,99%	-	10	(156)	-	-	-	-	146	-
Hermenegildo III	99,99%	-	10	(123)	-	-	-	-	113	-
Controladas em conjunto										
Chuí	49,0%	75.210	-	(37.715)	-	-	-	-	-	37.495
Fronteira Oeste	51,0%	5	11.835	(16)	-	-	-	-	-	11.824
Marumbi	20,0%	1.151	6.414	1.930	-	(452)	-	-	-	9.043
Santa Vitória do Palmar	49,0%	185.970	-	2.220	-	(1.163)	-	(29.400)	-	157.627
Teles Pires Participações	24,7%	262.964	-	(13.460)	-	-	-	-	-	249.504
Outros investimentos										
		3.277	-	-	-	-	-	-	-	3.277
Total		2.524.606	761.831	(407.701)	(600)	(17.513)	(722)	(73.827)	98.137	2.884.211

As principais variações no resultado da equivalência patrimonial em 2014 reconhecidos pela Companhia decorrentes de participações societárias estão a seguir demonstradas:

ESBR Participações S/A: o resultado negativo de R\$ 230.788 mil decorre basicamente do provisionamento de custos decorrente do atraso de conclusão da Usina Hidrelétrica de Jirau.

Livramento Holding S/A: o resultado negativo de R\$ 150.370 mil deve-se basicamente ao provisionamento de perdas nas demonstrações financeiras com aquisição de lastro de energia, para honrar aos contratos de venda de energia celebrados em 2012 no Ambiente de Contratação Livre (ACL) em face dos atrasos comerciais, e da apuração de impairment nos investimentos realizados em função de não cumprimento de contrato de fornecimento dos aerogeradores dos parques eólicos por parte da Wind Power.

Chuí Holding S/A: o resultado negativo de R\$ 37.715 mil decorre basicamente do provisionamento de perdas nas demonstrações financeiras com os investimentos realizados, em função de não cumprimento de contrato de fornecimento dos aerogeradores dos parques eólicos por parte da Wind Power.

Sociedades de Propósito Específicos (SPE's)	Part. (%)	Saldos em 31.12.2012	Adições	Resultado participação societária	Ajus. aval. patrimonial	Destin./ ajuste de dividendos	Amort. do ágio	Incorporação SPE	Saldos em 31.12.2013
Em operação									
Subsidiárias e controladas									
Artemis ⁽ⁱ⁾	100,0%	252.971	-	3.592	-	-	(87.584)	(168.979)	-
Cerro Chato I ⁽ⁱ⁾	90,0%	86.499	-	326	-	-	-	(86.825)	-
Cerro Chato II ⁽ⁱ⁾	90,0%	80.006	-	478	-	-	-	(80.484)	-
Cerro Chato III ⁽ⁱ⁾	90,0%	75.819	-	543	-	(112)	-	(76.250)	-
Porto Velho ⁽ⁱ⁾	100,0%	302.440	-	1.746	-	1.351	(1.409)	(304.128)	-
RS Energia ⁽ⁱ⁾	100,0%	231.919	-	4.882	-	2.331	-	(239.132)	-
Uirapuru	75,0%	56.432	-	7.433	-	(7.215)	(721)	-	55.929
Controladas em conjunto									
Etau	27,4%	23.696	-	3.845	-	(3.342)	-	-	24.199
Integração	24,5%	20.155	-	11.342	-	(9.043)	-	-	22.454
Em fase pré-operacional									
Controladas em conjunto									
Chuí	49,0%	33.606	41.797	(193)	-	-	-	-	75.210
Costa Oeste	49,0%	1.138	-	3.599	-	(458)	-	-	4.279
ESBR Participações	20,0%	939.825	475.000	(38.889)	134	-	-	-	1.376.070
Fronteira Oeste	51,0%	-	5	-	-	-	-	-	5
Livramento	49,0%	35.280	73.031	(10.963)	-	-	-	-	97.348
Marumbi	20,0%	570	-	682	-	(101)	-	-	1.151
Norte Brasil	24,5%	193.625	30.625	6.391	-	805	-	-	231.446
Santa Vitória do Palmar	49,0%	97.059	88.772	139	-	-	-	-	185.970
TSBE	80,0%	6.301	157.754	4.788	-	(1.440)	-	-	167.403
TSLE	51,0%	16.781	-	120	-	-	-	-	16.901
Teles Pires Participações	24,5%	89.816	174.790	(1.642)	-	-	-	-	262.964
Outros investimentos									
		3.277	-	-	-	-	-	-	3.277
Total		2.547.215	1.041.774	(1.781)	134	(17.224)	(89.714)	(955.798)	2.524.606

(i) incorporadas pela Companhia em 2013.

16.4 Informações das sociedades investidas

Sociedades de Propósito Específicos (SPE's)	% Part.	Acionistas	%	Início da construção	Início da operação	Término da concessão
Em operação comercial						
Costa Oeste	49,0%	Copel	51,0%	2012	2014	2042
ESBR Participações	20,0%	SUEZ	40,0%			
		CHESF	20,0%	2009	2013	2043
		Mitsui	20,0%			
Etau	27,4%	Transmissora Aliança	52,6%			
		CEEE	10,0%	2003	2005	2032
		DME Energética	10,0%			
Uirapuru	75,0%	ELOS	25,0%	2004	2006	2035
Construtora Integração	24,5%	Eletronorte	24,5%			
		Abengoa Brasil	51,0%	-	-	-
Livramento	52,53%	Rio Bravo Investimentos	41,0%	2012	2013	2047
		Fundação Elos	6,47%			
		Eletronorte	24,5%			
Norte Brasil	24,5%	Abengoa Brasil	51,0%	2009	2014	2039
TSBE	80,0%	Copel	20,0%	2012	2014	2042
TSLE	51,0%	CEEE	49,0%	2012	2014	2042
Em fase pré-operacional						
Chuí	49,0%	Rio Bravo Investimentos	51,0%	2012	2015	2047
Chuí IX	99,99%	Renobrax	0,01%	2014	2015	2049
Coxilha Seca	99,99%	Renobrax	0,01%	2014	2015	2049
Hermenegildo I	99,99%	Renobrax	0,01%	2014	2015	2049
Hermenegildo II	99,99%	Renobrax	0,01%	2014	2015	2049
Hermenegildo III	99,99%	Renobrax	0,01%	2014	2015	2049
Fronteira Oeste	51,0%	CEEE	49,0%	2014	2015	2044
Marumbi	20,0%	Copel	80,0%	2012	2015	2042
Teles Pires Participações	24,7%	Neoenergia	50,6%	2011	2015	2046
		Furnas	24,7%			
Santa Vitória do Palmar	49,0%	Brave Winds Geradora	51,0%	2012	2015	2047

16.5 Informações financeiras resumidas das controladas e controladas em conjunto

A Companhia utilizou as demonstrações de 30 de novembro de 2014 para calcular o resultado de participação nas subsidiárias e controladas, ajustando os saldos para 31 de dezembro de 2014 quando são identificadas variações relevantes.

Balancos Patrimoniais – 31.12.2014

Sociedades de Propósito Específicos (SPE's)	% de participação em 31.12.2014	Ativo				Passivo			
		Circulante	Não circulante		Total	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total
			Outros	Imobilizado, Intangível e Investimentos					
Controladas									
Chuí IX	99,99%	2.577	197	48.086	50.860	30.326	20.512	22	50.860
Coxilha Seca	99,99%	2.372	28	628	3.028	12	2.900	116	3.028
Hermenegildo I	99,99%	16.664	695	120.044	137.403	96.140	41.165	98	137.403
Hermenegildo II	99,99%	21.106	417	76.250	97.773	94.592	3.203	(22)	97.773
Hermenegildo III	99,99%	38.081	374	78.128	116.583	81.431	34.891	261	116.583
Uirapuru	75,0%	11.763	82.220	-	93.983	10.977	24.606	58.400	93.983
Controladas em conjunto									
Chuí	49,0%	2.759	-	596.093	598.852	192.602	330.500	75.750	598.852
Costa Oeste	49,0%	1.740	90.317	29	92.086	9.777	37.737	44.572	92.086
ESBR Participações	20,0%	506.661	1.379.947	20.338.744	22.225.352	719.454	14.237.486	7.268.412	22.225.352
Etau	27,4%	31.699	109.962	-	141.661	11.342	45.870	84.449	141.661
Fronteira Oeste	51,0%	14.048	15.478	-	29.526	834	29	28.663	29.526
Integração	24,5%	566	126.596	3	127.165	28.112	-	99.053	127.165
Livramento	52,5%	16.929	7.439	190.806	215.174	152.899	238.932	(176.657)	215.174
Marumbi	20,0%	10.235	118.659	-	128.894	12.175	70.546	46.173	128.894
Norte Brasil	24,5%	278.788	3.237.029	10.727	3.526.544	216.004	1.594.749	1.715.791	3.526.544
Santa Vitória do Palmar	49,0%	82.728	39	1.053.933	1.136.700	101.787	707.041	327.872	1.136.700
Teles Pires Participações	24,7%	28.870	22.743	4.712.849	4.764.462	240.564	3.498.994	1.024.904	4.764.462
TSBE	80,0%	54.544	676.250	37	730.831	37.872	346.505	346.454	730.831
TSLE	51,0%	38.852	871.495	16	910.363	516.930	110.210	283.223	910.363

Balancos Patrimoniais – 31.12.2013

Sociedades de Propósitos Específicos (SPE's)	% de participação em 31.12.2013	Ativo				Passivo			
		Circulante	Não circulante		Total	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total
			Outros	Imobilizado, Intangível e Investimentos					
Controladas									
Uirapuru	75,0%	8.315	85.789	-	94.104	10.017	29.027	55.060	94.104
Controladas em conjunto									
Chuí	49,0%	9.662	-	151.863	161.525	2.761	5.328	153.436	161.525
Costa Oeste	49,0%	2.848	46.264	33	49.145	11.012	32.290	5.843	49.145
ESBR Participações	20,0%	291.803	754.687	17.571.028	18.617.518	757.421	10.939.958	6.920.139	18.617.518
Etau	27,4%	27.954	112.160	-	140.114	10.690	31.773	97.651	140.114
Fronteira Oeste	51,0%	10	-	-	10	-	-	10	10
Integração	24,5%	106.875	4.856	4	111.735	25.670	-	86.065	111.735
Livramento	49,0%	40.007	12.859	305.462	358.328	97.938	153.661	106.729	358.328
Marumbi	20,0%	5.276	31.241	-	36.517	8.291	23.499	4.727	36.517
Norte Brasil	24,5%	109.774	2.705.368	12.068	2.827.210	432.273	1.463.748	931.189	2.827.210
Santa Vitória do Palmar	49,0%	178.942	-	660.718	839.660	167.224	353.029	319.407	839.660
Teles Pires Participações	24,7%	735.768	33.323	3.421.481	4.190.572	268.129	2.868.497	1.053.946	4.190.572
TSBE	80,0%	47.339	486.064	39	533.442	209.146	113.316	210.980	533.442
TSLE	51,0%	40.523	381.039	1	421.563	203.212	183.935	34.416	421.563

Demonstrações de Resultados – 31.12.2014

Sociedades de Propósito Específicos (SPE's)	% de participação em 31.12.2014	Receita Operacional Líquida	Despesa Operacional	Resultado do Serviço	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	IR e CSLL	Resultado do Exercício
Controladas								
Chuí IX	99,99%	-	(314)	(314)	132	(182)	194	12
Coxilha Seca	99,99%	-	(67)	(67)	198	131	(25)	106
Hermenegildo I	99,99%	-	(888)	(888)	289	(599)	687	88
Hermenegildo II	99,99%	-	(780)	(780)	338	(442)	410	(32)
Hermenegildo III	99,99%	-	(782)	(782)	666	(116)	367	251
Uirapuru	75,00%	21.545	(5.049)	16.496	(2.575)	13.921	(1.036)	12.885
Controladas em conjunto								
Chuí	49,00%	-	(76.911)	(76.911)	(759)	(77.670)	(16)	(77.686)
Costa Oeste	49,00%	43.468	(38.164)	5.304	(1.006)	4.298	(1.716)	2.582
ESBR Participações	20,00%	732.639	(2.370.080)	(1.637.441)	(174.981)	(1.812.422)	615.695	(1.196.727)
Etau	27,40%	33.034	(4.981)	28.053	(1.654)	26.399	(11.600)	14.799
Fronteira Oeste	51,00%	15.420	(15.739)	(319)	406	87	(30)	57
Integração	24,50%	126.579	(97.134)	29.445	(2.544)	26.901	(13.913)	12.988
Livramento	52,53%	29.910	(298.054)	(268.144)	(4.276)	(272.420)	(10.966)	(283.386)
Marumbi	20,00%	87.434	(73.433)	14.001	556	14.557	(2.918)	11.639
Norte Brasil	24,50%	686.710	(576.917)	109.793	(114.583)	(4.790)	1.135	(3.655)
Santa Vitória do Palmar	49,00%	12.153	(1.588)	10.565	943	11.508	(670)	10.838
Teles Pires Participações	24,72%	-	(17.782)	(17.782)	(701)	(18.483)	(10.560)	(29.043)
TSBE	80,00%	206.965	(171.990)	34.975	(19.310)	15.665	(1.666)	13.999
TSLE	51,00%	495.162	(447.411)	47.751	(43.520)	4.231	(1.414)	2.817

Demonstrações de Resultados – 31.12.2013

Sociedades de Propósito Específicos (SPE's)	% de participação em 31.12.2013	Receita Operacional Líquida	Despesa Operacional	Resultado do Serviço	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	IR e CSLL	Resultado do Exercício
Controladas								
Uirapuru	75,0%	17.815	(4.177)	13.638	(3.038)	10.600	(853)	9.747
Controladas em conjunto								
Chuí	49,0%	-	(634)	(634)	239	(395)	-	(395)
Costa Oeste	49,0%	41.677	(35.878)	5.799	260	6.059	(1.336)	4.723
ESBR Participações	20,0%	147.005	(370.828)	(223.823)	(4.607)	(228.430)	77.767	(150.663)
Etau	27,4%	31.469	(4.784)	26.685	(2.757)	23.928	(1.794)	22.134
Integração	24,5%	39.583	(23.758)	15.825	942	16.767	(5.684)	11.083
Livramento	49,0%	29.132	(67.241)	(38.109)	650	(37.459)	12.724	(24.735)
Marumbi	20,0%	30.378	(27.320)	3.058	484	3.542	(1.081)	2.461
Norte Brasil	24,5%	665.835	(582.452)	83.383	(77.120)	6.263	(2.189)	4.074
Santa Vitória do Palmar	49,0%	-	(1.316)	(1.316)	1.667	351	(109)	242
Teles Pires Participações	24,7%	-	(15.162)	(15.162)	(926)	(16.088)	(19.387)	(35.475)
TSBE	80,0%	430.345	(417.040)	13.305	(419)	12.886	(5.105)	7.781
TSLE	51,0%	334.339	(326.355)	7.984	(4.418)	3.566	(1.935)	1.631

A equivalência patrimonial é reconhecida com base nas demonstrações financeiras das sociedades controladas e/ou controladas em conjunto com 30 dias de defasagem, exceto quando da ocorrência de eventos relevantes no mês de dezembro, os quais são reconhecidos tempestivamente.

NOTA 17 – IMOBILIZADO (CPC 27)

17.1 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Transmissão				
Imobilizações em serviço	97.710	97.710	97.710	97.710
(-) Depreciação acumulada	(70.407)	(61.963)	(70.407)	(61.963)
Imobilizações em curso	57.096	40.005	57.096	40.005
(-) <i>Impairment</i> (CPC 01 (R1))	(3.043)	(36.315)	(3.043)	(36.315)
Total transmissão	81.356	39.437	81.356	39.437
Geração				
Imobilizações em serviço	2.691.897	2.684.095	2.691.897	2.684.095
(-) Depreciação acumulada	(214.719)	(115.285)	(214.719)	(115.285)
Imobilizações em curso	83.327	47.622	286.289	47.622
(-) <i>Impairment</i> (CPC 01 (R1))	(270.845)	(308.972)	(270.845)	(308.972)
Total geração	2.289.660	2.307.460	2.492.622	2.307.460
Administração				
Imobilizações em serviço	55.164	41.582	55.323	41.582
(-) Depreciação acumulada	(30.018)	(17.594)	(30.024)	(17.594)
Imobilizações em curso	17.067	7.356	17.067	7.356
Total administração	42.213	31.344	42.366	31.344
Total imobilizado líquido	2.413.229	2.378.241	2.616.344	2.378.241

17.1.1 Empreendimentos em construção na Transmissão

A rubrica “imobilizado em curso” na transmissão, tem registrado basicamente os ativos relativos a Linha de Transmissão Brasil-Uruguai que está sendo construída em parceria com a Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobras).

17.1.2 Empreendimentos em construção na Geração

A rubrica “imobilizado em curso” na geração tem registrado basicamente os seguintes investimentos em ativos de geração em construção:

De propriedade da Eletrosul: PCH Santo Cristo, Parque Eólico Coxilha Seca, Gapões e Ingleses.

De propriedade de empresas controladas:

Eólica Hermenegildo I S/A: Parques Eólicos Verace 24, Verace 25, Verace 26 e Verace 27.

Eólica Hermenegildo II S/A: Parques Eólicos Verace 28, Verace 29, Verace 30 e Verace 31.

Eólica Hermenegildo III S/A: Parques Eólicos Verace 34, Verace 35 e Verace 36.

Eólica Chui IX S/A: Parque Eólico Chui IX.

17.2 Encargos financeiros capitalizados

Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos são reconhecidos no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos de energia elétrica. Os encargos capitalizados no ativo imobilizado estão demonstrados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Total dos encargos financeiros	332.110	266.267	335.680	295.557
(-) Transferência para o imobilizado	45	7.745	45	7.745
Efeito líquido no resultado	332.065	258.522	335.635	287.812

17.3 Taxas de depreciação

Geração	Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013
Intangíveis	20,00%	20,00%
Reservatórios, barragens e adutoras	3,65%	3,65%
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,79%	3,79%
Máquinas e equipamentos	4,05%	4,05%
Móveis e utensílios	6,25%	6,25%
Terrenos	3,52%	3,52%
Administração		
Intangíveis	20,00%	20,00%
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,45%	3,45%
Máquinas e equipamentos	4,96%	4,41%
Veículos	8,28%	8,16%
Móveis e utensílios	6,25%	6,25%

Em 16 de fevereiro de 2012 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publicou a Resolução Normativa nº 474/2012, que estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado do Setor Elétrico. A Companhia adota, para os cálculos de depreciação do ativo imobilizado da geração, a regra “concessão/autorização ou vida útil dos dois o menor”, sendo que a vida útil se aproxima das taxas definidas pela ANEEL. Diante disto, a Companhia adota as taxas de depreciação da ANEEL como parâmetro.

17.4 Movimentação

Geração	Controladora				
	31.12.2013				31.12.2014
	Vlr líquido	Adições	Baixas	Transferências	Vlr líquido
Em serviço	2.684.095	-	(4.149)	11.951	2.691.897
Depreciação acumulada	(115.285)	(99.432)	-	(2)	(214.719)
Em curso	47.622	78.028	(30.481)	(11.842)	83.327
Total	2.616.432	(21.404)	(34.630)	107	2.560.505
Transmissão					
Em serviço	97.710	-	-	-	97.710
Depreciação acumulada	(61.963)	(8.444)	-	-	(70.407)
Em curso	40.005	18.211	(1.120)	-	57.096
Total	75.752	9.767	(1.120)	-	84.399
Administração					
Em serviço	41.582	115	(659)	14.126	55.164
Depreciação acumulada	(17.594)	(13.205)	531	250	(30.018)
Em curso	7.356	16.073	(578)	(5.784)	17.067
Total	31.344	2.983	(706)	8.592	42.213
<i>(-) Impairment (CPC 01 (R1))</i>	(345.287)	(37.977)	109.376	-	(273.888)
TOTAL	2.378.241	(46.631)	72.920	8.699	2.413.229

Consolidado					
	31.12.2013				31.12.2014
	Vlr líquido	Adições	Baixas	Transferências	Vlr líquido
Geração					
Em serviço	2.684.095	-	(4.149)	11.951	2.691.897
Depreciação acumulada	(115.285)	(99.432)	-	(2)	(214.719)
Em curso	47.622	280.990	(30.481)	(11.842)	286.289
Total	2.616.432	181.558	(34.630)	107	2.763.467
Transmissão					
Em serviço	97.710	-	-	-	97.710
Depreciação acumulada	(61.963)	(8.444)	-	-	(70.407)
Em curso	40.005	18.211	(1.120)	-	57.096
Total	75.752	9.767	(1.120)	-	84.399
Administração					
Em serviço	41.582	274	(659)	14.126	55.323
Depreciação acumulada	(17.594)	(13.211)	531	250	(30.024)
Em curso	7.356	16.073	(578)	(5.784)	17.067
Total	31.344	3.136	(706)	8.592	42.366
(-) Impairment (CPC 01 (R1))	(345.287)	(37.977)	109.376	-	(273.888)
TOTAL	2.378.241	156.484	72.920	8.699	2.616.344

Controladora						
	31.12.2012					31.12.2013
	Vlr líquido	Adições	Baixas	Transferências	Incorporações	Vlr líquido
Geração						
Em serviço	590.156	-	(3.262)	1.660.497	436.704	2.684.095
Depreciação acumulada	(11.502)	(71.797)	-	(76)	(31.910)	(115.285)
Em curso	1.600.426	155.961	(48.417)	(1.661.471)	1.123	47.622
Total	2.179.080	84.164	(51.679)	(1.050)	405.917	2.616.432
Trasmissão						
Em serviço	97.710	-	-	-	-	97.710
Depreciação acumulada	(61.963)	-	-	-	-	(61.963)
Em curso	3.350	37.676	(1.021)	-	-	40.005
Total	39.097	37.676	(1.021)	-	-	75.752
Administração						
Em serviço	39.322	2.568	(26)	(579)	297	41.582
Depreciação acumulada	(16.062)	(1.786)	25	294	(65)	(17.594)
Em curso	5.652	3.795	(46)	(2.049)	4	7.356
Total	28.912	4.577	(47)	(2.334)	236	31.344
(-) Impairment (CPC 01 (R1))	(234.960)	(110.652)	325	-	-	(345.287)
TOTAL	2.012.129	15.765	(52.422)	(3.384)	406.153	2.378.241

	Consolidado				31.12.2013 Vlr líquido
	31.12.2012 Vlr líquido	Adições	Baixas	Transferências	
Geração					
Em serviço	996.933	-	(4.221)	1.691.383	2.684.095
Depreciação acumulada	(33.251)	(81.958)	-	(76)	(115.285)
Em curso	1.635.001	157.909	(52.931)	(1.692.357)	47.622
Total	2.598.683	75.951	(57.152)	(1.050)	2.616.432
Trasmissão					
Em serviço	97.710	-	-	-	97.710
Depreciação acumulada	(61.963)	-	-	-	(61.963)
Em curso	3.350	37.676	(1.021)	-	40.005
Total	39.097	37.676	(1.021)	-	75.752
Administração					
Em serviço	39.601	2.575	(26)	(568)	41.582
Depreciação acumulada	(16.102)	(1.811)	25	294	(17.594)
Em curso	5.663	3.799	(46)	(2.060)	7.356
Total	29.162	4.563	(47)	(2.334)	31.344
(-) Impairment (CPC 01 (R1))	(234.960)	(110.652)	325	-	(345.287)
TOTAL	2.431.982	7.538	(57.895)	(3.384)	2.378.241

17.5 Indisponibilidade de bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e as instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e inclusive comercialização de energia elétrica, são vinculados a estes serviços públicos, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão do Poder Concedente.

A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que os recursos da alienação sejam depositados em conta bancária vinculada, para que sejam reaplicados na concessão.

17.6 Reversão de bens vinculados à concessão

Ao término dos contratos de concessão, todos os bens e instalações vinculados às usinas passarão a integrar o patrimônio da União. Os investimentos adicionais ao projeto básico autorizado, realizados para garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido, terão a parcela não amortizada ou depreciada indenizada ao término da concessão.

Com a assinatura do aditivo contratual ao contrato de concessão nº 057/2001 em 4 de dezembro de 2012, a Companhia aceitou as condições de prorrogação antecipada das concessões previstas na Lei 12.783/13.

17.7 Bens e direitos da União

A Companhia mantém, em registros auxiliares, o montante de R\$ 5.199 mil a título de Bens da União sob Administração (BUSA), relativo à parte da subestação - SE Alegrete, Linha de Transmissão de 138 kV Jupiá/ Mimoso I, Linha de Transmissão de 138 kV Mimoso/Campo Grande I, Linha de Transmissão de 230 kV Assis/Londrina, Linha de Transmissão de 230 kV Londrina/Apucarana e um terreno situado no município de Capivari de Baixo.

NOTA 18 – INTANGÍVEL (CPC 04)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Intangível em serviço				
Softwares	4.308	4.264	4.311	4.264
Uso de bens públicos	25.636	25.636	25.636	25.636
Intangível - direito de concessões	244.313	244.313	261.385	261.385
(-) Impairment (CPC 01 (R1))	(33.855)	(33.855)	(33.855)	(33.855)
	240.402	240.358	257.477	257.430
(-) Amortização acumulada				
Softwares	20%	(4.092)	(4.092)	(3.716)
Uso de bens públicos		(1.720)	(1.720)	(784)
Intangível - direito de concessões		(83.433)	(85.898)	(76.925)
	(89.245)	(79.682)	(91.710)	(81.425)
Intangível em curso				
Softwares	5.808	4.256	5.808	4.256
	5.808	4.256	5.808	4.256
Total Intangível	156.965	164.932	171.575	180.261

A movimentação do intangível está demonstrada abaixo:

	Controladora				
	Softwares	Uso de bens públicos	Direito de concessões	Impairment	Total
Saldos em 31.12.2012	3.139	25.601	54.534	-	83.274
Adições	1.673	-	-	-	1.673
Incorporação SPE*	-	-	122.830	(33.855)	88.975
Amortização	(8)	(749)	(8.233)	-	(8.990)
Saldos em 31.12.2013	4.804	24.852	169.131	(33.855)	164.932
Adições	1.596	-	-	-	1.596
Amortização	(376)	(936)	(8.251)	-	(9.563)
Saldos em 31.12.2014	6.024	23.916	160.880	(33.855)	156.965*

Os valores referem-se à reclassificação do ágio da Artemis do grupo investimentos em função da incorporação pela Companhia.

	Consolidado				
	Softwares	Uso de bens públicos	Direito de concessões	Impairment	Total
Saldos em 31.12.2012	3.139	25.601	193.432	(33.855)	188.317
Adições	1.673	-	-	-	1.673
Amortização	(8)	(749)	(8.972)	-	(9.729)
Saldos em 31.12.2013	4.804	24.852	184.460	(33.855)	180.261
Adições	1.599	-	-	-	1.599
Amortização	(376)	(936)	(8.973)	-	(10.285)
Saldos em 31.12.2014	6.027	23.916	175.487	(33.855)	171.575

Os direitos de concessão das controladas foram definidos com base no valor presente de projeções de fluxo de caixa futuros estimados obtidos através de avaliações econômico-financeiras e decorreram da aquisição da concessão outorgada pela ANEEL para o uso do sistema de transmissão de energia elétrica.

O valor registrado dos direitos de concessão referem-se à aquisição da participação acionária na SC Energia em 11 de fevereiro de 2009, Artemis em 11 de agosto de 2011, na Uirapuru em 11 de agosto de 2011 e na Porto Velho em 12 de novembro de 2010. Os direitos de concessão tem vida útil definida e estão sendo amortizados de acordo com o período de concessão.

De acordo com a Orientação Técnica “OCPC 05”, os valores relativos ao uso de bem público decorrentes de contratos de concessões onerosas com a União estão demonstrados ao custo amortizado e atualizados conforme dispõem os contratos. Assim, a Companhia contabilizou os registros de uso de bem público, os quais foram descontados ao custo médio ponderado de capital. Os valores estão divulgados na nota 28.

NOTA 19 – IMPAIRMENT (CPC 01)

A Companhia testa anualmente a recuperabilidade para os seus ativos intangíveis, que se constituem basicamente da parcela de ágio por expectativa de resultados futuros advindos dos processos de combinação de negócios, com base em valor presente dos fluxos de caixas.

Para os ativos de longa duração (ativo financeiro e ativo imobilizado), são revisados anualmente ou sempre que houver indícios de que o valor contábil não seja recuperado.

A Companhia realizou em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, avaliação individual de todas as suas unidades geradoras de caixa (UGC) quanto aos aspectos do *impairment*.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração.

19.1 Principais premissas adotadas

	2014	2013
Taxa de desconto para o fluxo de caixa - Geração	6,69% pós-tax	6,80% pós-tax
Taxa de desconto para o fluxo de caixa - Transmissão	6,57% pós-tax	6,45% pós-tax
Preço da energia gerada	Valor atualizado dos preços dos contratos vigentes no ambiente regulado e/ou livre	
PIS e Cofins	9,25% sobre a receita bruta	
Pesquisa e desenvolvimento	1% da ROL	
CFURH	Montantes determinados em resoluções da ANEEL	
EUSD/EUST	Montantes determinados em resoluções da ANEEL	
Taxa de fiscalização da ANEEL	0,4% da receita bruta	
RGR	3% da receita bruta para concessões de transmissão licitadas até 11 de setembro de 2012 (Lei 12.783/2013), deduzida a taxa de fiscalização	
UBP	Valores estabelecidos nos contratos de concessão	
Depreciação	Durante o prazo de concessão e/ou autorizações	
Pessoal, materiais, serviços e outros	Orçamento financeiro apurado por Unidade Geradora de Caixa (UGC), considerando a redução do Quadro de pessoal em função do plano de incentivo ao desligamento e demais reduções de custo	
Prazos do Fluxo de Caixa	Prazos das concessões e/ou autorizações	

Resultado dos Testes de *Impairment*

Os efeitos dos testes de impairment por Unidade Geradora de Caixa (UGC) no resultado e os saldos provisionados no balanço são apresentados a seguir:

	Efeitos no Resultado		Saldos da Provisão	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Geração - Imobilizado				
UGC PCH João Borges	(11.623)	2.139	34.893	46.516
UGC PCH Rio Chapéu	(10.579)	(325)	29.425	40.004
UGC PCH Coxilha Rica	252	-	9.991	9.739
UGC UHE Passo São João	(2.574)	49.685	151.311	153.885
UGC UHE São Domingos	(15.285)	58.828	43.543	58.828
UGC Eólica Cerro Chato	1.682	-	1.682	-
	(38.127)	110.327	270.845	308.972
Transmissão - Ativo Financeiro				
UGC LT Presidente Méd. - Santa Cruz	(3.068)	5.660	29.709	32.777
UGC SE Missões	(954)	(1.332)	2.712	3.666
UGC LT Campos Novos - Nova Santa Rita	(5.612)	27.701	22.089	27.701
UGC SE Caxias/Ijuí/ N.Petrópolis /Lageado	9.210	23.384	32.594	23.384
UGC LT Monte Claro - Garibaldi	(1.493)	10.468	8.975	10.468
UGC Conversora Uruguaiana	(33.272)	-	3.043	36.315
UGC Conversora Porto Velho	15.706	71.370	87.076	71.370
	(19.483)	137.251	186.198	205.681
Intangível				
UGC LT Salto Santiago - Ivaiporã - C. Oeste	-	-	33.855	33.855
	-	-	33.855	33.855
Total	(57.610)	247.578	490.898	548.508

Os impactos da reversão das despesas de *impairment* registradas no exercício de 2014 no montante de R\$ 38.127 mil para o segmento de geração e R\$ 19.483 mil para o segmento de transmissão, decorrem basicamente da alteração da taxa de desconto (wacc) de 6,80% em 2013 para 6,69% em 2014 para o segmento de geração e de 6,45% em 2013 para 6,57% em 2014 para o segmento de transmissão, e pela realização da provisão já reconhecida anteriormente em razão da depreciação dos bens.

NOTA 20 – FORNECEDORES

A composição de saldo de fornecedores é apresentada como segue:

Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Materiais e serviços	62.395	60.340	67.063	60.469
Encargos de uso da rede elétrica	821	1.074	821	1.074
Fornecimento de energia elétrica	8.801	1.320	8.801	1.320
	72.017	62.734	76.685	62.863

NOTA 21 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

A Companhia utiliza recursos de financiamentos e empréstimos para financiar a implantação de investimentos corporativos e inversões financeiras em empreendimentos em sociedades controladas e empreendimentos controlados em conjunto.

Em 2014, a Companhia efetuou captação dos seguintes financiamentos e empréstimos:

- Em 22 de setembro de 2014, a Eletrobras autorizou o repasse de R\$ 1.210.000 mil. A primeira liberação financeira foi realizada em 3 de outubro de 2014, no montante de R\$ 300.000 mil. Em 8 de dezembro de 2014 foi liberada a 2ª parcela, só que neste caso, econômica, cujo montante de R\$ 419.444 mil foi destinado a amortização de valores em aberto do contrato de dívida nº 3035/2012, bem como dos dividendos.

- Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o contrato nº 1367/2013, no montante de R\$ 11.300 mil, recursos oriundos da FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos. O montante será destinado às Estações Anemométricas e Solarimétricas localizadas nos estados do Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rondônia.

21.1 Composição

		Controladora				Consolidado			
		31.12.2014				31.12.2014			
		Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
		Encargos	Principal	Principal	Total	Encargos	Principal	Principal	Total
Moeda estrangeira									
Partes relacionadas									
Eletrobras		-	-	191.173	191.173	-	-	191.173	191.173
		-	-	191.173	191.173	-	-	191.173	191.173
Moeda nacional									
Partes relacionadas									
Eletrobras		60	87.881	1.628.359	1.716.300	60	87.881	1.628.359	1.716.300
Instituições financeiras									
BRDE		80	4.525	15.466	20.071	230	10.525	34.978	45.733
BNDES		8.530	106.034	938.880	1.053.444	8.530	106.034	938.880	1.053.444
Banco do Brasil		4.033	73.040	518.053	595.126	4.033	73.040	518.053	595.126
FINEP		11	-	3.621	3.632	11	-	3.621	3.632
		12.714	271.480	3.104.379	3.388.573	12.864	277.480	3.123.891	3.414.235
		12.714	271.480	3.295.552	3.579.746	12.864	277.480	3.315.064	3.605.408
		Controladora				Consolidado			
		31.12.2013				31.12.2013			
		Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
		Encargos	Principal	Principal	Total	Encargos	Principal	Principal	Total
Moeda estrangeira									
Partes relacionadas									
Eletrobras		-	-	191.143	191.143	-	-	191.143	191.143
		-	-	191.143	191.143	-	-	191.143	191.143
Moeda nacional									
Partes relacionadas									
Eletrobras		665	214.886	937.558	1.153.109	665	214.886	937.558	1.153.109
Instituições financeiras									
BRDE		89	4.403	19.459	23.951	660	10.125	44.254	55.039
BNDES		9.042	133.035	1.193.940	1.336.017	9.042	133.035	1.193.940	1.336.017
Banco do Brasil		3.547	17.207	433.777	454.531	3.547	17.207	433.777	454.531
		13.343	369.531	2.584.734	2.967.608	13.914	375.253	2.609.529	2.998.696
		13.343	369.531	2.775.877	3.158.751	13.914	375.253	2.800.672	3.189.839

21.2 Movimentação e saldo dos financiamentos e empréstimos

	Controladora							
	Moeda nacional				Moeda estrangeira			
	Circulante			Não Circulante	Circulante			Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal
Saldos em 31.12.2012	14.538	165.988	180.526	1.816.576	-	-	-	35.831
Ingressos	-	-	-	445.757	-	-	-	136.064
Incorporação de SPE	898	94.844	95.742	617.140	-	-	-	-
Refinanciamentos*	411	(454)	(43)	43	-	-	-	-
Provisão de encargos	178.035	-	178.035	3.160	3.221	-	3.221	-
Variação monetária e cambial*	2.187	(2.608)	(421)	56.132	-	-	-	19.248
Transferências	-	354.074	354.074	(354.074)	-	-	-	-
Amortizações/pagamentos	(182.726)	(242.313)	(425.039)	-	(3.221)	-	(3.221)	-
Saldos em 31.12.2013	13.343	369.531	382.874	2.584.734	-	-	-	191.143
Ingressos	-	-	-	724.014	-	-	-	-
Refinanciamentos	(34.770)	8.426	(26.344)	26.344	-	-	-	-
Provisão de encargos	263.685	-	263.685	-	5.445	-	5.445	-
Variação monetária e cambial	47	7.115	7.162	50.663	-	-	-	30
Transferências	-	281.376	281.376	(281.376)	-	-	-	-
Amortizações/pagamentos	(229.591)	(394.968)	(624.559)	-	(5.445)	-	(5.445)	-
Saldos em 31.12.2014	12.714	271.480	284.194	3.104.379	-	-	-	191.173

*Saldos reclassificados entre linhas.

	Consolidado							
	Moeda nacional				Moeda estrangeira			
	Circulante			Não Circulante	Circulante			Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal
Saldos em 31.12.2012	34.599	235.737	270.336	2.499.583	-	-	-	35.831
Ingressos	-	-	-	459.514	-	-	-	136.064
Refinanciamentos*	411	(454)	(43)	43	-	-	-	-
Provisão de encargos	204.899	-	204.899	3.160	3.221	-	3.221	-
Variação monetária e cambial*	2.187	(2.502)	(315)	56.594	-	-	-	19.248
Transferências	-	409.365	409.365	(409.365)	-	-	-	-
Amortizações/pagamentos	(228.182)	(266.893)	(495.075)	-	(3.221)	-	(3.221)	-
Saldos em 31.12.2013	13.914	375.253	389.167	2.609.529	-	-	-	191.143
Ingressos	-	-	-	724.014	-	-	-	-
Refinanciamentos	(34.770)	8.426	(26.344)	26.344	-	-	-	-
Provisão de encargos	266.263	-	266.263	-	5.445	-	5.445	-
Variação monetária e cambial	47	7.317	7.364	50.843	-	-	-	30
Transferências	-	286.839	286.839	(286.839)	-	-	-	-
Amortizações/pagamentos	(232.590)	(400.355)	(632.945)	-	(5.445)	-	(5.445)	-
Saldos em 31.12.2014	12.864	277.480	290.344	3.123.891	-	-	-	191.173

*Saldos reclassificados entre linhas.

21.3 Vencimentos de longo prazo

A amortização das parcelas de financiamento e empréstimos de longo prazo se apresenta da seguinte forma:

Ano	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
2015	-	320.640	-	326.396
2016	306.001	267.699	310.419	273.455
2017	404.986	275.938	409.404	281.694
2018	404.531	275.556	408.949	281.312
2019	379.193	250.795	383.611	252.566
2020	349.800	250.795	351.640	252.566
Após 2020	1.451.041	1.134.454	1.451.041	1.132.683
Total não circulante	3.295.552	2.775.877	3.315.064	2.800.672

21.4 Composição do saldo da dívida por indicador

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
IPCA	840.047	788.767	840.047	788.767
TJLP	1.201.643	1.302.955	1.221.866	1.327.839
SELIC	65.819	244.895	65.819	244.895
Cesta de moedas	191.173	191.143	196.612	197.347
Taxa CDI	970.823	250.852	970.823	250.852
Outros	310.241	380.139	310.241	380.139
Total	3.579.746	3.158.751	3.605.408	3.189.839
Principal	3.567.032	3.145.408	3.592.544	3.175.925
Encargos	12.714	13.343	12.864	13.914
Total	3.579.746	3.158.751	3.605.408	3.189.839

21.5 Condições contratuais dos financiamentos da controladora

Data da assinatura	Objetivo	Juros	Vencimento do contrato	Garantias	Saldo em 31.12.2014
Centrais Elétricas Brasileiras S.A					1.907.473
12/01/2006	Reforço energético ilha - continente	7,0% a.a.	30/08/2019	a	72.325
20/11/2008	Implantação da SE Joinville Norte	7,0% a.a.	30/03/2016	a	14.589
14/03/2011	Reluz Novo Hamburgo RS	6,5% a.a.	30/11/2017	a	4.076
01/07/2009	Complexo São Bernardo PCHs	Conversão da moeda + 2,2% a.a.	30/12/2038	a	42.898
24/05/2013	Complexo São Bernardo PCHs	37% = conversão moeda (Euro)+4,70% a.a. 30% = conversão moeda (Euro)+2,20% a.a. 33% = conversão moeda (Euro)+2,24% a.a.	30/12/2042	a	148.275
01/11/2009	Repactuação de dívidas (ECF 2626, ECF 2692 e ECF 2727)	7% a.a. + IPCA	30/03/2030	a	566.497
04/03/2010	Programa de obras de transmissão	7% a.a. + IPCA	30/09/2021	a	86.148
01/04/2013	Reinversões de dividendos a Eletrobras relativos ao exercício de 2011; quitação do serviço da dívida do mês 12/2012; liberação de recursos para aplicação junto às SPE's.	0,5% a.a. + SELIC	20/04/2015	a	10.667
01/04/2013	Garantias na ação judicial da Eletronet	SELIC	30/08/2021	-	55.152
17/08/2011	Aquisição da Artemis e Uirapuru	7% a.a. + IPCA	28/02/2024	a	187.402
22/09/2014	(i) Quitação empréstimo Eletrobras; (ii) Quitação de dividendos 2013 à Holding (iii) Cobertura do programa de investimentos.	119,5% do CDI	30/09/2022	a	719.444
Banco do Brasil S.A.					595.126
06/12/2013	Aplicação/aportes junto a SPE's e empreendimentos corporativos	115% do CDI	15/11/2023	c	251.379
16/04/2009	Implantação da UHE Mauá	TJLP + 2,13 a.a.	15/01/2028	d	160.599
01/03/2011	Nota de crédito comercial - subestação Biguaçu ampliação D	5,5% a.a.	15/03/2021	b	5.044
01/03/2011	Nota de crédito comercial - subestação Biguaçu ampliação F	5,5% a.a.	15/03/2021	b	1.687
26/05/2006	Implantação linha 525 kV Campos Novos - Blumenau	80% = TJLP + 4,5% a.a. 20% = cesta de moedas + 4,5% a.a.	15/05/2019	e	20.114
25/06/2010	Construção dos aerogeradores	4,5% a.a.	01/07/2020	g	156.303

Data da assinatura	Objetivo	Juros	Vencimento do contrato	Garantias	Saldos em 31.12.2014
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE					20.071
26/05/2006	Implantação linha 525 kV Campos Novos - Blumenau	80% = TJLP + 4,5% a.a. 20% = cesta de moedas + 4,5% a.a.	15/05/2019	e	20.071
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES					1.053.444
05/08/2005	LT 525 KV interligando Salto Santiago e Cascavel Oeste	TJLP + SPREAD de 4%	15/08/2018	f	56.217
24/05/2006	Implantação linha 525 kV Campos Novos - Blumenau	80% = TJLP + 4,0% a.a. 20% = cesta de moedas + 4% a.a.	15/05/2019	e	40.496
23/12/2008	Expansão da linha de transmissão Campos Novos - Blumenau	TJLP + 2,12% a.a.	15/03/2021	e	35.507
04/03/2008	Implantação da UHE Passo São João	TJLP + 1,91% a.a.	15/07/2026	c	151.718
20/06/2012	Implantação da UHE Passo São João	TJLP + 1,91% a.a.	15/07/2026	c	12.539
16/04/2009	Implantação da UHE Mauá	TJLP + 1,81 a.a.	15/01/2028	d	160.546
10/03/2011	Implantação da UHE São Domingos	TJLP + 1,72 a.a.	15/06/2028	c	199.791
04/03/2011	SE Coletora Porto Velho em 500/230 kV	76% = TJLP + 2,2% a.a. 24% = IPCA + 9,39% a.a.	15/08/2028	h	269.555
07/05/2008	Implantação de linha de transmissão 525 kV, Campos Novos (SC) - Nova Santa Rita (RS)	TJLP + 3,00%	15/06/2021	i	76.889
04/04/2012	SE Caxias 6, SE Ijuí 2, SE Nova Petrópolis 2 e SE Lajeado Grande	61% = TJLP + 2,12% a.a. 39% = TJLP + 1,72% a.a.	15/03/2027	j	33.891
30/04/2012	SE Foz de Chapecó	63% = TJLP + 2,12% a.a. 37% = TJLP + 1,72% a.a.	15/03/2027	j	8.943
26/04/2013	LT 230kV Monte Claro/Garibaldi	92% = TJLP + 2,42% a.a. 8% = TJLP + 2,02% a.a.	15/08/2027	j	7.352
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP					3.632
25/09/2014	Instalação de estações/torres solarimétricas termossolares e Instalação de torres/estações anemométricas.	TJLP + 2,00% a.a.	15/10/2021	k	3.632
Total					3.579.746

Garantias dos financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos da companhia estão garantidos conforme abaixo:

Receita própria, suportada por procuração para recebimentos dos valores vencidos e não pagos;

Contrato de penhor de duplicatas, vencíveis a prazo de até 180 dias, não excedendo o vencimento deste contrato e cobrindo, no mínimo, 130% da dívida resultante do presente financiamento;

Fiança da Eletrobras;

Fiança da Eletrobras, com a cessão e vinculação de receitas;

Penhor de ações;

Penhor dos direitos emergentes da concessão, a caução da totalidade das ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, a caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão e manter um índice de cobertura da dívida – ICSD superior a 1,3 durante a vigência do contrato;

Aval parcial da Eletrobras e imobilizado da companhia em alienação fiduciária ao Banco do Brasil;

Cessão fiduciária da totalidade dos direitos emergentes da concessão de que é titular em decorrência do Contrato de Concessão de Transmissão nº 010/2009 – ANEEL;

Penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão de Transmissão nº 005/2006, penhor de direito de crédito, e penhor de ações ordinárias nominativas de propriedade dos acionistas;

Fiança Eletrobras, cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão e dos direitos creditórios de contrato de prestação de serviços de transmissão;

Carta de fiança bancária.

A Eletrosul entende que em 31 de dezembro de 2014, além dos *covenants* financeiros, está atendendo aos *covenants* não financeiros exigidos pelos contratos de financiamentos.

21.6 Condições contratuais dos financiamentos da Uirapuru Transmissora de Energia S/A

Data da assinatura	Objetivo	Juros	Vencimento do contrato	Saldo em 31.12.2014
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE				
15/10/2006	Implantação linha de transmissão 525 kV, Ivaporã (PR) - Londrina (PR)	TJLP + 4,50%	15/03/2019	20.223
15/10/2006	Implantação linha de transmissão 525 kV, Ivaporã (PR) - Londrina (PR)	Cesta de moedas + 4,5% a.a.	15/03/2019	5.439
Total				25.662

Garantias da Eletrosul

Penhor dos direitos emergentes da concessão, a caução da totalidade das ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, a caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão e manter um índice de cobertura da dívida – ICSD superior a 1,3 durante a vigência do contrato.

21.7 Garantias da Companhia para empreendimentos controlados e/ou controlados em conjunto

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora dos empreendimentos das SPE's Uirapuru Transmissora de Energia S.A. e Marumbi Transmissora de Energia S.A., cujos montantes garantidos, projeções e valores já pagos estão demonstrados no Quadro abaixo:

Ano	Empreendimento	Banco Financiador	Nome da SPE ⁽¹⁾	% de Participação da Controlada ELETROSUL	Valor Total do Financiamento R\$	Valor do Financiamento (Quota Parte da Controlada)	Saldo Devedor em 31/12/2014 (Total do Financiamento)	Projeção de Saldo Devedor - Fim do Exercício			a Liberar Após 2017	Data do Término da Garantia
								2015	2016	2017		
2005	Linha de transmissão (S. Santiago (PR)-Ivaporã-Cascavel (PR)) - 525 kV com 476 km	BRDE SC-17.265	Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	75,00%	67.131	50.348	25.553	19.390	12.940	7.185	-	15/10/2018
2014	Linha de Transmissão LT 525 kV Curitiba Leste, e SE 525/230 KV Curitiba Leste; leilão nº 06/2011 promovido pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica no dia 16 de dezembro de 2011 e ganharam o Lote F	BNDES 1420585	Marumbi Transmissora de Energia S.A.	20,00%	55.037	11.007	34.723	34.566	31.816	29.066	26.315	30/06/2029

21.8 Cláusulas contratuais - covenants

A Companhia possui financiamento com o BNDES com condições contratuais que preveem o cumprimento de *covenants* com base em índices financeiros denominados de índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD).

O ICSD é calculado pela divisão de geração de caixa operacional pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações financeiras. Conforme o Quadro abaixo, o ICSD calculado para a Eletrosul apresenta valor acima do mínimo exigido pelo BNDES, que é 1,3.

CÁLCULO DO ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA (ICSD)

Dezembro de 2014	Semestral	Anual
A) Geração de caixa da atividade	875.422	1.063.929
(+) Disponibilidade final no período imediatamente anterior	440.716	771.597
(+) LAJIDA (EBITDA)	450.306	450.306
(-) Imposto de Renda	(165.068)	(165.068)
(-) Contribuição Social	(59.854)	(59.854)
(+/-) Variação do capital de giro	209.322	66.948
(+) Necessidade de capital de giro no período t	478.504	478.504
(-) Necessidade de capital de giro no período t-1	269.182	411.556
B) Serviço da dívida	630.004	630.004
(+) Amortização do principal	394.968	394.968
(+) Pagamento de juros	235.036	235.036
C) Índice de cobertura do serviço da dívida A/B	1,4	1,7

NOTA 22 – DEBÊNTURES

Em 20 de outubro de 2014, as Controladas Chuí IX, Hermenegildo I, Hermenegildo II e Hermenegildo III efetuaram emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, destinadas exclusivamente a investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e das demais disposições legais e regulamentares, as quais foram distribuídas em regime de garantia firme de forma individual e não solidária entre si.

Os títulos foram emitidos sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados e possuem prazo de vencimento de 12 (doze) meses, contados da sua emissão, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado facultativo e de vencimento antecipado.

As debêntures não tem carência e a remuneração incidente sobre elas será paga na data de vencimento ou resgate antecipado.

SPE	Debêntures	Data de emissão	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Encargos Financeiros	31.12.2014
Chuí IX	Série única	20.10.2014	Pública	791	100	100% CDI + spread de 1,90% a.a.	25.516
Hermenegildo I	Série única	20.10.2014	Pública	791	100	100% CDI + spread de 1,90% a.a.	80.732
Hermenegildo II	Série única	20.10.2014	Pública	668	100	100% CDI + spread de 1,90% a.a.	80.732
Hermenegildo III	Série única	20.10.2014	Pública	250	100	100% CDI + spread de 1,90% a.a.	68.179
							255.159

Os recursos captados por meio desta emissão serão integralmente destinados à construção, implantação e desenvolvimento dos parques eólicos de cada Controlada e foram liberados em 6 de novembro de 2014, através do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. – Banrisul.

Garantia Fidejussória

A fiadora Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobras, de forma irrevogável e irretratável, presta fiança em favor dos debenturistas, garantindo o fiel e pontual pagamento de 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) das obrigações principais e acessórias assumidas pelas emissoras das debêntures, desde que inadimplidas.

NOTA 23 – TRIBUTOS A RECOLHER

A composição de saldos de tributos a recolher é apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Passivo circulante				
PIS	1.407	1.275	1.420	1.283
COFINS	6.481	5.863	6.540	5.863
Parcelamento especial (PAES)	33.109	31.594	33.109	31.594
Encargos sociais	8.600	7.547	8.611	7.558
Tributos retidos na fonte	2.584	1.526	2.584	1.526
ICMS	89	81	89	81
Outros tributos e contribuições	6.332	5.391	6.671	5.468
	58.602	53.277	59.024	53.373
Passivo não circulante				
INSS s/ gratificação de férias - Depósito Judicial	10.654	-	10.654	-
Parcelamento especial (PAES)	46.105	72.400	46.105	72.400
	56.759	72.400	56.759	72.400
	115.361	125.677	115.783	125.773

A movimentação dos valores devidos ao PAES é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Saldo final do período anterior	103.994	140.777	103.994	140.777
Compensação de tributos	-	(7.467)	-	(7.467)
Atualização monetária	2.734	3.792	2.734	3.792
Pagamentos efetuados	(32.681)	(31.751)	(32.681)	(31.751)
Ajuste a valor presente	5.167	(1.357)	5.167	(1.357)
Saldo final do período	79.214	103.994	79.214	103.994
Circulante	33.109	31.594	33.109	31.594
Não circulante	46.105	72.400	46.105	72.400

NOTA 24 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

A composição de obrigações estimadas é apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Prov. encargos sociais e trabalhistas	32.401	30.718	32.435	30.749
Plano de read. progr. do quadro de pessoal	3.137	5.058	3.137	5.058
Plano de incentivo ao desligamento	17.708	30.421	17.708	30.421
	53.246	66.197	53.280	66.228
Circulante	39.849	45.559	39.883	45.590
Não circulante	13.397	20.638	13.397	20.638

O valor de R\$ 17.708 mil (R\$ 30.421 mil em 2013) destina-se a custear o Plano de Incentivo ao Desligamento (PID). Pelo fato de serem contabilizados como provisão, os valores são adicionados para efeito de apuração do lucro real, tornando-se dedutíveis, ou seja, excluídos somente quando da rescisão do contrato de trabalho.

NOTA 25 – CONTRATOS ONEROSOS

O montante provisionado a título de contratos onerosos é apresentado a seguir:

Usina	Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013
	Valores totais	Valores totais
Circulate		
UHE Mauá - Klabin	-	9.662
	-	9.662
Não circulante		
UHE Jirau	-	407.893
UHE Mauá - Klabin	-	19.853
	-	427.746
Total	-	437.408

Os montantes provisionados existentes em 31 de dezembro de 2013 a título de contratos onerosos foram revertidos ao longo de 2014.

A principal variação na conta refere-se a provisão decorrente do PPA firmado com a Energia Sustentável do Brasil S/A, controlada em conjunto pela Companhia, em razão das premissas que justificaram a provisão em 2012 e 2013, não mais existem em 2014, devido a valorização do PLD médio histórico, de R\$ 109,78/MWh em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 157,77/MWh em 31 de dezembro de 2014.

NOTA 26 – PROVISÕES PARA RISCOS E CONTINGÊNCIAS (CPC 25)

A Companhia e suas controladas estão expostas a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis na esfera judicial com vários estágios de julgamento. A classificação dos processos é realizada de acordo com as expectativas de perda como provável, possível ou remota.

26.1 Processos com probabilidade de perda classificados como provável, provisionados.

A composição das provisões para contingências provisionadas está assim demonstrada:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013
Passivo Não Circulante		
Trabalhistas	37.987	21.515
Cíveis	36.430	33.832
Tributárias	516	556
	74.933	55.903

As movimentações das provisões até dezembro de 2014 e 2013 estão demonstradas a seguir:

Saldos em 31.12.2012	120.366
Adições	53.186
Baixas	(98.887)
Atualização monetária	5.494
Reclassificação de dep. Judiciais para o Ativo	(24.256)
Saldos em 31.12.2013	55.903
Adições	12.882
Baixas	(18.809)
Atualização monetária	6.046
Reclassificação de dep. Judiciais para o Ativo	18.911
Saldos em 31.12.2014	74.933

A Companhia registra na rubrica “provisões para contingências”, apenas os valores dos depósitos judiciais vinculados a provisões cujo parecer da área jurídica foi “perda provável”, reduzindo as provisões para contingências. Os demais depósitos judiciais, aqueles considerados “perda possível” e “perda remota”, estão evidenciados no ativo não circulante.

26.2 Processos com probabilidade de perda classificados como possível, não provisionados

A Companhia possui ainda ações não provisionadas com risco de perda possível, conforme distribuição a seguir:

Contingências	Controladora e Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013
Cíveis	283.060	238.269
Trabalhistas	44.290	35.673
Tributárias	979	841
Total	328.329	274.783

Do valor de R\$ 283.060 mil do risco de perda possível da contingência cível, R\$ 189.570 mil refere-se à participação de 49% do valor das ações possíveis de perda do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS, cuja principal discussão de risco possível diz respeito à ação de indenização de autoria da Mineradora Tibagiana Ltda. no montante de R\$ 386.878 mil.

26.3 Aspectos Tributários da Lei 12.783/2013

A medida provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, dispôs que, a critério da União, poderia ser prorrogada a exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica. Em aceite às condições impostas pelo poder concedente, a Companhia e a União pactuaram, em 4 de dezembro de 2012, a prorrogação da vigência do contrato de concessão nº 57/2001, mediante definição a cerca do pagamento a realizar para a Eletrosul quanto à indenização dos ativos não amortizados, indenização essa advinda dos recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), recursos esses destinados por Lei ao custeio da reversão de bens no encerramento e encampação das concessões do setor elétrico, bem quanto ao valor das novas tarifas advindas da prorrogação do contrato de concessão.

Decorrentes do processo indenizatório, de interesse da Receita Federal do Brasil, noticiaram-se, ao mercado, a possibilidade da exação fiscal federal, pelo que em 10 de setembro de 2013, a Companhia protocolou consulta, solucionada em 16 de junho de 2014, Solução de Consulta nº 7005 SRRF07/Disit, saneada com entendimento divergente da opinião dos advogados internos, externos e da Administração da Companhia, a Receita Federal compreende que a indenização deva ser computada tanto na apuração do Imposto de Renda, como na determinação da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Inconformada com o entendimento do órgão de arrecadação da União, em 10 de julho de 2014, a Companhia e sua Administração, consubstanciada na opinião dos seus advogados internos e externos, considera que o recurso monetário oriundo da reversão dos bens à União tem natureza jurídica indenizatória, face à recomposição patrimonial, de maneira que protocolou medida judicial perante a Vara Federal da Subseção Judiciária de Florianópolis-SC, objetivando firmar interpretação quanto e que as referidas indenizações encontrar-se-iam fora do campo de incidência de Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Consubstanciada em opinião jurídica externa, a qual atribui grau de risco possível à perda, inclusive em âmbito judicial, a Companhia opta por não constituir provisionamento do valor dos tributos.

26.4 Processos com probabilidade de perda classificados como remoto, não provisionados

A Companhia encontra-se em litígio administrativo-fiscal com a Receita Federal do Brasil pelos seguintes fatos:

26.4.1 Lei 8.727/93 – Créditos Renegociados com a União – imposto de renda da pessoa jurídica / contribuição social sobre o lucro líquido

Em 17 de dezembro de 2010, a Receita Federal do Brasil expediu auto de infração, relativo ao período de 2005 a 2009, firmando a improcedência legal da sistemática de diferimento do recolhimento dos tributos incidentes sobre a diferença não recebida dos créditos renegociados com a União. Além de reclamar crédito tributário sobre valores não recebidos em regime de competência desta Companhia, também desconsiderou os pagamentos tributários realizados no período da exação, bem como desconsiderou seu procedimento fiscal realizado em 2001 sobre tais circunstâncias tributárias, oportunidade em que sequer manifestou-se em contrário ao procedimento, homologando tacitamente tal comportamento, de forma que esta Companhia em 18 de janeiro de 2011 impugnou o lançamento fiscal requerendo a nulidade e insubsistência do auto incidente sobre as receitas financeiras não percebidas e decorrentes do parcelamento da Lei nº 8.727/1993.

Em 28 de junho de 2011 a contestação desta Companhia foi denegada pela Receita Federal do Brasil, sendo que em 2 de setembro de 2011, ainda em ambiente administrativo, se interpôs, tempestivamente, recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, cujo julgamento em 8 de maio de 2013 proveu parcialmente a reclamação da Companhia, de forma que a Fazenda Nacional interpôs recurso especial em 27 de setembro de 2013, pelo que aguarda sua admissibilidade, para que posteriormente seja intimada esta Eletrosul quanto ao teor da decisão última do órgão colegiado fiscal federal.

Consubstanciada em opinião jurídica externa, a qual atribui grau de risco remoto à perda, inclusive em âmbito judicial, a Companhia opta por manter o não provisionamento contábil do auto de infração ao Balanço, cuja importância atualizada, se finda em 31 de dezembro de 2014, é de R\$ 462.796 mil.

26.4.2 PIS e COFINS – Contratos anteriores a 31/10/2003 – não cumulatividade x cumulatividade

Em 7 de janeiro de 2011, a Receita Federal do Brasil expediu auto de infração, relativo ao período de 2006 a 2007, com fundamento de que a incidência dos tributos sobre as receitas decorrentes dos contratos assinados até 31 de outubro de 2003 devem observar o regime de não cumulatividade, em detrimento do regime de cumulatividade, regime último adotado pela Companhia em consonância com os termos do Art. 10, inciso XI, Art. 15 da Lei nº 10.833/2003, c/c Art. 109 da Lei nº 11.196/2005, e em conformidade ao teor da Nota Técnica nº 224/2006-SFF-ANEEL, de forma que em 7 de fevereiro de 2011 impugnou o lançamento fiscal requerendo sua nulidade e insubsistência.

Em 10 de agosto de 2011 a contestação desta Companhia foi denegada pela Receita Federal do Brasil, sendo que em 17 de outubro de 2011, ainda em ambiente administrativo, se interpôs, tempestivamente, recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, cujo julgamento em 28 de novembro de 2012 do órgão colegiado federal, em voto de qualidade, desproveu a reclamação da Companhia, pelo que em 8 de março de 2013 esta contribuinte-reclamante opôs embargos de declaração, admitido parcialmente, e que aguarda julgamento.

Consubstanciada em opinião jurídica externa, a qual atribui grau de risco remoto à perda, inclusive em âmbito judicial, a Companhia opta por manter o não provisionamento contábil do auto de infração ao Balanço, cuja importância atualizada, se finda em 31 de dezembro de 2014, é de R\$ 143.516 mil.

Contingências Ativas

PIS e Cofins sobre a Receita Financeira

Em 09 de novembro de 2005, em sessão plenária, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional, em quatro recursos individuais, o parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, o qual definiu como base de incidência das contribuições ao PIS e à COFINS, a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica. O STF entendeu que a citada Lei, quando de sua edição, era incompatível com o texto constitucional então vigente, que previa a incidência das contribuições

sociais apenas sobre o faturamento das pessoas jurídicas e não sobre a totalidade das suas receitas. Ocorre que as decisões do STF não foram proferidas em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), beneficiando apenas e tão somente, as partes envolvidas nos recursos mencionados. Em razão do exposto, a Companhia ajuizou ação de repetição de indébito relativa ao período de Fevereiro/1999 a Julho/2004, postulando a restituição dos valores pagos a maior em face da proclamada inconstitucionalidade, pleito julgado parcialmente procedente na sentença proferida em 10/06/2010 e que considerou prescritos os recolhimentos do PIS e da COFINS anteriores a 23/02/2001 (cinco anos anteriores ao ajuizamento de protesto interruptivo por parte da empresa). A Companhia apelou da decisão e o TRF-4 proferiu decisão em 12 de dezembro de 2012, confirmando parcialmente a sentença de 1º grau e delimitando a restituição ao período de 26.02.2001 a 01.12.2002 (PIS) e de 26.02.2001 a 01.02.2004 (COFINS), decisão que provocou a propositura de Recurso Especial (STJ) e Recurso Extraordinário (STF) com vistas a assegurar o recebimento do indébito e/ou compensação dos valores incidentes sobre todo o período postulado (Fevereiro/1999 a Julho/2004). O acórdão considerou o entendimento do RE n. 566.621, de 04 de agosto de 2011, com repercussão geral, que entendeu pela aplicação quinquenal retroativa prevista na LC 118/05 apenas para os processos ajuizados após a *vacatio legis* dessa lei (caso da Eletrosul), afastando assim a aplicação da prescrição decenal postulada, anteriormente aceita pelo STJ e STF. Em 31 de dezembro 2014, o montante da ação totalizava aproximadamente R\$ 117.337 mil. Por apresentar natureza de Ativo Contingente, os valores não estão refletidos nas demonstrações financeiras em virtude da ausência de decisão favorável definitiva.

NOTA 27 – PROGRAMAS DE P&D E DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Fundo Nac. de Des. Cient. e Tecnológico (FNDCT)	707	673	725	687
Empresa de Pesquisa Energética (EPE)	353	336	362	343
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	36.360	30.340	37.242	31.042
Total	37.420	31.349	38.329	32.072

A Lei nº 9.991/2000 estabelece que as empresas detentoras de concessão para exploração de serviços de energia elétrica são obrigadas a realizar investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), visando o aperfeiçoamento tecnológico da atividade, em montante equivalente a 1% da ROL, sendo 0,40% para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), 0,40% para Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 0,20% destinados à Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

NOTA 28 – CONCESSÕES A PAGAR - USO DE BEM PÚBLICO

A Companhia possui contratos de concessão onerosos com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica nas usinas Passo São João, Mauá e São Domingos. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões foram registrados no intangível em contrapartida do passivo não circulante.

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Companhia ajustou a valor presente esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária é capitalizada no ativo durante a construção das usinas e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Uso do Bem Público				
Ativo não circulante (intangível - nota 13)				
Usina Passo São João	3.739	3.880	3.739	3.880
Usina Mauá (Consórcio Cruzeiro do Sul - 49%)	11.485	11.902	11.485	11.902
Usina São Domingos	8.692	9.070	8.692	9.070
	23.916	24.852	23.916	24.852
Passivo circulante*				
Usina Passo São João	321	302	321	302
Usina Mauá (Consórcio Cruzeiro do Sul - 49%)	963	904	963	904
Usina São Domingos	800	771	800	771
	2.084	1.977	2.084	1.977
Passivo não circulante				
Usina Passo São João	3.757	3.538	3.757	3.538
Usina Mauá (Consórcio Cruzeiro do Sul - 49%)	11.416	10.739	11.416	10.739
Usina São Domingos	8.765	8.537	8.765	8.537
	23.938	22.814	23.938	22.814
	26.022	24.791	26.022	24.791

*Os saldos de UBP no passivo circulante estão classificados na rubrica outros passivos.

Os pagamentos da UBP serão realizados em parcelas mensais a partir do início da operação comercial até o final do prazo de concessão, e estão assim previstos:

Usinas	Período de pagamento	Valores originais		Valores atualizados	
		Pagamento anual	Pagamento total	Pagamento anual	Pagamento total
Usina Passo São João	04/2012 a 08/2041	200	5.867	321	8.592
Usina Mauá*	10/2012 a 07/2042	618	18.386	963	26.644
Usina São Domingos	02/2012 a 12/2037	260	6.717	800	18.453

*Refere-se a participação de 49% da Eletrosul no Consórcio.

NOTA 29 – PROVISÕES OPERACIONAIS

A composição de saldos de provisões operacionais é apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013
Circulante		
UHE Passo São João	4.112	4.227
UHE Mauá	28.281	51.478
PCH Barra Rio Chapeu	7.396	7.396
PCH João Borges	2.164	2.800
UHE São Domingos	14.048	23.195
LT/SE RS Energia	6.934	14.098
SE Porto Velho	7.086	8.089
Eólicas Cerro Chato I, II e III	55	-
Megawatt Solar	787	-
	70.863	111.283
Não circulante		
UHE Mauá	13.448	13.448
	13.448	13.448
	84.311	124.731

As provisões operacionais referem-se a compromissos futuros assumidos e ainda não concluídos na data do início da operação comercial dos empreendimentos. Referidos valores foram capitalizados no início da operação comercial dos empreendimentos.

NOTA 30 – OUTROS PASSIVOS

A composição de saldos de outros passivos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Circulante				
Indenizações / desapropriações	475	480	345	480
MME-PRODEEM-Convênio nº 009/2004	-	1.290	-	1.290
Taxa de fiscalização - ANEEL	1.037	279	1.045	279
Reserva Global de Reversão (RGR)	2.444	280	2.494	334
Valores a reembolsar - Copel	2.381	10.970	2.381	10.970
Concessões a pagar - Uso do Bem Público	2.084	1.977	2.084	1.977
Adiantamento - Transmissora Sul Brasileira	10.733	-	10.733	-
Outros	44.799	42.240	45.164	42.378
	63.953	57.516	64.246	57.708
Não Circulante				
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.*	102.963	-	102.963	-
Passivo a descoberto de investidas (nota 16)	98.137	-	97.449	-
Outros	46	48	46	176
	201.146	48	200.458	176
	265.099	57.564	264.704	57.884

*O montante de R\$ 102.963 mil é referente a aportes de capital realizados na SPE Norte Brasil, em nome da Eletrosul, pela Centrais Elétricas no Norte do Brasil S.A, conforme contrato de compra e venda de ações, cuja operação esta descrita na nota 1.4.

NOTA 31 – COMPROMISSOS FUTUROS

A Companhia possui compromissos futuros firmados relativo a participação acionária em Sociedades de Propósito Específico (SPE), relativos a adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, conforme apresentado abaixo:

	Controladora					
	2015	2016	2017	2018	2019	A partir de 2019
Inversões financeiras em SPE						
ESBR	204.000	-	-	-	-	-
Teles Pires	130.000	-	-	-	-	-
Livramento	126.000	-	-	-	-	-
Chuí	7.000	-	-	-	-	-
Hermenegildo I	158.000	-	-	-	-	-
Hermenegildo II	108.000	-	-	-	-	-
Hermenegildo III	87.000	-	-	-	-	-
Chuí IX	28.000	-	-	-	-	-
Costa Oeste	3.000	-	-	-	-	-
Fronteira Oeste	17.000	-	-	-	-	-
Paraíso	-	5.819	3.371	931	-	-
	868.000	5.819	3.371	931	-	-
Investimentos Corporativos						
Geração	350.000	43.951	43.951	-	-	-
Transmissão	111.000	1.040.000	1.266.000	317.000	-	-
	461.000	1.083.951	1.309.951	317.000	-	-
Total	1.329.000	1.089.770	1.313.322	317.931	-	-

Os investimentos corporativos previstos para a geração referem-se basicamente à construção da PCH Santo Cristo e do Parque Eólico de Coxilha Seca. Os investimentos corporativos previstos para a transmissão referem-se basicamente à implantação dos investimentos previstos no leilão 004/2014, conforme nota 1.2.

NOTA 32 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO

A Companhia e suas controladas possuem contratos de compra de energia de longo prazo no ambiente regulado e contratos bilaterais, cujas quantidades de energia contratada e valores estão demonstrados a seguir.

	Controladora					
	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
Posições compradas*						
Volume MW	800.926,80	1.203.978,96	1.204.324,80	1.204.324,80	1.204.324,80	18.677.622,72
Preço MWh	188,58	191,28	182,46	166,53	173,63	144,68
Total	151.042	230.299	219.742	200.559	209.108	2.702.264

Os valores previstos das posições compradas são relativos aos contratos de compra e venda de energia firmados com as controladas em conjunto Energia Sustentável do Brasil S/A (UHE Jirau) e Teles Pires Participações S/A, por ser a Eletrosul garantidora junto ao agente financiador, o BNDES, da energia não comercializada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) pelo empreendimento, proporcionalmente à participação acionária.

* Informações não auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 33 – BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO PREVIDENCIÁRIO E SAÚDE (CPC 33)

33.1 Plano de aposentadoria e pensões

A Companhia é patrocinadora da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), que tem como objetivo básico a complementação do salário real médio dos últimos 36 meses de atividade do empregado, em relação ao valor do benefício de aposentadoria da Previdência Oficial, para o Plano de Benefício Definido (BD) e em 1º de janeiro de 2010, passou a vigorar o Plano de Contribuição Definida (CD), que foi ofertado de forma optativa aos empregados.

No Plano de Contribuição Definida (CD) as contribuições são acumuladas em contas individuais de participantes e patrocinadora e decorrem de plano de custeio pré estabelecido, anualmente, pelo atuário responsável pelo programa que é também administrado pela Fundação ELOS.

Os planos patrocinados, que são da modalidade de benefício definido e de contribuição definida, contava, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, conforme Quadro abaixo, com o seguinte perfil populacional:

DADOS POPULACIONAIS PLANO BD	31.12.2014	31.12.2013
1. Participantes ativos		
1.1. Número	543	648
1.2. Idade Média	48,4	49,0
1.3. Salário Médio em R\$	9.610,21	9.040,85
2. Aposentados		
2.1. Número	671	567
2.2. Idade Média	61,3	60,7
2.3. Benefício Médio em R\$	6.170,22	5.951,47
3. Pensionistas		
3.1. Número	54	46
3.2. Benefício Médio em R\$	2.824,26	2.746,22
Total dos Benefícios Mês (R\$ mil)	4.293	3.501
Total dos Benefícios Continuados Anual (R\$ mil) (13x)	55.805	45.511

A partir de 15 de dezembro de 2000, o custeio do plano passou a ser paritário entre patrocinadora e empregados, excetuando-se o ônus decorrente da conversão de aposentadorias especiais em aposentadorias por tempo de serviço.

As obrigações relativas a esses programas foram estimadas atuarialmente por consultoria independente e representam o valor atual dos benefícios concedidos e a conceder aos beneficiários.

33.2 Obrigações da patrocinadora

As obrigações da patrocinadora para com a Fundação, incluindo a complementação para cobertura do passivo atuarial e respeitando a paridade contributiva definida no artigo 21 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e no estatuto da Fundação, bem como o passivo atuarial calculado por atuário independente conforme CPC 33 (R1), estão a seguir demonstradas:

	Controladora		
	31.12.2014		31.12.2013
	circulante	não circulante	total
Aposentadoria especial - SB 40	2.965	1.658	4.623
Cont. adicional/averbação tempo de serviço	-	-	-
Contribuição suplementar	803	8.093	8.896
Contribuição sobre benefício da geração atual	1.199	29.287	30.486
Diferença reserva matemática	169	4.853	5.022
Subtotal	5.136	43.891	49.027
Contribuição normal	2.440	-	2.440
Passivo atuarial - benefício pós emprego (PID)*	1.742	5.054	6.796
Passivo atuarial - plano recuperação saúde	-	5.688	5.688
Passivo atuarial previdenciário	-	112.793	112.793
Total	9.318	167.426	176.744

*Saldos reconhecidos no balanço na rubrica “Obrigações estimadas”.

O montante de R\$ 4.623 mil na rubrica “aposentadoria especial – SB 40” refere-se a ônus decorrente da conversão de aposentadorias especiais em aposentadorias por tempo de serviço concernente aos seus empregados. O término destes compromissos cessa quando o aposentado concluir o tempo de aquisição, sendo o benefício atualizado pelo INPC.

O montante de R\$ 8.896 mil na rubrica contribuição suplementar refere-se a Reserva Matemática Contratada – Serviço Passado, contratado em 1º de abril de 2008, para ser liquidado em 192 parcelas mensais, até dezembro de 2033. Ambos os valores são atualizados pelo INPC + 6% de juros ao ano.

O montante de R\$ 30.486 mil na rubrica “contribuição sobre o benefício da geração atual” refere-se a empregados inscritos no plano BD que migraram para o novo Plano de Contribuição definida – CD. Essa dívida foi contratada em 26 de abril de 2012 para ser liquidada em 240 parcelas mensais, até abril de 2032. O contrato é atualizado pelo INPC + 6% de juros ao ano.

O valor de R\$ 5.022 mil na rubrica “diferença reserva matemática” teve contrato assinado em 19 de agosto de 2011 para ser liquidado em 252 parcelas mensais até dezembro de 2033. O contrato é atualizado pelo INPC + 6% de juros ao ano.

33.3 Cálculo atuarial do programa de benefícios

Os valores apurados em laudo atuarial, relativo ao Programa, separadamente para os benefícios de aposentadorias e de assistência à saúde, reconhecidos no balanço patrimonial, são os seguintes:

PLANO PREVIDENCIÁRIO - BD	31.12.2014	31.12.2013
Valor presente das obrigações atuariais	(1.064.016)	(936.521)
Valor justo dos ativos do plano	906.982	863.373
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(157.034)	(73.148)

Passivo atuarial reconhecido no balanço	(112.793)	(26.242)
Dívida Contratada - passivo reconhecido no balanço	(44.241)	(46.906)

PLANO DE RECUPERAÇÃO DE SAÚDE	31.12.2014	31.12.2013
Valor presente das obrigações atuariais	(5.688)	(5.760)
Valor justo dos ativos do plano	-	-
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(5.688)	(5.760)

Passivo Atuarial reconhecido no balanço	(5.688)	(5.760)
--	----------------	----------------

PLANO DE SAÚDE - BENEFÍCIO PÓS EMPREGO	31.12.2014	31.12.2013
Valor presente das obrigações atuariais	(6.796)	(9.356)
Valor justo dos ativos do plano	-	-
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(6.796)	(9.356)

Passivo Atuarial reconhecido no balanço em obrigações estimadas	(6.796)	(9.356)
--	----------------	----------------

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são demonstrados a seguir:

PLANO PREVIDENCIÁRIO - BD	31.12.2014	31.12.2013
Valor das obrigações atuariais no início do exercício	936.521	1.157.166
Custo de serviço corrente	5.784	10.536
Juros sobre a obrigação atuarial	110.445	98.939
Benefícios pagos no exercício	(54.722)	(39.361)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	65.988	(290.759)
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	1.064.016	936.521

Valor justo dos ativos no início do exercício	863.373	920.893
Benefícios pagos durante o exercício	(54.722)	(39.361)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	6.458	6.133
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	19.581	13.481
Rendimento efetivo dos ativos no exercício	72.292	(37.773)
Valor justo dos ativos no final do exercício	906.982	863.373

PLANO PREVIDENCIÁRIO - CD Risco	31.12.2014	31.12.2013
Valor das obrigações atuariais no início do exercício	24.715	33.163
Custo de serviço corrente	70	2.380
Juros sobre a obrigação atuarial	2.963	2.835
Benefícios pagos no exercício	(3.017)	(281)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	3.717	(13.382)
Valor presente das obrigações no final do exercício	28.448	24.715

Valor justo dos ativos no início do exercício	62.625	118.403
Benefícios pagos durante o exercício	(3.017)	(281)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	1.253	1.190
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	1.389	3.603
Rendimento efetivo dos ativos no exercício	4.670	(60.290)
Valor justo dos ativos no final do exercício	66.920	62.625

PLANO DE RECUPERAÇÃO DE SAÚDE	31.12.2014	31.12.2013
Valor das obrigações atuariais no início do exercício	5.760	6.457
Custo de serviço corrente	472	-
Juros sobre a obrigação atuarial	657	552
Benefícios pagos no exercício	(724)	(590)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	(477)	(659)
Valor presente das obrigações no final do exercício	5.688	5.760
Valor justo dos ativos no início do exercício	-	-
Benefícios pagos durante o exercício	(724)	(590)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	-	-
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	724	590
Rendimento efetivo dos ativos no exercício	-	-
Valor justo dos ativos ao final do exercício	-	-
(Ganho)/Perda sobre os ativos do Plano	-	-
Rendimento esperado dos ativos no final do exercício	-	-
PLANO DE SAÚDE - BENEFÍCIO PÓS EMPREGO	31.12.2014	31.12.2013
Valor das obrigações atuariais no início do exercício	9.356	-
Custo de serviço passado	-	9.356
Juros sobre a obrigação atuarial	962	-
Benefícios pagos no exercício	(1.534)	-
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	(1.988)	-
Valor presente das obrigações no final do exercício	6.796	9.356
Valor justo dos ativos no início do exercício	-	-
Benefícios pagos durante o exercício	(1.534)	-
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	-	-
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	1.534	-
Rendimento efetivo dos ativos no exercício	-	-
Valor justo dos ativos ao final do exercício	-	-
(Ganho)/Perda sobre os ativos do Plano	-	-
Rendimento esperado dos ativos no final do exercício	-	-

33.4 Ativos garantidores

Os ativos garantidores do programa de benefícios do Plano BD-ELOS/Eletrosul estão assim compostos:

ATIVOS GARANTIDORES	31.12.2014	%	31.12.2013	%	Limites de alocação*
Renda Fixa	725.849	80,1%	675.596	78,2%	até 100%
Renda Variável	131.147	14,5%	136.379	15,8%	até 70%
Investimentos estruturados	10.283	1,1%	10.510	1,2%	até 20%
Imóveis	32.766	3,6%	28.155	3,3%	até 8%
Empréstimos	23.095	2,5%	23.045	2,7%	até 15%
Ativo Disponível	63.410	7,0%	65.547	7,6%	-
Contrib. a Receber de Patrocinadoras	(44.241)	-4,9%	(46.712)	-5,4%	-
Outros Ativos a Receber	(35.327)	-3,9%	(29.147)	-3,4%	-
Total	906.982	100,0%	863.373	100,0%	

* Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), conf. resolução nº 3792 de 24/09/2009.

33.5 Valores reconhecidos como resultados dos exercícios

Os valores reconhecidos nos resultados estão demonstrados abaixo:

PLANO PREVIDENCIÁRIO - BD	31.12.2014	31.12.2013
Custo de serviço corrente	5.784	10.536
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	110.445	98.939
Contribuições esperadas de participante	-	-
Rendimento esperado dos ativos	(102.869)	(78.736)
Total	13.360	30.739

PLANO PREVIDENCIÁRIO - CD	31.12.2014	31.12.2013
Custo de serviço corrente	70	2.380
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	-	-
Rendimento esperado dos ativos	-	-
Total	70	2.380

PLANO DE RECUPERAÇÃO DE SAÚDE	31.12.2014	31.12.2013
Custo de serviço corrente	472	-
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	657	552
Rendimento esperado dos ativos	-	-
Total	1.129	552

PLANO DE SAÚDE - BENEFÍCIO PÓS EMPREGO	31.12.2014	31.12.2013
Custo de serviço passado	-	9.356
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	962	-
Rendimento esperado dos ativos	-	-
Total	962	9.356

33.6 Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

Ganhos (perdas) atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes

	31.12.2014	31.12.2013
Ganhos (perdas) atuariais do exercício:		
Plano previdenciário - BD	92.771	(178.305)
Plano previdenciário - CD risco	1.319	1.223
Plano de recuperação de saúde	(477)	(660)
Plano de saúde - benefício rescisório de longo prazo	(1.987)	-
Total	91.626	(177.742)

Outros resultados abrangentes acumulados (líquidos de impostos diferidos)

	31.12.2014	31.12.2013
Plano previdenciário - BD	125.366	62.022
Plano previdenciário - CD risco	1.678	807
Plano de recuperação de saúde	658	1.157
Plano de saúde - benefício rescisório de longo prazo	(1.311)	-
Total	126.391	63.986

33.7 As principais premissas atuariais e financeiras utilizadas para o cálculo atuarial foram:

31.12.2014				
HIPÓTESES ECONÔMICAS	Plano BD	Plano CD	Saúde	Saúde PID
Taxa anual de juros de desconto atuarial	12,24%	12,22%	12,23%	11,48%
Taxa anual de juros real de desconto atuarial	6,17%	6,15%	6,16%	5,44%
Taxa anual de inflação projetada	5,72%	5,72%	5,72%	5,72%
Projeção de aumento médio de salário	9,80%	7,83%	-	-
Projeção de aumento médio dos benefícios	5,72%	5,72%	-	-
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,24%	12,22%	-	-
Fator de Incremento de Custos da Saúde	-	-	2,68%	2,68%
HIPÓTESES ATUARIAIS				
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	-
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83 M	AT-83 M	AT-83 M	AT-83 M
Tábua de invalidez	LIGHT F	LIGHT F	LIGHT F	-
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%	-	-
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos	-	-

Taxa de juros de longo prazo

A partir de 2012, a taxa de juros utilizada foi a do mercado dos títulos do governo federal, conforme critério recomendado pelas normas de contabilidade, para prazos similares aos dos fluxos de obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito “*Duration*”. Essas taxas foram respectivamente de 6,17% em 2014 e 6,42% em 2013.

33.8 Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R\$ 21.429 mil com o Plano de Benefício Definido, incluindo as contribuições normais e extraordinárias.

33.9 Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade das principais hipóteses estão apresentadas a seguir:

Plano previdenciário - BD							
	Tábua Biométrica		Crescimento Salarial		Taxas de Juros		Parâmetros deste
	Idade -1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	Demonstrativo
Montante do:							
Valor presente da obrigação atuarial do plano	1.076.230	1.051.283	1.067.824	1.060.278	1.033.421	1.096.161	1.064.016
Valor justo dos ativos do plano	906.982	906.982	906.982	906.982	906.982	906.982	906.982
Superávit/(Déficit) técnico do plano	(169.248)	(144.301)	(160.842)	(153.296)	(126.439)	(189.179)	(157.034)
Variações							
Aumento/redução da obrigação atuarial	1,1%	-1,2%	0,4%	-0,4%	-2,9%	3,0%	-
Aumento/redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento/redução do Superávit/(Déficit) técnico do plano	7,8%	-8,1%	2,4%	-2,4%	-19,5%	20,5%	-
Plano previdenciário - CD risco							
	Tábua Biométrica		Taxas de Juros		Parâmetros		
	Idade -1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	Demonst.		
Montante do:							
Valor presente da obrigação atuarial do plano	28.877	28.004	27.751	29.177	28.448		
Valor justo dos ativos do plano	66.920	66.920	66.920	66.920	66.920		
Superávit/(Déficit) técnico do plano	38.043	38.916	39.169	37.743	38.472		
Variações							
Aumento/redução da obrigação atuarial	1,5%	-1,6%	-2,5%	2,6%	-		
Aumento/redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-		
Aumento/redução do Superávit/(Déficit) técnico do plano	-1,1%	1,2%	1,8%	-1,9%	-		

Plano de recuperação da saúde	Tábua Biométrica		HCTR		Taxas de Juros		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade -1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	
Montante do:							
Valor presente da obrigação atuarial do plano	5.692	5.683	5.749	5.628	5.615	5.763	5.688
Valor justo dos ativos do plano	-	-	-	-	-	-	-
Superávit/(Déficit) técnico do plano	(5.692)	(5.683)	(5.749)	(5.628)	(5.615)	(5.763)	(5.688)
Variações							
Aumento/redução da obrigação atuarial	0,1%	-0,1%	1,1%	-1,1%	-1,3%	1,3%	-
Aumento/redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento/redução do Superávit/(Déficit) técnico do plano	0,1%	-0,1%	1,1%	-1,1%	-1,3%	1,3%	-
Plano de saúde - benefício rescisório de de longo prazo							
	Tábua Biométrica		HCTR		Taxas de Juros		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade -1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	
Montante do:							
Valor presente da obrigação atuarial do plano	6.803	6.789	6.891	6.703	6.766	6.828	6.796
Valor justo dos ativos do plano	-	-	-	-	-	-	-
Superávit/(Déficit) técnico do plano	(6.803)	(6.789)	(6.891)	(6.703)	(6.766)	(6.828)	(6.796)
Variações							
Aumento/redução da obrigação atuarial	0,1%	-0,1%	1,4%	-1,4%	-0,4%	0,5%	-
Aumento/redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento/redução do Superávit/(Déficit) técnico do plano	0,1%	-0,1%	1,4%	-1,4%	-0,4%	0,5%	-

NOTA 34 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013
Capital social (nota 34.1)	4.295.250	4.295.250
Reserva de lucros	1.074.209	1.072.411
Reserva legal (nota 34.2)	117.565	115.767
Reserva para investimento (nota 34.3)	956.644	956.644
Ajuste de Avaliação patrimonial (nota 34.4)	(126.391)	(63.387)
Dividendos adicionais propostos (nota 34.5)	25.623	188.660
Total	5.268.691	5.492.934

34.1 Capital social

A composição acionária da Companhia nessa mesma data é a seguinte:

Acionistas:	Quantidade de	Capital Social	% de
	Ações		Participação
ELETROBRAS	100.993.125	4.289.954	99,8767
USIMINAS	57.901	2.461	0,0573
CEEE	49.519	2.105	0,0490
COPEL	14.195	601	0,0140
CELESC	1.544	64	0,0015
CSN	1.194	52	0,0012
OUTROS	320	13	0,0003
Total	101.117.798	4.295.250	100,00

O valor patrimonial da ação em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 52,10 (R\$ 54,32 em 31 de dezembro de 2013).

34.2 Reserva Legal

Em conformidade com o Estatuto Social e a Lei nº 6.404/76, a Companhia constitui uma reserva com o total de 5% sobre o lucro líquido apurado no exercício, até o limite de 20% do capital social.

34.3 Reserva para Investimento

A conta reserva para investimentos registra os lucros retidos pela Companhia, cujas propostas foram aprovadas pela Assembleia de acionistas.

34.4 Ajuste de avaliação patrimonial

Outros Resultados Abrangentes - ganhos e perdas atuariais

O CPC 33 (R1) estabelece que os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefício pós-emprego (pensão e assistência médica) devem ser reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Assim, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2014 no patrimônio o resultado negativo líquido de R\$ 63.004 mil (resultado positivo líquido de R\$ 123.324 mil em 2013). A conta apresenta o resultado saldo acumulado negativo de R\$ 126.391 mil (R\$ 63.387 mil em 2013).

Dividendos

Os dividendos em 2014 e em 2013 foram calculados conforme segue:

	31.12.2014	31.12.2013
Lucro líquido do exercício	35.962	264.785
Reserva legal sobre o lucro líquido (5%)	(1.798)	(13.239)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	34.164	251.546
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	8.541	62.886
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório a disposição da AGO	25.623	188.660
Dividendos propostos	34.164	251.546

Movimentação dos dividendos:

	31.12.2014	31.12.2013
Saldo no exercício anterior	62.887	15.636
Dividendos adicionais propostos exercício anterior	188.660	46.906
Atualização SELIC	25.449	5.131
Pagamentos	(276.995)	(67.672)
Dividendos mínimos obrigatórios	8.541	62.886
Saldo no final do exercício	8.542	62.887

O saldo de dividendos provisionados e ainda não liquidados, incluindo os dividendos adicionais aprovados pela Assembleia Geral Ordinária - AGO está demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS	8.530	62.809	8.530	62.809
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC	-	1	-	1
Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE	4	30	4	30
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	1	9	1	9
Companhia Siderúrgica Nacional - CSN	-	1	-	1
Usinas Sid. de Minas Gerais S.A. - USIMINAS	6	36	6	36
Demais acionistas	1	1	766	580
Saldo de dividendos a pagar	8.542	62.887	9.307	63.466

De acordo com o Estatuto Social da empresa, artigo 43, os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados a partir da data em que foram disponibilizados, reverterão em favor da Companhia.

34.6 Lucro básico e diluído por ação ordinária

Conforme estabelece o CPC 41, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

	31.12.2014	31.12.2013
Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora	35.962	264.785
Média ponderada de ações ordinárias	101.117.798	92.402.707
Lucro básico e diluído por ação ordinária	0,36	2,87

NOTA 35 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O total da remuneração e benefícios atribuída aos diretores e conselheiros de administração está demonstrado a seguir:

	Controladora			
	31.12.2014		31.12.2013	
	Diretores	Conselheiros	Diretores	Conselheiros
Remuneração e benefícios	2.335	273	2.315	262
Encargos sociais e outros	572	55	498	52
Total	2.907	328	2.813	314

NOTA 36 – PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são como segue:

ATIVO	Controladora							
	31.12.2014				31.12.2013			
	Contas a receber	Dividendos	AFAC/ Ações Resgatáveis	Total	Contas a receber	Dividendos	AFAC/ Ações Resgatáveis	Total
Controladores								
União (Governo Federal)	964.543	-	-	964.543	1.127.707	-	-	1.127.707
Eletrobras	1.212	-	-	1.212	1.128	-	-	1.128
Partes Relacionadas								
Amazonas Distribuidora	2.904	-	-	2.904	5	-	-	5
CEAL	364	-	-	364	277	-	-	277
CELG Distribuição	1.802	-	-	1.802	1.405	-	-	1.405
CEPISA	1.285	-	-	1.285	1.078	-	-	1.078
CERON	723	-	-	723	755	-	-	755
CGTEE	275	-	-	275	318	-	-	318
Chesf	5.667	-	-	5.667	6.631	-	-	6.631
Eletroacre	5	-	-	5	-	-	-	-
Eletronorte	4.414	-	-	4.414	5.066	-	-	5.066
Eletronuclear	602	-	-	602	528	-	-	528
Fumas	3.555	-	-	3.555	3.490	-	-	3.490
Controladas								
Chuí IX	10	-	20.510	20.520	-	-	-	-
Coxilha Seca	-	-	2.900	2.900	-	-	-	-
Hermenegildo I	29	-	41.161	41.190	-	-	-	-
Hermenegildo II	29	-	3.203	3.232	-	-	-	-
Hermenegildo III	25	-	34.887	34.912	-	-	-	-
Uirapuru	5.383	2.295	-	7.678	5.304	1.736	-	7.040
Controladas em conjunto								
Chuí	-	-	330.500	330.500	-	-	-	-
Costa Oeste	-	300	1.146	1.446	-	458	15.104	15.562
Etau	9	39	-	48	62	58	-	120
Fronteira Oeste	-	-	3.641	3.641	-	-	-	-
Livramento	10	-	135.410	135.420	112	-	-	112
Marumbi	-	553	6.702	7.255	-	101	4.505	4.606
Santa Vitória do Palmar	-	1.163	47.400	48.563	-	-	-	-
TSBE	12	2.660	16.000	18.672	208	1.440	86.400	88.048
TSLE	5	-	54.499	54.504	474	-	102.620	103.094
TOTAL DO ATIVO	992.863	7.010	697.959	1.697.832	1.154.548	3.793	208.629	1.366.970

ATIVO	Consolidado							
	31.12.2014				31.12.2013			
	Contas a receber	Dividendos	AFAC/ Ações Resgatáveis	Total	Contas a receber	Dividendos	AFAC/ Ações Resgatáveis	Total
Controladores								
União (Governo Federal)	964.543	-	-	964.543	1.127.707	-	-	1.127.707
Eletrobras	1.212	-	-	1.212	1.128	-	-	1.128
Partes Relacionadas								
Amazonas Distribuidora	2.904	-	-	2.904	-	-	-	-
CEAL	364	-	-	364	281	-	-	281
CELG Distribuição	1.802	-	-	1.802	1.430	-	-	1.430
CEPISA	1.285	-	-	1.285	1.084	-	-	1.084
CERON	723	-	-	723	755	-	-	755
CGTEE	275	-	-	275	324	-	-	324
Chesf	5.667	-	-	5.667	6.872	-	-	6.872
Eletronorte	5	-	-	5	-	-	-	-
Eletronuclear	4.414	-	-	4.414	5.257	-	-	5.257
Furnas	602	-	-	602	528	-	-	528
	3.555	-	-	3.555	3.614	-	-	3.614
Controladas								
Uirapuru	-	-	-	-	1.327	-	-	1.327
Controladas em conjunto								
Chuí	-	-	330.500	330.500	-	-	-	-
Costa Oeste	-	300	1.146	1.446	-	458	15.104	15.562
Etau	9	39	-	48	62	58	-	120
Fronteira Oeste	-	-	3.641	3.641	-	-	-	-
Livramento	10	-	135.410	135.420	112	-	-	112
Marumbi	-	553	6.702	7.255	-	101	4.505	4.606
Santa Vitória do Palmar	-	1.163	47.400	48.563	-	-	-	-
TSBE	12	2.660	16.000	18.672	208	1.440	86.400	88.048
TSLE	5	-	54.499	54.504	474	-	102.620	103.094
TOTAL DO ATIVO	987.387	4.715	595.298	1.587.400	1.151.163	2.057	208.629	1.361.849
Controladora								
PASSIVO	31.12.2014				31.12.2013			
	Contas a pagar	Dividendos	AFAC	Total	Contas a pagar	Dividendos	AFAC	Total
Controladores								
Eletrobras	1.907.729	8.530	63.976	1.980.235	1.344.365	-	59.284	1.403.649
Partes Relacionadas								
Amazonas Distribuidora	28	-	-	28	-	-	-	-
Chesf	55	-	-	55	50	-	-	50
Eletronorte	103.015	-	-	103.015	32	-	-	32
Furnas	63	-	-	63	-	-	-	-
Controladas								
Uirapuru	2	-	-	2	2	-	-	2
Controladas em conjunto								
Costa Oeste	1	-	-	1	-	-	-	-
Etau	2	-	-	2	3	-	-	3
Norte Brasil	23	-	-	23	-	-	-	-
TSBE	10.735	-	-	10.735	-	-	-	-
TSLE	-	-	-	-	5	-	-	5
TOTAL DO PASSIVO	2.021.653	8.530	63.976	2.094.159	1.344.457	-	59.284	1.403.741
Consolidado								
PASSIVO	31.12.2014				31.12.2013			
	Contas a pagar	Dividendos	AFAC	Total	Contas a pagar	Dividendos	AFAC	Total
Controladores								
Eletrobras	1.907.729	8.530	63.976	1.980.235	1.344.365	-	59.284	1.403.649
Partes Relacionadas								
Amazonas Distribuidora	28	-	-	28	-	-	-	-
Chesf	55	-	-	55	50	-	-	50
Eletronorte	103.015	-	-	103.015	32	-	-	32
Furnas	63	-	-	63	62	-	-	62
Controladas em conjunto								
Costa Oeste	1	-	-	1	-	-	-	-
Etau	2	-	-	2	3	-	-	3
Norte Brasil	23	-	-	23	-	-	-	-
TSBE	10.735	-	-	10.735	-	-	-	-
TSLE	-	-	-	-	5	-	-	5
TOTAL DO PASSIVO	2.021.651	8.530	63.976	2.094.157	1.344.517	-	59.284	1.403.801

RESULTADO	Controladora							
	31.12.2014				31.12.2013			
	Receitas	Encargos e Serviços	Resultado Financeiro	Total	Receitas	Encargos e Serviços	Resultado Financeiro	Total
Controladores								
União (Governo Federal)	-	-	194.161	194.161	-	-	191.818	191.818
Eletrobras	244	(251)	(189.749)	(189.756)	269	(283)	(142.412)	(142.426)
Partes Relacionadas								
Amazonas Distribuidora	2.727	(382)	-	2.345	-	-	-	-
CEAL	2.979	-	-	2.979	2.619	(5)	-	2.614
CELG Distribuição	15.361	-	-	15.361	14.026	-	-	14.026
CEPISA	9.424	-	-	9.424	8.880	-	-	8.880
CERON	6.463	(37)	-	6.426	4.427	(73)	-	4.354
CGTEE	2.346	-	-	2.346	2.741	-	-	2.741
Chesf	56.553	(863)	-	55.690	88.085	(739)	-	87.346
Eletroacre	32	-	-	32	-	-	-	-
Eletronorte	42.465	(1.817)	-	40.648	69.161	(876)	-	68.285
Eletronuclear	5.253	-	-	5.253	5.904	-	-	5.904
Furnas	31.353	(1.166)	-	30.187	42.928	(785)	-	42.143
Controladas								
Uirapuru	2.590	(27)	-	2.563	2.450	(21)	-	2.429
Controladas em conjunto								
Costa Oeste	-	(3)	-	(3)	-	-	-	-
Etau	615	(34)	-	581	760	(25)	-	735
Livramento	126	-	-	126	125	-	-	125
Norte Brasil	-	(33)	-	(33)	-	-	-	-
TSBE	444	(20)	-	424	2.595	-	-	2.595
TSLE	3.496	-	-	3.496	8.236	-	-	8.236
TOTAL DO RESULTADO	182.471	(4.633)	4.412	182.250	253.206	(2.807)	49.406	299.805

RESULTADO	Consolidado							
	31.12.2014				31.12.2013			
	Receitas	Encargos e Serviços	Resultado Financeiro	Total	Receitas	Encargos e Serviços	Resultado Financeiro	Total
Controladores								
União (Governo Federal)	-	-	194.161	194.161	-	-	191.818	191.818
Eletrobras	244	(251)	(189.749)	(189.756)	269	(283)	(142.412)	(142.426)
Partes Relacionadas								
Amazonas Distribuidora	2.727	(382)	-	2.345	-	-	-	-
CEAL	3.042	-	-	3.042	2.639	(5)	-	2.634
CELG Distribuição	15.361	-	-	15.361	14.026	-	-	14.026
CEPISA	9.496	-	-	9.496	8.902	-	-	8.902
CERON	6.482	(37)	-	6.445	4.452	(73)	-	4.379
CGTEE	2.428	-	-	2.428	2.765	-	-	2.765
Chesf	58.534	(863)	-	57.671	90.582	(739)	-	89.843
Eletroacre	32	-	-	32	-	-	-	-
Eletronorte	43.951	(1.817)	-	42.134	71.172	(876)	-	70.296
Eletronuclear	5.435	-	-	5.435	5.959	-	-	5.959
Furnas	32.445	(1.166)	-	31.279	44.092	(785)	-	43.307
Controladas								
Uirapuru	-	-	-	-	613	(5)	-	607
Controladas em conjunto								
Costa Oeste	-	(3)	-	(3)	-	-	-	-
Etau	615	(34)	-	581	760	(25)	-	735
Livramento	126	-	-	126	125	-	-	125
Norte Brasil	-	(33)	-	(33)	-	-	-	-
TSBE	444	(20)	-	424	2.595	-	-	2.595
TSLE	3.496	-	-	3.496	8.236	-	-	8.236
TOTAL DO RESULTADO	184.858	(4.606)	4.412	184.664	257.187	(2.791)	49.406	303.801

As principais operações com partes relacionadas são as seguintes:

União Federal: créditos de energia renegociados (Lei 8.727/93) e créditos indenizatórios (Lei 12.783/13);

Eletrobras: contratos de empréstimos e financiamentos, AFAC, dividendos e encargos financeiros;

Empresas controladas e/ou controladas em conjunto: dividendos, AFAC, receitas de transmissão e comercialização, encargos do sistema de transmissão (EUST), serviços de terceiros;

Partes relacionadas: clientes, créditos diversos, fornecedores, receitas de transmissão, geração e prestação de serviços, encargos do sistema de transmissão (EUST), serviços de terceiros.

As participações societárias em Sociedades de Propósito Específico (SPE) que são partes relacionadas estão apresentadas na nota 16.

Os empréstimos e financiamentos com partes relacionadas estão detalhados na nota 21.

NOTA 37 – TREINAMENTOS E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL

A Companhia tem como política permanente a qualificação dos dirigentes e empregados, tendo apresentado os seguintes indicadores:

Indicadores*	Controladora	
	31.12.2014	31.12.2013
Empregados treinados	1.228	1.244
Homem hora treinados	73.148	77.195
Índice empregados treinados (%)	93%	81%
Média hora treinamento	56	62
Força de trabalho treinada (%)	2,6%	2,4%
Investimento total (mil)	1.993	1.258
Valor médio investido por empregado (mil)	1,5	1,0

* Informações não auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 38 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO (CPC 22)

O resultado apurado por segmento de negócio está a seguir demonstrado:

	Controladora							
	31.12.2014				31.12.2013			
	Geração	Transmissão Renovadas	Transmissão Não Renovadas	Total	Geração	Transmissão Renovadas	Transmissão Não Renovadas	Total
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	339.917	472.299	287.967	1.100.183	287.651	411.628	244.683	943.962
CUSTO OPERACIONAL								
Custo com Energia Elétrica	(62.677)	-	-	(62.677)	(27.934)	-	-	(27.934)
Energia comprada para revenda	(62.677)	-	-	(62.677)	(41.864)	-	-	(41.864)
Provisão (reversão) perdas contrato oneroso	-	-	-	-	13.930	-	-	13.930
Custo de Operação	(176.286)	(222.020)	(30.318)	(428.624)	(125.617)	(230.325)	(23.135)	(379.077)
Pessoal, material e serviços de terceiros	(35.453)	(224.200)	(29.530)	(289.183)	(26.209)	(219.213)	(20.694)	(266.116)
Depreciação e amortização	(115.280)	-	-	(115.280)	(79.836)	-	-	(79.836)
Taxa de fiscalização	(898)	(2.032)	(1.344)	(4.274)	(766)	(3.169)	(1.691)	(5.626)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	758	(138)	(19)	601	-	70	7	77
Outros	(25.413)	4.350	575	(20.488)	(18.806)	(8.013)	(757)	(27.576)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-	(24.509)	-	(24.509)	-	(10.633)	-	(10.633)
Custo de construção	-	-	(59.819)	(59.819)	-	-	(75.835)	(75.835)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	100.954	225.770	197.830	524.554	134.100	170.670	145.713	450.483
Despesas operacionais	(31.171)	(107.911)	(52.128)	(191.210)	(17.181)	(120.348)	(49.366)	(186.895)
Plano de incentivo ao desligamento - PID	-	-	-	-	-	(73.695)	-	(73.695)
RESULTADO DO SERVIÇO	69.783	117.859	145.702	333.344	116.919	(23.373)	96.347	189.893
Outras receitas e despesas operacionais								
Resultado de participações societárias	(430.764)	9.631	13.432	(407.701)	(50.201)	14.061	34.359	(1.781)
Resultado Financeiro	(83.581)	71.632	(111.075)	(123.024)	(112.576)	109.295	(56.007)	(59.288)
Impairment	38.127	-	19.483	57.610	(110.327)	-	(137.251)	(247.578)
Contratos Onerosos	407.893	-	-	407.893	488.601	-	-	488.601
Outras receitas/despesas	387	(4.591)	(3.034)	(7.238)	(2.828)	(5.846)	(3.122)	(11.796)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA LEI 12.783/13	1.845	194.531	64.508	260.884	329.588	94.137	(65.674)	358.051
Indenizações Lei 12.783/13	-	-	-	-	-	25.092	-	25.092
LUCRO OPERACIONAL	1.845	194.531	64.508	260.884	329.588	119.229	(65.674)	383.143
Contribuição social	(38.729)	(16.553)	(4.572)	(59.854)	(33.420)	(7.047)	8.803	(31.664)
Imposto de renda	(106.808)	(45.650)	(12.610)	(165.068)	(91.502)	(19.293)	24.101	(86.694)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(143.692)	132.328	47.326	35.962	204.666	92.889	(32.770)	264.785

	Consolidado							
	31.12.2014		31.12.2013		31.12.2014		31.12.2013	
	Geração	Transmissão Renovadas	Transmissão Não Renovadas	Total	Geração	Transmissão Renovadas	Transmissão Não Renovadas	Total
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	339.917	469.709	309.031	1.118.657	308.879	409.199	341.272	1.059.350
CUSTO OPERACIONAL								
Custo com Energia Elétrica	(62.677)	-	-	(62.677)	(27.934)	-	-	(27.934)
Energia comprada para revenda	(62.677)	-	-	(62.677)	(41.864)	-	-	(41.864)
Provisão (reversão) perdas contrato oneroso	-	-	-	-	13.930	-	-	13.930
Custo de Operação	(176.259)	(222.020)	(31.786)	(430.065)	(139.407)	(230.325)	(25.140)	(394.872)
Pessoal, material e serviços de terceiros	(35.453)	(224.200)	(30.582)	(290.235)	(28.251)	(219.213)	(22.606)	(270.070)
Depreciação e amortização	(115.280)	-	-	(115.280)	(89.997)	-	-	(89.997)
Taxa de fiscalização	(898)	(2.032)	(1.344)	(4.274)	(766)	(3.169)	(1.691)	(5.626)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	758	(138)	(19)	601	-	70	(106)	(36)
Outros	(25.386)	4.350	159	(20.877)	(20.393)	(8.013)	(737)	(29.143)
Custo do serviço prestado a terceiros	-	(24.509)	-	(24.509)	-	(10.633)	(449)	(11.082)
Custo com construção	-	-	(59.820)	(59.820)	-	-	(117.925)	(117.925)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	100.981	223.180	217.425	541.586	141.538	168.241	197.758	507.537
Despesas Operacionais	(33.604)	(107.911)	(53.116)	(194.631)	(19.028)	(120.348)	(53.467)	(192.843)
Plano de incentivo ao desligamento - PID	-	-	-	-	-	(73.695)	-	(73.695)
RESULTADO DO SERVIÇO	67.377	115.269	164.309	346.955	122.510	(25.802)	144.291	240.999
Outras receitas e despesas operacionais								
Resultado de participações societárias	(430.115)	9.631	3.802	(416.682)	(51.548)	14.061	16.709	(20.778)
Resultado Financeiro	(82.055)	71.632	(113.259)	(123.682)	(116.050)	109.295	(77.438)	(84.193)
Impairment	38.127	-	19.483	57.610	(110.327)	-	(137.251)	(247.578)
Contratos Onerosos	407.893	-	-	407.893	488.601	-	-	488.601
Outras receitas/despesas	387	(4.591)	(3.034)	(7.238)	(2.828)	(5.846)	(3.122)	(11.796)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA LEI 12.783/13	1.614	191.941	71.301	264.856	330.358	91.708	(56.811)	365.255
Indenizações Lei 12.783/13	-	-	-	-	-	25.092	-	25.092
LUCRO OPERACIONAL	1.614	191.941	71.301	264.856	330.358	116.800	(56.811)	390.347
Contribuição social	(38.658)	(16.553)	(4.918)	(60.129)	(33.612)	(7.047)	7.689	(32.970)
Imposto de renda	(106.621)	(45.650)	(13.284)	(165.555)	(92.080)	(19.293)	21.259	(90.114)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(143.665)	129.738	53.099	39.172	204.666	90.460	(27.863)	267.263

NOTA 39 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida em atendimento ao CPC 30 – Receitas é apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Receita de geração de energia elétrica	325.497	267.248	325.497	289.280
Energia elétrica de curto prazo	46.058	48.516	46.058	48.516
Receita do serviço de O&M - renovadas	497.480	430.595	497.480	430.595
Receita do serviço de O&M - não renovadas	88.276	71.121	93.520	84.045
Receita com o ativo financeiro	188.717	125.664	206.377	175.808
Receita de construção transmissão	59.819	75.835	59.820	117.925
Serviço de comunicação multimídia - SCM	1.782	1.078	1.782	1.078
Receita do serviço prestado a terceiros	19.532	16.458	16.964	14.065
Outras receitas	8.889	10.940	8.867	11.180
	1.236.050	1.047.455	1.256.365	1.172.492
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL				
Impostos e contribuições				
COFINS	(90.965)	(75.066)	(91.757)	(80.776)
PIS/PASEP	(19.749)	(16.297)	(19.920)	(17.534)
ICMS/ISS	(2.537)	(1.011)	(2.537)	(1.011)
	(113.251)	(92.374)	(114.214)	(99.321)
Encargos setoriais				
Reserva global de reversão (RGR)	(12.231)	(2.617)	(12.864)	(4.624)
P&D	(10.385)	(8.502)	(10.630)	(9.197)
	(22.616)	(11.119)	(23.494)	(13.821)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.100.183	943.962	1.118.657	1.059.350

Energia elétrica vendida**

Composto pela “receita de geração de energia” na Controladora, no valor de R\$ 325.497 mil, que se refere ao faturamento da UHE Passo São João, UHE Mauá, UHE São Domingos, PCH João Borges e PCH Barra Rio Chapéu e das Eólicas Cerro Chato I, II e III, bem como energia de curto prazo.

Descritivo	Controladora e Consolidado			
	31.12.2014		31.12.2013	
	Quantidade (MWh)	Valor (R\$ mil)	Quantidade (MWh)	Valor (R\$ mil)
Energia vendida*	1.979.494,277	371.555	1.753.940,050	315.764
Energia gerada - Controladas	-	-	104.497,700	22.032

*Em 2013 está computado faturamento autorizado pela ANEEL, de R\$ 12.728 mil, referente a UHE São Domingos, do período de janeiro de 2012 a fevereiro de 2013. O saldo se energia gerada das Controladas em 2013 se refere ao faturamento das Eólicas Cerro Chato I, II e III anteriores a incorporação.

** Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Receita de Transmissão

A partir de 1º de janeiro de 2013, com a renovação das concessões previstas na Lei nº 12.783/13, toda a tarifa relativa ao contrato de concessão nº 057/2001 passou a ser registrada como receita de O&M. As receitas relativas aos reforços e melhorias com autorização da ANEEL para o referido contrato, realizadas a partir de 1º de janeiro de 2013, são tratadas como ativo financeiro.

Serviço de Comunicação Multimídia – SCM

A Companhia possui autorização da ANATEL conforme ato nº 50.088 de 29 de abril de 2005, para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviços o território nacional.

O SCM é um serviço fixo de telecomunicação que possibilita a oferta de capacidade de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia, utilizando quaisquer meios a assinantes que possuem vínculo contratual com a autorizada, para fruição do SCM, dentro de uma área autorizada de prestação de serviço.

O Sistema de Telecomunicações é composto de estações ópticas e de radio instaladas nas subestações, que são utilizadas para comunicações corporativas, teleproteção do sistema elétrico, comunicação com o ONS, interligação das centrais telefônicas privadas, dentre outros serviços. O excedente é comercializado através do SCM.

NOTA 40 – ENCARGOS SETORIAIS

O detalhamento dos encargos setoriais do setor de energia elétrica reconhecidos no resultado é apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Reserva Global de Reversão (RGR)	12.231	2.617	12.864	4.624
Taxa de Fiscalização ANEEL*	4.274	5.626	4.265	6.071
Fundo Nac. de Des. Cient. e Tecnológico (FNDCT)	4.154	3.418	4.154	3.418
Empresa de Pesquisa Energética (EPE)	2.077	1.695	2.077	1.695
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	4.154	3.389	4.399	4.084
Total	26.890	16.745	27.759	19.892

*O valor da taxa de fiscalização está reconhecido em custos operacionais.

Houve redução na contribuição setorial para a Reserva Global de Reversão (RGR) em 2013, em função do estabelecido na Lei nº 12.783/13, que desobriga do recolhimento, dentre outros, as concessões prorrogadas.

NOTA 41 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A distribuição dos gastos por natureza esta apresentada abaixo:

Natureza	Controladora				Consolidado			
	31.12.2014				31.12.2014			
	Custo da geração	Custo da transmissão	Despesas operacionais	Total	Custo da geração	Custo da transmissão	Despesas operacionais	Total
Pessoal	9.717	218.631	120.229	348.577	9.717	218.883	121.790	350.390
Material	650	10.369	1.857	12.876	650	10.369	1.969	12.988
Serviço de terceiro	25.086	48.562	33.557	107.205	25.086	49.362	34.867	109.315
Prov. cré. liquid. duvidosa	(758)	157	(10.179)	(10.780)	(758)	157	(10.179)	(10.780)
Custo de construção transmissão	-	59.819	-	59.819	-	59.820	-	59.820
Energia comprada para revenda	62.677	-	-	62.677	62.677	-	-	62.677
Depreciação e amortização	115.280	-	1.682	116.962	115.280	-	1.688	116.968
Taxa de fiscalização ANEEL	898	3.376	-	4.274	898	3.376	(9)	4.265
EUSD	4.611	-	-	4.611	4.611	-	-	4.611
EUST	9.017	-	-	9.017	8.990	-	-	8.990
CFURH	9.139	-	-	9.139	9.139	-	-	9.139
Prov. (Reversão) para riscos	-	-	8.525	8.525	-	-	8.525	8.525
Aposentadoria especial	-	-	1.443	1.443	-	-	1.443	1.443
Ganhos (perdas) atuariais	-	-	(5.645)	(5.645)	-	-	(5.645)	(5.645)
(-) Recuperação de despesas*	(728)	(16.301)	(4.548)	(21.577)	(728)	(16.301)	(4.548)	(21.577)
Outras despesas	3.374	12.053	44.289	59.716	3.374	12.469	44.730	60.573
Total	238.963	336.666	191.210	766.839	238.936	338.135	194.631	771.702

*Contempla basicamente créditos de PIS e COFINS sobre a depreciação, estorno contribuições laudo atuarial e reversão de despesas transferidas para investimento conforme Resolução 643 da ANEEL.

Natureza	Controladora				Consolidado			
	31.12.2013				31.12.2013			
	Custo da geração	Custo da transmissão	Despesas operacionais	Total	Custo da geração	Custo da transmissão	Despesas operacionais	Total
Pessoal	6.934	195.475	115.511	317.920	6.934	196.118	118.284	321.336
Material	1.220	12.862	2.239	16.321	1.247	12.863	2.432	16.542
Serviço de terceiro	18.055	42.136	27.748	87.939	20.070	43.551	29.331	92.952
Prov. cré. liquid. duvidosa	-	(77)	13	(64)	-	36	13	49
Custo de construção transmissão	-	75.835	-	75.835	-	117.925	-	117.925
Energia comprada para revenda	41.864	-	-	41.864	41.864	-	-	41.864
Prov. (reversão) contratos onerosos	(13.930)	-	-	(13.930)	(13.930)	-	-	(13.930)
Depreciação e amortização	79.836	-	1.787	81.623	89.997	-	1.812	91.809
Taxa de fiscalização ANEEL	766	4.860	-	5.626	766	4.860	445	6.071
EUSD	4.335	-	-	4.335	4.335	-	-	4.335
EUST	6.304	-	-	6.304	7.281	-	-	7.281
CFURH	8.607	-	-	8.607	8.607	-	-	8.607
Prov. (Reversão) para riscos	-	-	(19.425)	(19.425)	-	-	(19.425)	(19.425)
Aposentadoria especial	-	-	4.585	4.585	-	-	4.585	4.585
Ganhos (perdas) atuariais	-	-	15.997	15.997	-	-	15.997	15.997
Plano de incentivo ao desligamento	-	-	73.695	73.695	-	-	73.695	73.695
(-) Recuperação de despesas	(2.436)	(2.659)	(12.656)	(17.751)	(2.436)	(2.436)	(12.656)	(17.528)
Outras despesas	1.996	11.496	51.096	64.588	2.606	11.555	52.025	66.186
Total	153.551	339.928	260.590	754.069	167.341	384.472	266.538	818.351

NOTA 42 – RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

O detalhamento das despesas e receitas financeiras é apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
a) Receitas financeiras				
Renda sobre aplicações financeiras	59.749	69.913	62.293	73.976
Créditos de energia renegociados - juros	62.725	65.209	62.725	65.209
Créditos de energia renegociados - variação monetária	18.512	28.256	18.512	28.256
Créditos indenizatórios concessão - variação monetária	112.924	98.353	112.924	98.353
Juros	642	721	642	721
Multas	2.810	3.822	2.810	3.822
Variação monetária sobre depósitos judiciais	1.665	2.449	1.665	2.449
Ajuste a valor presente de tributos/UBP	1.873	8.753	1.873	8.753
Diversas	20.986	16.568	21.599	17.107
Subtotal	281.886	294.044	285.043	298.646
b) Despesas financeiras				
Encargos de dívidas (financiamentos)	271.114	181.569	273.692	210.291
Variação monetária (financiamentos)	60.951	76.953	61.943	77.521
Encargos sobre tributos e contribuições sociais	3.116	3.956	3.126	3.987
Multas diversas	356	2.891	356	2.911
Juros diversos	3.447	7	3.452	17
Despesas bancárias	361	280	363	303
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	14.041	8.076	14.188	8.129
Variação monetária - contingências	6.046	6.137	6.046	6.137
Atualização pela SELIC dos dividendos	25.449	5.131	25.449	5.131
Atualização pela SELIC do AFAC Eletrobras	4.692	59.194	4.692	59.194
Atualização pela SELIC do PREQ/PID	1.967	930	1.967	930
Ajuste a valor presente de tributos/UBP	6.133	2.217	6.133	2.219
Variação monetária - outras	7.237	5.991	7.318	6.069
Subtotal	404.910	353.332	408.725	382.839
Resultado Financeiro, líquido	(123.024)	(59.288)	(123.682)	(84.193)

NOTA 43 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – RESULTADO

	Controladora			
	31.12.2014		31.12.2013	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	260.884	260.884	383.143	383.143
Adições permanentes	478.757	478.757	92.448	92.448
Exclusões permanentes	(77.474)	(74.592)	(126.650)	(123.768)
Lucro real/base da contribuição social	662.167	665.049	348.941	351.823
Alíquotas dos tributos	15%+10%	9%	15%+10%	9%
Imposto de renda e contribuição social	165.518	59.854	87.211	31.664
Incentivo fiscal*	(480)	-	(517)	-
Outros	30	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social do período	165.068	59.854	86.694	31.664
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.249	879	4.480	2.067
Imposto de renda e contribuição social diferidos	163.819	58.975	82.214	29.597
Imposto de renda e contribuição social do período	165.068	59.854	86.694	31.664

*Lei Rouanet, Lei do Esporte e FIA

As adições e exclusões na base do Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a itens permanentes, tais como patrocínios e doações, equivalência patrimonial e amortização de ágio.

Controladas	Consolidado			
	31.12.2014		31.12.2013	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Artemis ⁽¹⁾	-	-	1.489	536
Cerro Chato I ⁽¹⁾	-	-	113	45
Cerro Chato II ⁽¹⁾	-	-	247	93
Cerro Chato III ⁽¹⁾	-	-	218	54
Porto Velho ⁽¹⁾⁽²⁾	-	-	(638)	(225)
RS Energia ⁽¹⁾⁽²⁾	-	-	1.429	510
Hermenegildo I	(125)	(46)	-	-
Hermenegildo II	(39)	(15)	-	-
Hermenegildo III	(27)	(11)	-	-
Coxilha Seca	26	10	-	-
Chuí IX	(22)	(9)	-	-
Uirapuru ⁽¹⁾	674	346	562	293
Controladora	165.068	59.854	86.694	31.664
Totais	165.555	60.129	90.114	32.970
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.949	1.235	6.742	2.958
Imposto de renda e contribuição social diferidos	163.606	58.894	83.372	30.012
Totais	165.555	60.129	90.114	32.970

⁽¹⁾ Refere-se ao período pré-incorporação

⁽²⁾ Tributação pelo lucro presumido

NOTA 44 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS, GESTÃO DE RISCOS e VALORES JUSTOS

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro 2013 estão descritos a seguir:

44.1 Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

44.1.1 Ativos e passivos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro 2013 estão descritos a seguir:

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Ativos financeiros					
a.1) Mensurados ao custo amortizado					
Recebíveis					
Clientes	7	163.130	109.700	166.394	112.048
Ativo financeiro - concessão de serviço público	8	2.069.510	2.064.735	2.152.274	2.150.937
Créditos indenizatórios	9	420.730	619.253	420.730	619.253
Créditos de energia renegociados	10	543.813	508.454	543.813	508.454
Mantidos até o vencimento					
Títulos e valores mobiliários		174	143	174	143
a.2) Mensurados ao valor justo					
Títulos e valores mobiliários	5.1	102.471	-	147.356	2.077
Cauções e depósitos vinculados	6	116.884	139.541	235.307	142.378
		3.416.712	3.441.826	3.666.048	3.535.290
Passivos financeiros					
a.3) Mensurados ao custo amortizado					
Fornecedores	20	72.017	62.734	76.685	62.863
Financiamentos e empréstimos	21	3.579.746	3.158.751	3.605.408	3.189.839
Debêntures	22	-	-	255.159	-
Dividendos a pagar	34.5	8.542	62.887	9.307	63.466
		3.660.305	3.284.372	3.946.559	3.316.168

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

44.2 Gestão de riscos (CPC 40 (R1))

A Companhia possui em sua estrutura uma área responsável pelo monitoramento de processos de controles, visando assegurar que as normas e procedimentos internos assegurem um nível mínimo adequado de segurança aos registros efetuados.

Além do mapeamento dos controles voltados às demonstrações financeiras, são mapeados os riscos relativos a disponibilidade de geração, gestão de suprimentos críticos, processos jurídicos, gestão tributária, gestão de novos negócios e leilões, controles ambientais e responsabilidade social.

A Eletrosul tem obtido avanços e enfrentado desafios para disseminar as práticas de gestão de riscos, entretanto, visualiza-se a possibilidade de implementar melhorias e aprimoramentos no ambiente de gestão integrada de riscos corporativos.

A Companhia conta também com Auditoria Interna que desenvolve atividades anuais de auditoria, além de acompanhamento externo por parte do TCU.

44.3 Riscos resultantes dos instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos:

44.3.1 Risco com taxa de câmbio

A Eletrosul possui dois contratos de financiamento em moeda estrangeira (Euro) obtido junto à Eletrobras por meio de repasse do banco KfW para realizar investimentos no complexo de PCH's São Bernardo. Sobre estas operações não foram contratadas operações de "hedge" (proteção).

	Controladora			
	31.12.2014		31.12.2013	
	Moeda		Moeda	
Passivo	Estrangeira	Reais	Estrangeira	Reais
Empréstimos em Euro	59.242	191.173	59.242	191.143
Exposição Líquida	59.242	191.173	59.242	191.143

44.3.2 Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de que a variação de taxa de juros cause aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

O montante da exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros na data base de 31 de dezembro de 2014 e 2013 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
IPCA	840.047	788.767	840.047	788.767
TJLP	1.201.643	1.302.955	1.221.866	1.327.839
SELIC	65.819	244.895	65.819	244.895
Cesta de moedas	191.173	191.143	196.612	197.347
Taxa CDI	970.823	250.852	970.823	250.852
Outros	310.241	380.139	310.241	380.139
Total	3.579.746	3.158.751	3.605.408	3.189.839

44.3.3 Risco de crédito

Salvo pelas contas clientes, cauções e depósitos vinculados, o ativo financeiro de transmissão, os créditos de energia renegociados e os créditos indenizatórios, a Companhia não possui outros saldos significativos a receber de terceiros contabilizados neste período. Desta forma, esse risco é considerado baixo.

Saldos significativos a receber de terceiros	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Clientes	163.130	109.700	166.394	112.048
Ativo financeiro - concessão de serviço público	2.069.510	2.064.735	2.152.274	2.150.937
Créditos indenizatórios	420.730	619.253	420.730	619.253
Créditos de energia renegociados	543.813	508.454	543.813	508.454
Total	3.197.183	3.302.142	3.283.211	3.390.692

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (II) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

44.3.4 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para cumprir obrigações associadas com seus passivos financeiros.

A Companhia adota como política monitorar o seu fluxo de caixa continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa gerado pelas operações da Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Destes valores apresentados, estão excluídos os financiamentos concedidos pela controladora Eletrobras. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

		Controladora			
	Nota	< 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	> 5 anos
Saldos em 31.12.2014					
Financiamentos e empréstimos	21	312.974	298.531	777.375	991.009
Fornecedores	20	72.017	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	28	2.099	2.231	7.313	88.550
Saldos em 31.12.2013					
Financiamentos e empréstimos	21	278.702	294.912	802.566	1.180.584
Fornecedores	20	62.734	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	28	1.990	2.110	6.918	89.782

		Consolidado			
	Nota	< 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	> 5 anos
Saldos em 31.12.2014					
Financiamentos e empréstimos	21	321.339	306.045	790.363	994.133
Fornecedores	20	76.685	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	28	2.099	2.231	7.313	88.550
Debêntures	22	255.159	-	-	-
Saldos em 31.12.2013					
Financiamentos e empréstimos	21	284.995	306.423	815.850	1.180.584
Fornecedores	20	62.863	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	28	1.990	2.110	6.918	89.782

44.3.5 Riscos trabalhistas

A Companhia constitui provisões para as contingências de demandas judiciais de riscos trabalhistas, que representam o universo de perdas prováveis, cujos pedidos judiciais se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária, que são quantificadas ao valor presente quando da efetiva liquidação desta obrigação.

O provisionamento contábil destas demandas está seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 e os impactos para a Companhia estão apresentados na nota 26.

44.3.6 Riscos ambientais

As ações de caráter socioambiental constituídas para provisões de contingências de riscos ambientais nas unidades de negócio da empresa asseguram o compromisso da obtenção de emissões de Licenças Ambientais, bem como autorização para corte de vegetação, com o respaldo do Ministério Público que fiscaliza a edificação desses investimentos.

44.4 Gestão de capital

A política da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia no longo prazo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. O índice

de alavancagem financeira corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total dos financiamentos deduzido do montante de caixa e equivalentes de caixa registrado no balanço. O capital total é apurado somando-se o total do patrimônio líquido incluindo os adiantamentos para futuro aumento de capital (AFACs) com a dívida líquida.

Índice de alavancagem financeira

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Total dos financiamentos e empréstimos	3.579.746	3.158.751	3.605.408	3.189.839
Total das debêntures	-	-	255.159	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa e fundos exclusivos*	(125.861)	(771.597)	(170.758)	(773.711)
(=) Dívida líquida	3.453.885	2.387.154	3.689.809	2.416.128
Total do patrimônio líquido	5.268.691	5.492.934	5.268.691	5.492.934
AFAC's	63.976	59.284	63.976	59.284
(=) Total do capital	8.786.552	7.939.372	9.022.476	7.968.346
Índice de alavancagem financeira	39%	30%	41%	30%

*As aplicações em fundos exclusivos possuem liquidez imediata.

44.5 Hierarquia do valor justo

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, clientes, financiamentos e fornecedores são equivalentes aos seus valores contábeis. Outros ativos e passivos de longo prazo também possuem valores equivalentes aos seus valores contábeis.

Apresenta-se abaixo a hierarquia dos valores justos dos ativos consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, como derivados dos preços).

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis).

Saldos em 31.12.2014

Ativos	Nota	Consolidado			
		Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	26.960	26.960	-	-
Títulos e valores mobiliários	5.2	143.798	143.798	-	-
Total do Ativo		170.758	170.758	-	-

Saldos em 31.12.2013

Ativos		Consolidado			
		Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	47.717	47.717	-	-
Títulos e valores mobiliários	5.2	725.994	725.994	-	-
Total do Ativo		773.711	773.711	-	-

44.6 Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de índices flutuantes

Nos termos do CPC 40, a Companhia apresenta a análise de sensibilidade sobre seus financiamentos e empréstimos sujeitos a riscos de variação de índices flutuantes.

O cenário-base provável para 31 de Dezembro de 2014 foi definido através de premissas aprovadas pela Controladora, e disponíveis no mercado, e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a

variação entre as taxas e índices do cenário previsto para 31 de dezembro de 2014. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes consideradas no cenário provável.

44.6.1 Análise de sensibilidade taxa de juros

		Controladora				
		31.12.2014				
Índices (Risco)	Saldo em R\$ mil	Redução despesa financeira - 12 meses		Cenário Provável	Aumento despesa financeira - 12 meses	
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)		Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
PASSIVO						
IPCA		3,19%	4,79%	6,38%	7,98%	9,57%
TJLP		2,50%	3,75%	5,00%	6,25%	7,50%
SELIC		5,88%	8,81%	11,75%	14,69%	17,63%
CDI		5,88%	8,81%	11,75%	14,69%	17,63%
Financiamentos e empréstimos						
IPCA	840.047	26.797	40.238	53.595	67.036	80.392
TJLP	1.201.643	30.041	45.062	60.082	75.103	90.123
SELIC	65.819	3.870	5.799	7.734	9.669	11.604
CDI	970.823	57.084	85.530	114.072	142.614	171.156
Total	3.078.332	117.792	176.629	235.483	294.422	353.275

		Consolidado				
		31.12.2014				
Índices (Risco)	Saldo em R\$ mil	Redução despesa financeira - 12 meses		Cenário Provável	Aumento despesa financeira - 12 meses	
		Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)		Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
PASSIVO						
IPCA		3,19%	4,79%	6,38%	7,98%	9,57%
TJLP		2,50%	3,75%	5,00%	6,25%	7,50%
SELIC		5,88%	8,81%	11,75%	14,69%	17,63%
CDI		5,88%	8,81%	11,75%	14,69%	17,63%
Financiamentos e empréstimos						
IPCA	840.047	26.797	40.238	53.595	67.036	80.392
TJLP	1.221.866	30.547	45.820	61.093	76.367	91.640
SELIC	65.819	3.870	5.799	7.734	9.669	11.604
CDI	970.823	57.084	85.530	114.072	142.614	171.156
Debêntures						
CDI	255.159	15.003	22.480	29.981	37.483	44.985
Total	3.353.714	133.301	199.867	266.475	333.169	399.777

44.6.2 Análise de sensibilidade taxa de câmbio

Consolidado						
31.12.2014						
Moeda (Risco)	Saldo em ME	Saldo em R\$ mil	Redução despesa financeira		Aumento despesa financeira	
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
PASSIVO						
Cotação da moeda (Euro)	3,23		1,61	2,42	4,03	4,84
Empréstimos	59.242	191.173	(95.586)	(47.790)	47.797	95.588
Total	59.242	191.173	(95.586)	(47.790)	47.797	95.588

NOTA 45 – INVESTIMENTOS AMBIENTAIS

Durante o exercício, a Companhia realizou os seguintes investimentos e gastos ambientais, reconhecidos no imobilizado e no resultado do exercício, conforme a seguir demonstrado:

Controladora				
31.12.2014		31.12.2013		
Investimento	Resultado	Investimento	Resultado	
Investimentos ambientais	12.668	-	2.828	-
Gastos ambientais	-	6.405	-	3.920
Total	12.668	6.405	2.828	3.920

Os investimentos e gastos ambientais, no montante de R\$ 19.073 mil em 2014 (R\$ 6.748 mil em 2013), referem-se a programas de recuperação de áreas degradadas e a preservação da biodiversidade, além de programas de educação ambiental e outros projetos ambientais.

* Informações não auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 46 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Investimentos em controladas (a)	(102.963)	-	(102.963)	-
Investimentos em imobilizado (b)	40.420	(19.830)	40.420	(19.830)
	(62.543)	(19.830)	(62.543)	(19.830)

(a) O valor de R\$ 102.963 mil se refere ao reconhecimento da obrigação pelos aportes de capital social realizados pela Eletronorte, em nome da Eletrosul, na SPE Norte Brasil.

(b) O valor de R\$ 40.420 mil é referente aos investimentos em ativo imobilizado contabilizados pelo regime de competência e ainda não pagos.

NOTA 47 – EVENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO (CPC 24)

De acordo com o que determina o CPC 24 - Eventos Subsequentes são apresentados a seguir os principais eventos ocorridos entre a data do encerramento do exercício de 2014 e a data da autorização para a conclusão das demonstrações financeiras.

Aportes de capital nas Sociedades Investidas

Data	SPE	Evento	Valor
06/01/2015	Livramento Holding	AFAC	5.000
12/01/2015	Hermenegildo II	AFAC	1.000
13/01/2015	Costa Oeste	AFAC	2.867
16/01/2015	Livramento Holding	AFAC	17.000
28/01/2015	Chuí Holding	AFAC	1.703
28/01/2015	Hermenegildo I	AFAC	1.548
28/01/2015	Hermenegildo II	AFAC	1.049
28/01/2015	Hermenegildo III	AFAC	700
09/02/2015	Hermenegildo I	AFAC	6.311
09/02/2015	Hermenegildo II	AFAC	5.327
09/02/2015	Chuí IX	AFAC	3.360
20/02/2015	Chuí Holding	AFAC	7.300
06/03/2015	Hermenegildo I	AFAC	1.050
06/03/2015	Hermenegildo II	AFAC	1.550
06/03/2015	Hermenegildo III	AFAC	1.550
06/03/2015	Chuí IX	AFAC	1.050
13/03/2015	Livramento Holding	AFAC	3.000
13/03/2015	Chuí Holding	AFAC	6.500
13/03/2015	Hermenegildo I	AFAC	10.500
13/03/2015	Hermenegildo II	AFAC	10.000
13/03/2015	Hermenegildo III	AFAC	4.500
13/03/2015	Chuí IX	AFAC	5.000
20/03/2015	Chuí Holding	AFAC	5.500
Total			<u>103.365</u>

NOTA 48 – OUTROS ASSUNTOS**Investimentos em melhorias do sistema de transmissão**

Em 16 de dezembro de 2014, a ANEEL, por meio da REN 643/14, estabeleceu critérios e procedimentos para a realização de investimentos que serão considerados nos processos tarifários e estarão sujeitos a um adicional de receita, inclusive os já realizados a partir de 01 de janeiro de 2013. Em consonância com a referida Resolução, a Companhia reverteu o montante de R\$ 24.408 mil relativos aos investimentos em melhorias contabilizados no resultado de 2013 e 2014, face que tais investimentos deverão ter seus respectivos adicionais de Receita Anual Permitida - RAP reconhecidos regulatoriamente, com efeitos retroativos desde a data de entrada em operação comercial e com avaliação no processo de Revisão Tarifária subsequente.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente

Cláudia Hofmeister
Conselheira

Wanderlei Lenartowicz
Conselheiro

Eurides Luiz Mescolotto
Conselheiro

Willian Rimet Muniz
Conselheiro

Celso Knijnik
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA



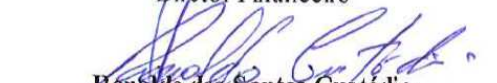
Eurides Luiz Mescolotto
Diretor Presidente



Paulo Afonso Evangelista Vieira
Diretor Administrativo



Antonio Waldir Vittori
Diretor Financeiro



Ronaldo dos Santos Custódio
Diretor de Engenharia e Diretor de Operação

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE



Sandro Rodrigues da Silva
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador CRC-SC 15360/O-9

Florianópolis, 26 de março de 2015.

12.7 Composição Acionária das Empresas Estatais

12.7.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida

A Composição Acionária do Capital Social da UJ como entidade investida incluirá a sua denominação completa, a relação dos acionistas com respectivas participações, divididos em governamentais e *free float* no exercício de referência e nos dois (2) anteriores, segregando-se as ações ordinárias das preferenciais, de acordo com o **Quadro A.12.7.1** abaixo.

Quadro A.12.7.1 – Composição Acionária do Capital Social

UJ COMO INVESTIDA - POSIÇÃO EM 31/12/2014				
Denominação completa				
Eletrosul Centrais Elétricas S/A				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Governo	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais	99,8767	99,8767	99,8619
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo	99,8767	99,8767	99,8619
Free Float	Pessoas Físicas	0,0001	0,0001	0,0001
	Pessoas Jurídicas	0,1232	0,1232	0,1380
	Capital Estrangeiro			
	% free float	0,1233	0,1233	0,1381
Subtotal Ordinárias (%)				
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Governo	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo			
Free Float	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	% free float			
Subtotal Preferenciais (%)				
Total		100%	100%	100%

12.7.2 Composição Acionária da UJ como Investidora

A Composição Acionária da UJ como investidora incluirá a sua denominação completa e a relação das empresas investidas no exercício de referência e nos dois (2) exercícios imediatamente anteriores, segregando-se as ações ordinárias das preferenciais, de acordo com o **Quadro A.12.7.2** abaixo.

Quadro A.12.7.2 – Investimentos Permanentes em Outras Sociedades

UJ COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2014			
Denominação Investidora	Eletrósul Centrais Elétricas S/A		
Ações Ordinárias (% de participação)			
Empresa Investida	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
ARTEMIS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.*	-	-	100,00
PORTO VELHO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.*	-	-	100,00
EMPRESA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA DO RIO GRANDE DO SUL S.A*.	-	-	100,00
EOLICA CERRO CHATO I S.A.*	-	-	100,00
EOLICA CERRO CHATO II S.A.*	-	-	100,00
EOLICA CERRO CHATO III S.A.*	-	-	100,00
LIVRAMENTO HOLDING S.A.	52,53	49,00	49,00
SANTA VITÓRIA DO PALMAR HOLDING S.A.	49,00	49,00	49,00
CHUI HOLDING S.A.	49,00	49,00	49,00
CONSTRUTORA INTEGRAÇÃO LTDA	24,50	24,50	24,50
COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	49,00	49,00	49,00
EMPRESA DE TRANSMISSAO DO ALTO URUGUAI S.A.	27,42	27,42	27,42
ESBR PARTICIPACOES S.A.	20,00	20,00	20,00
MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	20,00	20,00	20,00
NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	24,50	24,50	24,50
TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A.	80,00	80,00	80,00
TRANSMISSORA SUL LITORÂNEA DE ENERGIA S.A.	51,00	51,00	51,00
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.	24,72	24,72	24,72
UIRAPURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	75,00	75,00	75,00
FRONTEIRA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	51,00	51,00	-
EÓLICA CHUI IX S.A.	99,99	-	-
EÓLICA COXILHA SECA S.A.	99,99	-	-
EÓLICA HERMENEGILDO I S.A.	99,99	-	-
EÓLICA HERMENEGILDO II S.A.	99,99	-	-
EÓLICA HERMENEGILDO III S.A.	99,99	-	-
Ações Preferenciais (% de participação)			
Empresa Investida	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012

*Incorporadas em 2013.

12.8 Relatório de Auditoria Independente



KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed.The Office
88015-240 - Florianópolis, SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis, SC - Brasil

Telefone 55 (48) 3205-5300
Fax 55 (48) 3205-5301
Internet www.kpmg.com/BR

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Valores a receber sujeitos à aprovação do regulador

Conforme descrito na Nota 1.3, a Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei nº 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas.

Os saldos residuais dos ativos de transmissão, em 31 de maio de 2000, assim como os saldos residuais de geração hidráulica, em 31 de dezembro de 2012, exceto quanto aos respectivos projetos básicos, foram avaliados sob responsabilidade da Companhia e os respectivos laudos foram enviados à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para homologação, objetivando recebimento de indenização.

Em 31 de dezembro de 2014, os saldos residuais dos ativos de transmissão citados acima, montam a R\$ 513.455 mil, e foram determinados pela Companhia a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação, podendo sofrer alterações até a homologação final e realização dos mesmos.

Nossa conclusão não contém ressalva em função desses assuntos.

Continuidade operacional de empresas controladas em conjunto

Conforme citado na Nota explicativa 16 das demonstrações financeiras societárias, as empresas controladas em conjunto Energia Sustentável do Brasil Participações S.A., Teles Pires Participações S.A., Chuí Holding S.A., Livramento Holding S.A. e Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. têm apurado prejuízos continuamente em suas operações e apresentaram, em 31 de dezembro 2014, capital de giro negativo total no montante de 1.228.378 mil e passivo a descoberto total de 97.449 mil.

Adicionalmente, a Companhia mantém investimentos na controlada em conjunto ESBR Participações S/A., a qual vem incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento do projeto hidrelétrico de Jirau. Esses gastos, de acordo com as estimativas da administração da investida, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras geradas pelo projeto. A conclusão das obras, e consequente início das operações, dependem da capacidade da investida em continuar a obter recursos necessários para continuidade e conclusão dos projetos.

A continuidade operacional das empresas controladas em conjunto citadas acima depende da manutenção do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas.



Nossa conclusão não está ressalvada em função desses assuntos.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 4.7, em função de notícias veiculadas na mídia a respeito do suposto envolvimento da Companhia e/ou suas investidas no processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “Lava Jato”, a Administração da Companhia adotou algumas ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema. Algumas dessas ações ainda estão em curso, porém, com base nas informações conhecidas pela Companhia até o momento, na avaliação da Administração, eventuais impactos relacionados a este assunto, se houver, não seriam materiais nas Demonstrações Financeiras relativas a 2014. Entretanto, como a operação “Lava Jato” ainda está em andamento, existe incerteza sobre futuros desdobramentos decorrentes do processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas e seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos eventuais dos ajustes que seriam determinados se efetuássemos os nossos procedimentos de auditoria utilizando a materialidade aplicável à Companhia, se houvessem, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 26 de março de 2014, sem qualquer modificação.

Florianópolis, 26 de março de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Cristiano Jardim Seguecio
Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

Danilo Siman Simões
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

13 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

LEILÕES

Concessão de empreendimentos de transmissão - A Eletrosul assinou contrato de concessão dos empreendimentos de transmissão adquiridos no Leilão nº 007/2013 da Aneel. Com investimentos de, aproximadamente, R\$ 178 milhões, as obras – de responsabilidade da Fronteira Oeste Transmissora de Energia (FOTE) – compreendem as SEs Pinhalzinho 230/138 kV (SC) e Santa Maria 3 230/138 kV (RS), além de mais de 240 km de linhas da rede básica.

Maior lote em leilão de transmissão da Aneel - A Eletrosul conquistou o principal lote do Leilão de Transmissão 004/2014 da Aneel, que compreende 1,9 mil km de linhas de transmissão, oito SEs e ampliação de 13 existentes. Com investimento de mais de R\$ 3 bilhões, o novo sistema irá viabilizar o escoamento de energia de futuros parques eólicos no Rio Grande do Sul. Em parceria, arrematou também o lote com 265 km de linhas e uma SE no Mato Grosso do Sul, com investimentos de R\$ 197 milhões.

Primeiro leilão de venda de energia da Usina Megawatt Solar - Em outubro, a Eletrosul promoveu o primeiro leilão para venda da energia proveniente da Usina Megawatt Solar, sendo a pioneira, no mercado livre, a comercializar energia fotovoltaica de empreendimento já em operação. Outra inovação é que a venda dessa energia está vinculada ao Selo Solar, certificação do Instituto Ideal e CCEE, que pode ser pleiteada pelos compradores e agregar ao seu negócio, o conceito de sustentabilidade.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Financiamento de € 160 milhões - O banco de fomento alemão KfWBankengruppe anunciou repasse, por intermédio da Eletrobras, de € 160 milhões para projetos de geração eólica e solar fotovoltaica liderados pela Eletrosul, desse total, € 66,8 milhões serão destinados a Projeto de Implantação dos Parques Eólicos Santana do Livramento Entorno II (RS), € 33,2 milhões para Projeto de Implantação da Usina Fotovoltaica São Domingos – UFSD, e € 60,0 milhões para Projeto de Implantação do Complexo Hidrelétrico São Bernardo – PCH Santo Cristo. Os recursos são provenientes de iniciativas previstas no acordo de cooperação Brasil-Alemanha para investimentos em fontes alternativas de energia.

Captação de R\$ 160 milhões para investimentos - O plano de investimentos da Eletrosul para projetos de geração e transmissão terá suporte financeiro de aproximadamente R\$ 160 milhões, provenientes de financiamentos obtidos junto ao BNDES e Finep. A soma considera também o resultado da emissão de debêntures de infraestrutura da TSBE. Os recursos serão destinados à ampliação do sistema de transmissão de SC e RS, para as obras da Interligação Elétrica Brasil-Uruguai e projetos de prospecção do potencial eólico e solar.

EMPREENHIMENTOS

Inauguração da SE Ijuí 2 - Importante empreendimento de transmissão da Eletrosul, que reforça o suprimento de energia elétrica no Rio Grande do Sul, a SE Ijuí 2 foi inaugurada em janeiro. Com

investimentos de aproximadamente R\$ 30 milhões, o empreendimento tem capacidade para suporte ao abastecimento de cerca de 150 mil pessoas.

Operação comercial da ampliação de Cerro Chato - Entre os meses de março e novembro, os parques eólicos Cerro Chato IV, V e VI, que integram o projeto da primeira ampliação do Complexo Eólico Cerro Chato (78 MW), entraram plenamente em operação comercial. Em 2013, havia sido iniciada a operação comercial do Parque Eólico Cerro dos Trindade, concluída em janeiro de 2014.

LT no Oeste do Paraná entra em operação - A linha de transmissão Cascavel Oeste – Umuarama Sul (230 kV), com 144,4 km de extensão e que atravessa dez municípios na região Oeste do Paraná, entrou em operação no mês de agosto, reforçando a interligação Sul-Sudeste. O empreendimento, formado em parceria com a Copel, compreende a SE Umuarama Sul, energizada em julho.

Maior complexo eólico da América Latina - Eletrosul assina ordem de serviço para construção do Complexo Eólico Campos Neutrais, em Santa Vitória do Palmar e Chuí (RS). Com investimentos de aproximadamente R\$ 3,5 bilhões, reúne os parques Geribatu e Chuí – onde aerogeradores já estão em implantação – e Hermenegildo (583 MW), com capacidade para atender ao consumo de 3,3 milhões de habitantes.

2º bipolo do Linhão do Madeira - Após 27 meses da emissão de licença de instalação pelo Ibama, foram concluídas as obras do segundo circuito da LT 600 kV CC Porto Velho-Araraquara, conhecida como Linhão do Madeira. Com 4.211 km de extensão, partindo da SE Coletora Porto Velho, em Rondônia, a linha atravessa cinco estados (RO, MT, GO, MG e SP) até chegar a SE Araraquara.

Eletrosul instala estações solarimétricas - Seis unidades de medição, chamadas estações solarimétricas, foram instaladas junto de empreendimentos no Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Rondônia, para avaliar os níveis de radiação solar e seu potencial para geração de energia elétrica. A Eletrosul é uma das primeiras concessionárias do setor elétrico a avaliar a possibilidade de uso da tecnologia, ainda nova para o País.

Inauguração da Usina Megawatt Solar - Em junho, a Eletrosul inaugurou a usina Megawatt Solar (1MWp), o maior complexo de geração fotovoltaica da América Latina integrado a um edifício. A planta ocupa uma área de 8,3 mil m² da cobertura do prédio e dos estacionamentos da sede administrativa, em Florianópolis (SC), com cerca de 4,2 mil painéis fotovoltaicos – o suficiente para atender cerca de 540 residências. Com investimentos de mais de R\$ 11 milhões, por meio de parceria com o banco alemão KfW, a usina reflete o conhecimento acumulado pela Empresa por mais de uma década em energia fotovoltaica.

Interligação Energética Brasil-Uruguai - Ato simbólico marcou a interligação energética entre Brasil e Uruguai no mês de julho. O fechamento dos jumpers da última torre do lado uruguaio, em 525 kV, conectou fisicamente os dois países. O empreendimento inclui a construção de uma SE e duas linhas de transmissão, uma de 230 kV com 2,8 km de extensão e outra de 525 kV com 60 km, passando pelos municípios de Candiota, Hulha Negra e Aceguá (RS).

SUSTENTABILIDADE

Prédio sustentável em Sant'Ana do Livramento - Assinada ordem de serviço para a construção do Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Sant'Ana do Livramento (CRLiv), cujo projeto arquitetônico agrega soluções sustentáveis de engenharia, como aproveitamento da água da chuva e sistemas de geração de energia fotovoltaica e eólica.

Prédios da Eletrosul são pioneiros no Selo Procel Edificações - A sede administrativa da Eletrosul, em Florianópolis (SC), e o setor de manutenção da Empresa, em Campos Novos, foram

os primeiros prédios do País a receber o Selo Procel Edificações, criado para reconhecer soluções de eficiência energética de construções comerciais e residenciais. A certificação foi lançada em novembro pela Eletrobras – gestora do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – em comemoração aos 20 anos do Selo Procel.

Centro de visitantes em Complexos Eólicos - Começou a funcionar o Centro de Visitantes do Complexo Eólico Geribatu, em Santa Vitória do Palmar, onde moradores e turistas recebem informações sobre geração eólica, as obras dos parques e reflexos para a economia da região. Já em Sant’Ana do Livramento, a Eletrosul deu início à construção do receptivo no Complexo Eólico Cerro Chato, que utiliza tecnologias sustentáveis no projeto arquitetônico, como reservatórios para captação de água da chuva, coletores solares e teto-jardim.

Eletrosul migra para o mercado livre - Todo o consumo de energia do edifício-sede da Eletrosul, em Florianópolis (SC), com média mensal de 360 MWh, passa a ser atendido por geração própria de fonte incentivada. A Empresa foi a primeira entre as concessionárias públicas do setor elétrico a migrar da categoria de consumidor cativo para especial.

13.2 Atendimento ao Acórdão 166/2015 – Processo nº 028.277/2010-4

Em atendimento ao item 9.3, do Acórdão 166/2015, Processo nº 028.277/2010-4, que determinou a Eletrosul, que insira no relatório de gestão do exercício de 2014 ou do presente exercício, caso aquele já tenha sido entregue ao TCU, tópico especial relativo ao aumento expressivo do número de funcionários cedidos para outras instituições - 52 pessoas em 2009 ou +117% em relação a 2008, representando 3,29% do Quadro de pessoal próprio, o que correspondeu a uma despesa de cerca de R\$ 6,5 milhões / ano para a empresa, passível de reembolso apenas em longo prazo, enfatizando as medidas que têm sido tomadas para reverter a situação. Prestamos as seguintes informações:

Sobre o aumento expressivo do número de empregados cedidos a outras instituições, apresentamos os seguintes esclarecimentos:

A Lei nº 8.878, de 11/05/1994, dispôs sobre a concessão de anistia aos empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista sob o controle da União, que foram demitidos no período compreendido entre 16/03/1990 e 30/09/1992.

Desde a promulgação da citada Lei, vários pedidos de anistia foram deferidos, resultando sucessivamente na publicação das Portarias de retorno ao trabalho dos empregados e na readmissão de 301 empregados na Eletrosul, até 31/12/2014.

O retorno ao serviço dos empregados anistiados está disciplinado no Decreto nº 6.077, de 10 de abril de 2007, e na Orientação Normativa nº 04, de 9 de julho de 2008.

Para melhor entendimento desta questão, é importante destacar o artigo 5º do Decreto nº 6.077/2007, que dispõe:

“Art. 5º No exercício da competência estabelecida no § 7º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão promoverá composição de força de trabalho utilizando os servidores ou empregados que retornarem ao serviço na forma deste Decreto, e determinará o seu exercício, prioritariamente, nos órgãos e entidades:

I - com necessidade de substituir força de trabalho terceirizada;

II - responsáveis por ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC; e

III - que demonstrem necessidade de provimento de cargos e empregos públicos mediante concurso público.”.

Assim, aplicando o dispositivo acima, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP determinou a readmissão na Eletrosul e alocação desses empregados anistiados, em órgãos da Administração Pública Direta, conforme pode ser observado nas Portarias de “exercício”, cujas vigências são por tempo indeterminado, sendo esta Empresa ressarcida de todas as despesas com remuneração e benefícios.

Diante do exposto, entendemos que não há medida cabível a ser tomada para reverter tal situação, uma vez que essas readmissões de anistiados atendem à uma determinação legal, não se caracterizando como ato discricionário da Empresa.

Permanecemos à disposição para eventuais informações adicionais.

Florianópolis, 27 de maio de 2015.


Diretor-Presidente

Considerações Finais:

Item não previsto na Portaria – TCU nº 90/2014, que dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal de Contas da União quanto à elaboração de conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2014, com base na Decisão Normativa TCU nº 134, de 2013.

Anexos e Apêndices

Não há informações para este item